



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LUCIANA APARECIDA SIQUEIRA SILVA

**INTERSEXUALIDADE E CORPOS INTERSEXO EM LIVROS DIDÁTICOS DE
BIOLOGIA (PNLD 2012 - 2018)**

UBERLÂNDIA

2022

LUCIANA APARECIDA SIQUEIRA SILVA

**INTERSEXUALIDADE E CORPOS INTERSEXO EM LIVROS DIDÁTICOS DE
BIOLOGIA (PNLD 2012 - 2018)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação em Ciências e Matemática

Orientadora: Profa. Dra. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva

UBERLÂNDIA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S586i
2022 Silva, Luciana Aparecida Siqueira, 1980-
Intersexualidade e corpos intersexo em livros didáticos de biologia
(PNLD 2012 - 2018) [recurso eletrônico] / Luciana Aparecida Siqueira
Silva. - 2022.

Orientadora: Elenita Pinheiro de Queiroz Silva.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5030>

Inclui ilustrações.

Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Silva, Elenita Pinheiro de Queiroz, 1965-, (Orient.).
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDU: 37

André Carlos Francisco
Bibliotecário – CRB-6/3408

LUCIANA APARECIDA SIQUEIRA SILVA

**INTERSEXUALIDADE E CORPOS INTERSEXO EM LIVROS DIDÁTICOS DE
BIOLOGIA (PNLD 2012 - 2018)**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência para obtenção do título de Doutora em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (orientadora)
Faculdade de Educação (FACED) - Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Maria Teresa Machado Vilaça
Instituto de Educação – Universidade do Minho

Profa. Dra. Paula Sandrine Machado
Instituto de Psicologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Flávia do Bonsucesso Teixeira
Faculdade de Medicina (FAMED) - Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Vagner Matias do Prado
Faculdade de Educação Física e Fisioterapia/Faculdade de Educação (FAEFI/FACED) –
Universidade Federal de Uberlândia



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4212 - www.ppged.faced.ufu.br - ppged@faced.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Educação				
Defesa de:	Tese de Doutorado Acadêmico, 17/2022/321, PPGED				
Data:	Doze de agosto de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	[14h18]	Hora de encerramento:	[19h00]
Matrícula do Discente:	11813EDU028				
Nome do Discente:	LUCIANA APARECIDA SIQUEIRA SILVA				
Título do Trabalho:	"INTERSEXUALIDADE E CORPOS INTERSEXO EM LIVROS DIDÁTICOS DE BIOLOGIA (PNLD 2012 - 2018)"				
Área de concentração:	Educação				
Linha de pesquisa:	Educação em Ciência e Matemática				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	"SABERES SOBRE CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADES EM MANUAIS ESCOLARES/LIVROS DIDÁTICOS DE BIOLOGIA E SOCIOLOGIA - BRASIL/PORTUGAL"				

Reuniu-se, através do serviço de Conferência Web da Rede Nacional de Pesquisa - RNP, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação, assim composta: Professores Doutores: Maria Teresa Machado Vilaça - UMinho; Paula Sandrine Machado - UFRGS; Flávia do Bonsucesso Teixeira - UFU; Vagner Matias do Prado - UFU e Elenita Pinheiro de Queiroz Silva - UFU, orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às/ao examinadoras(or), que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 16/08/2022, às 12:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávia do Bonsucesso Teixeira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 18/08/2022, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vagner Matias do Prado, Professor(a) do Magistério Superior**, em 18/08/2022, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Sandrine Machado, Usuário Externo**, em 22/08/2022, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Teresa Machado Vilaça, Usuário Externo**, em 26/08/2022, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3834147** e o código CRC **ESDC2E7F**.

*A cada estudante que não se vê
no corpo dimórfico da aula de Biologia.*

AGRADECIMENTOS

A produção de uma pesquisa a partir da qual se estruturou a tese de doutorado foi um dos grandes desafios que me lancei ao longo de minha existência. E, se consegui organizar as ideias, fazê-las tomar forma, materializando-as em um texto, não foi sozinha. A tese foi produzida em um tempo de muitas tensões, que vão desde o agravamento da crise política do país, passando pela pandemia de Covid-19, até adoecimentos de ordem física e emocional, que marcaram profundamente a minha vida pessoal e familiar e, em consequência, os caminhos da pesquisa.

Esse caminhar pela/na pesquisa não teria sido possível sem a participação de pessoas que me cercaram, física e virtualmente, em momentos nos quais o distanciamento físico foi fundamental para a manutenção das vidas. Muito além dos aportes teóricos que me sustentam, contei com uma multidão que teceu comigo a pesquisa, que comigo compartilhou a vida ao longo dos últimos cinco anos, desde a preparação para o processo seletivo do curso de doutorado até a fase final. Então deixo aqui expressa a minha profunda gratidão.

Primeiramente à Universidade Federal de Uberlândia, uma Instituição de Ensino Superior pública, gratuita e de qualidade que, por meio do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Faculdade de Educação (FACED), possibilitou-me o acesso ao doutorado de maneira democrática.

À minha orientadora, professora doutora Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, por ter aceito a empreitada de orientar alguém com nenhum amadurecimento teórico no campo da pesquisa em Educação, pelo acolhimento afetuoso, pelo olhar sempre atento. Obrigada por me ajudar a crescer, por não desistir de mim e por me fazer acreditar que eu também posso ser doutora. Agradeço pelas leituras atentas e cuidado com cada palavra na tecitura do texto, como se fosse a composição de um bordado, em que cada ponto/palavra importa para o resultado do trabalho. Com você eu aprendo todos os dias.

Às professoras que compuseram a banca do exame de qualificação, agradeço pelo aceite da leitura do texto e contribuições que, seguramente, foram importantíssimas para o aprimoramento da pesquisa: professora doutora Claudiene Santos que além de referência acadêmica, tornou-se grande amiga e parceira de trabalho nesse processo, num reencontro após mais de vinte anos; professora doutora Flávia do Bonsucesso Teixeira, pela atenção e disponibilidade; professora doutora Paula Sandrine Machado, uma das referências deste texto. A partir dos olhares dessas três professoras, o relatório da pesquisa aqui apresentado ganhou contornos mais elaborados. Às professoras doutoras e ao professor doutor que participaram da banca de defesa: Maria Teresa Machado Vilaça, Flávia do Bonsucesso Teixeira, Paula Sandrine

Machado e Vagner Matias do Prado, agradeço pela disponibilidade e atenção durante a leitura do texto e os apontamentos.

Em extensão, agradeço a todos/as os/as professores/as que contribuíram com a minha formação acadêmica e intelectual, tanto no âmbito do PPGED quanto nas inúmeras atividades remotas de modo *on-line* das quais participei durante a segunda metade do curso, em decorrência do distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19.

Ao Instituto Federal Goiano Campus Urutaí que, por meio de edital interno, concedeu-me afastamento integral de minhas atividades laborativas, durante o período do doutoramento, além de incentivo financeiro por meio do Programa de Incentivo à Qualificação (PIQ), no primeiro semestre do curso.

Ao GEPECS, pelos momentos afetivos, pelas trocas acadêmicas e pessoais. Grupo que, apesar do distanciamento social se fez presente em todos os dias desse caminhar que, nem sempre foi tranquilo. Em especial, agradeço: à Alessandra Pavolin Pissolati Ferreira, que leu atentamente cada palavra do texto, em suas inúmeras versões, que sempre teve uma palavra de incentivo e/ou de consolo para cada momento, que sentou comigo tantas vezes (ainda que mediadas pelas telas) para re-pensar a pesquisa, ou só para falar da vida mesmo. É como sempre digo: essa nossa parceria foi um grande presente que o doutorado me deu. Matheus Moura Martins e Sandro Prado Santos: que nas fases iniciais da pesquisa, leram com cuidado, carinho e atenção cada linha de manuscritos, artigos, resumos, rascunhos. Pessoas queridas que, para além de me indicarem leituras me deram as mãos, leram comigo, me ajudaram a elaborar conceitos teóricos tão abstratos pra mim. Youry de Souza Marques, que se fez presente por meio das conversas, das trocas de leitura e dos estudos conjuntos: com esse amigo eu aprendi a ser mais leve, não me punir tanto, levantar a cabeça e seguir adiante. Lídia Andrade da Silva, que também esteve presente, me indicando livros, *lives*, cursos, ou simplesmente me ligando no meio da manhã para conversas divertidas. Camila Rocha Cardoso, minha primeira parceira do doutorado, com quem dividi estradas, congressos, leituras, anseios e sonhos, num momento inicial, em que a pandemia ainda não havia nos assolado: sua presença gentil e afetuosa tornou mais fácil aquele início tão incerto.

À família que tem dividido comigo a casa/lar/trincheira durante o tempo de doutoramento pandêmico: José Alistor, meu amor e companheiro de tantos desafios ao longo dos últimos 25 anos, que tem uma palavra certa para cada momento, um colo sempre pronto, que me fez tantos cafés, tantos almoços e jantares. Camila e Ana Carolina: só eu sei como é bom ser mãe de vocês duas e poder contar com a companhia e o apoio de vocês em cada novo desafio a que me proponho. Cada conquista minha é também de vocês, já que é por vocês que

eu tenho reunido forças para levantar-me todos os dias e seguir adiante. Conviver diariamente com quem faz doutorado, em trabalho/estudo remoto, dividindo o mesmo espaço físico não foi tarefa fácil, reconheço. Ter os olhos de vocês todos os dias para olhar foi a forma de não me perder de mim, em meio a tantas abas abertas do computador, livros amontoados e o noticiário diário de um país em franca destruição. A presença de vocês três e de nossas duas bolinhas de pelos, Crystal e Estrela, aquecendo os meus pés embaixo da mesa de estudos, tornou os dias, noites e madrugadas de leituras e escrita uma tarefa mais leve. Obrigada por estarem comigo, mesmo nas noites mais escuras.

À minha mãe e meu pai: Darci e Erico, que nem por um segundo duvidaram de mim, que foram além de si mesmos para que eu pudesse estudar e atingir um grau de humanidade que a ela e a ele foi negado. Sempre souberam que vivemos em um mundo e em um país desigual e que, para quem nasce na roça e sem posses, o caminho é cheio de durezas. Por isso, sempre me disseram: estude, para ser alguém na vida! Mãe, pai, eu serei doutora, como sonharam e lhes digo: se sou alguém, devo a vocês, as pessoas mais importantes desse mundo.

À minha irmã, Ana Maria, que foi minha companheira mais fiel desde a primeira vez que abri os olhos nesse mundo e que, no doutorado, tornou-se meu dicionário ambulante de Filosofia, minha incentivadora incondicional e crítica dos meus textos. Desde a primeira escrita, na primeira disciplina do doutorado, passando por resumos de eventos, artigos e a tese. Mesmo com mil aulas remotas por semana, com o turbilhão da vida, não soltou a minha mão. Obrigada por existir e permanecer comigo, em todas as minhas invenções.

Ao meu irmão Marcos e minha cunhada Silvana, que me abriram os caminhos, sendo as primeiras pessoas da família a concluírem o doutorado e que sempre me incentivaram a seguir em frente. Sem vocês, eu jamais teria cogitado a possibilidade de cursar o doutorado.

Aos meus sobrinhos Gabriel, Vinny, Luca e à minha sobrinha Victória Cristina. Vocês, jovens inquietos/a, plantaram em mim muitas das perguntas que me movem na direção dessa pesquisa.

À família Sousa, que me acolheu como nora, tia e cunhada, dando-me a oportunidade de pertencer a uma família grande, barulhenta, festiva e calorosa. Agradeço a vocês por tanto respeito e carinho que dispensam a mim, por tanto cuidado comigo e com minhas filhas. Sou grata pelo incentivo para que eu siga pelos caminhos da pesquisa, e também pelo amor em forma de comidas gostosas que sempre chegam até mim: elas foram especialmente importantes nesse período.

À minha irmã de outra mãe, Eliane Cotrim Batista, com quem sempre pude contar. E na falta da possibilidade dos nossos encontros festivos e passeios por aí, estive o tempo todo a um

clique de distância, me chamando de volta ao mundo e me mostrando que a vida pode nascer, brotar, (re)existir, sempre. Obrigada por dividir todo esse trajeto de vida comigo e ainda me dar um presente tão lindo no meio da pandemia: o Samuel.

Ao amigo Edmar Camilo Cotrim, pelas conversas e leituras de meus manuscritos e à amiga Letícia Tavares de Faria, pelo carinho comigo, pelos cafês, plantinhas, pelas indicações de textos, de chás e empréstimos de livros.

Ao Amiel Vieira que, ao publicizar sua história pessoal, mobilizou-me no sentido de pesquisar a intersexualidade e seus entrelaçamentos com o ensino de Biologia. Para além disso, ao inserir-me em um grupo de estudos sobre a intersexualidade, colocou-me em contato com pessoas e teorizações que fizeram parte da construção da pesquisa. Nossas conversas foram muito importantes para o delineamento da pesquisa e para a mudança do meu olhar, enquanto professora de Biologia.

Por fim, agradeço aos/às meus/minhas alunos/as, que foram a principal motivação para a minha decisão de buscar pelo doutoramento. Para cada um/a de vocês (os que já foram e os que ainda virão), desejo todos os dias ser uma professora melhor.

RESUMO

Esta tese foi produzida no âmbito da linha de Educação em Ciências e Matemática do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Para o delineamento da problemática da pesquisa, consideramos que pensar a Biologia escolar passa por pensar os regimes de verdade que produzem a Biologia enquanto ciência, e estas, assentadas em pressupostos biomédicos, carregam e disseminam um conjunto de leis, regras e enunciados de verdades sobre os corpos e os sexos, frequentemente não estranhadas por seus e suas profissionais. Questionamos sobre o que e como os livros didáticos de Biologia colocam em funcionamento saberes sobre os corpos intersexo e quais aproximações realizam com as defesas do movimento intersexo no Brasil; problematizamos os ensinamentos e saberes sobre corpo intersexo e intersexualidade neles presentes e as possíveis resistências às redes de poder-saber que permeiam estes corpos. Traçamos um diagrama dos textos e imagens sobre corpos intersexo presentes nas três coleções de livros didáticos de Biologia aprovados pelo PNL 2012, 2015 e 2018, mais adotadas pelas escolas brasileiras; descrevemos os elementos constitutivos dos mecanismos de verdade difundida pelos/nos livros sobre as noções de corpo intersexo e intersexualidade; e, analisamos as possibilidades de aproximações entre saberes na abordagem dos corpos intersexo nestes livros. Tomamos como referência os Estudos Feministas, de Gênero e os estudos de intersexualidade atuais, e o livro didático como documento, dispositivo, produção cultural e como mercadoria. Elegemos autores e autoras dos campos críticos e pós-críticos da Educação e das Ciências Humanas em geral, e empreendemos uma análise descritivo-documental assumindo que o livro didático de Biologia carrega os vestígios da produção do campo do conhecimento biológico, da cultura, do campo pedagógico, do tempo e sociedade de sua produção, por meio das diversas montagens e remontagens de saberes-poderes. Mapeamos ainda os vestígios dos saberes sobre os corpos intersexo e a intersexualidade, suas continuidades e discontinuidades. As três coleções, quando cotejadas entre si, apresentam similaridades na abordagem, com variações relativas à disponibilidade de textos complementares e de orientações para o aprofundamento do tema ou trabalho a ser realizado pela/o professora/or. Considerando o livro didático como dispositivo, é possível afirmar que ele reitera o binarismo sexual e de gênero. Os ensinamentos sobre o corpo intersexo e a intersexualidade são sustentados pelos saberes biomédicos, distantes das produções do movimento social e da produção acadêmica mais recente, tanto das ciências biomédicas quanto das ciências humanas. Eles invisibilizam/apagam, pela linguagem, o uso dos termos intersexo e intersexualidade; colocam as diferenças do desenvolvimento sexual no lugar da doença;

prescrevem práticas médicas e da família, colando a estas a necessidade de intervenções médicas para a padronização dos corpos ao binarismo sexual, a heterossexualidade e ao padrão reprodutivo via sexo. A produção da intersexualidade é acompanhada de investimento biopolítico que gerencia vidas também pelo controle e disciplinamento de corpos. A Biologia escolar apresenta potencialidades para a superação do pensamento que cria a noção de normalidade dos corpos, gêneros e (inter)sexualidades desconectadas dos direitos sociais, civis, societários e subjetivos.

Palavras-chave: intersexualidade; corpo intersexo; sexualidade; gênero; biologia escolar; livro didático.

ABSTRACT

This thesis was produced within the scope of the Science and Mathematics Education line of the Graduate Program in Education at the Federal University of Uberlândia. To delineate the research problem, we consider that thinking about school Biology involves thinking about the regimes of truth that produce Biology as a science, and these, based on biomedical assumptions, carry and disseminate a set of laws, rules and statements of truth about the bodies and the sexes, often not surprised by their professionals. We question what and how Biology textbooks put into operation knowledge about intersex bodies and what approximations they make with the defenses of the intersex movement in Brazil; we problematize the teachings and knowledge about the intersex body and intersexuality present in them and the possible resistances to the power-knowledge networks that permeate these bodies. We draw a diagram of the texts and images about intersex bodies present in the three collections of Biology textbooks approved by the PNLD 2012, 2015 and 2018, most adopted by Brazilian schools; we describe the constitutive elements of the mechanisms of truth disseminated by/in books on the notions of the intersex body and intersexuality; and, we analyze the possibilities of approximations between knowledges in the approach of intersex bodies in these books. We take as reference Feminist Studies, Gender Studies and current intersexuality studies, and the textbook as a document, device, cultural production and as a commodity. We chose authors from the critical and post-critical fields of Education and Human Sciences in general, and we undertook a descriptive-documentary analysis assuming that the Biology textbook carries the traces of the production of the field of biological knowledge, of culture, of the field pedagogical, of the time and society of its production, through the various assemblies and reassembly of knowledge-powers. We also map the traces of knowledge about intersex bodies and intersexuality, their continuities and discontinuities. The three collections, when compared to each other, present similarities in approach, with variations related to the availability of complementary texts and guidelines for deepening the theme or work to be carried out by the teacher. Considering the textbook as a device, it is possible to affirm that it reiterates sexual and gender binarism. Teachings about the intersex body and intersexuality are supported by biomedical knowledge, far from the productions of the social movement and the most recent academic production, both in the biomedical sciences and the human sciences. They make invisible/erase, through language, the use of the terms intersex and intersexuality; put differences in sexual development in place of disease; prescribe medical and family practices, attaching to these the need for medical interventions to standardize bodies to sexual binarism, heterosexuality and the reproductive pattern via sex. The production of intersexuality is accompanied by a biopolitical

investment that manages lives also through the control and disciplining of bodies. School Biology has the potential to overcome the thinking that creates the notion of normality of bodies, genders and (inter)sexualities disconnected from social, civil, societal and subjective rights.

Keywords: intersexuality; intersex body; sexuality; gender; school biology; textbook.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reprodução de imagens que compõem o portfólio de anatomia humana. A: posição anatômica; B: planos de segmentação e secção do corpo humano; C: sistema urinário	19
Figura 2 - Reprodução de imagens que compõem o portfólio de anatomia humana. A: sistema genito-urinário feminino; B: sistema genito-urinário masculino.....	20
Figura 3 - Reprodução de imagem que representa linhas e planos de secção do corpo humano	23
Figura 4 - Distribuição das teses e dissertações por Estado/Região do Brasil	99
Figura 5 - Fluxograma das etapas do PNLD	132
Figura 6 - Termos e palavras frequentemente usados pelos livros didáticos de Biologia para referência a corpos intersexo e a intersexualidade	153
Figura 7 - Primeiro trecho do box <i>Tema para discussão</i> , coleção <i>Bio</i>	155
Figura 8 - Segundo trecho do box <i>Tema para discussão</i> , coleção <i>Bio</i>	156
Figura 9 - Imagem e texto da seção <i>Colocando em foco</i> na coleção <i>Bio</i>	157
Figura 10 - Imagem e texto da seção <i>Colocando em foco</i> , coleção <i>Bio</i>	158
Figura 11 - Alterações cromossômicas, volume 1, coleção <i>Biologia Hoje</i>	160
Figura 12 - Alterações cromossômicas, volume 3, coleção <i>Biologia Hoje</i>	161
Figura 13 - Texto de leitura complementar, Alterações cromossômicas na espécie humana, <i>Biologia/Biologia em Contexto/Biologia Moderna</i>	162
Figura 14 - Box- <i>Aplique seus conhecimentos</i> , coleção <i>Biologia Hoje</i> (2010).....	170
Figura 15 - Texto que compõe orientações referentes ao capítulo que trata sobre a reprodução, do Manual do Professor, na coleção <i>Biologia Hoje</i>	171
Figura 16 - Síndrome da feminização testicular, livro do/a aluno/a, coleção <i>Bio</i> (2010, 2013 e 2016)	175
Figura 17 - Outra anomalia relacionada à determinação do sexo em seres humanos, coleção <i>Bio</i> , livro do/a aluno/a (2010, 2013 e 2016)	176
Figura 18 - Desenvolvimento embrionário da genitália humana, coleção <i>Bio</i>	179
Figura 19 - Trecho do capítulo intitulado <i>Alterações cromossômicas</i> , presente no volume 1 da coleção <i>Biologia Hoje</i> , nas edições de 2010 e 2013	185
Figura 20 - Seção que aborda a ação da testosterona na diferenciação das genitálias de fetos Na coleção <i>Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna</i>	186
Figura 21 - Leitura complementar presente nas três edições da coleção <i>Bio</i>	187
Figura 22 - Comentário presente no manual do/a professor relativo ao texto da Figura 21 .	188
Figura 23 - Guia de leitura da seção <i>Ciência e cidadania</i> presente no volume 1 das três edições da coleção <i>Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna</i>	192
Figura 24 - Seção <i>Amplie seus conhecimentos</i> , volume, coleção <i>Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna</i> (2016).....	194
Figura 25 - Seção <i>Amplie seus conhecimentos</i> , volume, coleção <i>Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna</i> (2016) (continuação).....	195

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia do Programa Nacional do Livro Didático entre 1929 e 1985	86
Quadro 2 - Produção de teses e dissertações por áreas e subáreas do conhecimento envolvendo Intersexualidade.....	98
Quadro 3 - Artigos resultantes da busca no portal de periódicos CAPES e no portal ERIC	116
Quadro 4 - Seleção de artigos dos periódicos Cadernos Pagu e Revista Estudos Feministas sobre intersexualidade.....	123
Quadro 5 - Coleções de livros didáticos de Biologia que foram aprovadas pelo PNLD 2012, 2015 e 2018.....	133
Quadro 6 - Ordem de distribuição, das coleções de livros didáticos de Biologia aprovadas nos editais do PNLD 2012, 2015 e 2018, para escolas públicas brasileiras de Ensino Médio	134
Quadro 7 - Capas dos livros didáticos que compõem a Coleção <i>Bio</i>	138
Quadro 8 - Capítulos da Coleção <i>Bio</i> analisados	140
Quadro 9 - Capas dos livros didáticos que compõem a Coleção <i>Biologia Hoje</i>	141
Quadro 10 - Capítulos da Coleção <i>Biologia Hoje</i> analisados	142
Quadro 11 - Capas dos livros didáticos que compõem a Coleção <i>Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna</i>	143
Quadro 12 - Capítulos da Coleção <i>Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna</i> analisados	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pesquisas sobre intersexualidade localizadas no presente levantamento	93
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRAI	Associação Brasileira de Intersexo
ADS	Anomalia da Diferenciação Sexual
ANPED	Associação Nacional de Pesquisa em Educação
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFM	Conselho Federal de Medicina
CID	Código Internacional de Doenças
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Colted	Comissão do Livro Técnico e Livro Didático
DDS	Desordens do Desenvolvimento Sexual
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEBIO	Encontro Nacional de Ensino de Biologia
ENPEC	Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências
EREBIO	Encontro Regional de Ensino de Biologia
FACED	Faculdade de Educação
FAE	Fundação de Assistência ao Estudante
Fename	Fundação Nacional do Material Escolar

FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FURG	Universidade Federal do Rio Grande-RS
GESE	Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola
GPECS	Grupo de Pesquisa Gênero, Corpo, Sexualidade e Educação
GPECSCC	Grupo de Estudos e Pesquisa em Escola, Currículo, Sociedade e Cultura Contemporâneos
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
IES	Instituições de Ensino Superior
IFGoiano	Instituto Federal Goiano
INL	Instituto Nacional do Livro
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LD	Livro Didático
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais
LGBTQI+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexo
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MEC	Ministério da Educação
OEDs	Objetos Educacionais Digitais
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
Pibid	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
Plidef	Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental
PNBE	Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGEL	Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem
PSE	Programa Saúde na Escola
SARS-CoV-2	Variante de coronavírus causador da síndrome respiratória que caracteriza a Covid-19
SEDUCE-GO	Secretaria de Estado da Educação de Goiás
UEG	Universidade Estadual de Goiás
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNEMAT	Universidade do Estado do Mato Grosso
Usaid	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Ao narrar-me, o encontro com o tema da pesquisa	15
1.2	A noção de intersexualidade, sexo e as intenções da pesquisa.....	37
2	ALIANÇAS TEÓRICAS	50
2.1	Um olhar para o livro didático de Biologia assentado em pressupostos foucaultianos	50
2.2	Do hermafrodita ao intersexo: mudança terminológica e “verdades” em jogo	61
2.3	Gênero, intersexualidade e a Biologia escolar	71
2.4	O Livro Didático de Biologia – dispositivo e documento	80
3	PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE AS NOÇÕES INTERSEXO E INTERSEXUALIDADE: PISTAS PARA PENSAR A BIOLOGIA NA ESCOLA	91
3.1	Levantamento na BDTD e na CAPES	95
3.2	A busca em periódicos científicos	115
4	TRAÇADO METODOLÓGICO	130
4.1	Pressupostos teórico metodológicos	130
4.2	Seleção das coleções.....	132
4.2.1	<i>As coleções analisadas, endereçamento e a autoria</i>	136
4.2.2	<i>Contexto de produção da pesquisa</i>	145
5	O QUE OS LIVROS DIDÁTICOS DE BIOLOGIA ENSINAM SOBRE CORPO INTERSEXO E INTERSEXUALIDADE?	149
5.1	Modos de (não) dizer das condições de existência dos corpos intersexo e da intersexualidade.....	150
5.2	A produção biomédica e escolar da intersexualidade e os/as agentes de sua veiculação ...	163
5.3	O corpo intersexo na ordem do não (re)produtivo da norma heterossexual.....	167
5.4	A ausência/presença de referentes biológicos na determinação do sexo, do gênero e das emergências médicas	177
5.5	A busca por tensionamentos sobre os saberes médicos da intersexualidade no livro didático de Biologia	191
6	CONSIDERAÇÕES ÚLTIMAS... LONGE DE UM FINAL	197
	REFERÊNCIAS	205
	APÊNDICE A - Teses e Dissertações tomadas no levantamento BDTD e Capes	228

1 INTRODUÇÃO

*“[...] não me pergunte quem sou
e não me diga para permanecer o mesmo [...]”*
(FOUCAULT, 2008b, p. 20).

1.1 Ao narrar-me, o encontro com o tema da pesquisa

A escola e o currículo escolar têm participação efetiva na produção da cultura e dos processos de subjetivação humana. Temáticas que se relacionam ao corpo humano e à sexualidade apresentam-se dentre os conteúdos obrigatórios do currículo de Biologia, enquanto disciplina escolar. Cabe ressaltar, neste momento, como o conceito de sexualidade é aqui compreendido e de que modo será utilizado nas análises. Termo criado no século XIX, em íntima relação com o desenvolvimento de campos de conhecimento diversos e com a instauração de um conjunto de normas assentadas em instituições médicas, jurídicas, religiosas e educacionais, de modo que para Michel Foucault (2017)¹,

não se deve conceber [a sexualidade] como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 2017, p. 115).

Além da sexualidade ser aqui tomada como um dispositivo histórico, o corpo, o sexo e o gênero são considerados construtos sociais e culturais produzidos por discursos² historicamente localizados. Tais afirmações são feitas a partir do diálogo com autores/as como Judith Butler, entre outros/as com os/as quais nos propomos a movimentar o pensamento ao longo da pesquisa.

A escola, como uma das instituições produtoras dos discursos sobre o sexo, ao organizar o modo como tais conteúdos são abordados, sua presença ou ausência nos currículos escolares, opera com a produção de subjetividades, envolvendo, segundo Maria Manuela Alves Garcia, “[...] complexos de saberes e práticas, de verdades e exercícios que posicionam e capturam os indivíduos, concorrendo para a produção de certas formas de subjetividade, de certos modos e

¹ Ao longo do texto, optamos por indicar o nome completo do/a autor/a em sua primeira citação, com a finalidade de identificar quem é o/a pesquisador/a. Nas citações seguintes, adotaremos as normas de citação conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

² Por discurso entendemos “o conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação; assim se poderia falar em discurso clínico, discurso econômico, discurso da história natural, discurso psiquiátrico.” (CASTRO, 2009, p. 117).

estilos de existência” (GARCIA, 2002, p. 29). Os corpos dos estudantes, por meio das tecnologias do sexo, podem ser controlados, o que caracteriza a escola como uma das instituições em que se instala o dispositivo da sexualidade, investindo-se continuamente na produção de sujeitos com determinadas formas de viver a sexualidade. Desse modo, enquanto professora de Biologia, que vivi a escola, e agora me constituindo como pesquisadora em Educação, associo minha produção e o encontro com o objeto de pesquisa, com o ambiente escolar e suas tecnologias de governo, que são colocadas em ação por meio das pedagogias da sexualidade.

Aqui, emergem reminiscências relacionadas aos meus primeiros anos, quando vivia na região rural do município de Silvânia, interior do estado de Goiás, no início da década de 1980. Nesse momento histórico, as escolas do campo funcionavam sob a modalidade multisseriada³, com uma professora responsável por todos/as os/as estudantes, da primeira à quarta série primárias, que ocupavam uma mesma (e única) sala de aula. Essa profissional exercia todas as demais funções inerentes ao funcionamento de uma escola, que passavam pelo preparo da merenda, faxina dos espaços e atividades administrativas. Entre 1982 e 1984, essa professora era minha mãe, professora leiga, tendo frequentado a escola formal durante um único ano de sua vida. Caçula de três irmãos e sem outras pessoas que pudessem assumir as tarefas de cuidado comigo enquanto minha mãe estivesse na escola, entre os 2 e os 4 anos, participei não somente das aulas, como também do preparo da merenda e da limpeza da escola. Assim, passei pela alfabetização nessa etapa da vida, iniciando também minha íntima relação com o ambiente escolar. A mudança de minha família para a cidade deu-se quando completei cinco anos, justificada pela busca por melhores condições de estudos para mim e meus irmãos.

Nos dez anos subsequentes a esse episódio, cursei o Ensino Fundamental e Médio em escolas estaduais da cidade, que mantinham características marcadamente vinculadas ao pensamento conservador e autoritário remanescente da ditadura militar, que comandou o país oficialmente até 1984 e que manteve suas marcas em todo o sistema educacional ao longo dos anos seguintes. Compôs ainda a tecitura de minha existência, a cultura religiosa ligada à Igreja Católica, vigente em uma cidade interiorana com mais de dois séculos de história. Nesse contexto, participei de todos os desfiles cívico-militares em datas comemorativas, memorizei hinos diversos, repeti salmos, e, como grande parte de outros/as adolescentes de nosso país, que frequentou escolas públicas na década de 1980, não tive aulas de Filosofia, Sociologia e Artes.

³ Prática usual nas escolas do campo, em que estudantes de diversas séries, com distorção de idades, tinham aula com um/a único/a professor/a, que era responsável por planejar e executar conteúdos diferentes, num mesmo espaço.

Assim, fui eficientemente forjada para o enquadramento às normas de uma conduta moral e religiosa, formatada para a obediência: um *corpo dócil e útil*, tomando de empréstimo termos de Foucault (2017).

Durante o Ensino Médio, desenvolvi predileção especial pelos estudos da Língua Portuguesa, motivada pela atuação do professor responsável por esse componente curricular que, durante sua prática docente, fugia ao que era estabelecido como norma, naquele período de minha formação, promovendo atividades interativas na sala de aula; interessei-me muito pela Biologia, também motivada pela professora da disciplina, que apesar de atuar fora de sua área de formação, já que era socióloga, não media esforços para nos encantar pelo “estudo da vida”. Os dois, ele e ela⁴, ajudaram-me a acreditar que eu poderia ser professora também. Àquela altura, no final de 1996, precisei decidir-me entre os dois cursos de licenciatura que eram oferecidos pela Universidade Estadual de Goiás (UEG), em Anápolis, distante 68 Km de onde residia com meus pais, instituição na qual eu teria condições de acesso. O curso de Letras era um desejo, mas também interessava-me conhecer o corpo e seus mecanismos de funcionamento, o que me fez pensar em cursar Biologia. Essas duas opções de curso eram as que estavam ao alcance de minhas possibilidades para a continuidade dos estudos, já que eu não dispunha de recursos financeiros para manter-me residindo na capital do Estado e, para aquela universidade, a administração municipal disponibilizava transporte gratuito. Ainda assim, a necessidade de desempenhar alguma função remunerada que pudesse garantir a manutenção de outras despesas geradas pelo curso se fazia presente.

Essa escolha entre os dois cursos foi mediada por uma outra professora⁵, que atuava como diretora do colégio onde cursei o Ensino Médio⁶. Ela informou-me que acabara de sair uma nova lei⁷, que exigiria que todos/as os/as professores/as atuantes nos níveis básicos de ensino deveriam, em dez anos, ter concluído um curso de licenciatura nas áreas específicas de atuação e, como em nossa pequena cidade não haviam pessoas licenciadas em Ciências Biológicas, aquela seria uma grande oportunidade para minha inserção imediata na docência. Foi desse modo que fiz a opção pela Biologia, ainda que mantivesse um vínculo com os estudos

⁴ Professor Inácio José de Paula e Professora Eleusa Maria Leão, respectivamente.

⁵ Professora Maria das Graças Corrêa (Marizinha).

⁶ Colégio Estadual Professor José Paschoal da Silva, localizado na cidade de Silvânia-GO.

⁷ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), que estipula, nos artigos 62 e 63 a exigência de nível superior para professores/as da Educação Básica e estabeleceu o prazo de dez anos para que os sistemas de ensino se adequassem às normas, período que ficou conhecido como “a década da educação”.

“Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 4º Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” (BRASIL, 1996).

da linguagem. Mesmo sem que eu soubesse, essa escolha foi feita de modo implicado com as políticas públicas vigentes.

Tornar-me professora passou a ser uma possibilidade real de inserir-me em uma atividade profissional, naquele lugar e naquele tempo. Logo no primeiro ano da graduação, a docência entrou em minha vida: como uma oportunidade de renda para subsidiar a continuidade dos meus estudos, numa época em que o acesso às Universidades Públicas por pessoas socialmente vulneráveis, como era meu caso, era restrito. Foi ministrando aulas de Língua Portuguesa para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ofertada pela mesma escola onde eu havia cursado o Ensino Médio, vinculada à Secretaria de Estado de Educação de Goiás (SEDUCE-GO), no turno noturno, que ingressei na carreira docente, ainda menor de idade. A mesma diretora que havia me auxiliado no momento da escolha do curso, ofereceu-me a oportunidade de iniciar a docência, mesmo que atuando fora da área em que eu estava me formando.

Somente a partir da segunda metade do curso de graduação, tive oportunidade de assumir aulas de Biologia, numa escola confessional⁸, conveniada à SEDUCE-GO, de minha cidade de origem, que estava em fase de implantação do Ensino Médio e buscava professores/as com (ou em) formação nas áreas específicas. Especificamente naquela escola, as normas ligadas ao cerceamento das condutas sexuais pareciam ainda mais explícitas que nas demais e, somadas a tantas outras estabelecidas a partir das relações de saberes e poderes nesse ambiente, tinham como alvo não somente o corpo discente, mas sobretudo o corpo das professoras. A ação docente era posta sob vigilância, não podendo escapar às normas da instituição eclesiástica, que se confundiam com a proposta da escola e vice-versa.

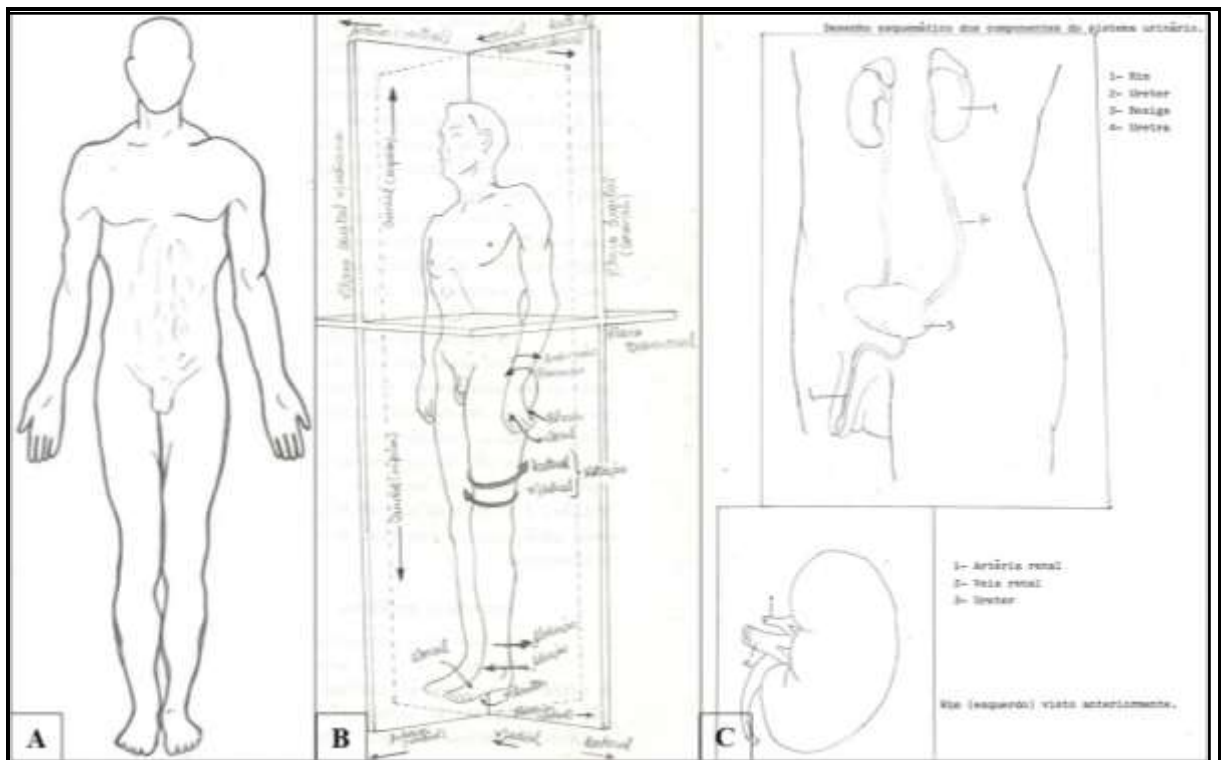
Desse modo, ao mesmo tempo que me formava como licenciada em Biologia, iniciava a docência em um ambiente onde as relações eram baseadas na coerção, por meio do exercício de um poder pastoral⁹, que se caracteriza pela “[...] arte de conduzir, de dirigir, de levar, de guiar, de controlar, de manipular os homens, uma arte de segui-los e de empurrá-los passo a passo, uma arte que tem a função de encarregar-se dos homens coletiva e individualmente ao longo de toda a vida deles e a cada passo de sua existência” (FOUCAULT, 2008a, p. 219). Foi um período marcado por um intenso movimento de construção e consolidação de saberes que atuaram fortemente na construção de minha identidade.

⁸Escolas confessionais são as que estão vinculadas a uma instituição religiosa e difundem, dentre os conhecimentos sistemáticos de cada disciplina, sua visão filosófica intrinsecamente relacionada à perspectiva religiosa.

⁹O cristianismo elegeu essa forma de poder que Foucault (2008a) define como poder pastoral. É um tipo de poder que esteve por mais de um milênio associado à instituição religiosa. No entanto, na contemporaneidade, esse poder penetrou em várias instituições, inclusive na escola.

Nesse processo, estudar o corpo sempre despertou-me um interesse especial, tendo vivas na memória as aulas de anatomia humana e, entre meus guardados, um portfólio feito em 1998, contendo vários desenhos que fiz como requisito parcial para aprovação nesse componente curricular da graduação. O corpo sobre o qual me debrucei, nas aulas práticas de laboratório, nos livros de anatomia e que reproduzi nos meus desenhos foi: masculino, branco e atlético, conforme os padrões hegemônicos (Figura 1).

Figura 1 - Reprodução de imagens que compõem o portfólio de anatomia humana. A: posição anatômica; B: planos de segmentação e secção do corpo humano; C: sistema urinário

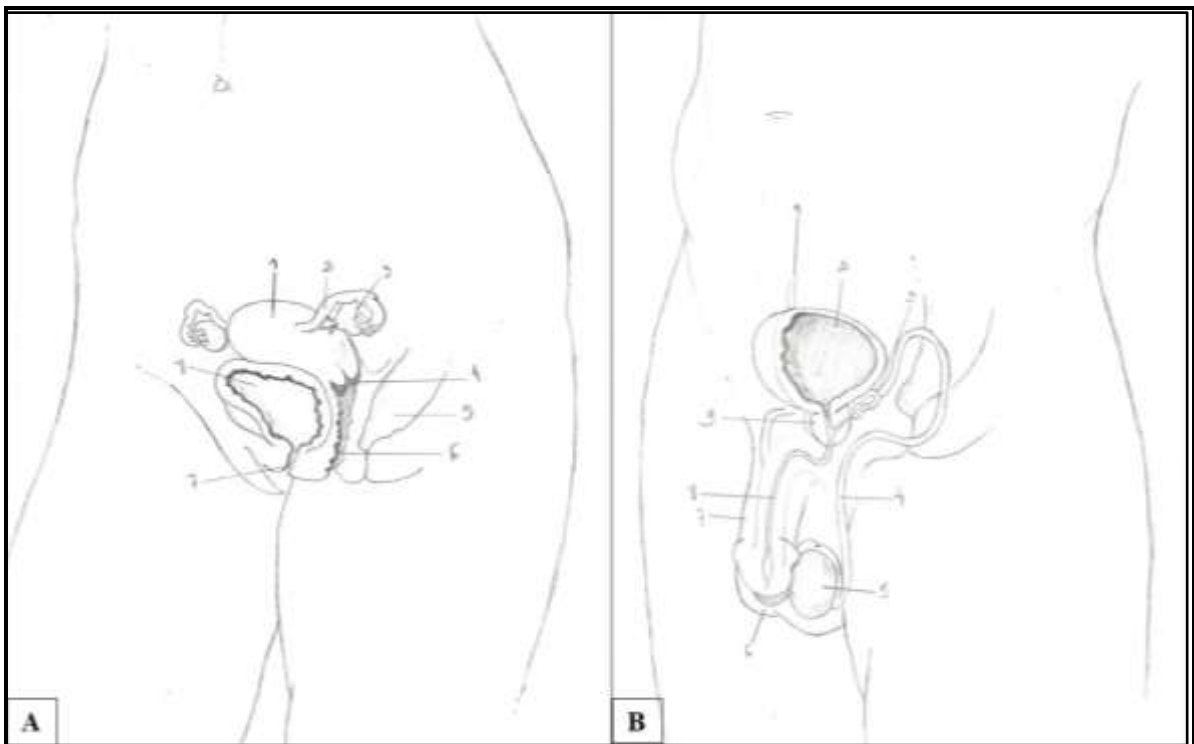


Fonte: Imagens digitalizadas a partir do portfólio elaborado pela autora em 1998.

Os contornos corporais e a posição anatômica reproduzidos na Figura 1 foram tomados como o padrão humano, uma referência de corpo normal, mesmo que o meu corpo não se enquadrasse a essa norma. Esse era o corpo da Biologia, o corpo dos livros e passou também a ser o corpo que ilustrou as minhas aulas. Essa norma de que o corpo masculino deveria ser tomado como padrão foi tão presente que, dentre 86 pranchas minuciosamente desenhadas por mim, ao longo de um ano, estão presentes em apenas três, as particularidades do corpo feminino (Figura 2). Ao revisitar essa experiência, aciono Elisabeth Macedo (2007, p. 49), quando ela afirma que “[...] nos contornos masculinos, além de esqueleto e músculos que indicam uma estrutura rígida e forte, são inseridos sistemas nobres, como o circulatório, respiratório e digestório”.

A anatomia do clitóris não foi sequer mencionada em nenhuma das disciplinas, que estiveram centradas em estudos anatômicos. Margareth Rago (2002, p. 182), ao revisitar a história do corpo feminino observou “[...] nos textos médicos do século XIX e das primeiras décadas do século XX, na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil um conhecimento bastante aprofundado sobre o corpo feminino pela medicina moderna” e levantou a hipótese de que “[...] o clitóris é silenciado física e discursivamente em períodos de maior controle sobre a mulher” (RAGO, 2002, p. 183). Conforme o estudo desenvolvido pela pesquisadora, o clitóris foi descrito em 1559, sendo apresentado como o pênis feminino e, inclusive referenciado dessa maneira em um manual de parteiras datado de 1671. No entanto, a primeira descrição anatômica completa do clitóris foi realizada em 1998, por Helen O’Connell e colaboradores/as, do departamento de urologia do Royal Melbourne Hospital, Austrália (O’CONNELL et al., 1998), o que corrobora a hipótese do silenciamento levantada por Rago (2002).

Figura 2 - Reprodução de imagens que compõem o portfólio de anatomia humana. A: sistema genito-urinário feminino; B: sistema genito-urinário masculino



Fonte: Imagens digitalizadas a partir do portfólio elaborado pela autora em 1998.

A Figura 2 apresenta dois tipos de configuração anatômica de sistemas genitais, como se estas fossem as únicas possibilidades possíveis para a espécie humana. Naquele momento de minha formação acadêmica e profissional, a presença de ovários, útero e vagina foi colada à figura da mulher, enquanto que ter testículos e pênis seria requisito para o ser homem. Ao longo do meu curso de graduação, tive pouco acesso ao conhecimento sobre corpos intersexo: por

meio de notas de rodapé em livros de Embriologia, remetendo ao conceito de aberrações, ou associados ao termo hermafroditismo. É como se, nesse período de minha formação, corpos de mulheres fossem tomados como uma variação de corpos masculinos. Ao retomar os meus desenhos constato que os únicos em que retratei órgãos genitais humanos obedeceram a um padrão médico-higienista (Figuras 1 e 2), sem pelos pubianos ou variações anatômicas que escapassem a essa norma instituída, além de representarem sempre o binarismo saúde/doença, buscando um ideal de saúde como meta de vida.

Em contato com essa Ciência asséptica, que “[...] domou o sexo com medo de ser dominada” (RAGO, 2002, p. 187), assuntos como a anatomia e fisiologia do prazer sexual feminino, como temas de estudo das Ciências Biológicas, estiveram ausentes do currículo do curso no meu processo formativo inicial. Em todos os desenhos que evidenciaram as partes componentes do sistema esquelético e muscular, estão corpos masculinos, negando aos corpos com vaginas a representação da força, mobilidade e agilidade, tão associadas aos corpos com pênis. Macedo (2007, p. 49), a partir da análise de currículos, afirma que “[...] à mulher se associam nervos e hormônios, assim como questões imunológicas frequentemente ligadas a doenças sexualmente transmissíveis”. Assim, segui meu percurso formativo enquadrada às normas binárias de gênero, ao padrão binário de sexo biológico, e, sem dúvida, vinculada à moral cristã heteronormativa.

Quando assumi, como professora de Biologia, o Ensino Médio na escola mais tradicional da cidade, um colégio com mais de 80 anos de história, dirigido por uma congregação de freiras, que eu nunca havia frequentado como aluna, ainda era estudante de graduação. Nessa escola precisei falar sobre sexualidade com os/as adolescentes. Na ocasião, participei de reuniões de estudo de manuais que ensinavam técnicas de manutenção da castidade e inibição de toda e qualquer forma de expressão da sexualidade para que eu pudesse adequar-me à perspectiva adotada pela escola e diretamente vinculada às concepções da Igreja Católica lá defendidas. Ali se instaurava um modelo em que à professora de Biologia caberia a tarefa de reafirmar ideias hegemônicas, do campo da sexualidade reprodutiva¹⁰, tais como: o valor da manutenção da virgindade até o casamento, da heteronormatividade¹¹, a vida casta e a vigilância

¹⁰ Aqui, alinho-me à ideia de que “as normas de gênero encontram no campo da sexualidade reprodutiva um dos mais poderosos argumentos para justificar as teses naturalizantes acerca das identidades sexuais e de gênero e as violações dos direitos das pessoas que pareçam delas destoa” (JUNQUEIRA, 2012, p. 66).

¹¹ De acordo com Miskolci (2009, p. 332), “a heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade [...] é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo: formar a todos para a heterossexualidade ou para organizarem suas vidas a partir de seu modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’”.

dos próprios pensamentos, a fim de se distanciarem do que seriam consideradas, pela moral cristã, como práticas promíscuas. Essas ideias eram permeadas pelo medo, sobretudo das então chamadas doenças sexualmente transmissíveis (DST¹²) e da gravidez não planejada.

Apesar da norma vigente e do evidente controle do que dizer e do que ensinar naquela escola, passei a me ver em um espaço da docência onde era permitido falar sobre sexo, no início dos anos 2000, ainda que dentro da perspectiva que minha formação permitia: a médico-higienista. Naquela instituição, com arquitetura similar ao panóptico descrito por Foucault (1987), da figura das diversas religiosas desempenhando o papel de vigias, eu não abordava o sexo como construção social, não tratava a sexualidade como forma de expressão de prazer e exercício de poder, mas abordava a sexualidade como sexo biológico, biologizado e biologizante, restringindo-me a falar das funções reprodutivas. Por inúmeras vezes, fui protagonista de uma ação docente que tratava a heterossexualidade como norma e ressaltava os *perigos* ligados à relação sexual, evidenciando as infecções sexualmente transmissíveis (IST) e a gravidez na adolescência como algo que deveria ser evitado a qualquer custo.

A esse tempo, o sistema educacional brasileiro já era regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, com a qual pude ter contato ainda nos anos de graduação e a partir da qual foi possível a promulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998). A partir de então, apesar de meu desconhecimento, a educação sexual na escola foi referendada pelo Tema Transversal *Orientação Sexual*, tendo sua concepção definida no referido documento da seguinte forma:

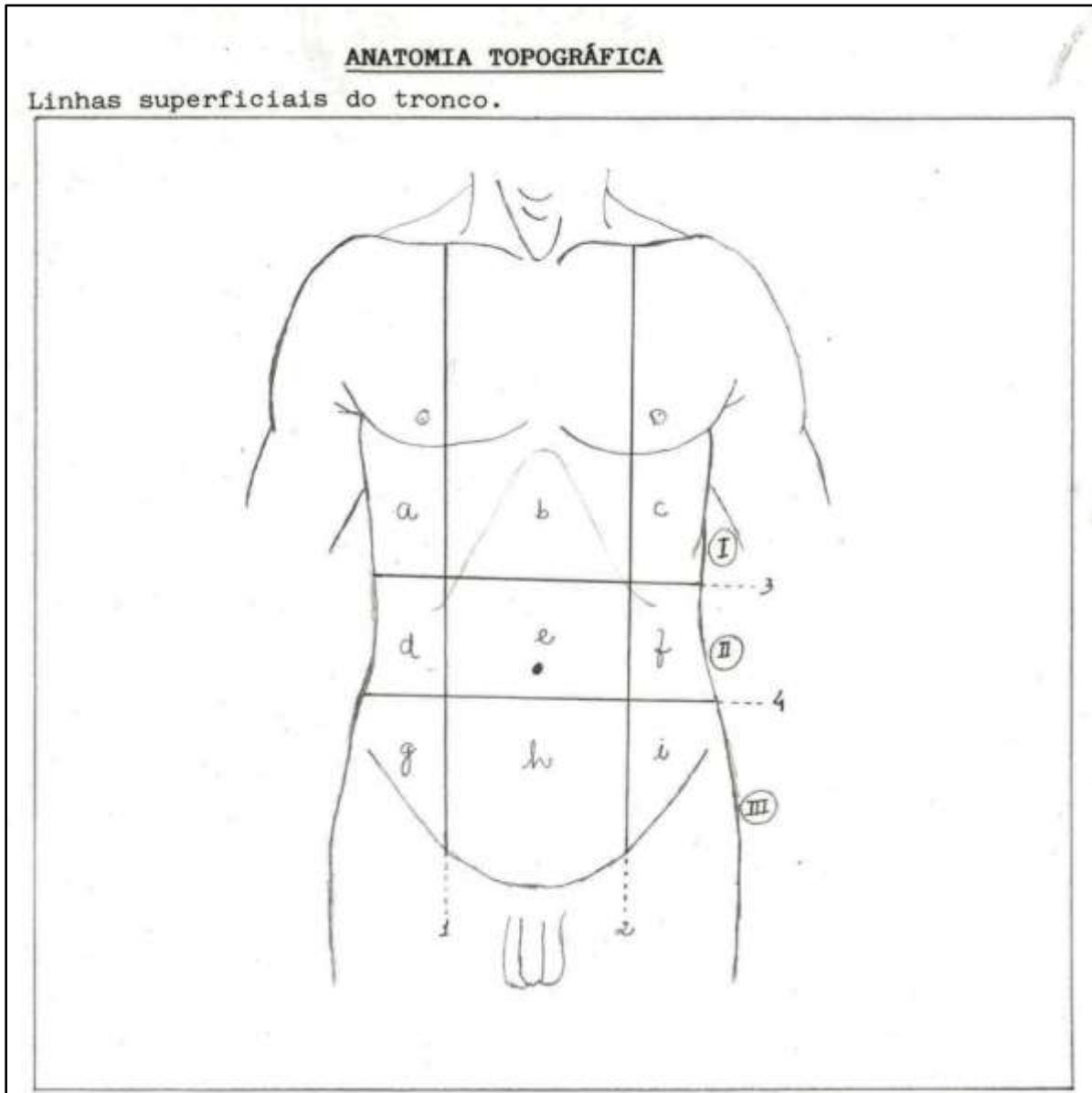
a sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico (BRASIL, 1998, p. 295).

Apesar dos PCN, como professora de Biologia, segui apresentando aos/às adolescentes a ideia de sexualidade vinculada às funções reprodutivas, favorecendo a memorização de nomes

¹² Como uma atualização da estrutura regimental do Ministério da Saúde, a partir do Decreto nº 8.901/2016 publicada no Diário Oficial da União em 11.11.2016, Seção I, páginas 03 a 17, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais passou a usar a nomenclatura IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) no lugar de DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis). Informação Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/noticias/departamento-passa-utilizar-nomenclatura-ist-no-lugar-de-dst>. Acesso em 05 de fevereiro de 2021.

de órgãos e estruturas, esquadrinhando o corpo em linhas, planos, zonas e regiões, como na Figura 3, constituinte do meu portfólio tão bem-produzido no meu curso de graduação.

Figura 3 - Reprodução de imagem que representa linhas e planos de secção do corpo humano



Fonte: Imagem digitalizada a partir do portfólio elaborado pela autora em 1998.

Esse corpo dividido em planos, zonas e regiões que se fez presente no portfólio, nas aulas ministradas por mim e nos livros didáticos com os quais tive contato naquele período, era um corpo morto, fragmentado e desconectado da vida. Um corpo distanciado das principais dúvidas que permeiam a vida das pessoas.

Ao concluir a graduação, passei a atuar em outra escola, também ligada à Igreja Católica, mas dirigida e mantida por uma congregação de padres e que tinha como lema a formação do *bom cristão e honesto cidadão*. Assim, tornei-me a única professora licenciada

em Biologia da cidade, atuando nas duas principais escolas confessionais da região, quando passei a ser acionada pelas comunidades escolares, sobretudo por colegas docentes e pelos/as próprios/as estudantes, sempre que surgia a demanda de falar sobre o corpo e as mais diversas manifestações da sexualidade. Desse modo, ainda tratando o corpo de forma fragmentada e a prescrição sobre como manter a saúde como ideal a ser alcançado por todos/as os sujeitos escolares, permaneci por mais um ano nessa condição, até afastar-me temporariamente da docência em busca de novos voos: dessa vez, o mestrado.

Ingressei, em 2001, no Programa de Pós-Graduação em Biologia, vinculado ao Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Tal programa passou por reestruturações e, na atualidade, não é mais ofertado nos mesmos moldes da época em que ingressei. Na ocasião, entrei na linha de pesquisa denominada Morfologia Animal, na qual existia uma pesquisadora¹³ que oferecia orientação na área de Museus de Ciência. Foi um período de intenso aprendizado, mergulhada no domínio de técnicas anatômicas para a montagem de coleções de espécimes taxidermizados¹⁴, em resina, látex, glicerina e tantas outras técnicas, desenvolvendo o estágio-docência no laboratório de anatomia humana daquela instituição e atuando como colaboradora em projetos de popularização da Ciência¹⁵. O organismo continuou sendo o foco de minhas atenções, sob a perspectiva do corpo como uma coleção de órgãos, desconsiderando sua intersecção com a cultura e com a produção de subjetividades.

Ao final do ano de 2003, já com o título de mestra em mãos, fui aprovada no concurso público para o cargo de professora da Rede Estadual de Educação de Goiás, tendo sido alocada em minha pequena cidade de origem e, com muita esperança de poder voltar a atuar nas duas escolas confessionais onde já tinha estabelecido laços, voltei. No entanto, assumi a vaga de professora efetiva de Biologia no Colégio Estadual onde havia concluído o Ensino Médio: o que atendia as classes populares da cidade, que não tinha vínculo com denominações religiosas e onde eu também tinha laços afetivos muito fortes. Naquele lugar, passei a conviver com a pluralidade sexual e de gêneros, ao mesmo tempo em que me tornava mãe. Além disso, aqueles saberes construídos até ali, já não me eram suficientes, pois estava num processo de subjetivação marcado pela abertura para o encontro com o que ainda não sabia. E nesse fazer-me docente, na relação com o outro e com as múltiplas realidades, dilemas e contradições,

¹³Professora Doutora Jussara Rocha Ferreira. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0797798481249047>

¹⁴A taxidermia é uma técnica de preparação anatômica que “[...] tem por objetivo tratar e conservar a pele do animal e conferir-lhe uma aparência de vida” (MADI FILHO, 2013, p. 53).

¹⁵Participação e colaboração em eventos promovidos pelo Museu Dinâmico Interdisciplinar da Universidade Estadual de Maringá (MUDI/UEM): <http://www.mudi.uem.br/>.

encontrei mais dúvidas do que certezas, deixei mais perguntas abertas do que soluções definitivas, por acreditar que o saber docente aberto à experiência, mais do que à repetição, tem qualidades especiais, afinal “[...] uma experiência é sempre uma ficção; é algo que se fabrica para si mesmo, que não existe antes e que existirá depois” (FOUCAULT, 2004a, p. 45).

Ao longo de oito anos naquela escola, dividida entre as funções administrativas, de gestão e docência, fui percebendo que a abordagem do sexo e da sexualidade humana como fenômenos estritamente biológicos não conseguia aquietar os anseios de minhas alunas adolescentes que sofriam com relacionamentos abusivos, que lidavam com a maternidade precocemente, que recorriam à pílula do dia seguinte. Também essa Biologia não conseguia consolar os/as estudantes que conviviam com o medo da AIDS, da sífilis e da gonorreia, afinal até ali só haviam aprendido a ter medo do sexo e das consequências nefastas de sua “prática imprópria”. Nesse contexto, passei a ser a pessoa adulta a quem eles recorriam diante de tais situações, às quais eu não sabia como resolver. Como ajudar tantas pessoas a viver sua sexualidade além dos aspectos biológicos? Busquei por respostas a tais questionamentos nos currículos de Biologia, nos livros didáticos, nos recursos multimídia e em cursos de Especialização à Distância.

Em julho de 2012 ingressei, via concurso público, como docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Urutaí (IFGoiano-Urutaí), após pedir exoneração dos vínculos com a SEDUCE, assumindo o cargo de professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), vinculada ao núcleo de Ciências Biológicas da referida instituição, onde mantive minha atuação como professora de Biologia no Ensino Médio e também passei a ministrar disciplinas voltadas ao ensino de Biologia no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Nesse contexto, percebi que o maior temor dos/as futuros/as professores/as estava vinculado às questões atinentes a corpos, gêneros e sexualidades. Na condição de docente do IFGoiano-Urutaí, tive oportunidades de ampliar meus olhares, por meio da participação de diversos eventos científicos voltados ao ensino de Biologia em diferentes regiões do país, estabelecendo relação direta com renomados/as pesquisadores/as da área.

A participação nos referidos eventos foi viabilizada principalmente em razão da minha atuação como coordenadora de área, no subprojeto Interdisciplinar 2017, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) do IFGoiano-Urutaí, GO, entre março de 2014 a dezembro de 2017, já que atuei como coordenadora. Nesse subprojeto, coordenei um grupo de licenciados/as dos cursos de Ciências Biológicas, Matemática e Química, atuando em duas escolas da rede estadual de ensino do estado de Goiás, centro-oeste brasileiro. O grupo composto por 15 estudantes, em média, realizava intensa atividade de estudos e produção

acadêmica. A participação nos eventos (inclusive dos/as estudantes) foi viabilizada pelo aporte financeiro do governo federal para o referido programa, e recursos do próprio IFGoiano¹⁶. Destaco o Encontro Nacional das Licenciaturas (ENALIC), nas edições de 2014¹⁷ e 2016¹⁸ e o Seminário Institucional do Pibid do IFGoiano. Entre 2015 e 2017, estive também envolvida em projetos da área da Educação Ambiental que envolveram a estruturação de Museus de Ciências, na esteira do que já havia desenvolvido durante o mestrado, e a orientação de projetos de Iniciação Científica¹⁹.

Em agosto de 2017, junto a um grupo de licenciandos/as integrantes do Pibid, aprovamos dois trabalhos completos²⁰ no *IV Encontro Regional de Ensino de Biologia (IV EREBIO)*, realizado pela Universidade Federal de Uberlândia, no *Campus Umuarama*, na cidade de Uberlândia-MG. Durante a participação no citado evento, tomei contato com pesquisadores/as do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e interessei-me muito pelas pesquisas desenvolvidas no âmbito da Linha de Pesquisa Educação em Ciências e Matemática.

Conhecer o trabalho e pesquisadores/as do PPGED/UFU, da Linha de Educação em Ciências e Matemática motivou-me a participar do processo seletivo do programa ainda no ano de 2017, concorrendo a uma vaga na referida linha. Fui aprovada com o projeto de pesquisa intitulado *Dimensão educativa dos museus de ciência: (re)conhecimento desses ambientes no estado de Goiás*. No entanto, ao longo do primeiro semestre do Curso de doutorado, entrei em contato com o Grupo de Pesquisa Gênero, Corpo, Sexualidade e Educação (GPECS), liderado pela orientadora desta tese, e, a partir de então, conheci um grupo de pessoas que estudam e produzem conhecimentos sobre corpo, gênero e sexualidade no diálogo com o ensino de Biologia.

¹⁶ Durante o período citado, a instituição contava com o Programa Institucional de Incentivo à Divulgação e Participação em Eventos Científicos, Tecnológicos e Inovação para servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (PIPECTI/IF GOIANO), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPi), que atendia a discentes e servidores da instituição, via editais de seleção mensais. O programa sofreu drásticos cortes a partir de 2019, deixando de atender a servidores e reduzindo significativamente os valores destinados ao corpo discente.

¹⁷ O evento aconteceu entre 08 e 12 de dezembro de 2014, na cidade de Natal-RN.

¹⁸ O evento aconteceu entre 14 e 16 de outubro de 2016, na cidade de Curitiba-PR.

¹⁹ Uma dessas orientações gerou um artigo, que foi apresentado no V CNEA (Congresso Nacional de Educação Ambiental), em 2017, a partir do qual foi publicado um capítulo de livro, MONTALVAO, M. F.; SOUSA, D. C.; VIANA, K. M. S.; SILVA, L. A. S. Montagem de peças anatômicas a partir de carcaças de animais atropelados das famílias *Canidae* e *Felidae* para a composição do acervo de um museu da fauna do cerrado. In: Giovanni Seabra. (Org.). Educação Ambiental: ensino, pesquisa e práticas aplicadas. 1 ed. Ituiutaba-MG: Barlavento, 2017, v. 5, p. 846-856. Outro desmembramento do projeto foi publicado nos Anais de evento científico: SOUSA, D. C.; SILVA, L. A. S. Montagem de peças anatômicas de tamanduá (família *Myrmecophagidae*) para a composição do acervo de um museu da fauna do cerrado. In: I Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão - Regional Catalão (CONPEEX), 2015, Catalão-GO. Anais do I CONPEEX Regional Catalão, 2015.

²⁰ Disponíveis em: <https://drive.google.com/file/d/1RAVW4qxd-pKN2doy0zzWocAxm8NAZqDK/view>.

Nesse movimento, solicitei a mudança de orientação e dei início à construção de um novo projeto de pesquisa, com o desafio de retomar os antigos anseios de saber sobre a sexualidade, e sobre o modo como a Biologia que se ensina na escola pode contribuir para as múltiplas e variadas dimensões da sexualidade, bem como de outros debates inscritos na materialidade do corpo humano. Assim, fui levada a pensar que “[...] existem momentos na vida em que a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir” (FOUCAULT, 2018, p. 13).

Se o ingresso de uma bióloga no PPGED já era uma mudança brusca na construção de mim, o contato com as perspectivas teóricas adotadas pelo GPECS foi um desafio ainda maior, um constante convite a ir além de mim mesma. Nesse sentido, a apropriação de conceitos relativos ao campo de estudos com o qual me alio é um processo lento, o descortinar de um modo de pensar até o início do doutorado desconhecido por mim. Desse modo, a tese é tecida à medida em que me aproximo de leituras de matriz foucaultiana, dos Estudos Feministas e de Gênero, dos estudos pós-estruturalistas. Leituras que deslocam certezas e exigem um intenso processo de (re)elaboração e, sobretudo de (des)aprendizagens.

No processo de construção do novo projeto de tese, estudar as masculinidades foi uma sugestão da orientadora da pesquisa, após discussões estabelecidas durante uma das sessões de apresentação oral no *XV Seminário Nacional O Uno e o Diverso na Educação Escolar*, onde apresentei um trabalho resultante de um projeto de extensão que coordenei no IFGoiano²¹. Era 2019, e ao longo daquele ano, debruçei-me sobre o levantamento de dossiês sobre masculinidades, também sob supervisão da professora orientadora, com vistas a pensar possibilidades de aproximações com o ensino de Biologia, trabalho que gerou uma publicação de artigo em periódico qualificado²². No entanto, nos (des)caminhos da pesquisa, novos encontros viriam, com possibilidades outras de pensar o pensamento. Em 2019, orientei um trabalho de conclusão de curso de graduação, no âmbito da Licenciatura em Ciências Biológicas

²¹ SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida; SILVA, Isabela Rangel; CARVALHO, Christina Vargas Miranda e. Formação continuada de professores de ciências: contribuições para a prática pedagógica na rede municipal de ensino de Orizona/GO. *Anais: XIV Seminário Nacional O Uno e o Diverso na Educação Escolar - III Encontro de Educação em Ciências e Matemática - XII Seminário de Prática Educativa/ Pedagogia Faced/UFU*, 2018, p. 2095-2104.

²²SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida; DE QUEIROZ SILVA, Elenita Pinheiro. Masculinidades no contexto escolar: como a temática é abordada em artigos publicados em dossiês de periódicos nacionais. **Diversidade e Educação**, v. 7, n. 2, p. 20–44, 2020. DOI: 10.14295/de.v7i2.9630. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9630>. Acesso em: 6 fev. 2021.

do IFGoiano²³, com foco nos estudos de gênero, sexualidade e educação, o que considero um marco em meu processo de mudança de olhar para e sobre a pesquisa em Educação.

A partir das muitas experiências como professora de Biologia no Ensino Médio, especialmente nas aulas em que o corpo e a sexualidade eram abordados, algumas perguntas e espantos iam se repetindo, com especial destaque à temática das ambiguidades sexuais. Observei que os meninos (sim, os meninos) tinham essa dúvida de maneira recorrente, por serem expectadores de filmes pornográficos que expunham corpos intersexo e, por esse motivo, queriam saber mais sobre as explicações biológicas daqueles corpos. Eu, como nunca havia tido contato, em minha formação acadêmica formal, com tais informações, costumava recorrer à *internet* e aos livros didáticos de Biologia, buscando por imagens ou textos que me apresentassem informações sobre o tema. Os conteúdos da Biologia escolar que eu trabalhava e que tive acesso na graduação tratavam sobre o assunto de forma bastante pontual e sem aprofundamento, em determinados materiais e temas de estudo.

Encontrava poucas informações, sempre associadas à ideia da anormalidade e, nos livros didáticos, estava sempre em capítulo intitulado *Aberrações cromossômicas*, no livro do terceiro ano do Ensino Médio, ou em textos complementares que reiteravam a urgência em se *corrigir* o sexo (biológico-genital) das pessoas, adequando-os em conformidade com os padrões binários e heteronormativos, de forma a enquadrá-los à norma da heterossexualidade compulsória²⁴. As informações que trazia das minhas salas de aula e as constatações de que para falar sobre corpos intersexo precisava buscar em outras fontes ganham *força* a partir de constatações, como a da professora Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, ao afirmar que

o que antes era considerado como hermafrodita, monstro moral, passa a ser pessoa intersexo e continua sendo apresentada, nos textos escolares e da ciência, como forma de existência no campo da anormalidade ou ‘ambiguidade genital’, ‘inadequação genital’, ‘genitália incompletamente formada’. E, assim, processa-se o deslocamento

²³Trabalho intitulado: *Formação Docente e sexualidade: o que pensam os/as licenciandos/as em Ciências Biológicas?*, de autoria de Mariana de Sousa Araújo. Os desdobramentos desse trabalho foram publicados em: ARAÚJO, Mariana de Sousa; FERREIRA, Alessandra Pavolin Pissolati; SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida. "Ideologia de gênero" em uma turma de licenciatura em Ciências Biológicas: é possível ter esperança? **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, v. 13, n. 2, p. 426-444, 2020. DOI: [10.46667/renbio.v13i2.366](https://doi.org/10.46667/renbio.v13i2.366). Disponível em: <http://sbenbio.journals.com.br/index.php/sbenbio/article/view/366>. Acesso em: 6 fev. 2021. Outra publicação gerada a partir dessa pesquisa foi: DE SOUSA ARAÚJO, Mariana; SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida. Educação para a sexualidade e formação inicial docente: um olhar sobre o projeto pedagógico de um curso de licenciatura em Ciências Biológicas. *In.: Itinerários de resistência: pluralidade e laicidade no Ensino de Ciências e Biologia*. 1ed.: Editora Realize, 2021, v.1, p. 2289-2298. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-do-encontro-de-ensino-de-biologia-da-regional-nordeste--viii-erebio-ne--e-o-simposio-cearense-de-ensino-de-biologia--ii-sceb->. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

²⁴Heterossexualidade compulsória é um conceito que emergiu na década de 1980, no artigo *Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica*, no qual Adrienne Rich, refere-se à heterossexualidade como uma “[...] única forma considerada normal de vivência da sexualidade” (COLLING, 2015, p.24).

entre sexo, gênero e corpo como materialidade política, histórica e cultural (SILVA, E. P. Q., 2015, p. 204-205).

A interação com a produção da professora orientadora desta pesquisa foi marcante na busca por outros olhares para a Biologia escolar e pelos estudos de corpo, gênero e sexualidade. Hoje, entendo que, desde o início de minha carreira docente, as discussões relativas ao corpo, gênero e sexualidade, limitadas aos aspectos biológicos e biomédicos, desconectadas da cultura, não respondiam aos anseios dos/as meus/minhas estudantes, tampouco aos meus enquanto docente, mulher, mãe, estudante. Dentre as primeiras leituras que realizei neste novo percurso, destaco da tese de doutorado da minha orientadora, extratos que me afetaram muito.

A Biologia, em seus textos e discursos, tem estruturado o conhecimento e sua forma de apresentação pelo pensamento disjuntivo, observação esta encontrada nos textos que circulam no espaço da educação escolarizada. Ou seja, a regra é: ou se está dentro, ou se está fora. Ou é branco, ou é preto. Ou é macho, ou fêmea. Apaga-se o que a própria Biologia apresenta como campo de possibilidade e potencialidade: a multiplicidade, a diversidade, os fluxos (SILVA, E. P. Q., 2010, p. 142-143).

Problematizar a noção de organismo inventado pela Biologia que separa o biológico do cultural, do social, tanto o conhecimento quanto o que ele produz, é pensar ou dar a pensar sobre o que ensinamos e sobre o que aprendemos (p. 145). [...] O que a escola e a Biologia apresentam como corpo e *no* corpo e o que está fora, é o que a escola não alcança: a vida cotidiana. A vida em seu acontecer escapa do controle da escola e da disciplina Biologia (SILVA, E. P. Q., 2010, p. 156).

A instituição escola, e os programas a ela associados (os currículos), investem na separação da vida, do que ela pode; e, assim, falsifica o viver, como falsifica o pensar. E a vida é apresentada fora do imediato, fora do acontecimento, com faz a disciplina Biologia. Paradoxalmente, ela não mostra a vida ativa, intensiva, ela afasta a ideia do corpo como devir, do pensamento como devir e investe num corpo morto de forma que o desejo é aniquilado (SILVA, E. P. Q., 2010, p. 162).

O encontro com essa produção mobilizou-me no sentido da busca por uma Biologia outra, por outras formas de ensinar e de aprender, de modo que segui no mergulho no sentido do encontro com outras produções que pudessem auxiliar-me na construção da pesquisa e de mim mesma.

A partir do segundo semestre do doutoramento, contemplada pelo afastamento para capacitação²⁵, investi na participação em eventos científicos e destaco um acontecimento específico que vivi no *VII Encontro Nacional de Ensino de Biologia (VII ENEBIO)* e *I Encontro Regional de Ensino de Biologia Norte (I EREBIO Norte)*, realizado entre 3 a 6 de setembro de 2018, em Belém-PA. Neste evento estabeleci o primeiro contato com o professor Sandro Prado

²⁵Como servidora efetiva do quadro de Professores de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Instituto Federal Goiano Campus Urutaí (IFGoiano-Urutaí), concorri ao Edital N° 4 de 07 de março de 2018 (republicado em 14 de março de 2018), do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICSS), tendo sido contemplada com o afastamento integral das atividades docentes.

Santos²⁶ que, apesar de ter defendido sua tese de doutorado sob a orientação de minha também orientadora poucos meses antes do evento, ainda não havíamos sido apresentados. Na ocasião, pude assistir a uma mesa de debates da qual o referido professor fazia parte, e uma afirmação dele marcou significativamente o processo de refazimento do projeto de doutorado. A afirmação a qual me refiro está transcrita a seguir:

os endurecimentos dos territórios do ensino de Biologia apoiam-se nas narrativas da Ciência, sobretudo nas explicações genéticas, para produzir um efeito de verdade do gênero. Nas aulas ventila o modelo estabelecido do gênero binário aos corpos mulheres-útero-óvulo-XX e homem-XY-espermatozóides. A essência verdadeira das pessoas trans ao se reconhecerem como homens e mulheres está na genética e nas células germinativas (SANTOS, S. P., 2020, p. 249).

Essa fala atravessou-me, de modo que saí daquele evento dizendo a mim que não seria mais a mesma professora de Biologia que havia sido até ali e, nesse sentido, aciono Michel Foucault (2008b, p. 20), apropriando-me da ideia de que “[...] não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo [...]”. Concomitantemente à participação nos eventos, segui cursando as disciplinas e exercitando a leitura no campo da pesquisa em Educação, além de ensaiar os primeiros passos no estudo da Filosofia. Esses movimentos foram acompanhados de perto pela orientadora da pesquisa, que além de incentivar-me ao exercício constante da escrita, lendo e relendo artigos e trabalhos submetidos a eventos em diversas regiões do país, colocou-me em contato com pesquisadores/as do campo, possibilitando-me a realização de parcerias interinstitucionais. Desse modo, sempre com a anuência e presença da orientadora, participei de diversas produções, o que foi de extrema relevância para uma aproximação da pesquisa em Educação, apropriação de conceitos e, sobretudo, para o estabelecimento de parcerias com outros grupos de pesquisa.

Na cidade de Catalão-GO, após indicação de minha orientadora, tive a oportunidade de cursar a disciplina *Saber, poder e subjetividade nas análises de Michel Foucault*, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem (PPGEL) no primeiro semestre de 2019. Nessa ocasião, por meio da leitura de alguns de seus ditos e escritos de modo sistematizado, pude ampliar o contato com o pensamento de Michel Foucault, que já havia sido iniciado durante as atividades do GPECS. Ao final da disciplina, e com participação da orientadora, produzi um primeiro exercício de análise do discurso, que gerou um trabalho

²⁶ Autor da tese: *Experiências de pessoas trans-ensino de biologia*, apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, em março de 2018, sob a orientação da professora Dr.^a Elenita Pinheiro de Queiroz Silva.

aprovado²⁷ e apresentado no *VIII Encontro Nacional de Ensino de Biologia* (VIII ENEBIO) e posteriormente publicado como capítulo de livro organizado pelo evento.

Logo entendi que os eventos seriam campos férteis de encontros, saberes, contatos e para a aquisição de livros, que seriam valiosas fontes de consulta. Entre os dias 25 e 28 de junho de 2019, estive no *XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências* (XII ENPEC), em Natal-RN, e meus olhares se voltaram especificamente para três trabalhos apresentados no evento: Maria Luiza Amorim Borges e Tatiana de Souza Camargo (2019), Laine Ramos Jardim e Amanda Lima de Almeida (2019) e Letícia Maria dos Santos e colaboradores/as (2019). Borges e Camargo (2019) investigaram como a temática de gênero e sexualidade foi abordada nos Anais das últimas três edições do ENPEC, tendo analisado 39 publicações e levantado como importante conclusão que “a realidade escolar acaba por restringir a temática pelo viés biológico, sendo o professor de Ciências e Biologia normalmente aquele designado como o mais qualificado para tratar o tema” (BORGES; CAMARGO, 2019, p. 5).

Jardim e Almeida (2019) apresentaram um levantamento realizado em periódicos nacionais da área de ensino de Ciências e Educação, acerca da abordagem das temáticas de gênero e/ou sexualidade na formação docente entre 2008 e 2018, tendo analisado 34 artigos distribuídos em 13 periódicos. As autoras identificaram que Guacira Lopes Louro e Michel Foucault foram os principais referenciais teóricos dos artigos e chamam atenção para o fato de que professores/as de Ciências e Biologia são vinculados ao papel de orientador/a sexual, “tendo em vista que tais temáticas guardam uma relação com conteúdos disciplinares abordados dessas disciplinas, como cuidados e conhecimento do corpo e da saúde humana” (JARDIM; ALMEIDA, 2019, p. 6). A partir do levantamento realizado, concluem ainda que “[...] muitas vezes, a abordagem dessas temáticas se limita apenas aos aspectos biológicos [...] sem trabalhar os aspectos psicológicos e socioculturais” (JARDIM; ALMEIDA, 2019, p. 6-7).

Por meio de uma revisão bibliográfica consultando todas as edições do ENPEC e cinco periódicos nacionais, analisando seus focos temáticos e referenciais teóricos, Santos e colaboradores/as (2019) identificaram as principais perspectivas teóricas utilizadas para a abordagem de gênero no ensino de Ciências. Ao analisarem 47 trabalhos, as autoras destacam que abordagens pós-estruturalistas assentadas em Michel Foucault, Joan Scott, Guacira Lopes

²⁷ SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida; PINHEIRO DE QUEIROZ SILVA, Elenita. Dispositivo da sexualidade: saber/poder sobre métodos contraceptivos no livro didático. In.: **Itinerários de resistência: pluralidade e laicidade no Ensino de Ciências e Biologia**. 1ed.: Editora Realize, 2021, v. 1, p. 3578-3587. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/edicao/detalhes/anais-do-encontro-de-ensino-de-biologia-da-regional-nordeste--viii-erebio-ne--e-o-simposio-cearense-de-ensino-de-biologia--ii-sceb->. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

Louro e Donna Haraway “[...] contribuíram para uma concepção de gênero como construção sócio histórica, rompendo com uma perspectiva puramente biológica e incluindo aspectos sociais nas discussões” (SANTOS et al., 2019, p. 6). Consideram que tais perspectivas teóricas representam um avanço para as pesquisas, no entanto assumem que “[...] as discussões sobre esses aspectos sociais ainda são pouco problematizadas e desenvolvidas” (SANTOS et al., 2019, p. 6).

Tratam-se de três pesquisas que se debruçaram exaustivamente sobre a produção acadêmica brasileira, dos últimos dez anos, no que se refere aos entrelaçamentos da sexualidade e escola, com alguns pontos em comum que merecem destaque: (i) professoras/es de Biologia são atores autorizados/as a falar sobre sexualidade no âmbito escolar; (ii) os referenciais teóricos pós-estruturalistas são os mais adotados nas pesquisas recentes; (iii) a partir da referida abordagem teórica, pesquisas recentes apontam para a urgência em se problematizar aspectos sociais e culturais relativos à sexualidade, propondo-se um ir além dos aspectos estritamente biológicos. Essas mesmas conclusões já me haviam sido apresentadas por minha orientadora, durante disciplinas ministradas por ela junto ao PPGED/FACED/UFU e nas reuniões do GPECS.

Ainda no XII ENPEC, adquiri o livro *Conteúdos cordiais: Biologia Humanizada para uma Escola sem Mordaça* e voltei para Goiás, num processo ainda incipiente de produção de uma pesquisa. Ao ler a obra, houve o encontro com um capítulo de autoria de Felipe Bastos²⁸, no qual o autor traz uma proposta pedagógica que dialoga com a temática da intersexualidade, informando que

o sexo, presumidamente natural e intrínseco no discurso científico, é apresentado pelo currículo de Biologia como um conjunto de características que levam à capacidade reprodutiva, de tal modo que a reprodução humana se torna um conteúdo curricular valorizado, o que não ocorre com o debate sobre intersexualidade. A existência do intersexual se configura como um desafio teórico para o enquadramento do sentido de sexo na diferenciação genética e morfológica dos seres humanos através do sistema binário homem/mulher ou macho/fêmea. [...] O currículo tradicional da disciplina escolar Biologia, entretanto, se ausenta de discutir a experiência intersexual como possibilidade sadia e digna de vida humana (BASTOS, 2019, p. 43).

Além disso, um dado no referido capítulo intensificou meu desassossego. Citando Anne Fausto-Sterling (2000a), Bastos (2019) informa que cerca de 1,7% da população mundial é de alguma forma intersexo, a mesma frequência de nascimentos de pessoas ruivas. Leite-Júnior (2011, p. 23) salienta que “intersexo é o termo usado em certas áreas da medicina, em especial

²⁸Capítulo intitulado: “Eu fico meio sem saber como eu vou falar isso assim, do nada”: currículo, diversidade sexual e ensino de Biologia.

a partir da segunda metade do século XX (apesar dele surgir no seu início), para se referir à ambiguidade sexual fisiológica, substituindo a antiga expressão ‘hermafrodita’”.

Imediatamente após a leitura de Bastos (2019), passei a indagar-me sobre a quantidade expressiva de alunos/as ruivos/as com os quais convivi. Desse modo, muito provavelmente, pessoas intersexo já foram minhas alunas, sendo que falei delas/es (para elas/es) enquanto abordava o capítulo destinado às aberrações, ao longo dos quase 20 anos em que estive como docente de Biologia do Ensino Médio. A partir de tal constatação, minhas inquietações passaram a não caber mais em mim e passei a pensar em modos, por meio dos quais, eu me retrataria com essas pessoas. Nesse movimento de estranhamento da Biologia escolar que (re)produzi, aciono a analogia do aquário, de Paul Veyne (2011), ao comentar o pensamento de Foucault, baseada na compreensão de que estive dentro de meu aquário, assentada no entendimento que

a cada época, os contemporâneos estão, portanto, tão encerrados, em discursos como em aquários falsamente transparentes, e ignoram que aquários são esses e até mesmo o fato de que há um. As falsas generalidades e os discursos variam ao longo do tempo; mas a cada época eles passam por verdadeiros (VEYNE, 2011, p. 25).

Desse modo, a produção desta tese é, antes de tudo, uma forma de resistência, de romper com as paredes do aquário, uma tentativa de um (des)fazer-me, na busca de outras formas de vida, docências outras. Trata-se de uma pesquisa implicada por minha própria vida, entrelaçada à minha trajetória e, nesse sentido, penso com Sandra Corazza (2002, p. 118), ao endossar que só será possível uma outra prática de pesquisa “[...] caso o pesquisador empenhe-se em fazer sua existência de outro modo, a mudar suas relações precedentes com o saber e o poder, a perder a verdade de sua própria formação identitária para que o si-mesmo seja refeito”.

Ao longo do ano de 2020, conforme os cronogramas produzidos em pareceria com a professora orientadora, em consonância com as atividades do GPECS, o projeto de pesquisa seria submetido ao Comitê de Ética da Instituição Proponente (UFU) durante o primeiro semestre para que, ao longo do segundo semestre, as interações da pesquisadora com o ambiente escolar pudessem acontecer e, assim, dar andamento ao movimento da pesquisa. No entanto, em março desse mesmo ano foi publicada pelo Ministério da Saúde a portaria nº 356/2020 (BRASIL, 2020a), que regulamentou as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, estabelecendo o distanciamento social em decorrência da pandemia de SARS-CoV-2 (OPAS, 2020), um tipo até então desconhecido de coronavírus, causador da COVID-19, o que levou à suspensão de aulas presenciais em todo o

país²⁹. Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela incerteza quanto à manutenção da vida, com destaque aos atravessamentos de gênero que constituem minha existência: como mulher, esposa, mãe de duas adolescentes em ensino remoto; única filha em contato presencial com duas pessoas idosas. Assim, o percurso da pesquisa foi sendo alterado, atravessado pelos esforços empreendidos no sentido de manutenção da vida.

Nesse momento histórico, as atividades relacionadas à pós-graduação foram reinventadas, de modo que diversos Programas de Pós-Graduação vinculados à Instituições de Ensino Superior (IES) de todas as regiões do país passaram a ofertar cursos em formato *online*. Nesse contexto, tive a oportunidade de participar do *1º curso de formação continuada de professores cartografias de escolas: a produção das normalidades e seus anormais*, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Escola, Currículo, Sociedade e Cultura Contemporâneos (GPECSCC³⁰), da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), localizada em Cáceres-MT. O curso teve como objetivo problematizar a maquinaria escolar e seus modos de operar com os dispositivos disciplinares produtores de normalidades e seus anormais, por meio do estudo sistematizado do curso proferido por Michel Foucault no Collège de France em 1975, *Os Anormais*.

Ao longo de oito semanas, no segundo semestre de 2020, foram ministradas aulas por estudiosos/as brasileiros/as³¹ da obra de Foucault, referentes às aulas proferidas por ele ao longo do referido curso e, como atividade final os/as cursistas foram estimulados/as a produzirem vídeos que abordassem alguma das temáticas do curso. Nessa empreitada, estreitei laços com um grupo de colegas integrantes do GPECS³², com os quais produzi o vídeo intitulado *Enredando diálogos entre a intersexualidade e o Ensino de Biologia*, que foi apresentado no dia 15 de outubro, no encerramento do curso, no dia da professora e do professor³³. Assim se desenha a pesquisa, uma investigação socialmente interessada, emaranhada, entrelaçada à vontade de saber da pesquisadora, que nasce junto à pesquisa.

No segundo semestre de 2020, apresentei o movimento inicial da pesquisa em três importantes eventos: o GT 23 (Gênero, Sexualidade e Educação) do *XV Encontro Regional da ANPED Centro-Oeste (CO)*, entre 16 e 19 de novembro; o *I Seminário Tecituras em redes de*

²⁹ Conforme Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020 e Parecer CNE/CP nº 9/2020, de 28 de abril de 2020.

³⁰ Grupo liderado pela professora doutora Maritza Maciel Castrillon Maldonado.

³¹ Alfredo Veiga-Neto (UFRGS), José Gondra (UERJ), Antonio Carlos Amorim (UNICAMP), Sílvio Gallo (UNICAMP), Silas Borges Monteiro (UFMT), Alexandro Rodrigues (UFES), Carlos Eduardo Ferraço (UFES), Elenita Pinheiro de Queiroz Silva (UFU).

³² Alessandra Pavolin Pissolati Ferreira, Fabrício Aparecido Gomes da Silva, Matheus Moura Martins e Sandro Prado Santos, que compuseram comigo a produção coletiva do vídeo como atividade final do curso.

³³ A apresentação está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=pEImLwcq6-k&t=4584s>

discussões e afetos: interfaces com as questões de gênero e sexualidade, nos dias 23, 24 e 25 de novembro; o *Ciclo de Debates: estudos e pesquisas em gêneros e sexualidades*, atividade de extensão promovida pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE/FURG), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande-RS. Todos os eventos foram realizados na modalidade *on-line*, em função do quadro de emergência de saúde pública causado pela pandemia decorrente do coronavírus.

O XV Encontro Regional da ANPED Centro-Oeste (CO), foi realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e pelo Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Centro-Oeste (FORPRED - Centro-Oeste) teve como tema principal *Educação e pesquisa: impactos, responsabilidade social, perspectivas*. O título do resumo simples apresentado em forma de pôster foi *Ensino de Biologia, livro didático e intersexualidade: saber-poder e resistências*. O *I Seminário Tecituras em redes de discussões e afetos: interfaces com as questões de gênero e sexualidade* reuniu pesquisadores/as componentes de grupos de pesquisa³⁴ vinculados a diferentes instituições de ensino superior, constituindo um espaço de apresentação, debates e compartilhamento de conhecimentos acerca das temáticas de corpos, gêneros e sexualidades. Nesse evento, apresentei o trabalho intitulado *Enredando diálogos entre a intersexualidade e o Ensino de Biologia*, com um primeiro movimento de análise de uma coleção de livros didáticos.

O periódico *Diversidade & Educação*, revista de divulgação científica do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciência e do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE) da Universidade Federal do Rio Grande do Rio Grande (FURG), organizou um número especial reunindo artigos produzidos a partir do referido Seminário, ao qual submeti o artigo apresentado no evento, de forma ampliada, a partir das contribuições das pessoas que participaram da sessão de apresentação oral e do aprofundamento teórico, tendo sido aceito, com publicação realizada no primeiro semestre de 2021³⁵. Esse movimento analítico inicial também foi apresentado em

³⁴O evento foi exclusivo para componentes dos seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - Gese/FURG; Grupo de Pesquisa Relações entre Filosofia e Educação para a Sexualidade na Contemporaneidade: a problemática da formação docente - Fesex/UFLA; Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades, Educação e Gênero - GEPSEX/UFMS; Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade - GESED/UFJF; Experimentações: Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo, Subjetividade e Sexualidade na Educação Básica/UFPA; Grupo de Pesquisa Gênero, Corpo, Sexualidade e Educação - GPECS/FACED/UFU; Grupo de Estudos e Pesquisas Gênero e educação - Gepege/UFPA; IMPRESSÕES – Grupo de estudo em pesquisa em Desenvolvimento Profissional de professores – trabalho, narrativa e memória afetiva (linha de Vida de Mulheres e Docência Universitária nas ciências)/UESB; Grupo de Estudos das Pedagogias do Corpo e da Sexualidade - Gepecos/UEM; Laboratório de Estudos Queer – ConQueer/UFES; Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade/UESB.

³⁵ SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida; PINHEIRO DE QUEIROZ SILVA, Elenita. Diálogos entre intersexualidade e o ensino de biologia. **Diversidade e Educação**, v. 9, n. Especial, p. 576–599, 2021. DOI:

03 de novembro de 2020, no *Ciclo de Debates: estudos e pesquisas em gêneros e sexualidades*, também organizado pelo GESE. No primeiro semestre de 2021, outro movimento analítico, com o título *Corpo intersexo e intersexualidade: temas do livro didático de Biologia*, foi apresentado também como resumo simples no *X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero* (X CINABEH), no Simpósio Temático intitulado *Intersexualidades e o corpo sexuado em disputa: normatividades, intervenções e resistências*, com posterior publicação em seu formato completo no e-book produzido pela organização do referido evento³⁶.

Uma outra produção vinculada à temática da pesquisa foi realizada em numa parceria interinstitucional entre o GPECS e o grupo de pesquisa *Gênero, Sexualidade e Estudos Culturais* da Universidade Federal de Sergipe (GESEC-UFS), liderado pela professora Claudiene Santos. A partir da participação em reuniões de estudos envolvendo os dois grupos, nasceu a ideia de fazer um exercício analítico que se materializou no artigo intitulado *Segredos e ‘verdades’ acerca da condição intersexual em Grey’s Anatomy*³⁷, publicado no mês de agosto de 2021 no dossiê *Intersexualidade: desafios de gênero*, pela revista *Periódicus*.

Nos referidos eventos e produções coletivas, as contribuições de pesquisadores/as de outras instituições, bem como o diálogo com os membros do GPECS e com a orientadora da pesquisa, possibilitaram-me maior aproximação com os pressupostos teórico-metodológicos aos quais me alio. Desse modo, o caminho da pesquisa foi sendo delineado, em forma de construção coletiva entremeada por alianças acadêmicas e laços afetivos, fundamentais para a produção e divulgação de saberes, no Brasil que entra na terceira década do século XXI marcado por discursos de ódio e negacionismo científico. O mesmo movimento que nega a eficácia da vacina, dissemina processos de eliminação de determinados modos de existência, entre eles as pessoas intersexo. Sabemos que o vírus pode atingir a todos/as, mas que a

10.14295/de.v9iEspecial.12837. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12837>. Acesso em: 6 jul. 2021.

³⁶ SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida; DE QUEIROZ SILVA, Elenita Pinheiro. Corpo intersexo e intersexualidade: temas do livro didático de Biologia. In: IRINEU, Bruna Andrade; LOPES, Moisés Alessandro; ROCON, Pablo Cardozo; SILVA, Marcos Aurélio da; NASCIMENTO, Marcio Alessandro Neman do; DUARTE, Marco José; JESUS, Danie Marcelo de; JESUS, Jaqueline Gomes de; RODRIGUES, Gabriel de Oliveira (Org.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**. 1ed. Campina Grande, PB: Editora Realize, 2021, v. 2, p. 330-341. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/ebooks/cinabeh/2021/ebook2/01102021112034-E-BOOK-CINABEH--POLITICAS-DA-VIDA--COPRODUCOES-DE-.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

³⁷ SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida; SANTOS, Claudiene; SILVA, Láine Lopes; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Segredos e “verdades” acerca da condição intersexual em Grey’s Anatomy. **Revista Periódicus**, v. 1, p. 74-105, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/43016>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

distribuição das vulnerabilidades acontece de modo diverso e que nem todas as pessoas contam com a possibilidade de se proteger. Nestes tempos, uma Educação e um ensino de Biologia comprometidos com a proteção de todos os modos de existência, são chamados a se posicionarem em favor da garantia dos direitos humanos.

Trata-se de uma escrita marcada pela celebração da vida e da (re)existência, por ser uma produção tecida num tempo pandêmico, em distanciamento social, entremeada pela dor de perdas de vidas e constantes ataques à democracia, aos direitos humanos, à Ciência, à docência. Um texto que toma forma e se materializa permeado pelas assimetrias e brutalidades que se intensificaram e passaram a fazer parte de nossos cotidianos a partir de 2020. No entanto, é diante de tanta dor que reafirmo o compromisso com uma Biologia escolar interessada na valorização de todas as vidas e lanço-me à pesquisa, também como uma forma de resistir, de (re)existir.

1.2 A noção de intersexualidade, sexo e as intenções da pesquisa

Os diferentes olhares para a intersexualidade, a partir do século XIX, têm sido divididos em três momentos: a *Era das gônadas*, a *Era cirúrgica* e a *Era do consenso*, segundo informam pesquisadoras como Alice Dreger (2000), Anne Fausto-Sterling (2000b), Nádia Peres Pino (2007) e Ana Karina Figueira Canguçu-Campinho (2012). A chamada Era das Gônadas, iniciada em meados do século XIX, indo até os anos de 1950, foi marcada pelo início das classificações médicas sobre os variados tipos de hermafroditismo, quando os critérios usados para definir alguém como hermafrodita baseavam-se na presença simultânea das gônadas masculina quanto feminina em seus corpos. Nesse período, conforme salientam Izabel Rizzi Mação, Davis Moreira Alvim e Alexandro Mação Rodrigues Alvim (2021), “[...] houve um relativo consenso em torno da ideia de que as gônadas, os ovários e testículos, seriam as características mais eficazes para a determinação do verdadeiro sexo dos ‘indivíduos duvidosos’”. Essa classificação “[...] ocorre em um contexto no qual um conjunto de saberes se esforçava para remendar as barragens que sustentavam a distinção sexual binária, colocada em xeque por uma série de movimentos de resistência” (MAÇÃO; ALVIM; RODRIGUES, 2021, p. 26).

Na primeira metade do século XX (entre as décadas de 1920-1930), conforme salienta Pierre-Henri Castel (2001), ocorreu a revolução hormonal, a partir da descrição da influência dos hormônios sobre os corpos e a libido, adotando-se a concepção de que os sexos e a sexualidade seriam uma questão de dosagem hormonal e que a existência de ovários ou testículos seria o principal critério para definição do *verdadeiro sexo* da criança. Para Anne-

Marie Shon (2008, p. 118)³⁸ “[...] o século XX foi marcado pela proliferação dos discursos sobre o sexo, os sexos e a sexualidade, bem como também pela intervenção médica sempre maior sobre o corpo sexuado, possibilitada na segunda metade do século XX pelos progressos científicos”.

Paula Sandrine Machado informa que a Era cirúrgica (1950 a 1980) foi marcada pela realização das primeiras cirurgias com o objetivo de adequar genitálias atípicas à norma binária, num contexto em que o sexo se consolida como algo a ser diagnosticado, sendo que “[...] a cirurgia emerge como solução para o problema social causado pela indefinição do sexo” (MACHADO, 2005b, p. 76). Nesse período, a medicina passou a ganhar prestígio nos assuntos relacionados à sexualidade, desenvolvendo-se todo um aparato cirúrgico e hormônio-terapêutico a ser empregado no controle desses corpos, sendo que para Bárbara Gomes Pires, “[...] a ‘verdade’ não precisa ser mais descoberta, mas sim produzida de acordo com certos modelos culturais, políticos e técnicos, que o corpo adquire ‘estatuto natural’” (PIRES, B. G., 2015, p. 118). A partir de então, a intersexualidade “[...] sai do campo moral para inserir-se nas más-formações; os intersexuais passam a ser percebidos pela sociedade como seres incompletos que devem recorrer, o mais cedo possível, aos cuidados médicos” (CANGUÇU-CAMPINHO et al., 2009, p. 1153).

Foi, exatamente, em 1955 que o psicólogo, sexólogo e professor de Psicopediatria do Hospital Universitário John Hopkins, John Money, lançou a obra intitulada *Hermafroditism, gender and precocity in hyper-adrenocorticism: psychologic findings* (MONEY, 1955), na qual utilizou o termo gênero para designar a construção cultural de homens e mulheres, de modo a provocar o deslocamento da *verdade sobre o sexo* do corpo para a cultura. Fausto-Sterling (2000a) explica que o referido pesquisador considerava a identidade de gênero completamente maleável até que a criança completasse aproximadamente dezoito meses. Dessa forma, ele argumentava que a equipe médica poderia fazer uma atribuição de gênero exclusivamente com base no que faz o melhor sentido cirúrgico, em casos de crianças com genitálias atípicas, uma vez que ele defendia que o gênero poderia ser definido por processo educativo. O cirurgião defendeu ainda que os médicos poderiam encorajar os pais a criar a criança de acordo com o gênero atribuído cirurgicamente.

Um caso bastante divulgado pela mídia, e, recorrentemente citado em trabalhos acadêmicos sobre intersexualidade, como os de Mariza Corrêa (2004a); Paula Sandrine

³⁸Capítulo que compõe a obra: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História do corpo: as mutações do olhar. O século XX.** Tradução e Revisão de Ephraim Ferreira Alves. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

Machado (2008); Anibal Ribeiro Guimarães (2014); Mikelly Gomes da Silva (2019, 2021a), é o do canadense David Reimer - o caso Joan/John, na década de 1970. Nascido como Bruce Reimer, juntamente com seu irmão Brian, aos oito meses de vida, passaram por cirurgia de circuncisão. No entanto, Bruce sofreu cauterização acidental com perda do pênis durante o procedimento e foi levado por seus pais ao sexólogo e psicólogo John Money, que sugeriu a redesignação sexual. Assim, aos dois anos, Bruce passou por uma cirurgia para a retirada dos testículos e construção de uma neovagina. A família foi orientada a jamais dizer a Bruce (Brenda, a partir de então) sobre os procedimentos cirúrgicos pelos quais havia passado, num evidente estímulo à manutenção do segredo, que dominou tais procedimentos, de modo que, “[...] podemos, assim, considerar que Money investe sobre Bruce, agora Brenda, um novo ideal de verdade” (SILVA, M. G., 2021a, p. 53). Bruce/Brenda/David passou a infância e parte da adolescência sob a supervisão de Money, “[...] a fim de verificar os resultados dos impactos hormonal, cirúrgico e socializador da feminilidade em seu corpo” (SILVA, M. G., 2021a, p. 54).

[...] ao completar 14 anos e levantar questionamentos sobre alguns símbolos do gênero feminino impostos em sua performance, Brenda aparentemente não se coloca dentro das normas instituídas de feminilidade. Diante do sofrimento de Brenda, seus pais revelam os acontecimentos que traçaram sua existência e, quando descobre o movimento a que seu corpo foi submetido, Brenda agora se torna David Reimer. [...] Porém, a sequência de produção e reprodução de identidade de gênero e sexual à qual David Reimer foi submetido guiou-o para uma trajetória similar à vida de Herculine Barbin: em 2004, ele comete suicídio, dois anos depois de seu irmão morrer em decorrência de uma overdose.

O caso serviu de paradigma para o conhecido protocolo Money e usado sistematicamente, durante anos, para validá-lo, já que o renomado cirurgião defendia a ideia de que uma identidade sexual adequada deveria estar em conformidade com uma anatomia masculina ou feminina que não parecesse contraditória (CORRÊA, M., 2004a). Apesar de esse caso não envolver pessoas intersexo, foi adotado como parâmetro para intervenções cirúrgicas em crianças intersexo, o que para Mariza Corrêa (2004a, p. 14) foi um equívoco que comprometeu a discussão científica sobre a intersexualidade, já que, “[...] menos do que tentar ajudar a natureza a encontrar seu rumo, trata-se de manipulá-la para que se adeque a um padrão cultural”.

Esse caso evidencia como, por meio do uso da tecnologia, buscou-se oferecer as ferramentas necessárias para a adequação dos corpos ambíguos a um *sexo verdadeiro* entre as duas únicas possibilidades socialmente possíveis e humanamente aceitáveis, ideia criticada por estudiosos/as da intersexualidade. Para Paul B. Preciado (2011, p. 13) “com as novas tecnologias médicas e jurídicas de Money, as crianças ‘intersexuais’, operadas no nascimento

ou tratadas durante a puberdade, tornam-se as minorias construídas como ‘anormais’ em benefício da regulação normativa do corpo [...]”.

No final da década de 1980, foi crescente número de casos de pessoas que haviam passado por tais procedimentos cirúrgicos ainda na infância e que relataram intenso sofrimento físico e psíquico, fato que impulsionou a organização de movimentos ativistas intersexo na década seguinte. Os movimentos passaram a se organizar a partir do momento em que pessoas submetidas a cirurgias normalizadoras na infância passaram a contestá-las, e a contestar os regimes de verdade sobre a intersexualidade. Mariza Corrêa (2004b, p. 177) salienta que “[...] somente quando a primeira geração de meninos e meninas operados na infância chegou à idade adulta, o tema se tornou público e esse tipo de intervenção passou a ser questionado”. No que se refere aos regimes de verdade, Foucault (2021) explica que a verdade é produzida e transmitida hegemonicamente por aparelhos políticos e econômicos, estando presente na sociedade moderna por meio do discurso científico e nas instituições que a produzem, por meio do que ele chama de economia política da verdade. Pode-se dizer que toda sociedade possui seus próprios regimes de verdade que podem ser apreendidos pelos tipos de discursos que ela acolhe e faz circular.

A partir da contestação das intervenções, a década de 1990 foi marcada pela criação de organizações civis de pessoas intersexo que passaram a lutar por mudanças na abordagem tradicionalmente conferida pela medicina aos seus casos³⁹. Para Judith Butler, “[...] ativistas intersex trabalham para retificar a suposição errônea de que todo corpo tem uma *verdade* inata de sexo que os profissionais médicos podem discernir e trazer à luz por conta própria” (BUTLER, 2004, p. 6-7). Para Maria Rita de Assis César, os movimentos ativistas desempenham papel essencial para o estranhamento de verdades estabelecidas, que culminam em importantes conquistas e mudanças sociais, destacando-se como

os inúmeros protagonistas de uma história que, há até pouco tempo, não constavam no rol dos saberes escolarizados, a partir de um conjunto de empreendimentos oriundos dos movimentos sociais, das universidades e das práticas culturais, começam a aparecer e intervir na produção e distribuição dos conhecimentos. [...] Sujeitos e experiências que não pertenciam ao mundo do conhecimento oficial e escolarizado, através das lutas sociais, fizeram-se presentes e hoje são partes fundamentais da construção de propostas educacionais, currículos, diretrizes, etc. (CÉSAR, 2010).

³⁹“A Sociedade Intersex da América do Norte (ISNA) foi fundada em 1993, em um esforço para defender pacientes e famílias que sentiram que haviam sido prejudicados por suas experiências com o sistema de saúde (...). A ISNA é dedicada a mudanças sistêmicas para acabar com a vergonha, o sigilo e as cirurgias genitais indesejadas de pessoas nascidas com uma anatomia que alguém decidiu que não é padrão para homens e mulheres”. Tal organização dissolveu-se em 2008. Disponível em: <https://isna.org/> Acesso em 11 de julho de 2020.

As discussões a respeito do direito de crianças intersexo não terem o sexo biológico determinado por uma equipe médica, passando compulsoriamente por procedimentos cirúrgicos poucos dias após o nascimento são acaloradas, tendo sido intensificadas no Brasil a partir da organização da *Associação Brasileira de Intersexos* (ABRAI)⁴⁰. O questionamento à obrigatoriedade de intervenção cirúrgica nos corpos intersexo enfatiza que, para tais procedimentos, existe um único e verdadeiro modo de se relacionar com o gênero, assim como com o desejo. Tal modelo é determinado pela coerência exigida entre genitálias (pênis/vagina), comportamento (masculino/feminino) e desejo afetivo-sexual pela configuração corporal oposta.

No século XXI foi inaugurada a Era do consenso, cujo marco foi o *Consenso de Chicago* (PINO, 2007; CANGUÇÚ-CAMPINHO, 2012; PIRES, B. G., 2015). Consenso decorrente do encontro entre especialistas da área, realizado em Chicago (Illinois, EUA), no final de 2005, com resultados publicados em 2006.

Entre as principais decisões do Consenso, está a mudança do uso da nomenclatura DDS (Disorders of Sex Development), em português, ADS (Anomalias da Diferenciação Sexual) em substituição aos estados intersexuais e as categorias ‘hermafroditismo’ e ‘pseudo-hermafroditismo’. Também o Consenso teve como objetivos a necessidade de se criar termos supostamente técnicos, a fim de serem partilhados por um público específico e/ou como uma reação à visibilidade do movimento político intersexo, sobretudo norte-americano, e às questões que este vem colocando às intervenções médicas sobre os corpos intersexo desde os anos de 1990, embora precisemos lembrar que somente dois ativistas participaram desse Consenso e, sendo esses os maiores interessados na resolução dessa nomenclatura. Ainda hoje, entende-se que na classificação proposta pelo Consenso, também não resolve certos problemas terminológicos e continua-se criando marcas negativas a esses sujeitos. A terminologia ainda hoje usada com relação ao hermafroditismo e à intersexualidade permanece estigmatizante, bem como os desconfortos provocados por esses termos (BRANCO, 2018, p. 46).

Ainda a respeito do *Consenso*, Machado (2008, p. 111) argumenta que sua elaboração revela os seguintes aspectos: (i) a criação de termos técnicos muito específicos aos/às profissionais da saúde impede que a população em geral compreenda do que se está falando; (ii) “[...] como uma reação à visibilidade do movimento político intersex, sobretudo norte-americano, e às questões que este vem colocando às intervenções médicas sobre os corpos intersex desde os anos de 1990”. A autora afirma ainda que mesmo que o documento traga em seu nome a palavra *consenso*, por ter havido participação praticamente inexpressiva de representantes do movimento ativista, as reais contribuições desse documento podem ser

⁴⁰A ABRAI- Associação Brasileira de Intersexo foi regularizada em 15 de junho de 2020, por meio do CNPJ 37.408.495 / 0001-00. A ABRAI surgiu a partir da iniciativa de ativistas intersexo e aliados da causa. Maiores informações podem ser obtidas por meio de acesso aos perfis das redes sociais: <https://www.facebook.com/abraintersex/>; <https://www.instagram.com/abraintersexo/?hl=pt-br>.

questionadas, uma vez que a mudança de nomenclatura não favoreceu, de fato, as pessoas mais implicadas em todo esse processo: as crianças que sofrem com as mutilações genitais precoces.

A principal característica da Era do Consenso tem sido a atuação de uma equipe multidisciplinar e da família no processo de escolha do sexo, processo ainda centrado na heterossexualidade compulsória, questionado e problematizado pelo movimento ativista e por pesquisadores/as da atualidade. Para Amiel Modesto Vieira et al. (2021a, p. 4) “as histórias de gerenciamento social e médico que marcaram grande parte dos estudos durante o século XX passaram a dividir espaço, a partir dessas últimas duas décadas, com as novas articulações feitas entre ativistas e cientistas em torno do corpo, sexo e gênero”. Schiavon, Favero e Machado (2020) acreditam que os três períodos históricos identificados - Era da gônadas, Era cirúrgica e Era do consenso - coexistem, e apontam para a perspectiva biomédica como o elo comum entre esses períodos, de modo que a intersexualidade sempre esteve sob a égide dos saberes deste campo, configurando os corpos intersexo como anormalidades, necessitando de correções.

Érika Aparecida Pretes (2019) assinala que o Consenso de Chicago, foi um pacto de silêncio adotado como instrumento de controle da intersexualidade, de modo que o/a paciente e suas famílias foram orientados/as a não revelarem os motivos para a realização de intervenções médicas, mantendo o sentimento de vergonha, o silenciamento e a estigmatização sexual em torno da identidade intersexo. Autoras e autores como Machado, 2008; Canguçu-Campinho, 2008, 2012; Guimarães, 2014; Lima, 2014; Costa, 2014, 2018; Paulino, 2015 asseveram que esses pactos de silêncio entre equipes médicas, pacientes e famílias ainda permanecem.

A materialidade biológica é posta à prova de modo contínuo e reiterado, por meio de estudos de casos de pessoas com padrões genitais que fogem ao modelo binário e dicotômico, desde a idade Média. A partir do surgimento da Endocrinologia como uma subárea da Medicina, as variações anatômicas das genitálias passaram a ser nomeadas e categorizadas, o que acarretou um entendimento destes corpos assentado no diagnóstico (BRANCO, 2018). De tal modo, os corpos sexualmente ambíguos não são unicamente corpos que fogem às normas, são corpos que rompem com os ideais de uma sexualidade e gênero dicotômicos, eles desafiam o saber biomédico no que ele tem de mais sólido: a verdade científica.

Nesse sentido, Manoel Rufino David de Oliveira e Alisson Costa Gonçalves (2021) discutem como o sujeito intersexo representa um potencial perigo “[...] por transgredir a inteligibilidade e a matriz heterossexual de sexo-gênero-desejo”, considerando que “o gênero e a heterossexualidade requerem a precisão entre o masculino e o feminino, inviabilizando qualquer tipo de corpo que não seja o corpo masculino ou o corpo feminino”. Os autores

salientam que, na urgência em se controlar esses corpos potencialmente perigosos, “[...] surge um conjunto de tecnologias biomédicas que são acionadas para normalizar esses corpos ininteligíveis, que vão desde diagnósticos e classificações, até mesmo intervenções cirúrgicas e hormonoterapia” (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2021, p. 112).

A caracterização das variações sexuais como algo anormal ou desviante adquire um estatuto científico, alcança um *status* de verdade, sendo que “[...] em nosso contexto cultural e histórico particular, a medicina ocidental constitui-se como a área de conhecimento científico mais legitimada socialmente para determinar o sexo de alguém” (MACHADO, 2006, p. 42). A verdade sobre o sexo, que não é descoberta nem está dada na natureza, é produzida em determinados contextos culturais e científicos que ferem os corpos intersexo, tendo em vista que

[...] o conhecimento biológico é uma produção da linguagem, é uma invenção e, portanto, possui uma história, o que lhe permite afirmar que este conhecimento não será inscrito na natureza nem pode ser pensado como algo natural. Sua produção se inscreve em meio a diferentes poderes, políticas e interesses econômicos, fabricando processos de subjetivação que respondem e atendem à norma dada, ao padrão de existência humana imposto e normalizado (SILVA, E. P. Q., 2015, p. 203).

A Biologia, disciplina escolar que também se assenta no saber médico-científico, carrega e dissemina conjuntos de leis, regras e enunciados de verdades sobre os corpos e os sexos, frequentemente não estranhadas por seus e suas profissionais. Numa acepção foucaultiana, a verdade é lida como um produto da cultura, sendo que a partir de discursos e práticas sociais, fabricamos aquilo que, de um modo geral, compreende-se e se aceita como verdade, num determinado tempo e espaço. No que se refere à produção da verdade sobre o sexo, no contexto da educação escolar, verificamos a presença e manutenção de uma visão dicotômica e binária⁴¹, que considera apenas duas possibilidades “normais” de sexo e gênero - masculino ou feminino. As variações sexuais são patologizadas, colocadas sob o signo da anormalidade ou ignoradas, sendo que a intersexualidade ainda não está colocada para o ensino de Biologia.

Mas, de fato, é reservada à Biologia, com exclusividade, as verdades dos sexos⁴²? Lanço-me, no percurso da pesquisa, no exercício de deslocar a noção da constituição dos corpos de uma instância estritamente biológica, remetendo-a aos domínios de práticas sociais, relações

⁴¹ “Na ordem binária dos sexos, os indivíduos são, necessariamente, distribuídos em dois grupos: machos ou fêmeas. Os comportamentos esperados por essa “nomenclatura sexual” determinam as relações sociais de sexo, quer dizer, a referência, os protótipos de masculinidade e de feminilidade, construídos pelas sociedades e com base nos quais se mede o conjunto de comportamentos humanos.” (BORRILLO, 2010, p. 292-293).

⁴² O termo “sexo” é utilizado neste texto, conforme Butler (2020), como um construto social cultural. Aqui, a utilização do termo “sexos” no plural indica que a perspectiva adotada nesta tese considera que não existe um sexo verdadeiro ou apenas um ou dois sexos, mas vários.

de poder e jogos de verdade, num exercício transgressivo do pensamento, de recusa às naturalizações. Nesse movimento, assumo que a verdade é uma invenção histórica, uma produção de cada tempo, de cada cultura. Nesse sentido, busco por um modo de pensar a Biologia escolar que considere que

[...] a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2021, p. 52).

A partir da provocação do pensador francês sobre os regimes de verdade, e da constatação de que os livros didáticos de Biologia estão povoados de verdades que, em geral, não são estranhadas, indago sobre: o que e como estes livros colocam em funcionamento no que se refere aos saberes sobre os corpos intersexo. A partir destas indagações proponho-me a problematizar os ensinamentos e os saberes sobre corpo intersexo e intersexualidade presentes em livros didáticos de Biologia, bem como as possíveis resistências às redes de poder-saber que permeiam estes corpos. Com esta problematização, pretendo traçar um diagrama dos textos e imagens sobre corpos intersexo presentes em livros didáticos de Biologia aprovados pelo PNL 2012, 2015 e 2018; descrever os elementos que constituem os mecanismos da(s) verdade(s) difundida(s) pelos/nos livros didáticos de Biologia sobre as noções de corpo intersexo e intersexualidade; e analisar as possibilidades de aproximações entre saberes interdisciplinares sobre corpos intersexo em livros didáticos de Biologia.

Estas indagações nos parecem possíveis quando pensamos a educação e o ensino de Biologia com Foucault. Isso significa dizer, a partir do pensamento de Sílvia Gallo (2015), que

pode-se pensar a educação como saber, sua constituição epistemológica, os jogos de poder e saber que ela implica e que nela estão implicados; pode-se pensar a educação como poder, na dimensão das relações de poder entre os indivíduos, por exemplo, na lógica da disciplina (mas, também, na perspectiva biopolítica); pode-se pensar a educação como subjetivação, trabalho de constituição de si mesmo. As três perspectivas são cortadas pelo sujeito. Para estas três problemáticas, a caixa de ferramentas em que se constitui a filosofia de Foucault será bastante útil (GALLO, 2015, p. 431).

Na perspectiva aqui adotada, a escola é tomada como uma das instituições de sequestro (FOUCAULT, 2021) no tempo presente e a aposta feita é no sentido de pensar o livro didático de Biologia como um dispositivo pedagógico que instaura modos de pensar, de ser e de agir. E, ao pensarmos a educação e a escola com Foucault, buscamos pelos modos de resistir à norma instituída, pelas brechas, por escapes, por outros modos de produzirmos encontros com a

intersexualidade no ensino de Biologia; com a intersexualidade no livro didático de Biologia; de produzirmos encontros com os corpos que escapam aos regimes de verdade que se ocuparam da naturalização, do binarismo e da heterossexualidade. Buscamos pelo que esses regimes fizeram e fazem des-aparecer.

A proposta de traçar um diagrama, tomamos de empréstimo da escrita de Deleuze (2005), no tributo que presta à Foucault. No texto, ele afirma que o diagrama “é a exposição das relações de força que constituem o poder” (DELEUZE, 2005, p. 46). Um diagrama é uma imagem por meio da qual intencionamos apresentar os nós e entrenós que constituem as relações produtivas e produtoras das noções corpo intersexo e intersexualidade nos livros didáticos que analisamos. Estes nós e entrenós, para nós, configuram-se como relações de força, registros/vestígios das relações de poder impressas neste tipo de texto.

Queremos dialogar com biólogas como Fausto-Sterling (2000b), para quem existe uma política de gênero que constrói um padrão de sexualidade em interlocução direta com o que é estruturado socialmente, que influencia os parâmetros segundo os quais, cientistas leem os eventos da natureza em busca de verdades aplicáveis ao mundo social. Desse modo, para que corpos sexuados sejam estudados e interpretados, são tomadas verdades assentadas em relações sociais, em redes de poder-saber, de modo que profissionais/pesquisadores/as da Medicina e da Biologia são e estão implicados em redes complexas de saberes e poderes que se entrecem e rearranjam política e culturalmente.

Pensamos, com a antropóloga brasileira Paula Sandrine Machado (2005b, p. 253), que “[...] o sexo é tão construído na cultura quanto o gênero, e [...] as fronteiras entre o “natural” e o “não natural” são facilmente borradas quando se trata de defini-las a partir do que é considerado dentro ou fora das normas sociais”. As diferentes culturas, ao produzirem diferentes valores para homens e mulheres, ao colocarem em questão a inevitabilidade do dimorfismo sexual para seres humanos, permitem-nos afirmar que

o sexo deixa de ser natural e que o modelo dicotômico é uma construção social, que se impõe como norma para todos os corpos. Isso equivale a dizer que não é necessariamente a partir da natureza que se criam as dicotomias, e sim que se aprende a perceber o mundo como dicotômico, restando pouca tolerância para a indefinição e a ambiguidade (MACHADO, 2005b, p. 261).

As cirurgias normalizadoras que são realizadas nas pessoas intersexo (bebês, crianças e jovens) e a utilização de tratamentos hormonais para a normalização das genitálias, são mecanismos que apontam sobre como o sexo é construído. Nestes procedimentos científicos, jurídicos e educativos, o que está em jogo é a busca pela configuração do *sexo verdadeiro*, “[...] apesar de todas as variações que a anatomia possa apresentar e de todas as incertezas da própria

medicina” (MACHADO, 2005b, p. 269). Desse modo, fica evidente que a justificativa das Ciências Médicas para as intervenções que colocam corpos intersexo na norma binária e heteronormativa está assentada em imperativos biológicos relacionados a uma suposta funcionalidade e, ainda mais fortemente, em aspectos culturais que possam inseri-las em uma sociedade binária. A heteronormatividade, com suas normas e obrigações, carrega em si o consentimento para as práticas consideradas mutiladoras e não consentidas envolvendo pessoas intersexo, já que, segundo a autora “[...] ao (re)criar o corpo e/ou parte dele (genitália), estabelece sobre o sujeito a afirmação e fixação identitárias que corresponde à ‘lógica’ binária do gênero, sexo e desejo” (SILVA, M. G., 2019, p. 68).

Ao colocarmos a intersexualidade como foco desta pesquisa, buscamos por informações sobre como o campo médico, no Brasil, a situa. Fizemos isso por reconhecermos que a disciplina Biologia e os livros didáticos a ela destinados operam com o campo biomédico para a construção dos textos e conteúdos escolares. Desse modo, os textos da Medicina são campo e fontes de referência para a produção dos textos escolares, dos textos disciplinares. Apresentada a nossa justificativa, a intersexualidade é situada como *Anomalia de Diferenciação Sexual* (ADS), no Brasil, como estabelecido pela Resolução nº 1.664, de 13 de maio de 2003 (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2003), do Conselho Federal de Medicina (CFM) ou *Desordens do Desenvolvimento Sexual* (DDS), como especificado no Consenso de Chicago, de 2006.

Entendemos que, tanto o termo ADS como DDS, podem transmitir uma ideia de que a intersexualidade seria resultado de anomalias ou desordens, o que reforça o estigma sobre as pessoas intersexo e que a adoção de termos técnicos pode excluir pacientes e familiares das decisões a serem tomadas em casos nos quais intervenções médicas sejam de fato indispensáveis. No ano de 2016 foi realizada uma revisão do Consenso, por diversas associações médicas⁴³, objetivando acompanhar as mudanças sociais ocorridas desde 2006. Nessa ocasião, Peter Lee (2016) observa que houve a participação de novos representantes, inclusive uma maior representatividade de pessoas ligadas ao movimento ativista intersexo, que contaram com apoio jurídico, para atualização de questões de diagnóstico e cuidados de pessoas intersexo (LEE et al., 2016).

⁴³ A referida atualização foi endossada pela Sociedade Europeia de Endocrinologia Pediátrica (ESPE), a Pediatric Endocrine Society (PES-NA), o Serviço Pediátrico Australiano Grupo Endócrino (APEG), o Grupo Pediátrico do Pacífico Asiático Sociedade Endócrina (APPES), a Sociedade Japonesa de Endocrinologia Pediátrica (JSPE), a Sociedade Latino-Americana de Endocrinologia Pediátrica (SLEP) e a Sociedade Chinesa de Endocrinologia Pediátrica e Metabolismo (CSPEM) (LEE et al., 2016).

Pesquisadores/as da área médica no Brasil como Andréa Trevas Maciel-Guerra e Gil Guerra-Júnior (2019) consideram este último documento como um marco “[...] na definição de normatizações, nomenclatura, classificação, investigação e manejo de uma ampla variedade de condições que, a partir de então, foram denominadas DDS”. Para estes/as pesquisadores/as, a partir de 2006, “os DDS foram definidos como condições congênitas nas quais o desenvolvimento do sexo cromossômico, gonadal e anatômico é atípico” (MACIEL-GUERRA; GUERRA-JÚNIOR, 2019, p. 108).

De acordo com a Resolução do CFM nº 1.664/03 (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2003), as ADS ou DDS equivalem a situações clínicas conhecidas como “[...] genitália ambígua, ambiguidade genital, intersexo, hermafroditismo verdadeiro, pseudo-hermafroditismo (masculino ou feminino), disgenesia gonadal, sexo reverso, entre outras” (Art. 1º), sendo que os pacientes “[...] devem ter assegurada uma conduta de investigação precoce com vistas a uma definição adequada do gênero e tratamento em tempo hábil” (Art. 2º). Esta Resolução, que segue em vigência até os dias de escrita desta tese, foi o primeiro documento normativo no Brasil a apresentar orientações sobre as normas técnicas necessárias para o tratamento daqueles/as que são lidas e ditas como pessoas com anomalias de diferenciação sexual, cujas corporalidades são demarcadas intersexo; corporalidades vistas como urgência biológica e social passíveis de intervenções precoces (SCHIAVON; FAVERO; MACHADO, 2020). Ainda que tenha sido um primeiro documento visando padronizar as práticas médicas, para Guimarães e Barboza (2014), a referida resolução é contraditória, pois oscila entre afirmações que indicam a necessidade de acompanhamento ao longo do desenvolvimento do indivíduo e outras que tratam a ambiguidade genital como um grave risco à vida.

Um anexo, que consta uma lista de exames e procedimentos recomendáveis para o diagnóstico e tratamento das ADS, acompanha a Resolução do CFM nº 1.664/03 (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2003) e descreve, de modo minucioso, o protocolo que é composto pelas seguintes etapas: avaliação clínico-cirúrgica, avaliação hormonal, avaliação por imagem, avaliação psicossocial e avaliação genética. O texto da Resolução sustenta o discurso heteronormativo que reitera a adequação estética do corpo intersexo (com ênfase na anatomia das genitálias), o padrão binário de gênero, não acompanhando o Consenso de Chicago de 2006, tampouco sua revisão, realizada em 2016.

A inserção de uma equipe multiprofissional que inclui psicólogos/as e profissionais do serviço social pode ser considerada um avanço do Consenso de 2006 em relação à Resolução do CFM nº 1.664/03 (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2003). A atuação dos/as referidos/as profissionais é importante no sentido de que se garanta um atendimento

integralizado às pessoas intersexo, bem como às suas famílias. No que se refere à revisão de 2016 (LEE, 2016), outros avanços podem ser observados, pois assume-se a importância dos grupos de apoio como pilar essencial para acolhimento de pessoas intersexo e suas famílias. Os princípios orientadores para a equipe de saúde presentes nessa revisão são os seguintes

(1) minimizar o risco físico e psicossocial; (2) preservar o potencial de fertilidade; (3) defender os direitos do indivíduo de participar nas decisões que afetarão seu agora ou mais tarde; (4) deixar opções para o futuro, evitando tratamentos irreversíveis que não são medicamente necessários até que o indivíduo tenha a capacidade de consentir; (5) fornecer apoio psicossocial e PS; (6) apoiar o desenvolvimento saudável da identidade sexual e de gênero do indivíduo; (7) usar uma abordagem de tomada de decisão compartilhada que respeite os desejos e crenças do indivíduo e dos pais; (8) respeitar os relacionamentos familiares e pais-filhos e (9) fornecer aos pacientes informações médicas completas adequadas à idade, ao estágio de desenvolvimento e às habilidades cognitivas (LEE, 2016, p. 175, tradução livre da autora).

O caráter patologizante com relação às pessoas que não apresentam o esperado alinhamento entre sexo cromossômico, genital, gonadal e hormonal que atenda às expectativas socialmente aceitas do sexo binário, é evidenciado, tanto no Consenso de Chicago quanto na Resolução do CFM nº 1.664/03 (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2003). Além disso, Luciana Aparecida Siqueira Silva (2021) e colaboradoras observaram que

[...] ambos os documentos preconizam cirurgias precoces, não colocando em foco a participação da criança no processo de decisão, o que tem sido alvo de críticas tanto por parte de integrantes do movimento ativista quanto de pesquisadores/as vinculados/as aos mais diversos campos do conhecimento (SIQUEIRA SILVA et al., 2021, p. 82).

Apesar disso, a importância do estabelecimento de normatizações que orientem a prática médica pode ser observada por meio de estudos como o de Pretes (2019), ao identificar que, no Brasil, não existiam normas ou protocolos médicos que orientassem o gerenciamento médico da intersexualidade até que a Resolução do CFM nº 1.664/03 (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2003) entrasse em vigor. Para a autora, as práticas médicas, com ausência de normativas, implicavam em decisões arbitrárias e violadoras de direitos humanos das pessoas intersexo.

Em relatório produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desenvolvido como parte de um projeto intitulado *Ser LGBTI na Europa Oriental: Reduzindo o In- Igualdades e Exclusão e Combate à Homofobia e Transfobia Experimentada por pessoas LGBTI em Albânia, Bósnia e Herzegovina, Antiga República Iugoslava da Macedônia e Sérvia*, foi apontado o fato de que a maioria das pessoas desses países desconhecem a realidade vivida pelas pessoas intersexo, marcadas por violações de seus direitos. O relatório, organizado por Kristian Randjelovic (2018), foi produzido a partir de um estudo realizado entre fevereiro e junho de 2017, aponta que “os direitos fundamentais das

“pessoas intersex não são respeitadas porque permanecem amplamente não reconhecidos nas sociedades” (RANDJELOVIC, 2018, p. 10). O relatório nos permite afirmar que, em outros países, a situação relativa às pessoas intersexo não diverge muito da realidade brasileira.

Nesse contexto, investigar de que modo o livro didático de Biologia veicula e participa da produção da noção de corpo intersexo e intersexualidade, é mais uma forma de compreender como se constituem as subjetividades contemporâneas. É uma forma de contribuir com produções sobre um campo ainda pouco discutido no âmbito da pesquisa no ensino de Biologia e na Educação em geral. Dito isto, o presente texto está organizado da seguinte maneira:

Seção 1: *Introdução* apresenta a trajetória formativa da pesquisadora, localizando a emergência da temática da investigação, assim como seus objetivos e o movimento da pesquisa. Ainda nessa seção, a noção de intersexualidade é apresentada, buscando-se articulação com o ensino de Biologia.

Seção 2: *Alianças teóricas* apresenta a fundamentação teórica da pesquisa, além de uma contextualização sobre a intersexualidade e alguns apontamentos acerca do livro didático e do PNLD.

Seção 3: *Produções científicas sobre as noções intersexo e intersexualidade: pistas para pensar a Biologia na escola*, apresenta um movimento de busca por compreender de que modo os diferentes campos do saber produzem a noção de intersexo e intersexualidade, e que articulações são possíveis com o ensino de Biologia.

Seção 4: *Traçado metodológico* apresenta os pressupostos teórico-metodológicos que orientam a pesquisa, bem como o modo como as coleções analisadas foram selecionadas e o contexto da produção da pesquisa.

Seção 5: *O que os livros didáticos de Biologia ensinam sobre corpo intersexo e intersexualidade?* Contém o movimento de análise dos livros didáticos.

Seção 6: *Considerações últimas... longe de um final*, apresenta alguns aspectos relacionados à pesquisa que foram se destacando ao longo de sua construção.

Ao final, listamos as referências que orientam o estudo, e, em seguida, o apêndice mencionado ao longo do texto, que teve sua construção marcada pela dúvida e pela inquietação, companheiras constantes de percurso. Assim, ouvimos a voz de quem nos precedeu em empreitadas semelhantes: “[...] coragem, companheiro. Não dá para desejar que o mundo te seja leve, pois inventaste de ser intelectual” (CORAZZA, 2002, p. 110).

2 ALIANÇAS TEÓRICAS

*Quem é ela
Olha quem é ela,
homem ou mulher,
todos vêem,
mas não sabem identificar
por causa do corpo
e a meio a meio mistura
que há nela:
homem e mulher,
o que ela quiser,
foda-se quem não acredita.*
Patrícia Borges da Silva (2017, p. 59)

Nesta seção, serão apresentados textos teóricos construídos ao longo do processo de aproximação da pesquisadora com o campo de estudos. Uma imersão na construção de conceitos e teorizações se fez necessária para as aproximações e entrelaçamentos da intersexualidade com a Biologia escolar. Desse modo, serão abordados alguns aspectos historiográficos, numa tentativa de diálogo com o campo de pesquisa ao qual nos aliamos, além de evidenciar o processo de apropriação desses conceitos na tecitura da pesquisa.

2.1 Um olhar para o livro didático de Biologia assentado em pressupostos foucaultianos

Michel Foucault analisou a organização de sólidas instituições sociais, a partir do século XIX, como a escola, o hospital, o hospício e a prisão, que tinham como função garantir a ordem, dando a pensar sobre a produtividade das práticas e discursos disciplinares. Em sua posição de crítico, colocou em debate verdades até então inquestionáveis no campo do saber médico, da justiça, das regras de conduta sexual, questionando uma ordem que parecia natural e imutável, levando a indagações acerca de possibilidades outras de existência, que podem ser aplicadas na contemporaneidade. Para Foucault, a Filosofia é muito mais que a busca pela analítica da verdade. O autor interroga, quebra certezas, levanta inquietações, propondo a dissolução das barreiras que fragmentam o saber moderno.

As problematizações do filósofo francês são didaticamente divididas em três fases, conforme Roberto Machado (1988): a primeira marcada por *As palavras e as coisas* (1966), a segunda por *Vigiar e punir* (1975); e a terceira pela *História da sexualidade*, publicada em quatro volumes. Na primeira fase busca desvendar a epistemologia dos saberes; na segunda, Foucault procura mostrar a íntima relação entre os saberes e os poderes. Já a terceira, conforme observa Gallo (2004, p. 80) “[...] volta-se para a Ética quando, ancorado em Nietzsche, propõe que cada um faça de sua vida uma obra de arte”. Classificações foram rejeitadas por ele, que não apresentou linearidade em seus ditos e escritos, sendo que ele próprio, no texto *O sujeito e*

o poder (1980), aponta para a possibilidade de uma releitura de seus trabalhos a partir do desdobramento de três ontologias⁴⁴ históricas, conforme Kléber Prado Filho (2017), a saber: (i) *arqueologia do saber*, tratando da objetivação dos sujeitos em relação com a verdade do discurso; (ii) *genealogia do poder*, colocando em questão a sua objetivação em práticas de produção e individualização de corpos; (iii) *genealogia da ética*, problematizando modos e formas de subjetivação, quando o sujeito se coloca como objeto para trabalhos sobre si mesmo. Essa divisão de seus ditos e escritos tem efeito didático, sobretudo para pessoas que se iniciam na leitura dos postulados foucaultianos, mas não deve ser interpretada de modo estanque, fixo e contínuo, dado o caráter interdisciplinar de sua trajetória. Os conceitos por ele desenvolvidos servem de lente teórica e caixa de ferramentas para que possamos empreender análises em torno das problematizações que envolvem a questão do poder-saber.

Na primeira fase, que vai da década de 1960 até o início da década de 1970, seus questionamentos giram em torno da questão: como nos tornamos aquilo que somos enquanto sujeitos do saber? Como somos constituídos a partir de saberes legítimos, tomados como verdadeiros, num determinado momento da nossa história.

Em sua genealogia (história crítica e descontínua de práticas sociais), Foucault interessou-se centralmente pela questão do sujeito, suas relações com a verdade e a constituição da experiência. Nesse sentido, propôs a genealogia da ética, que foi base de sustentação da *História da Sexualidade*, análises e estudos que fornecem elementos para uma genealogia do sujeito moral e uma história da subjetividade, divididos em quatro volumes, com os seguintes subtítulos: volume I, *A vontade de saber* (1976⁴⁵), abordando a genealogia do poder; volume II, *O uso dos prazeres* (1984), em que problematiza a ética da estética da existência, presente no mundo grego entre os séculos IV e II a.C; volume III, *O cuidado de si* (1984), explorando a ética do cuidado de si na cultura romana entre os séculos II a.C e II d.C; e o volume IV, *As confissões da carne* (publicação *post mortem* de 2018), que trata da ética cristã e da hermenêutica de si, entre os séculos IV e XVI. Nessa fase, investe na constituição das diferentes estratégias de normalização a partir das relações de poder

⁴⁴“Não se trata do sentido usualmente aplicado na tradição da filosofia moderna, que toma ontologia de forma essencializada, como filosofia do sujeito. Trata-se aqui de ontologias históricas – formas históricas de existência, experiências históricas, coletivas – aquilo a que ele se refere como ontologias históricas de nós mesmos, constituídos como sujeitos em jogos de saber, práticas de poder e relações, trabalhos sobre nós mesmos. Isso aponta para a perspectiva de uma história do presente em seus trabalhos, colocada como análise diagnóstica do tempo presente, crítica da nossa própria existência histórica, daquilo que somos” (PRADO FILHO, 2017, p. 321).

⁴⁵A obra foi publicada originalmente em 1976. No presente estudos, todas as referências feitas a ela são de uma tradução para a língua portuguesa reeditada pela Editora Paz e Terra em 2017.

Foucault refere-se a experiências históricas coletivas, às quais encontram-se ligados todos os indivíduos de um dado tempo, por ele intitulada experiência humana historicamente concreta. Com isso se justificam as digressões a outros tempos e culturas feitas por ele, no sentido de problematizar como a experiência ética moderna herda da cultura romana do cuidado de si uma diversidade de contenções e restrições impostas pelo sujeito a si mesmo. Nesse sentido, conforme seu pensamento, “[...] é preciso deslegitimar o presente, desfazendo os fios da continuidade histórica, que sustentam as noções de identidade e de natureza humana. É preciso reler o passado e construir novas narrativas históricas” (RAGO, 2015, p. 257). A partir das ferramentas analíticas ancoradas na arqueologia, na genealogia e na ética, pesquisadores/as dos mais diversos campos do conhecimento têm problematizado como somos sujeitos – sujeitados – de discursos científicos, jurídicos, pedagógicos e pensado formas de deslocar verdades estabelecidas, de produzir resistências e de inventar outros mundos possíveis (CORRÊA, M., 2004a,b; GALLO, 2004, 2015; MACHADO, 2005a,b, 2006, 2008; BORRILLO, 2010; SILVA, E. P. Q., 2010, 2015; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2017).

As ideias de Michel Foucault transgridem a tradição da filosofia moderna ao recusar uma teoria do sujeito, interessando-se pela constituição histórica das diferentes formas do sujeito em relação aos jogos de verdade. Uma das questões centrais das pesquisas de Foucault foi investigar sob que condições os seres humanos tornam-se sujeitos, ou seja, tentando compreender os modos de produção de subjetividade ao longo da história. Nesse sentido, ele percebeu que a construção do chamado sujeito moderno se fez ao longo da modernidade, a partir de práticas divisoras que procuraram estabelecer sempre uma oposição, um tensionamento em relação àquele que era considerado diferente, estranho, o outro: aquele/a considerado/a anormal. Exatamente por questionar a noção de sujeito e identidade, não se intitulava como autor, dispensando normatizações de toda ordem.

Para entender como se constitui o sujeito moderno no Ocidente, Foucault investiga em campos como os da saúde, da segurança, da sexualidade, e evidencia como o poder é exercido sobre os corpos. Uma das questões que ele apresenta como fundamental para a compreensão do poder sobre o corpo, do poder sobre a vida é o fato de que “[...] é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado [...] em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 1987, p. 118). Discute assim a noção de corpos dóceis, submissos, altamente especializados e capazes de desempenhar inúmeras funções, consequentemente úteis ao sistema capitalista, afirmando que “[...] o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso” (FOUCAULT, 1987, p. 25).

Além de controlado, o corpo é também observado, examinado, esquadrinhado, por meio de sistemas de vigilância constantes e institucionalizados (no hospital, os doentes; nas prisões, os criminosos; nos hospícios, os loucos; na escola, as crianças), sendo produzidos saberes que permitirão outras formas de controle sobre os corpos. A esse saber sobre o corpo, que vai além da ciência de seu funcionamento, o filósofo denomina *tecnologia política do corpo*. Segundo o autor, “essa tecnologia é difusa, claro, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si” (FOUCAULT, 1987, p. 29).

Por meio de suas análises, Foucault explicita a produtividade da disciplina como uma modalidade de poder. Na obra *Vigiar e Punir* (1987), a escola é apresentada como uma instituição de sequestro, como um local onde indivíduos têm seu espaço delimitado durante longos períodos, e esta é uma das instituições modernas que tem a função de modelar, ou ainda, docilizar o corpo estudantil com o objetivo de manipular e disciplinar seus comportamentos e condutas. Desse modo, “[...] o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula, e o recompõe” (FOUCAULT, 2021, p.119). Nesse sentido, o conceito de historicidade, defendido pelo autor, é fecundo para o entendimento dos modos como nos constituímos enquanto sujeitos do saber e do poder, já que ele não considera a história de forma linear e com relação de causa e efeito, considerando ultrapassada a história que trabalha com a origem das coisas, além de criticar a ideia de uma história universal que explique todos os acontecimentos a partir da verdade ocidental que se pretende objetiva (FOUCAULT, 2010a).

No que se refere ao poder disciplinar, afirma que “[...] a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência)” (FOUCAULT, 1987, p. 119). As instituições de sequestro colocam em operação o poder da norma a partir do poder disciplinar, produzindo corpos cada vez mais dóceis e úteis, inserindo-os na norma, em qualquer momento social. Desse modo, o poder disciplinar não vem de fora pra dentro, ele é internalizado, produzido por meio de discursos, a ponto de não ser estranhado, sendo a escola uma das mais poderosas instituições que faz operar o poder disciplinar, produzindo imbricações com a sociedade, temática abordada pelo pesquisador brasileiro Sílvio Gallo, ao produzir o texto intitulado *Repensar a Educação: Foucault*, salientando que

a Pedagogia enquanto ciência, materializada na instituição escolar, está na base daquilo que Foucault chamou de sociedade disciplinar, base do mundo ocidental contemporâneo. As sociedades disciplinares foram as responsáveis pela individualização do poder, pelo processo de subjetivação que, ao mesmo tempo,

permitiu a autotematização do humano, com o aparecimento das ciências humanas, e o estabelecimento de novas formas de convívio social e de relações de poder, onde a dominação é introjetada por cada indivíduo. Essa introjeção cria uma ilusão de liberdade e autonomia, pois cada um de nós é supostamente responsável por suas escolhas: o que, quando e como comprar, em quem votar, por exemplo (GALLO, 2004, p. 94).

Tais práticas moldam não somente corpos, atuando também nos modos de existência. Ao analisar as práticas disciplinares como instrumento para uma genealogia do indivíduo moderno, Prado Filho (2017) discute como se produz indivíduos em nossas sociedades e assegura que isso acontece

[...] pela aplicação, inicialmente de práticas de separação e individualização de corpos; depois, pelo acionamento de jogos de identificação, que marcam cada indivíduo, ligando-o à sua identidade; em seguida, pela aplicação de técnicas de exame, possibilitando a comparação e classificação entre eles; e ainda pela aplicação do poder da norma, marcando, incluindo ou excluindo, patologizando e corrigindo desvios, normalizando e regulando suas condutas individuais. Individualização + identificação + comparação + normalização = conjuntos de práticas articuladas, tecnologias solidárias, camadas superpostas, etapas sucessivas da produção de indivíduos em nossa cultura. (PRADO FILHO, 2017, p. 317).

Foucault problematiza a ideia de poder tomando-o também em sua positividade. Para ele, “se o poder só tivesse a função de reprimir, se agisse apenas por meio da censura, da exclusão, do impedimento, do recalçamento [...], ele seria muito frágil. Se ele é forte, é porque produz efeitos positivos a nível do desejo [...] e também a nível do saber” [...] o poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 2021, p. 238-239). Desse modo, não propõe uma teoria geral e globalizante do poder, mas uma analítica do poder. Segundo suas ideias

[...] o que está em jogo nas investigações que virão a seguir é dirigirmos menos para uma ‘teoria’ do poder que para uma ‘analítica’ do poder: para uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e determinação dos instrumentos que permitam analisá-lo (FOUCAULT, 2017, p. 79).

Foucault não concebe relações de poder sem resistência. No entanto, defende que a resistência somente poderá gerar mudanças na sociedade se houverem novas formas de organização de relações e de ideologia do saber por parte das pessoas que resistem ao poder. Nesse contexto, não considera a ideia de que o poder seja um sistema de dominação que a tudo controla e que não deixa espaço para a liberdade, afirmando que “[...] se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade por todo o lado” (FOUCAULT, 2004b, p. 277).

Sobre a tese de um poder que interdita, o primeiro volume da *História da sexualidade*, é marcado pela defesa da hipótese de que entre os séculos XVII e XX, ao contrário de ser reprimida, a sexualidade foi estimulada por uma vontade de saber, como parte de estratégias de controle e de poder, e que “[...] em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva” (FOUCAULT, 2017, p. 19). Desse modo, propõe a releitura da denominada

hipótese repressiva, destacando a fragilidade dos pressupostos dessa hipótese, que é apontada como um dos elementos do arcabouço discursivo sobre a sexualidade, a partir da sua historicidade. Essa ideia é evidenciada quando deixa claro que a interdição do sexo não é uma ilusão, “[...] e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna” (FOUCAULT, 2017, p. 17).

O pensador francês criou alguns conceitos que marcaram sua produção. Um exemplo é o de *dispositivo*, conceito elaborado como ferramenta analítica no momento da genealogia do poder e aprofundado na genealogia da ética, com o qual pensa não somente as práticas discursivas, mas também as não discursivas. Essa ideia está muito presente em sua obra, que se ocupa não somente do que os sujeitos dizem, mas também de suas práticas, ou seja, o que os sujeitos fazem. Gilles Deleuze (1990), em artigo intitulado *O que é um dispositivo*, afirma que em nenhum de seus livros, Foucault desenvolveu tal conceito, que é mais aprofundado em suas entrevistas, quando fala sobre seu pensamento. Então, para rastrear o conceito na obra de Michel Foucault, é necessário ir às margens, buscando pelas palestras e entrevistas. Em uma dessas ocasiões, o próprio autor descreve o dispositivo como

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2021, p. 364).

Giorgio Agamben (2009) afirma que o conceito de dispositivo é decisivo no pensamento foucaultiano. Ele entende que, talvez, em função da morte prematura de Foucault, ele não tenha estabelecido uma conceituação precisa para o conceito, tampouco apurado toda a potência que poderia ter sido dada a este, o que leva Agamben a apresentar uma ampliação do conceito do filósofo francês. A partir de pistas de Foucault, como a afirmação de que o dispositivo “está sempre inscrito em um jogo de poder [...]”. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2001, p. 367), Agamben destaca três aspectos para o conceito dispositivo em três pontos:

- a) É um conjunto heterogêneo, linguístico e não linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas etc. O dispositivo em si mesmo e a rede que se estabelece entre esses elementos.
- b) O dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder.
- c) Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber (AGAMBEN, 2009, p. 29).

Para o autor, na atualidade não existe um só momento em que o sujeito não seja modelado/controlado por algum dispositivo, que pode ser interpretado como “[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEM, 2009, p. 40). Desse modo, inclui a noção de que diversos objetos movimentam contínuas capturas ou assujeitamentos, processo intensificado pela fase extrema de desenvolvimento do capitalismo. Segundo suas análises, “[...] os dispositivos não são um acidente em que os homens caíram por acaso, mas tem a sua raiz no mesmo processo de ‘hominização’ que tornou ‘humanos’ os animais que classificamos sob a rubrica *homo sapiens*” (AGAMBEM, 2009, p. 43).

Richard Miskolci (2012, p. 16), salienta ainda que o dispositivo “[...] é um termo que se refere ao conjunto de discursos e práticas sociais que criam uma problemática social, uma pauta para políticas governamentais, discussões teóricas e até mesmo embates morais”. Ainda sobre o conceito, Albuquerque Júnior (2017, p. 8), assevera que o dispositivo é

[...] esse conjunto de relações e articulações em rede, dos discursos e de outras distintas práticas sociais, ao conjunto do dito e do não dito, do discursivo e do não discursivo, que aparece articulado e em funcionamento em dada situação histórica precisa, com objetivos e estratégias que se podem descrever.

Não somente os saberes, aquilo que é dito, mas também o que não é dito constitui o dispositivo. Não apenas o que as instituições dizem fazer, mas o que elas de fato fazem. E o mais importante: o dispositivo é a rede que interliga todos esses elementos. É um conjunto de táticas, de estratégias que fazem com que determinadas formas de poder funcionem em dado momento histórico e que vão sendo substituídas por outras formas, atualizadas, com o passar do tempo. Cada momento histórico é marcado por redes constituídas por enunciados que estão profundamente relacionadas ao poder e ao saber - urgências históricas. O conceito de dispositivo foi adotado por Foucault em diversos contextos, para variadas análises⁴⁶. No volume 1 da *História de Sexualidade: a vontade de saber*, ao questionar a ideia da sexualidade como dado da natureza, composta por verdades absolutas que seriam desveladas pelas Ciências Médicas e Psicológicas, ele formula a noção do dispositivo da sexualidade. Este dispositivo é apresentado como mecanismo de regulação de corpos, comportamentos e produção de subjetividades, segundo uma rede de saberes e poderes que toma o corpo e a sua materialidade. Para Foucault (2017)

a sexualidade é um nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que

⁴⁶ Alguns exemplos: dispositivo disciplinar, dispositivo soberania...

a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (p.115).

O autor elucida que a partir do século XVII, há um movimento constante e crescente que pede que a sexualidade seja exposta, julgada, avaliada e controlada. Das técnicas de confissão aos divãs de psicanalistas, houve (e continua havendo) uma incitação para as manifestações discursivas da sexualidade, sendo em função dessa demanda exaustiva de discursos, a verdade dos sexos (re)afirmada nos últimos séculos, no Ocidente. Desse modo, a sexualidade se instaurou como um dispositivo discursivo de poder, estruturado em torno e a partir de um dispositivo de aliança, que obedece ao sistema de regras que definem o que é permitido ou não, lícito ou não.

Assim, se estabelece que a sexualidade normal, a ser aceita e a ser validada, pelas instituições sociais, é a heterossexualidade. O padrão de gênero é o binário e, desse modo, a expectativa é a da colagem sexo biológico ao gênero atribuído e ao desejo heterossexual. Tudo que escape à heterossexualidade, ao binarismo de gênero e ao casamento monogâmico é definido como desviante, marginal, dissidente, devendo ser normalizado vigiado e submetido a correção e a punição (FOUCAULT, 2017). Foucault procurou mostrar o contexto da emergência da medicalização da sexualidade, ao longo dos séculos XIX e XX, nas culturas ocidentalizadas, e defender que o dispositivo da sexualidade atuou como elemento organizador e definidor de verdades dos sujeitos, produzindo efeitos de normalização e patologização relativas ao sexo. Em suas análises, destacou que corpos e práticas eróticas foram esquadrihados com vistas ao estabelecimento da fronteira entre o normal e o patológico, fundindo os discursos médico, jurídico, psicológico e governamental.

Dois grandes procedimentos históricos de produção de verdades sobre o sexo apontados por Foucault (2017) foram a *ars erotica* e a *scientia sexualis*. A arte erótica, arte de iniciação ao sexo, predominante no Oriente, buscava no saber sobre o prazer, formas de ampliá-lo, constituindo-se como “[...] um saber que deve permanecer secreto, não em função de uma suspeita de infâmia que marque seu objeto, porém pela necessidade de mantê-lo na maior discrição, pois segundo a tradição, perderia sua eficácia e sua virtude ao ser divulgado”. Para o pensador, a civilização contemporânea não possui uma *ars erotica* mas, “[...] em compensação é a única, sem dúvida, a praticar uma *scientia sexualis*” (FOUCAULT, 2017, p. 64).

A *scientia sexualis* tem por finalidade explicar o sexo, desenvolvendo técnicas de pesquisa e de classificação ordenadas em torno de uma forma de poder-saber que é a confissão, de modo que os Ocidentais são levados a confessar as suas práticas sexuais, o tempo inteiro.

Enquanto a *ars erotica* intensifica os prazeres, a *scientia sexualis* questiona a verdade desses prazeres. A confissão é uma das técnicas mais valorizadas para fazer falar, para produzir a verdade sobre a sexualidade, “[...] o homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente” (FOUCAULT, 2017, p. 66).

O autor afirma que com a intensificação das técnicas de confissão, a partir do século XIX, passou a haver uma proliferação de discursos sobre o sexo, o que fez com que a confissão extrapolasse o domínio da religião, passando a constituir também o campo das Ciências, sobretudo das Ciências Médicas. Diante disso, ele delimita os procedimentos por meio dos quais uma *vontade de saber* relativa ao sexo fez funcionar os rituais da confissão, enumerando as maneiras e estratégias através das quais passou a haver a extorsão da confissão em formas científicas: (i) *codificação científica do fazer falar*: a confissão é inscrita no campo dos saberes científicos aceitáveis; (ii) *postulado de uma causalidade geral e difusa*: o sexo representaria perigos ilimitados, de modo que desvios levam a consequências mortais; (iii) *princípio da latência intrínseca da sexualidade*: toma o sexo como clandestino, de essência obscura. A coerção, por meio da confissão, é articulada à prática científica; (iv) *interpretação*: produção da verdade a partir dos discursos interpretativos da confissão, de modo que aquele que ouve teria, para além do poder de perdoar, a verdade; (v) *medicalização*: a confissão, além do campo do pecado, passa a ser transposta ao campo do normal e patológico, sendo os médicos por excelência os intérpretes da verdade sobre o sexo (FOUCAULT, 2017). Ao fazer funcionar tais estratégias de consolidação da confissão, esta é naturalizada e normalizada, de modo que o sujeito que fala de si, dá ao que escuta a possibilidade de exercer controle sobre ele/a: “Mais precisamente, atribuiu-se a tarefa de produzir discursos verdadeiros sobre o sexo e isso tentando ajustar, não sem dificuldade, o antigo procedimento da confissão às regras do discurso científico” (FOUCAULT, 2017, p. 76).

Silva e Parreira (2013, p. 3), assentadas nos pressupostos teóricos anteriormente mencionados, verificam que “[...] a intencionalidade de capturar, orientar, determinar, modelar, controlar e assegurar modos de ensinar e de aprender[...]” se configuram no livro didático. Para elas, este tipo de livro é atravessado pelo dispositivo da sexualidade, e também se configura como um dispositivo. Acerca desse entendimento apontam para os saberes sobre a diferença sexual, apropriadas nos livros dos campos da ciências biomédicas, que reafirmam binarismos, se constitui como um dos temas do saber escolarizado das Ciências Biológicas. Assim, é possível pensar o livro didático e a escola considerando os atravessamentos com os saberes sobre corpos, gêneros e sexualidades.

Ainda sobre o conceito de dispositivo, Foucault (2021, p. 367) esclarece que ele

[...] está sempre inscrito em um jogo de saber-poder, estando sempre [...] ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles.

Nessa perspectiva, os dispositivos participam da produção do sujeito moderno; de homens e mulheres; crianças e adultos. Foucault (2021), ao estabelecer uma analogia entre a escola e a fábrica, já que ambas, a partir de um sistema de vigilância, estabelecem metas a serem alcançadas e recompensas a serem recebidas - ou não, argumenta que “[...] a organização de um espaço serial foi uma das grandes modificações técnicas do ensino elementar [...]. Organizou uma nova economia de tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, [...] de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (FOUCAULT, 1987, p. 134). Nesse sentido, Silva e Parreira (2013) afirmam estarem convencidas de que os livros didáticos, de modo geral, e, o livro didático de Biologia, em particular, podem ser pensados como um dos dispositivos criados a partir das necessidades da economia de tempo e de aprendizagem a ser utilizado no contexto escolar, para orientar, determinar, modelar, controlar gestos e condutas de professores e de alunos. Considerar o livro didático de Biologia como dispositivo nos dá condições de olhar para essa produção como parte do modo de produção do sujeito moderno

Quando nos deparamos com a afirmação de Alain Choppin (2004, p. 557) de que “[...] o livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente”, não nos resta dúvida na defesa do livro didático como um dispositivo.

A Biologia escolar, enquanto campo de produção de verdades sobre o sexo, constitui-se como um aparato que produz vidas e mortes, que fabrica corpos, organiza e faz circular a vida como a conhecemos. Este dispositivo está enredado em um trabalho pedagógico contínuo e repetitivo. Trabalho pedagógico este que “[...] é posto em ação para inscrever nos corpos o gênero e a sexualidade *legítimos*”, como alude Louro (2020, p. 16). Assim, ao legitimar a perspectiva de gênero e sexualidade hegemônica no ocidente, este trabalho pavimenta o terreno para a exclusão de corpos, gêneros e sexualidades vistos como dissidentes, com validação de uma suposta verdade da ciência.

Pode-se considerar um exemplo da instauração da validação científica sobre os corpos e o gênero o relato feito pela bióloga Anne Fausto-Sterling (2001), em seu artigo intitulado

*Dualismos em duelo*⁴⁷, sobre o caso de Maria Patiño, atleta que foi impedida de competir nas Olimpíadas de 1988 por ter sido reprovada no teste de sexo – não foi identificada, em suas células, a presença da cromatina sexual. Posteriormente, em exames mais detalhados, a atleta descobriu ser portadora da síndrome de insensibilidade ao andrógeno, com a presença de um cromossomo Y e produção de testosterona suficiente pelos testículos, mas suas células eram incapazes de detectar esse hormônio masculinizante. Dessa forma, seu corpo nunca produziu características lidas como masculinas. No entanto, na puberdade seus testículos produziram estrógeno, o que, aliado à incapacidade de seu corpo de reagir à testosterona, levaram ao desenvolvimento das características sexuais secundárias atribuídas ao sexo feminino. “A despeito de um cromossomo Y e testículos, ela crescera como mulher e desenvolvera formas femininas” (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 12).

Patiño recorreu à decisão e entrou para a história como a primeira mulher a contestar o teste do sexo para atletas, tendo sido readmitida em 1992 à equipe olímpica da Espanha. Fausto-Sterling (2001, p. 23) dedica-se ainda, no referido texto, a problematizar as disputas entre a Biologia e as Ciências Sociais na determinação do sexo, assumindo que “viajar entre esses diferentes mundos intelectuais produz mais do que algum desconforto”, aproximando-se dos conceitos foucaultianos de biopolítica e biopoder, além de localizar historicamente termos como homossexualidade e heterossexualidade.

Em um tópico do texto intitulado *Negação dos dualismos*, a estudiosa critica o modo europeu e norte-americano de conceber o funcionamento do mundo a partir de dualismos, assumindo que “[...] ao considerar momentos discretos na geração do conhecimento biológico sobre a sexualidade humana, procuro cortar o nó górdio do pensamento dualista”, preferindo afirmar que “[...] a sexualidade é um fato somático criado por um efeito cultural” (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 60). A autora salienta ainda que o dualismo sexo/gênero limita a análise feminista, observando que “[...] formulações dicotômicas tanto por parte de feministas quanto de não feministas conspiram para fazer com que a análise sociocultural do corpo pareça impossível” (p. 60). Assim, a autora tece argumentos a respeito de como os conhecimentos produzidos no âmbito da Biologia sobre os corpos, genes, cromossomos, hormônios, órgãos internos e externos, não constituem um campo separado e distinto do campo dos conhecimentos sobre a cultura, a sociedade, a história e a política.

⁴⁷Capítulo traduzido pelo periódico *Cadernos Pagu* (Tradução: Plínio Dentzien; Revisão: Valter Arcanjo da Ponte), com autorização da autora, do livro FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the Body: Gender Politics and the Construction of Sexuality**. Nova Iorque, Basic Books, 2000b.

Sendo a Biologia escolar derivada dos campos da Biologia e da Medicina, ela traz consigo as marcas das ciências de referência relativas à produção da noção de homem e de mulher a partir da ideia de sexo biológico, calcada no binarismo e no determinismo biológico. No entanto, conforme salienta Silva, E. P. Q. (2017), as classificações biológicas relativas ao sexo são também produções humanas, culturalmente e socialmente localizadas, estando ligadas a uma política de gênero e produção de corpos que atende a mecanismos de regulação e normalização do desejo e do prazer. No entanto, a pesquisadora entende que a Biologia escolar “[...] pode ser espaço potente para a leitura dos modos como a ciência contemporânea tem operado sobre os corpos e as sexualidades” (SILVA, E. P. Q., 2017, p. 267), de modo a abrirem-se outras possibilidades de ser e de viver, diferentes daquelas que sempre nos foram apresentadas como um padrão único a ser estabelecido, podendo abrir-se formas de convite à diferença, e talvez às múltiplas formas de nos reinventar num mundo, que talvez ainda precisem ser construídas.

2.2 Do hermafrodita ao intersexo: mudança terminológica e “verdades” em jogo

E me desagradava ter que contar a ele meus mais caros segredos. Respondi, portanto, em termos moderados a algumas perguntas que me pareceram mais uma violação. Então ele me disse: —Aqui você não deve ver em mim apenas o médico, mas também o confessor. Se tenho necessidade de ver, tenho também de saber. O momento é grave, muito mais do que você imagina, talvez. Terei que prestar declarações precisas a seu respeito primeiramente ao monsenhor, e em seguida à lei que sem dúvida me chamará como testemunhal. Não vou entrar aqui nos detalhes minuciosos daquele exame. Direi apenas que depois dele a ciência inclinou-se convencida (BARBIN, 1982, p. 75-76).

A partir da declaração “É uma menina!” ou “É um menino!”, Guacira Lopes Louro, ao longo do primeiro capítulo de *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer* tece metáfora acerca do sujeito viajante, que se lança em uma viagem ao longo de sua vida, “na qual o que importa é o andar, e não o chegar, [...] o que interessa é o movimento e as mudanças que se dão ao longo do trajeto” (LOURO, 2020, p. 13). A pesquisadora sinaliza que essa afirmação vai muito além de uma mera descrição sobre um corpo e, assentada em Judith Butler (1993), afirma que a partir dela é desencadeado um processo de fazer desse corpo masculino ou feminino. Reitera que “o ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um ‘dado’ anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário” (LOURO, 2020, p. 15) e carrega consigo a ideia do alinhamento sexo-gênero-desejo, pressupondo a heteronormatividade⁴⁸. Nesse sentido, para compreendermos de que modo os

⁴⁸De fato, as instituições revelam-se espaços de produção, reprodução e atualização de todo um conjunto de disposições (discursos, valores, práticas etc.) por meio das quais a heterossexualidade é instituída e vivenciada como a única possibilidade legítima de expressão sexual e de gênero. Tal conjunto recebe o nome de heteronormatividade e em sua base está a crença na existência natural de dois sexos que seriam traduzidos, de

livros didáticos de Biologia produzem a intersexualidade, é preciso entender como ela foi inventada pela modernidade e, para isso, na presente seção, nos propomos a responder ao seguinte questionamento: de que maneira foi construída a verdade da intersexualidade a partir dos diversos campos do conhecimento?

A sexualidade, nos dois últimos séculos, tornou-se objeto de estudo por parte de diversos campos do conhecimento (FOUCAULT, 2017), atraindo olhares de médicos, religiosos, de antropólogos e educadores. Ao longo destes, ela tem sido descrita, explicada, regulada, normatizada. Nesse sentido, corpos que não se enquadram nas definições e normatizações, via de regra biomédica e binárias são tomados como emblemáticos, como, por exemplo, é o caso daqueles que desobedecem ao padrão: os corpos intersexo.

Nessa seara, pessoas que nascem ou desenvolvem características sexuais relacionadas à genética, à anatomia sexual e/ou aos órgãos reprodutivos e genitais que fogem aos padrões normativos da binaridade, atraem os olhares das Ciências Biomédicas, em busca da demarcação do verdadeiro sexo, já que eles “[...] desafiam o sistema binário de sexo e de gênero, bem como escrutinam, em diferentes esferas sociais, os critérios utilizados para que alguém possa ser considerado homem ou mulher” (MACHADO, 2005b, p. 269). Tais critérios variam ao longo do tempo, em diferentes culturas⁴⁹.

Thomas Laqueur (2001) na obra *Inventando o Sexo: Corpo e Gênero, dos Gregos a Freud* desenvolveu um estudo histórico relativo à ideia de sexo no pensamento médico, filosófico e político do século XVIII até a atualidade, evidenciando a inviabilidade de se assentar o discurso da diferença sexual sobre uma certeza ontológica, assegurando que “[...] o sexo, antes do século XVII era uma categoria sociológica e não ontológica” (LAQUEUR, 2001, p. 19). O autor analisa a ideia do modelo do sexo único como dominante no século XVIII, ressaltando que a medicina ocidental da época não descrevia a sexualidade humana como dividida entre masculina e feminina, “havia apenas um sexo, cujos exemplares mais perfeitos eram facilmente julgados masculinos no nascimento, e os menos perfeitos rotulados de femininos” (LAQUEUR, 2001, p. 161). A mulher era considerada como um homem invertido, com os mesmos órgãos sexuais dos homens, porém, voltados para dentro. Dessa forma, o útero,

maneira automática e correspondente, em dois gêneros complementares e em modalidades de desejos igualmente ajustadas à “heterossexualidade compulsória”, constituindo uma sequência normativa sexo-gênero-sexualidade.” (PRADO; JUNQUEIRA, 2011, p.52-53).

⁴⁹ Na República Dominicana e na Nova Guiné, segundo Machado (2005), há um código social que inclui três sexos ao invés de dois. Em função da deficiência na produção de uma enzima (5-alfa-redutase), ocorre o nascimento de crianças com cariótipo XY e genitália externa não virilizada, sendo comum que a virilização aconteça na puberdade. “Na República Dominicana, por exemplo, essas crianças serão chamadas de *guevedoche* (que significa “pênis aos doze”) e não são consideradas homens. Os *guevedoche* têm um outro estatuto social e biológico” (MACHADO, 2005b, p. 260).

ovários e vagina das mulheres seriam o negativo imperfeito do escroto, testículos e pênis, nesta ordem. Para além disso, segundo os estudos de Laqueur, ela era também considerada como um homem inferior, porque à mulher faltaria a intensidade do calor vital do homem, que era responsável pela evolução do corpo até a perfeição do macho. Nesta concepção, cita a comparação feita por Galeno⁵⁰ entre os olhos da toupeira e o corpo da mulher, segundo a qual “seus olhos não abrem, ‘não se projetam, mas continuam ali, imperfeitos’. A genitália da mulher também ‘não abre’ e permanece em uma versão imperfeita do que seria se fosse projetada para fora” (LAQUEUR, 2001, p. 43).

A invenção do modelo dos dois sexos se dá ao final do século XVIII, mantendo no corpo as evidências da diferenciação entre homens e mulheres. Apesar dessa interpretação aparentemente eliminar a hierarquia entre os sexos, para Louro (2020, p. 72), “[...] o surgimento desse novo modelo não significou o completo rechaço do anterior; por um longo tempo, travaram-se disputas em torno do significado atribuído aos corpos, à sexualidade e à existência de homens e mulheres”. Laqueur desvela ainda que a descrição da diferença não se mantém neutra, tendo sido os argumentos científicos construídos em torno da produção de um pensamento que justificasse e naturalizasse a desigualdade entre homens e mulheres. Diante de impossibilidade de se justificar socialmente a desigualdade, ela se assentaria na natureza, sendo a Ciência a ferramenta legítima para evidenciá-la.

A Ciência, como uma produção humana socialmente interessada, passa então a descrever as diferenças entre homens e mulheres a partir de uma suposta inferioridade mental e biológica das mulheres para exercer as tarefas intelectuais, científicas e políticas. “Busca-se, tenazmente, conhecer, explicar, identificar e também classificar, dividir, regar e disciplinar a sexualidade. Produzem-se discursos carregados da autoridade da ciência” (LOURO, 2020, p. 73). Dessa forma, as mulheres foram atreladas à natureza enquanto os homens se beneficiavam da posição de seres da razão. Assim, os dois sexos passaram a ser descritos pelo padrão da oposição e não mais da hierarquia. Cria-se a ideia de incomensurabilidade entre os sexos, sobre a qual Laqueur (2001, p. 245) declara que “[...] dois sexos incomensuráveis *são* resultado de práticas discursivas, mas só se tornam possíveis dentro de realidades sociais às quais essas práticas dão sentido”. Diante desses registros, é possível afirmar que as definições da anatomia masculina e feminina não são predeterminadas ou universais, mas são produzidas culturalmente, sendo historicamente contingentes, além de serem mutáveis.

⁵⁰Pérgamo, Ásia Menor (129-201), considerado um dos médicos mais importantes da Antiguidade, criador da Fisiologia experimental.

O modelo dos dois sexos se torna hegemônico e é sobre essas bases que Foucault (2017) inscreve a sexualidade como um dispositivo formado por um conjunto de práticas discursivas, promovendo normatizações e normalizações, de modo a criar formas de controlar a sexualidade por meio da instituição de binarismos de toda ordem, segundo a uma lógica heteronormativa. “Nesta lógica, supõe-se que o sexo é ‘natural’ e se entende o natural como ‘dado’. O sexo existiria antes da inteligibilidade, ou seja, seria pré-discursivo, anterior à cultura” (LOURO, 2020, p. 61). Tal lógica presume que, ao nascer, um corpo deve ser designado como macho ou fêmea, o que conseqüentemente o fará assumir o gênero masculino ou feminino e expressar desejo por alguém de sexo e gênero oposto ao seu, instituindo-se um alinhamento sexo-gênero-desejo.

Fausto-Sterling (1993), explica sobre a ocorrência de um deslocamento relativo a quem fala, produz e nomeia a intersexualidade. Segundo a pesquisadora, até o início do século XIX o saber jurídico classificava sujeitos com essa condição como *hermafroditas*, atribuindo-lhes um tipo de anormalidade, como descreve Foucault (2001). A partir do século XX, as malformações genitais passam a ser classificadas como anomalias do desenvolvimento sexual, uma vez que o domínio do saber médico sobre os corpos indeterminados havia se estabelecido. Desse modo, houve uma tentativa de deslocamento desses sujeitos do campo moral, situando-os nos questionamentos médico e científico. Para a pesquisadora do campo da intersexualidade Paula Sandrine Machado (2014),

desde o século XIX, a intersexualidade tem aparecido na bibliografia e na prática médica por meio de um duplo registro: como lugar do experimento, das intervenções e das teorizações sobre a diferença sexual (o que caracteriza e o que torna um corpo “biologicamente” masculino ou feminino?); e como o risco encarnado da instabilidade da diferença sexual como norma e como verdade, a qual parte os corpos sexuados em duas possibilidades distintas - trata-se de um corpo de mulher ou, e somente ou, de homem. Esses dois registros são levados a operar conjuntamente (MACHADO, 2014, p. 4).

Nesse contexto, a sexualidade passou a ser colocada em constante vigilância, tendo a heterossexualidade como possibilidade única, o que permitiu a patologização da diferença e de qualquer tentativa de resistência a tornar-se idêntico. As pessoas que rompem os limites de gênero ou de sexualidade, “[...] que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados ‘próprios’ de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes ou desviantes” (LOURO, 2020, p. 80). Logo, as identidades individuais passam pela identidade sexual a ser implantada nos corpos e nas subjetividades.

Nesse sentido, Foucault (2017) nos convida a extrapolar polarizações, assumindo a multiplicidade, propondo o abandono da hipótese de que as sociedades modernas tivessem

reprimido o sexo (o que chama de hipótese repressiva). Indica que, ao invés de sofrer um processo de restrição, “[...] em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva” sobre o sexo (FOUCAULT, 2017, p. 18). O filósofo “[...] empenha-se em descrever esses discursos e seus efeitos, analisando não apenas como, através deles, se produziram e se multiplicaram as classificações sobre ‘espécies’ ou ‘tipos’ de sexualidade, mas também com se ampliaram os modos de controla-la” (LOURO, 2020, p. 38).

Dentre as diversas temáticas abordadas por Foucault no que se refere à sexualidade, o estudioso interessou-se pela questão da intersexualidade⁵¹. O intersexo, conforme Nádia Peres Pino (2007)

é um termo de origem médica que foi incorporado pelos ativismos para designar as pessoas que nascem com corpos que não se encaixam naquilo que entendemos por corpos masculinos ou femininos [...]. São corpos que destoam de nossos parâmetros culturais binários, que embaralham e causam estranheza para aqueles que os vê [...]. São corpos que deslizam nas representações do que se considera como verdadeiramente humano, situando-se nos interstícios entre o que é normal e o que é patológico. Esta “não-humanidade” ou “anormalidade” justificará as intervenções médicas com o intuito de adequá-lo ao ideal do dimorfismo sexual (PINO, 2007, p. 153).

Sobre a temática, Foucault interessou-se particularmente pelo caso de uma pessoa intersexo, reunindo os registros de um diário escrito ao longo da vida da referida pessoa, a diversos documentos relativos a eventos importantes de sua vida. Assim, Foucault (1982) escreveu a introdução para a obra intitulada *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*⁵², que retrata o caso de Adélaïde Herculine Barbin⁵³, que viveu na França do século XIX. Para Mação, Alvim e Rodrigues (2021, p. 26) “[...] trata-se de uma história marcada por desavenças, contradições e ambiguidades, na qual as características que serviam como guia para a definição sexual dos corpos ditos incertos, iam muito além da mera aparência dos genitais”.

⁵¹ Em 1917, o geneticista americano Richard Goldschmidt, no artigo de *Intersexuality and the endocrine aspect of sex*, utilizou pela primeira vez o termo “intersexualidade”, englobando todos os desvios sexuais, entre eles o hermafroditismo (HERNANDÉZ, 2009).

⁵² Hermafrodita é um termo adotado para identificar os casos de indivíduos que não apresentassem exclusivamente as características físicas de um dos sexos – masculino ou feminino. Importa entender de onde teria surgido o termo e porque essa palavra, apesar de ser mais conhecida, não é a nomenclatura mais adequada segundo alguns teóricos e ativistas. A origem do termo remonta ao mito grego de acordo com o qual o filho de Hermes e Afrodite (Hermafrodito) atraiu o amor de uma ninfa que, não sendo correspondida, rogou aos deuses para que se tornassem um só, daí o corpo apresentando traços de ambos os sexos. Conforme explica Catherine Harper, apesar de muitos ativistas a utilizarem como forma de luta política, objetivando ressignificá-la, “a palavra ‘hermafrodita’ carrega consigo associações mitológicas e fetichistas que servem para desumanizar e estigmatizar a pessoa viva e real a quem a palavra é aplicada.” (HARPER, 2007, p. 2). Não obstante sua origem mitológica e poética, explica Ana Karina Canguçu-Campinho (2012) que a palavra hermafrodita passou a ser utilizada, nas sociedades ocidentais, para designar mais uma aberração da natureza e/ou desvio moral.

⁵³ Atualmente, no dia 8 de novembro, data em que nasceu Herculine Barbin, comemora-se o *Intersex Day of Remembrance* (Dia da Solidariedade Intersexo), data que busca a sensibilização para os desafios enfrentados por pessoas intersexo.

Conhecida pelos familiares como Alexina, Adélaïde cresceu como menina e, após a morte do pai, aos 7 anos, sua mãe conseguiu indicações para que ela vivesse em um hospital-orfanato da região. Pouco tempo depois, através da influência de uma irmã da casa de cuidados, conquistou uma vaga em um prestigiado convento, que servia como colégio e internato ligado à Igreja católica, para garotas burguesas. Nos relatos de Herculine, fica evidente seu desconhecimento diante de seu próprio corpo, apesar de se achar diferente das demais moças com as quais convivia, o que de início não era um agravante em seu cotidiano, já que se destacava por seu excepcional desempenho intelectual. Apresentava saúde frágil, sentindo fortes dores inguinais e febre, além de apresentar-se aflita por nunca ter entrado em puberdade, como as demais jovens com quem convivia, inquietação evidente em fragmentos da obra como: “eu tinha sido devorada pela terrível doença do desconhecido” (BARBIN, 1982, p. 34). Nessa instituição religiosa, onde progrediu e destacou-se nos estudos, também cultivou desejo sexual por outras moças, sensações que passaram a tumultuar os princípios de devoção e confissão que pautavam sua vida, construída dentro de espaços e referências essencialmente religiosas.

Herculine, que se autodenomina Camille⁵⁴ em alguns trechos de sua narrativa, foi aprovada em primeiro lugar no exame para professora e, aos 19 anos, teve a oportunidade de dar aulas em um colégio interno. Para que pudesse ser efetivada como professora titular, seria necessário trabalhar como professora assistente até os 21 anos de idade. Nessa ocasião, ela se apaixonou por Sara, também professora e filha da proprietária da escola. A relação se intensificou, as duas passaram a dividir a mesma cama e rumores sobre a excessiva proximidade e gestos carinhosos entre elas começaram a se proliferar.

Em nossas deliciosas conversas íntimas, ela se apegava ao prazer de usar pronomes e adjetivos masculinos para me qualificar, qualificações que posteriormente se adequariam ao meu status oficial. “Meu *querido* Camille, Eu te amo tanto!!! Por que eu te encontrei se este amor se tornaria a mágoa de minha vida?!” (BARBIN, 1982, p. 58)

No período de férias escolares, Alexina voltou para a casa onde sua mãe permanecia prestando serviços domésticos, em uma cidade próxima, ocasião em que confessou suas experiências para um missionário que passava na cidade, que, por sua vez a aconselhou a integrar uma ordem religiosa, tornando-se freira e renunciando aos planos de casamento com Sara. No entanto, ignorando os conselhos do religioso, Herculine voltou ao internato e aos braços de Sara. Mas diante da intensificação das dores abdominais que sentia, um médico foi

⁵⁴ Herculine usava o pseudônimo Camille para falar de si mesma, assumindo tal persona em suas memórias. Foucault (1982) sugere que isso tenha ocorrido porque ela contava com a possibilidade de ter leitores. Outro fato que vale ser ressaltado é que, na França, o nome Camille pode ser usado tanto para homens como para mulheres.

chamado ao colégio, e insistiu em examiná-la, tendo sido tomado por uma surpresa: “Meu Deus! Seria possível?” (BARBIN, 1982, p. 68). Diante do diagnóstico, ordenou que Herculine fosse liberada de suas obrigações com urgência, sem dar maiores detalhes. Mais uma vez em casa, ela se confessou com o Bispo da região, que pediu permissão para que seus segredos confessionais fossem revelados ao seu médico particular.

Ao procurar o médico indicado pelo Bispo, passou por um exame físico bastante minucioso, tendo o médico dirigindo-se à mãe de Alexina nos seguintes termos: “é verdade que você perdeu sua filha, mas encontrou um filho, um que não estava esperando” (BARBIN, 1982, p. 76). Nessa ocasião, sugeriu o diagnóstico para as terríveis dores que sentia: testículos não descidos na região pélvica. Para o médico, Herculine era “um [...] hermafrodita [...] com evidente predominância do sexo masculino” (CHESNET, 1982, p. 118). Ainda assim, lança uma série de questionamentos.

Ela tem uma vulva, grandes lábios, e uma uretra feminina que independem de uma espécie de pênis imperfurado, não seria isso um clitóris monstruosamente desenvolvido? Existe uma vagina, bem curta na verdade, e muito estreita, mas enfim, o que poderia ser além de uma vagina? Ela tem atributos totalmente femininos, é verdade, mas nunca menstruou; externamente, seu corpo é masculino, e minhas explorações não me levaram a encontrar um útero. Seus gostos, suas inclinações a levam em direção às mulheres [...] para finalizar, podemos encontrar os corpos ovoides e o cordão de vasos espermáticos num escroto dividido (CHESNET, 1982, p. 118).

Essa emergência da necessidade de diagnóstico do sexo, a partir daquele momento histórico até a atualidade, atua de forma a normatizar os corpos, “[...] para indicar-lhes limites de sanidade, legitimidade, moralidade ou coerência. Daí porque aqueles que escapam ou atravessam esses limites ficam marcados como corpos – e sujeitos – ilegítimos, imorais ou patológicos” (LOURO, 2020, p. 76). A imposição da verdade médica em sua vida modificou sua trajetória de maneira brusca e cruel, tendo sido impelida a romper o relacionamento com Sara, se desfazer de seu cargo como professora e assumir seu *verdadeiro sexo* em 1860. Seu primeiro nome foi alterado, de Adélaïde para Abel.

Tudo estava feito. A partir de agora, o estado civil me obrigaria a fazer parte daquela metade da raça humana a que chamamos de sexo forte. Eu, criado até os 21 anos de idade entre as moças tímidas das casas religiosas, iria como Aquiles deixar longe, bem longe de mim, um passado delicioso, para entrar na arena, armada apenas de minha fraqueza e de minha profunda inexperiência dos homens e das coisas (BARBIN, 1982, p. 85).

Além das conversas informais, estigmas e acusações da população da cidade onde vivia, a história de Herculine/Abel se espalhou por meio de publicações em jornais de intensa circulação em Paris e, “[...] no discurso da grande mídia, o que prevalece é a espetacularização de um corpo apresentado como anormal, monstruoso” (SILVA, E. P. Q., 2015, p. 202). Além

dessa exposição, “[...] depois da imprensa departamental, vieram os artigos mais ou menos picantes, de alguns redatores de quem não esqueço o nome, que alguns jornais de Paris rapidamente reproduziram. A alta sociedade comentava” (BARBIN, 1982, p. 86). Tendo a vida exposta, revirada, espetacularizada e sendo impelida a se mudar de cidade, sem jamais ter sido indagada a respeito de como se sentia, enfrentou a batalha de transferir-se para a capital e tentar um emprego no sistema ferroviário, passando por diversas dificuldades.

Em sua narrativa autobiográfica, desde que foi impelida a assumir o *verdadeiro sexo*, passou a se referir no masculino, acusando a si mesmo pela ingerência da situação, principalmente em relação a Sara. “Não sei que estranha cegueira me fez sustentar até o fim esse papel absurdo” (BARBIN, 1982, p. 105). Nesta fase que antecedeu sua morte, os relatos tornam-se fragmentados, amargos e viscerais. Abel passou a falar de sua morte de forma frequente, como forma de esquecimento e consolo para seus martírios.

Quando chegar esse dia, alguns médicos farão tumulto em torno de meus despojos; eles virão buscar em mim nova luz, analisar todos os misteriosos sofrimentos que se concentram num único ser. Oh príncipes da ciência, sábios químicos, cujos nomes ecoam no mundo, analisem então, se for possível, todas as dores que queimaram e devoraram esse coração até suas últimas fibras; todas as lágrimas ardentes que o inundaram, dessecaram em suas selvagens opressões (BARBIN, 1982, p. 96).

Suas memórias impactaram os saberes da época, fato evidenciado pelos laudos médicos e um conto ficcional escrito por um psiquiatra inspirado na vida de Adélaïde/Abel e anexados por Foucault na organização do livro de memórias. Baseando-se na argumentação de que a angústia de *viver num corpo errado* poderia gerar sofrimento tão intenso a ponto de levar a pessoa ao suicídio, o discurso médico-científico passou a defender, a partir de então, intervenções médicas precoces no sentido de normatizar o sexo, considerando as dicotomias macho e fêmea, na busca incessante por padronizar os corpos ao padrão heteronormativo de alinhamento entre sexo biológico, genitália e orientação sexual. Desse modo, casos como o de Herculine tornam-se cada vez mais raros, já que “[...] as novas tecnologias de distribuição da diferença sexual, aliadas aos avanços científicos dos séculos XX e XXI, tornaram o procedimento de atribuição sexual das pessoas intersexo bem mais discreto e eficiente” (MAÇÃO; ALVIM; RODRIGUES, 2021, p. 36), além de começar os processos normalizadores cada vez mais cedo, evitando-se que pessoas com genitálias atípicas chegassem à idade adulta.

No texto de apresentação da obra, Foucault aponta que esse corpo conhecido na literatura e na história como hermafrodita, passou a ser compreendido como monstruosidade. Discorre também sobre como a sociedade ocidental moderna codificou as verdades sobre o sexo, condenando identidades que fugissem à linearidade entre sexo biológico, identidade de

gênero e orientação sexual, fazendo apontamentos sobre como essa concepção produziu também o saber médico que passou a governar tais corpos. Para Foucault (1982, p. 2),

do ponto de vista médico, isto quer dizer que não se trata mais de reconhecer no hermafrodita a presença dos dois sexos justapostos ou misturados, nem de saber qual dos dois prevalece; trata-se, antes, decifrar qual o verdadeiro sexo que se esconde sob aparências confusas; o médico terá que de certo modo despir as anatomias enganadoras, e reencontrar por detrás dos órgãos que podem ter encoberto as formas do sexo oposto, o único sexo verdadeiro.

Enquadramentos biomédico-jurídicos têm marcado historicamente a intersexualidade, buscando reiteradamente regular as diversidades corporais e manter a diferença sexual como verdade e como norma. Para Fausto-Sterling (2000b), até o início do século XIX, a regulação dos corpos que eram nominados como hermafroditas, estava sob a responsabilidade dos legisladores e juízes que, em algumas situações, solicitavam conselhos aos médicos ou padres, estabelecendo-se as técnicas de confissão⁵⁵ em torno da sexualidade. O caso de Herculine Barbin ilustra como as técnicas de confissão, associadas ao saber médico, passaram, a partir do século XIX, a moldar e reorganizar as subjetividades modernas, evidenciando como as regulações institucionais sobre o sexo e a sexualidade operaram na organização da sociedade contemporânea, que concebe a sexualidade como dispositivo de normalização de corpos e populações. Nesse contexto, para Berenice Bento (2011b, p. 557) “[...] os divergentes sexuais e de gênero só poderão existir em espaços apropriados, nos compêndios do saber médico e nos espaços confessionais das clínicas. Lá os encontraremos, todos hierarquizados, classificados e especificados”, de modo que a partir do início do século XX, a dicotomização do sexo em duas possibilidades únicas passou a ser cada vez mais forte.

O cerceamento das condutas e interdição dos corpos são assentados em narrativas que remetem a um imaginário de doenças e males que se propagariam pelas gerações seguintes, atendendo a uma higiene social, e passível de atuações terapêuticas. Para Bento (2011a, p. 17) “[...] o que o século XIX anuncia como anormalidades, o século XX irá concretizar com as cirurgias de transgenitalização e as mutiladoras de crianças intersexo”. Desse modo, “[...] o

⁵⁵Para Foucault (2017, p. 65), desde a Idade Média “as sociedades ocidentais colocaram a confissão entre os rituais mais importantes de que se espera a produção de verdade”. Segundo ele, “a confissão passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizada para produzir a verdade. Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessada. A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se - ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo” (FOUCAULT, 2017, p. 66).

domínio do sexo não será mais colocado, exclusivamente, sob o registro da culpa e do pecado, do excesso ou da transgressão, e sim no regime (que aliás nada mais é que sua transposição) do normal e do patológico” (FOUCAULT, 2017, p.76-77). O recurso da confissão e o diagnóstico médico passam a atuar de forma conjunta na produção de intervenções que possam levar ao enquadramento aos padrões de uma pretensa normalidade.

O discurso médico, revestido de uma aura de neutralidade científica, produz verdades sobre o sexo, o que estabelece fronteiras entre o normal e o patológico, entre o moral e o imoral, controlando a sexualidade. Ao classificar como próprias, legítimas e viáveis determinadas configurações cromossômicas, gonadais, hormonais e genitais assentadas em categorizações binárias relativas ao sexo, as Ciências Médicas incorrem na exclusão de uma diversidade de vidas possíveis: as pessoas intersexo, que correspondem a aproximadamente 1,7% da população mundial (FAUSTO-STERLING, 2000a). Como evidencia Bento (2011a, p. 19), os chamados cientistas sexuais pioneiros tiveram em comum uma “[...] predileção pelas invenções conceituais e pelas classificações”, o que levou (e continua levando) a uma intensa produção de novas doenças e transtornos, de modo que os discursos hegemônicos passam a produzir realidades. A partir de tais classificações, são estabelecidas estratégias discursivas que estabelecem a verdade última a respeito de quem somos, produzindo subjetividade. Ao perscrutar o corpo sexuado, classificando-o como normal/anormal na busca pela verdade assentada em categorias biológicas, nomes e diagnósticos para enquadrar corpos intersexo, foram codificados no CID (Código Internacional de Doenças) e tratados como doenças, anomalias e aberrações.

Essa patologização do sexo, inclusive da intersexualidade, tem raízes históricas nos século XIX, processo minuciosamente estudado por Courtine (2008), ao desenvolver estudo sobre o corpo anormal, história e antropologia culturais da deformidade. O autor narra a espetacularização dos monstros na Europa do século XIX, quando multidões se aglomeravam para ver “[...] patologias sexuais nos museus de cera anatômicos; morfologias exóticas e rituais selvagens dos ‘zôos humanos’; truques e ilusões de ótica; ‘decapitados falantes’, ‘mulheres aranhas’ ou ‘mulheres lunares’” (COURTINE, 2008, p. 255-256). Evidencia também uma das formas do poder de normalização na virada do século, quando se instituiu a norma por meio da exposição e espetacularização do seu contrário. Ao mesmo tempo em que saberes eram efusivamente produzidos no campo das Ciências Médicas, com o surgimento de uma infinidade de técnicas e exames que escrutinavam o corpo, os chamados museus humanos perderam força e características que antes era vistas como monstruosidades, passaram a ser vistas como

enfermidades. Courtine (2008) assevera que o corpo enfermo foi, progressivamente, dissociado da monstruosidade, tornando-se objeto de reabilitação, de normalização; objeto da ciência.

Ao longo da aula proferida no Collège de France, em 22 de janeiro de 1975, Michel Foucault (2001) abordou a questão da produção do chamado monstro humano no século XIX, noção assentada em pressupostos, segundo ele, jurídico-biológicos. Evidencia como foram produzidos, ao longo dos séculos, os padrões de normalidade, sendo o normal e o anormal, fabricações humanas permeadas por jogos de poder que impõem determinadas verdades. Analisa ainda de que modo a noção de monstruosidade passou a ser associada à criminalidade, com a elaboração da figura do chamado monstro moral. Ao longo de sua explanação, destaca as três figuras da anomalia: o monstro, o incorrigível e o masturbador, reiterando que “[...] foi em torno dos hermafroditas que se elaborou, em todo caso que começou a se elaborar, a nova figura do monstro, que vai aparecer no fim do século XVIII e que vai funcionar no início do século XIX” (FOUCAULT, 2001, p. 83).

A referida obra do filósofo francês nos dá a pensar sobre a construção da noção do hermafrodita como um monstro, relacionando-a a elementos do tempo presente, considerando a história como uma ferramenta para a constituição dos sujeitos do hoje no que se refere à noção de intersexualidade. No caso das pessoas intersexo, a ordem compulsória de alinhamento entre sexo-gênero e desejo é posta em xeque, desestabilizando a ordem social e, por isso, incomoda, uma vez que são convertidos em corpos abjetos, ininteligíveis, conforme teorizado por Butler (2020). A abjeção opera na condição de exclusão social, ao tornar o sujeito excêntrico, na medida em que o associa e o cola às características da monstruosidade. Para Butler (2020), é a marca do gênero que atribui existência significável para os sujeitos, qualificando-os ou não, para a vida no interior da inteligibilidade dos códigos da cultura.

Ao tecer reflexões sobre a intersexualidade e identificação de gênero a partir das teorias de Butler, Silva, M. G. (2021, p. 51) ressalta que “[...] a intersexualidade está à margem do reconhecimento e da visibilidade de vidas habitáveis”, sendo compreendida como uma identidade abjeta já que, “[...] abjeto é todo aquele que ocupa zonas ‘inabitáveis’ e ‘inóspitas’ da vida social”. Desse modo, quando não é possível determinar o gênero a partir de marcas biológicas e, a partir de tais características, inseri-lo na ordem do inteligível, são inventadas novas classificações como monstros ou anormais, como lembra Foucault (2001).

2.3 Gênero, intersexualidade e a Biologia escolar

Tomar gênero como uma ideia dicotômica em relação ao sexo para descrever os elementos que consideravam culturais, em oposição aos que consideravam naturais ou

biológicos na personalidade de seus clientes, foi uma ideia inicialmente defendida por psicólogos norte-americanos como John Money e Anke Ehrhardt (1972) e Robert Stoller (1968), quando se ocuparam, em suas pesquisas, da produção de explicações sobre corpos com diferentes graus de intersexualidade. O termo gênero, portanto, nasceu no campo das Ciências da Saúde, introduzido por Robert Stoller (1968), na obra *Sex and Gender*, a fim de diferenciar o que seria o suposto sexo biológico do gênero, sendo este ligado a uma ideia de construção social do que seria ser homem e ser mulher na sociedade. Para o autor, sexo seria um efeito da Biologia, determinando que um indivíduo fosse macho ou fêmea. Gênero por sua vez, seria um efeito das construções culturais, dizendo respeito ao que a cultura define como masculino e feminino. Sua obra aborda intervenções cirúrgicas para adaptar a anatomia genital ao gênero desejado em pessoas transexuais e intersexo.

Esta seria uma interpretação estritamente biológica, na qual o termo *sexo* pode ser usado para se referir ao ato sexual, à troca de material genético, mas também para descrever características que diferenciam corpos (especificamente com relação aos órgãos genitais) designados ao nascimento como homens ou mulheres. O uso do termo unicamente nesse sentido biológico, desconsidera significados históricos e socioculturais, ao partir de uma noção binária, essencialista e pré-discursiva do sexo e passou a ser questionada a partir de discussões propostas pelas diferentes vertentes do movimento feminista, a partir da premissa básica de que as construções sociais que inferiorizam as mulheres não poderiam ser justificadas pela materialidade biológica.

As teorizações que envolvem as diferenciações entre os termos *sexo* e *gênero*, iniciadas na década de 1960, permanecem atuais, sendo subvertidas por estudiosas como Judith Butler (2020), que recusa a diferenciação entre sexo e gênero, entre natureza e cultura, apontando para uma análise dos efeitos de uma prática de poder que regula as identidades sexuais e busca eliminar a dicotomia entre masculino e feminino. Outra teórica que se coloca a pensar acerca dessas questões é Anne Fausto-Sterling (2001), assentada no argumento que

nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual. Quanto mais procuramos uma base física simples para o “sexo”, mais claro fica que o “sexo” não é uma categoria física pura. Aqueles sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas ideias sobre o gênero (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 19).

Fausto-Sterling sugere que a divisão absoluta de gênero como uma construção social sobre o que significa ser mulher ou homem, e sexo se referindo a características biológicas do corpo, está ultrapassada. A pesquisadora advoga que as Ciências Biológicas e Sociais devem trabalhar de modo conjunto para pensar o conceito sexo/gênero, como inseparáveis, faces de

uma mesma moeda. Essa vontade de saber as questões que envolvem as distinções entre sexo e gênero, com uma urgência em se desvelar suas verdades, está ligada a um tipo de conhecimento que faz parte das agendas acadêmicas, dizendo respeito a quem produz esse conhecimento, quem pode ensiná-lo e quem não pode, e também sobre o que permanecerá no centro e o que ficará às margens do currículo escolar.

Ao longo do processo de aproximação com o campo de pesquisa, ao considerarmos as disputas e negociações em torno do conceito gênero e da luta feminista, tivemos necessidade de demarcação de tal conceito. Para isso, elencamos alguns elementos relativos à construção e polissemia do conceito gênero, desde as feministas da década de 1960 a algumas das reelaborações relativas a tal conceito a partir da década de 1990. Assim, os próximos doze parágrafos, com algumas alterações, publicamos em um artigo intitulado *Masculinidades no contexto escolar: como a temática é abordada em artigos publicados em dossiês de periódicos nacionais*, na revista *Diversidade e Educação*⁵⁶.

Nesse movimento, lançamos mão do texto de Linda Nicholson (2000), teórica que evidencia que o conceito de gênero foi inicialmente desenvolvido e usado como oposição ao conceito sexo biológico. Ela situa tal evidência a partir da maneira que as feministas da década de 1960 definem gênero: como a representação social da conformação biológica daquilo que seria naturalmente dado. Entre as décadas de 1960 e 1990, o conceito é reelaborado e, a partir desta última década, passa a ser tomado, por algumas estudiosas feministas, com um sentido inteiramente diverso da lógica do determinismo biológico.

A partir dos anos 90 do século XX, gênero aparece ligado às construções sociais, aos significados e símbolos atribuídos ao sexo biológico, ao longo da história. Ou seja, o gênero passa a ser pensado como referência aos papéis e aos comportamentos sociais e culturais; enquanto o sexo fica atrelado às características biológicas, com centralidade, inicialmente, na Anatomia e Fisiologia humanas, cuja referência principal são os órgãos genitais/reprodutores. Nicholson (2000, p. 10) afirma que “o ‘sexo’ permanece na teoria feminista como aquilo que fica de fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença feminino/masculino”. Conforme tal concepção, os aspectos biológicos são considerados como a base para a construção dos significados culturais, ou seja, “ainda veem a fisiologia humana como um ‘dado’

⁵⁶SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Masculinidades no contexto escolar: como a temática é abordada em artigos publicados em dossiês de periódicos nacionais. **Diversidade e Educação**, v. 7, n. 2, p. 20–44, 2020. DOI [10.14295/de.v7i2.9630](https://doi.org/10.14295/de.v7i2.9630). Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9630>. Acesso em: 8 fev. 2021.

no qual as características específicas são ‘sobrepostas’, um ‘dado’ que fornece o lugar a partir do qual se estabelece o direcionamento das influências sociais” (NICHOLSON, 2000, p. 11).

Em 1975, a antropóloga estadunidense Gayle Rubin ampliou o conceito gênero, em um ensaio intitulado *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*⁵⁷, no qual lançou a expressão *sistema sexo-gênero*. Tal sistema diz respeito a “um conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 2). Amparada na defesa de que o gênero é uma divisão de sexos imposta socialmente, conclui que a organização social do sexo é baseada no gênero, na heterossexualidade compulsória e na imposição de restrições à sexualidade feminina.

Outra publicação de grande impacto para a elaboração do conceito gênero foi o artigo intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise*, de autoria da historiadora estadunidense Joan Scott, originalmente publicado em 1986 e traduzido para a língua portuguesa, no Brasil, em 1995. Scott (1995), apresenta como o termo gênero é empregado e, a partir da análise da produção histórica do conceito, apresenta que este se estabelece e organiza a partir das relações de poder. A historiadora evidencia que não é possível pensar em uma definição consensual relativa ao conceito de gênero; esta é uma tarefa laboriosa ao seu olhar, tendo sido a alternativa por ela sugerida considerar gênero como uma categoria de análise histórica. Propõe assim a ideia de que ser homem ou mulher não é algo que possa ser determinado pela Biologia, mas construído socialmente a partir da atribuição de papéis sociais que vão sendo construídos em cada época e sociedade, de modo bastante peculiar. Scott (1995) considera que a concepção de gênero como uma categoria de análise histórica nos auxilia a desvendar as relações sociais e de poder, o que permite a compreensão mais ampla acerca das representações configuradas para as identidades de gênero e como os sujeitos constituem no cotidiano essas representações. Para a teórica, o conceito de gênero

tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1995, p. 21).

Scott (1995) considera o gênero como parte constitutiva das relações sociais para além das diferenças que são percebidas entre os sexos, afirmando que

nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que ‘homem’ e ‘mulher’ são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque

⁵⁷O artigo foi traduzido para a Língua Portuguesa em 1993 por Christine Rufino Debat, Edileusa Oliveira da Rocha e Sônia Corrêa, optando-se aqui pela citação literal da obra traduzida.

não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (SCOTT, 1995, p. 93).

De acordo com a proposição de Scott (1995), o sujeito não pode ser pensado como, exclusivamente, um produto social e nem como, essencialmente, biológico. Essa divisão entre construto social e biológico deve ser relativizada, no sentido de que ambos estão contidos um no outro. Em outro texto, Scott afirma: “a emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise” (SCOTT, 1995, p. 64). A formulação de Scott (1995) ganhou muitas adesões, mas também sofreu inúmeras críticas, tanto dentro quanto fora do campo dos estudos feministas.

Ainda que Scott tenha proposto uma ruptura ao defender a ideia de construção do feminino na relação com o masculino, não rompe com o binarismo homem-mulher, crítica tecida por Judith Butler na obra *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (BUTLER, 2020)⁵⁸, em que busca ampliar os limites do que já havia sido pensado e proposto pelo feminismo, pois considera que só é possível a construção de sujeitos sociais a partir de uma construção de gênero. A filósofa estadunidense realizou o exercício teórico de demonstrar como funciona a construção do gênero feminino para assim poder demonstrar as contradições existentes no conceito, buscando afastar-se dos binarismos de gênero.

As teorizações anteriormente propostas por Gayle Rubin são importantes para a autora, no entanto, o que Butler percebe é que a distinção sexo/gênero considerada até então não estaria fundada em bases tão firmes quanto o pressuposto anterior a ela. Em suas palavras,

[...] concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado causal do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo (BUTLER, 2020, p. 25-26).

Observamos que, tanto a filósofa, Judith Butler, quanto a historiadora, Joan Scott, empreendem um exercício analítico no sentido de demonstrarem que as categorias sexo e gênero estão intimamente envolvidas e mobilizam formas de saber, conhecimentos no entorno das noções de corpo, diferenças sexuais e, também, do que é produzido socialmente como sujeitos sexuados. Para Scott, gênero e sexo são conceitos históricos, portanto, sofrem variações no tempo e no espaço; o gênero produz efeitos sobre o sexo. Para Butler (2020, p. 27), o sexo

⁵⁸A obra, originalmente publicada em 1990, teve sua primeira tradução para a língua portuguesa no ano de 2003, publicada pela Editora Civilização Brasileira, sob o título *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Ao longo desse texto, as referências a esta obra são da 20ª edição, publicada em 2020.

sempre foi gênero, desde o começo e “o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva”.

Butler, considera o gênero como intrincado em relações de poder e pensa o poder a partir das obras de Michel Foucault. Em seu movimento teórico, a filósofa problematiza a heterossexualidade como uma identidade compulsória, sobre a qual operam o poder e o discurso. A autora afirma que “a categoria das mulheres só alcança estabilidade e coerência no contexto da matriz heterossexual” (BUTLER, 2020, p. 23). O gênero produz efeitos sobre o corpo sexuado e o binarismo sexual não determina o gênero.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número dois (BUTLER, 2020, p. 24).

Judith Butler rejeita essencialismos e discute como a dimensão do gênero é constitutiva da experiência, introduzindo o conceito de atos performativos. Esses atos são compreendidos pela autora como práticas reiterativas e a “performatividade [...] é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas” (BUTLER, 2018, p. 213). Assim, a performatividade de gênero pode ser entendida como uma prática lenta e difícil de produzir novas possibilidades de experiências de gênero à luz de uma história e no contexto de normas muito poderosas que restringem nossa inteligibilidade como humanos.

Uma das primeiras traduções da produção butleriana para o português, no Brasil, foi o texto *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*⁵⁹, que posteriormente passou a figurar como a introdução do livro *Corpos que importam* (BUTLER, 2019). Nessa obra, a autora desenvolve a questão da materialidade dos corpos e se dedica, em grande parte a responder às críticas recebidas à obra *Problemas de Gênero*. As principais críticas foram no sentido de que Butler, nessa obra, teria possivelmente desconsiderado a questão da materialidade dos corpos. Essa crítica foi tecida por pensadores como Paul Preciado (2014, 2011), a partir do diálogo estabelecido entre ele e ela. Na visão de Preciado, Butler, ao falar da performatividade, não conseguiu se libertar das dicotomias relativas à matriz homem-mulher,

⁵⁹ Tradução feita pela pesquisadora Guacira Lopes Louro e publicada como um capítulo do um livro intitulado *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*.

assim como estaria, de certo modo, negando a materialidade dos corpos. Ao reformular a noção de performatividade, Butler (2018) a sintetiza do seguinte modo:

(a) a performatividade de gênero não pode ser teorizada separadamente da prática forçosa e reiterativa dos regimes sexuais regulatórios; (b) a explicação da agência condicionada por aqueles próprios regimes de discurso/poder não pode ser confundida com o voluntarismo ou o individualismo, muito menos com o consumismo, e não pressupõe, de forma alguma, um sujeito que possa escolher; (c) o regime da heterossexualidade atua para circunscrever e contornar a “materialidade” do sexo e essa “materialidade” é formada e sustentada através de – e como – uma materialização de normas regulatórias que são, em parte, aquelas da hegemonia sexual; (d) a materialização das normas exige aqueles processos identificatórios pelos quais as normas são assumidas ou apropriadas, e essas identificações precedem e possibilitam a formação de um sujeito, mas não são, estritamente falando, executadas pelo sujeito; (e) os limites do construcionismo ficam expostos naquelas fronteiras da vida corporal onde corpos abjetos ou deslegitimados deixam de contar como “corpos”. Se a materialidade do sexo é demarcada no discurso, então esta demarcação produzirá um domínio do “sexo” excluído e deslegitimado. Portanto, será igualmente importante pensar sobre como e para que finalidade os corpos são construídos, assim como será importante pensar sobre como e para que finalidade os corpos não são construídos, e, além disso, perguntar, depois, como os corpos que fracassam em se materializar fornecem o “exterior” – quando não o apoio – necessário, para os corpos que, ao materializar a norma, qualificam-se como corpos que pesam (BUTLER, 2018, p. 218).

Propomos-nos a pensar a respeito de como as normas de gênero produzem violências que incidem sobre as pessoas intersexo que, ao situarem-se nas fronteiras da vida corporal, deixam de contar como corpos, ao serem enquadrados em um padrão binário e linear. Butler (2012), em uma entrevista⁶⁰, sintetiza sua produção a partir da declaração: “[...] se poderia dizer que todo meu trabalho gira ao redor desta questão: o que é o que conta como uma vida? E de que maneira certas normas de gênero restritivas decidem por nós? Que tipo de vida merece ser protegida e que tipo de vida não?⁶¹”. Essas normas de gênero atuam já quando uma criança nasce com uma anatomia que não se enquadra às expectativas relativas à configuração sexual binária, a ponto de que a futura identidade e o *status* da criança como um sujeito são colocados em questão.

Nesse aspecto, os corpos intersexo tornam-se problemáticos para a ciência, para a família, para o sistema jurídico, para a escola, porque revelam que as categorias de sexo masculino e feminino são insuficientes. E, para que essa insuficiência não fique evidente, os dispositivos de poder passam a atuar sobre esses corpos, a fim de que eles sejam enquadrados na norma: no âmbito da medicina, são realizados procedimentos cirúrgicos cosméticos/mutiladores em genitálias de bebês; no campo jurídico é decidido e dado o veredito de permissibilidade para as correções médicas a fim que esta criança torne-se sujeito e cidadão; na família é desencadeada a vontade da verdade do gênero e configurados os silêncios e o medo;

⁶⁰ Entrevista concedida a Fina Birulés (2012) por Judith Butler, intitulada *El género extramoral*.

⁶¹ Tradução livre da autora.

nos espaços escolares, são apagados dos livros didáticos, ou inseridos no campo da anormalidade e das anomalias ou aberrações.

Diante do exposto, buscamos tecer diálogos entre o estudo da intersexualidade e as redes de poder-saber estabelecidas com a Biologia escolar e materializadas no e pelo livro didático, no sentido de problematizar as normas de gênero em vigência, no que se refere aos corpos intersexo. Nesse sentido, Louro (2013, p. 49), considera que é importante que educadores/as saibam “[...] como se produzem os discursos que instituem diferenças, quais os efeitos que os discursos exercem, quem é marcado como diferente, como currículos e outras instâncias pedagógicas representam os sujeitos, que possibilidades, destinos e restrições a sociedade lhes atribui”.

Pensar o componente curricular disciplinar Biologia, exige, para nós pensar a constituição e modos de funcionamento da Ciência Moderna. Ela, apontada como um dos mais poderosos regimes de verdade em nossa época, que envolve processos de validação de conhecimentos produzidos em certas condições, em um determinado tempo e contexto social, econômico, político e cultural. Para Dagmar Estermann Meyer (2014, p. 56) “[...] descrever a ciência e a verdade que ela instaura significa que estamos colocando em xeque tanto esse regime de verdade quanto a própria noção de verdade”.

A Biologia escolar ou componente disciplinar Biologia, na escola, é fortemente marcada pela ideia de verdades únicas e imutáveis, por ser assentada nas bases positivistas das ciências de referência que emergiram na virada do século XIX para o XX. Como afirma Berenice Bento (2011a, p. 19), “[...] o século XIX é um período em que a biologia se torna a diva das ciências. Era muito prestígio para um diva só”. E por ela tem sido veiculadas, na escola, as verdades binárias do sexo e do gênero; as verdades do corpo intersexo.

Salientamos, entretanto, a partir da afirmação de Bento (2011a) que a Biologia escolar (como é ensinada e aprendida) é produzida entrelaçando as verdades do contexto social e político de sua criação e a produção da *verdade* que ela veicula está inteiramente atravessada por relações de poder e de saber. Desse modo, consideramos que a Biologia escolar movimenta “[...] formas de pensar e de agir; práticas e textos que podem tanto contribuir para a manutenção da cultura discursiva dominante do sexo, da sexualidade e do gênero, quanto participar de processos de transgressão da mesma” (SILVA, E. P. Q., 2015, p. 200).

Nesse sentido, os saberes sobre corpo, gênero e sexualidade que são (re)produzidos pela Biologia escolar não são neutros. Em geral, eles são impregnados de verdades produzidas por uma ciência específica, construída de modo a referendar o padrão heteronormativo, masculino, branco e eurocentrado. Padrão que moldou modos de pensar, sobre o qual se assenta a Biologia

como ciência de referência. Esses saberes estão fortemente presentes nas mais diversas instâncias que atravessam e produzem o ensino de Biologia, desde materiais didáticos até os currículos dos cursos de licenciatura. Em 2013, Guacira Louro já alertava para o modo como a escola é obrigada a nortear as suas ações por este padrão. Segundo a autora,

uma noção singular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas de nossas escolas. Mesmo que se admita que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é consenso que a instituição escolar tem obrigação de nortear suas ações por um padrão: haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heterossexualidade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico (LOURO, 2013, p. 45-46).

Considerando que as práticas curriculares não são neutras, estando envolvidas com formas de regulação, ao propormos uma articulação entre o conceito gênero e o currículo, em conformidade com as perspectivas teóricas que nos sustentam, é possível afirmar que o currículo fornece parâmetros para que os sujeitos possam conhecer e interpretar o mundo, como sujeitos de gênero, de determinada maneira. Nesse sentido, Elaine de Jesus Souza, Priscila Gomes Dornelles e Dagmar Meyer (2021, p. 279) afirmam que “[...] dificilmente são associados com discussões socioculturais sobre corpo, gênero e sexualidade, uma vez que a ênfase no discurso biológico continua sendo um referente primário e, talvez, único dessa formação e constituidor do objeto de ensino dos/as futuros/as professores/as”.

O discurso da anormalidade dos corpos intersexo está na escola por meios como, por exemplo, os textos didáticos da disciplina Biologia, pautados nas verdades oriundas das ciências de origem. Como o livro didático orienta as ações de um grande número de docentes, concordamos com Silva (2015), e salientamos a importância de que professores/as e estudantes estejam em contato com narrativas de conhecimento científico que conduzam a outros modos de pensamento, alterando “[...] os modos como a escola participa e contribui para a produção das verdades sobre o sexo, os corpos, os gêneros e, enfim, os sujeitos humanos” (SILVA, E. P. Q., 2015, p. 208). A importância do exercício de outros modos de olhar para as variações do desenvolvimento sexual por professores/as de Biologia que sejam menos excludentes pode ser evidenciada por meio do relato de Nick Manchester (2020), uma pessoa intersexo nativa da cultura Navajo⁶², ao afirmar que “professores de biologia nos dizem que há apenas XX e XY. Quando você está sentado na aula com seus cromossomos quiméricos XX/XY, você sabe que eles estão mentindo” (MANCHESTER, 2020, p. 36⁶³). Esse relato evidencia que a Biologia

⁶² Os Navajo são um povo indígena da América do Norte que vive numa reserva no nordeste do Arizona e em partes do Novo México e Utah.

⁶³ Tradução livre da autora.

escolar assentada em padrões dicotômicos relativos ao desenvolvimento sexual, não apenas no Brasil, exclui pessoas com configurações cromossômicas, genitais, hormonais e/ou gonadais que estejam fora do que se entende como machos e fêmeas típicos, tornando-se ininteligíveis.

A forma como a verdade é contada, coloca em jogo modos específicos de inteligibilidade e subjetividades, discursividades que inventam/criam imagens por meio de processos de significação do corpo, do gênero e da sexualidade na cultura ocidentalizada moderna. Para Macedo (2007, p. 47) “[...] é no âmbito da biologia que o mito do binarismo entre os sexos se sustenta”, sendo relevante entender como a Biologia escolar tem lidado com as posições de sujeito produzidas por esses discursos.

De outra parte, Silva, E. P. Q. (2015, p. 200) aposta que a Biologia, como disciplina escolar, apresenta “[...] possíveis potencialidades para outras configurações discursivas acerca da ideia de sexo e de gênero”. A autora defende uma Biologia escolar potente no sentido da produção de uma concepção de humanidade na qual tornar-se alguém não esteja definido pela presença de uma genitália alinhada a um determinado tipo de comportamento sexual e identidade de gênero. Por uma Biologia do desassossego, uma Biologia que inquiete, que faça explosões, microrrevoluções e tire as diferenças humanas da exclusividade de certos compêndios médicos.

Nos aliamos a Berenice Bento quando ela afirma que “há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação” (2011b, p. 556). Os livros didáticos participam da aragem desse terreno; eles integram a maquinaria da escola e mantêm ou subvertem a engenharia das produção dos corpos normais nas salas de Biologia porque, felizmente, ele não atua sozinho: professoras e professores, alunos e alunas fazem coisas com ele.

2.4 O Livro Didático de Biologia – dispositivo e documento

Uma invenção própria e particular do universo escolar, o livro didático, longe de ser um mero material de apoio à prática docente, é um registro privilegiado do que, em determinado momento da história, pode ser dito e também do que é (e pode ser) silenciado. Também se constitui como uma forma específica de escrita, voltada para um público de diferentes faixas-etárias, de diferentes lugares e territórios. Sonia Regina Miranda e Tania Regina de Luca consideram-no como “[...] um produto cultural dotado de alto grau de complexidade” (MIRANDA; DE LUCA, 2004, p. 124).

Para Isabel Martins (2016, p. 124), o livro didático é um artefato cultural, já que “suas condições sociais de produção, circulação, recepção, estão definidas com referência a práticas sociais estabelecidas na sociedade”. A autora defende que ao se tomar o livro didático como artefato cultural, há uma expansão das “[...] discussões sobre este para além dos estudos da indústria cultural e das relações com o mercado editorial, na medida que permite caracterizar os formatos dos livros didáticos com diferentes práticas discursivas” (MARTINS, 2016, p. 124-125). O livro didático emerge como um grande referencial para o trabalho docente, muitas vezes orientando suas ações, sendo caracterizado por Jimena Furlani (2005) como “um recurso do ensino, ligado a programas educacionais coerentes com a política pedagógica de cada escola, mas vinculado a uma política educacional maior, como a estabelecida pelo Governo Federal” (FURLANI, 2005, p. 19).

Desse modo, defendemos ser de suma importância o olhar cuidadoso para essa produção, que pode ser tomada como artefato cultural, mas também como mercadoria, já que movimentada de forma intensa o mercado editorial no Brasil, influenciado pelo capital internacional. Para Célia Cristina de Figueiredo Cassiano (2013, p. 24), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) envolve “[...] campos de disputa instaurados num mercado milionário, cujo contexto atinge a educação pública brasileira”.

Essa disputa de mercado, como argumenta Paulo Celso Costa Gonçalves (2017), está diretamente relacionada ao modo como o livro impresso surgiu - junto com o capitalismo, assumindo desde o início a característica de mercadoria. No entanto, as disputas se dão também no entorno do que este livro deve conter e pode veicular, o que as caracterizam como disputas políticas, disputas de projetos de sociedade e de projetos de subjetivação. Para Alessandra Pavolin Pissolati Ferreira, “[...] isso se torna importante para problematizar e pensar como a política do livro vai se construindo e se consolidando no país” (FERREIRA, 2020, p. 66).

Sobre o que deve ou não ser dito, Júnia Sales Pereira, em entrevista a Sandra Regina Ferreira de Oliveira e Flávia Eloisa Caimi, afirma que

o PNLD é um grande programa de distribuição de projetos, ideias e informações por meio dos livros didáticos. É uma forma de inseminar as escolas com propostas educativas, lançando luz à prática pedagógica. Mas há controle de conteúdo, por outro lado. O mercado editorial pré-seleciona o que vai inscrever nos Editais e o que vai ser relegado. Essa é uma questão a ser compreendida, debatida e avaliada, já que tem ocorrido uma nítida pasteurização dos projetos (PEREIRA, 2018, p. 166).

Somando-se a essa pasteurização de ideias, há marcas de uma higienização dos livros didáticos, o que tem se fortalecido nos últimos anos de modo alinhado às ofensivas antigênero que surgem em diversos âmbitos no cenário nacional, inclusive por meio de projetos de Lei que

tramitam no Congresso Nacional e que versam sobre o Movimento Escola sem Partido ou com propostas para criminalização da chamada ideologia de gênero⁶⁴. Isso tem efeitos diretos no PNLD, por meio de alterações nos editais que servem de documentos orientadores para que as editoras produzam os livros. Por exemplo, a exigência prevista no edital do PNLD 2018 de que as obras deveriam “abordar a temática de gênero, visando à construção de uma sociedade não-sexista, justa e igualitária, inclusive no que diz respeito ao combate à homo e transfobia” (BRASIL, 2015, p. 32), foi excluída da chamada para inscrição ao PNLD 2021 (BRASIL, 2020b).

Martins (2016, p. 125) salienta que o texto didático, para além de meras transposições didáticas dos conteúdos de referência para efeitos do ensino escolar, “[...] reflete as complexas relações entre ciências, cultura e sociedade no contexto da formação de cidadãos e se constitui a partir de interações situadas em práticas sociais típicas do ensino na escola”. Para a autora, o livro didático “[...] representa uma instância articuladora de diferentes vozes e horizontes sociais e conceituais, constituindo e materializando o discurso científico-escolar, ou discurso sobre ciência na escola”. Desse modo, as alterações nos editais, bem como nos textos dos livros didáticos, não acontecem por acaso, elas estão intimamente relacionadas aos contextos sociais, políticos e culturais de cada local, em cada tempo.

A invenção da Ciência como a conhecemos na atualidade aconteceu ao mesmo tempo em que a sociedade começou a experimentar processos de disciplinamento por meio dos mais diversos tipos de dispositivos de controle/poder, de modo que

o século XVIII foi o século do disciplinamento dos saberes, ou seja, da organização interna de cada saber como uma disciplina tendo, em seu campo próprio, a um só tempo critérios de seleção que permitem descartar o falso saber, o não-saber, formas de normalização e de homogeneização dos conteúdos, formas de hierarquização e, enfim, uma organização interna de centralização desses saberes em torno de um tipo de axiomatização de fato (FOUCAULT, 1999, p. 217).

Nessa perspectiva, as forças que operam para o estabelecimento da norma são, para Foucault (1999), as mãos do Estado que intervém, direta ou indiretamente por meio de quatro procedimentos de controle: (i) a eliminação ou desqualificação dos pequenos saberes ou saberes inúteis e economicamente dispendiosos; (ii) a normalização dos saberes que seriam considerados como úteis; (iii) a classificação hierárquica dos saberes; (iv) a centralização

⁶⁴ O grupo Professores contra o Escola sem Partido monitorou, via site de assembleias e câmaras legislativas, projetos de lei relacionados às ofensivas antigênero e identificaram que, somente no final do ano de 2020, haviam 23 projetos em tramitação. O levantamento está disponível em: <https://professorescontraoescolasesempartido.wordpress.com/vigiando-os-projetos-de-lei/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

piramidal, que permitiria não somente o controle, mas também a seleção e transmissão desses saberes (FOUCAULT, 1999).

Os procedimentos indicados por Foucault nos permitem pensar o caso da produção dos livros didáticos na contemporaneidade brasileira, já que estes são validados por especialistas das diversas áreas do conhecimento, o que é direcionado pelo interesse governamental, por meio do PNLD, que é um programa que visa subsidiar o trabalho pedagógico dos/as professores/as por meio da distribuição de coleções de livros didáticos a estudantes e a professores/as da educação básica em quase todas as suas modalidades, uma vez que, com o atual governo, o PNLD-Campo foi suspenso. Aqui, importa lembrar o que estabelece a legislação brasileira, por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938 (BRASIL, 1938), no que se refere ao papel do Estado, com relação ao controle e fiscalização do processo de produção do livro didático.

A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República (BRASIL, 1938, Art. 3º).

Desse modo, para que os livros didáticos cheguem até as salas de aula e possam ser utilizados por docentes e estudantes, antes passam pela chancela do Estado, que se incumbem do controle, da fiscalização e da autorização para a sua distribuição, conforme descrito no guia de Biologia do PNLD/2015, quando especifica o objetivo do documento

o papel principal do Guia é apresentar as principais características das coleções aprovadas, por meio das resenhas que o compõem. Ao expor os critérios de avaliação que orientam o Programa Nacional do Livro Didático, bem como as ideias sobre as novas diretrizes curriculares que orientam o ensino médio, o ensino de Biologia e a formação de professores, procuramos apresentar os parâmetros que nortearam o processo de avaliação das obras de Biologia (BRASIL, 2014, p. 8).

No caso do ensino médio, entre 2012 e 2018⁶⁵, a escolha dos livros didáticos foi feita a cada três anos, por meio de uma equipe responsável pela avaliação de exemplares inscritos no programa. Após as etapas de avaliação dos livros, foram lançados guias com explicações, orientações, resenhas dos livros selecionados e metodologias de avaliação, a partir dos quais os/ docentes têm acesso a informações gerais sobre as obras, o que auxilia no processo de escolha.

Ferreira (2020), ao descrever o processo de produção, submissão e avaliação dos livros didáticos aprovados pelo PNLD, destaca o conjunto diferenciado de agentes envolvidos nessa

⁶⁵ Esse é o recorte temporal sobre o qual a presente pesquisa se debruça. No entanto, a partir de 2019, a periodicidade do PNLD foi alterada para quatro anos, por meio do Decreto Presidencial nº 9.099, de 18 de julho de 2017.

produção (como: equipe editorial, gráfica, autores/as, consultores/as especializados/as). A autora afirma que a referida produção “[...] visa aos interesses do mercado financeiro editorial ao mesmo tempo em que coloca um conjunto de outros interesses em funcionamento, como, por exemplo, aqueles relativos a quais conhecimentos podem e devem ser veiculados no espaço escolar” (FERREIRA, 2020, p. 25).

Diante de todo esse significado em torno do livro didático e da importância que ele ganha enquanto política pública nacional⁶⁶, importa considera-lo como um produto cultural complexo, historicamente localizado e de grande relevância no cenário educativo no país, além de participar ativamente “[...] daquilo que será constituído como cultura escolar” (FERREIRA, 2020, p. 25). Assim, o olhar cuidadoso ao livro didático é essencial para compreendermos os discursos produzidos e impostos a eles e por eles e que, ao circular, atuam na produção de subjetividades. Para além de produção cultural, documento e mercadoria, o livro didático é tomado na presente pesquisa, como um dispositivo (SILVA; PARREIRA, 2013), com base em pressupostos foucaultianos, conforme explicitado na subseção 2.1 desse texto.

Antes de prosseguir, situamos a historicidade dessa escrita. Trata-se de um texto produzido em um contexto de desmonte de políticas públicas voltadas à Educação (incluindo a política nacional para o livro didático) expressa na história recente a partir do golpe de 2016⁶⁷, que iniciou uma sequência de eventos desastrosos no campo da Educação, em um país já tão marcado por experiências ditatoriais e regressivas, sob o ponto de vista de uma organização democrática e cidadã. A problemática do livro didático no território nacional hoje envolve propostas revisionistas desses materiais que estão sendo postas por movimentos ultraconservadores, tanto da sociedade civil⁶⁸ quanto dos próprios órgãos governamentais, o

⁶⁶“Uma política pública é uma ação, ou conjunto articulado de ações, promovida pelo Estado, para alcançar um determinado fim. A partir da evidência da necessidade de um tratamento público de um determinado tema, o Estado, no interior do debate político, constrói um entendimento e formula propostas de abordagem dos problemas identificados. A ação (ou conjunto de ações) – a política pública, efetivamente – se apresenta, então, como meio para promover uma mudança da realidade, uma transformação que representa o enfrentamento promovido pelo Estado da situação problemática que despertou a atenção no início do processo. Desse modo, a política pública é uma dinâmica condicionada por um conjunto de fatores que determinam a sua efetivação, sua abrangência e alcance” (GONÇALVES, 2017, p. 17).

⁶⁷Como a conceituação desse golpe jurídico-parlamentar e midiático foge aos propósitos desse texto, maiores informações podem ser obtidas por meio da leitura dos seguintes artigos:

ALBUQUERQUE, Newton de Menezes; MENESES, Ecila Moreira de. O golpe no Brasil como construção da “democracia” da subcidadania. **Polis: Revista Latino americana**, Santiago, v.16, n.46, p. 19-38, 2017.

ARAUJO, Matheus Alexandre; PEREIRA, Vanessa dos Santos. Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. **Rev. Katálysis** [online]. v.21, n.1, p.125-136, 2018.

⁶⁸ Em 2017, uma tentativa de censura a um livro didático de ciências com abordagem relativa à sexualidade, ocorrida na cidade de Ji Paraná-RO, tornou-se emblemática nesse sentido. O caso é relatado por Eliane Brum em reportagem produzida para o El País, disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/17/opinion/1492435392_872941.html . Acesso em: 22 jun. 2021.

que torna essenciais estudos, pesquisas e discussões que visem discutir tal programa de maneira séria e comprometida, tendo em vista que

o PNLD é um dos programas mais antigos e estáveis do Ministério da Educação (MEC), vindo a constituir-se como programa de Estado, suplantando em alguma medida as flutuações políticas e ideológicas de governos. Regido por Editais públicos, o PNLD, tal como o conhecemos contemporaneamente, expressou, em várias de suas edições, princípios fundamentais voltados à melhoria da educação pública: a correta difusão de conceitos e conteúdos, a qualidade editorial das obras, o compromisso com o pluralismo pedagógico, o alinhamento aos pressupostos do republicanismo (direito ao livro e à leitura, igualdade de condições e participação e democratização da cultura) e a centralidade na atuação dos coletivos profissionais docentes na escolha e uso dos mesmos. (PEREIRA, 2018, p. 159).

Apesar das constatações apontadas por PEREIRA (2018), o PNLD, nos últimos anos, tem sofrido desmontes que podem comprometer muitos dos avanços evidenciados pela autora. Logo após a queda do governo de Dilma Rousseff e ascensão de Michel Temer ao poder, esse desmonte da política nacional do livro didático ganhou força por meio do Decreto Presidencial nº 9.099, de 18 de julho de 2017 (BRASIL, 2017a), que revogou o anterior, de nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010 (BRASIL, 2010), dos quais trataremos mais adiante. Para que a compreensão do alcance desse decreto seja mais ampla, faremos uma breve localização histórica do PNLD no Brasil, possibilitando-nos uma melhor compreensão do tempo presente, considerando que o livro didático que conhecemos hoje resulta de um processo histórico com tempo, políticas, interesses e lugares definidos.

O PNLD é uma das mais antigas políticas do Estado brasileiro, com grande longevidade histórica, tendo raízes em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro, um órgão específico, constituído para legislar sobre tais políticas. No entanto, foi somente em 1938 que “[...] o governo baixou um decreto-lei estabelecendo as condições de produção, importação e utilização do livro didático” (GONÇALVES, 2017, p. 118). A partir de então, foi instituída, pela primeira vez, uma Comissão Nacional de Livros Didáticos. E essa formulação de uma ação do estado nacional para distribuir livros didáticos foi construída ao longo da história brasileira a partir de vários movimentos que foram se adensando, até se constituir em um programa, que se deu em 1985, quando se instituiu como uma política de Estado, a partir da qual o governo brasileiro passou a ser o maior comprador de livros do país (CASSIANO, 2013). Ao longo desse período, ocorreram várias mudanças nessa política, demarcadas por meio de síntese apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Cronologia do Programa Nacional do Livro Didático entre 1929 e 1985

Ano	Alteração no PNLD
1929	Criação do Instituto Nacional do Livro (INL), cujo objetivo era legislar sobre políticas do livro didático e dar maior legitimidade ao livro didático nacional.
1938	O Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/1938 (BRASIL, 1938), instituiu a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País.
1945	O Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/1945 (BRASIL, 1945), que consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos.
1966	Um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) levou à criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), que passou a coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático.
1970	A Portaria do MEC nº 35, de 11/03/1970 (BRASIL, 1970), que implementou o sistema de coedição de livros com as editoras nacionais, com recursos do INL.
1971	O INL apresentou o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros.
1976	Com a extinção do INL, a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename) torna-se responsável pela execução do programa do livro didático. Devido à insuficiência de recursos para atender todos os alunos do ensino fundamental da rede pública, a grande maioria das escolas municipais foi excluída do programa.
1983	Em substituição à Fename, foi criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que incorporou o Plidef. É proposta a participação dos professores na escolha dos livros.
1985	Com o fim do Plidef, o Decreto nº 91.542, de 19/08/1985 (BRASIL, 1985), finalmente instituiu o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações disponíveis no Portal do FNDE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico>. Acesso em 24 de janeiro de 2020.

Gonçalves (2017) informa que, durante a ditadura militar, o princípio de que o professor – ou a escola – deveriam fazer a escolha do livro didático, não foi considerado e esse princípio passou a ser reconsiderado a partir do reestabelecimento da Democracia, com o lançamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 1985. O autor informa que, nesse programa, “[...] ao contrário do que vinha sendo feito durante o regime militar, é o professor (ou escola) que escolherão o livro a ser adotado” (GONÇALVES, 2017, p. 197).

Nesse momento, o Estado assumiu a tarefa de garantir o financiamento para a efetivação dessa distribuição. À medida em que essa política avançou, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, foi se adensando, o que pode ser evidenciado pela organização de um guia do livro didático, um catálogo dos livros, que oferece ao corpo docente ampla possibilidade

de escolha das obras. Conforme salientam Miranda e De Luca (2004, p. 126) “[...] progressivamente foram sendo incluídas no programa as distintas disciplinas componentes do currículo escolar e o programa foi se delineando no sentido de incorporar os professores no processo de escolha”.

Esse processo de avaliação pedagógica e escolha das obras foi iniciado em 1996⁶⁹ (CASSIANO, 2013; CORRÊA, L. M. C., 2017; GONÇALVES, 2017), num cenário também caracterizado pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996). “Desde então, estipulou-se que a aquisição de obras didáticas com verbas públicas para distribuição em território nacional estaria sujeita à inscrição e avaliação prévias, segundo regras estipuladas em edital próprio” (MIRANDA; DE LUCA, 2004, p. 127), de modo que além de comprar e distribuir os livros didáticos, o governo passou também a avaliá-los.

Do ponto de vista da avaliação, Caimi (2018, p. 23) reconhece o mérito do PNLD que, ao longo dos últimos 20 anos, tem submetido “[...] a produção editorial a processos avaliativos sistemáticos e solidamente organizados, eliminando e/ou amenizando um conjunto de restrições historicamente presentes nesse suporte cultural nomeado livro didático”. Esse processo de avaliação em várias etapas, ao longo dos anos, tem contribuído para o avanço, em termos de qualidade, do que se produz e veicula em termos de livro didático, pois nos editais e guias do livro didático, alguns critérios são estabelecidos para as obras, dentre os quais destacam-se

[...] existência de erros de informação, conceituais ou de desatualizações graves; veiculação de preconceitos de gênero, condição social ou etnia, bem como de quaisquer formas de proselitismo e, por último, verificação de incoerências metodológicas graves entre a proposta explicitada e aquilo que foi efetivamente realizado ao longo da obra (MIRANDA; DE LUCA, 2004, p. 127-128).

Cassiano (2013, p. 139) concorda com a melhoria na qualidade dos livros didáticos a partir da implementação da avaliação das obras inscritas no PNLD, mas lembra que esse processo leva a uma homogeneização desses livros e lança o seguinte questionamento: “se o governo é o maior comprador nacional das editoras de livros didáticos, que passam a ter seus livros inscritos analisados à luz do crivo da avaliação oficial, que tem seus critérios bem definidos, qual editora investiria numa proposta pedagógica diferente para a rede pública?”.

⁶⁹ “Em 1996, o MEC implementou oficialmente a avaliação pedagógica dos livros didáticos comprados por meio do PNLD. O Ministério da Educação formou comissões, divididas por áreas de conhecimento (Alfabetização e Língua Portuguesa; Matemática; Ciências e Estudos Sociais; posteriormente Geografia e História), para estabelecer quais seriam, efetivamente, os critérios de análise e classificação dessa avaliação. Desde essa época, o resultado desse processo passou a ser condensado e divulgado por meio de exemplares denominados Guias de Livros Didáticos, que são distribuídos nacionalmente para as escolas, com o objetivo de orientar os professores na escolha do livro didático. Desse modo, a avaliação dos livros e a distribuição desses Guias de Livros Didáticos fazem parte a operacionalização do PNLD” (CASSIANO, 2013, p. 81).

Em 2004, por meio da Resolução nº 38, de 15 de outubro de 2003 (FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, 2003) do FNDE, foi implantado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), que passou a atender, de forma gradativa ao Ensino Médio, com a distribuição de obras didáticas para estudantes das três séries desse nível. Desse modo, em 2007, os livros de Biologia passaram a ser distribuídos em todo o país pelo referido programa (CORRÊA, L. M. C., 2017). A partir de 2012, o PNLD passou a ser responsável pela aquisição e distribuição integral de livros para o Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse mesmo ano, o PNLEM foi incorporado ao PNLD e passou a distribuir os livros para Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), Matemática, História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Biologia, Física e Química. Foi a primeira vez que o Ensino Médio recebeu livros de Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia, todos eles, volumes únicos e consumíveis (BRASIL, 2014).

Nesse modelo, cada edital do PNLD até 2018, teve vigência de 3 anos, sendo os livros didáticos destinados ao uso individual de alunos/as e professores/as⁷⁰. O edital do PNLD 2021 (BRASIL, 2020b), no contexto do desenvolvimento dessa pesquisa, está em andamento, com mudanças significativas em sua organização, de modo que as coleções de livros didáticos selecionadas nesse edital não fazem parte do corpus da pesquisa, por dois motivos: (i) as obras não foram divulgadas em tempo hábil para que fossem incluídas; (ii) as profundas alterações no PNLD a partir de 2018, o que inviabilizaria a adoção de parâmetros de comparação com as coleções anteriores. No entanto, mesmo que essas obras não estejam inclusas na investigação, consideramos relevante uma breve explicação relativa às referidas alterações, de modo que retomamos aqui ao Decreto Presidencial nº 9.099/17 (BRASIL, 2017a), em vigência no momento do desenvolvimento da pesquisa e que tem impactado diretamente sobre a política do livro didático no país.

Caimi (2018) identificou as alterações mais relevantes do Decreto de 2017, em comparação ao anterior, de nº 7.084/10 (BRASIL, 2010), que foi revogado por ele. Desse modo, destacamos as seguintes alterações: a primeira é a fusão do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), passando a ser nomeado como Programa Nacional do Livro e do Material Didático⁷¹, abrindo a possibilidade de que o

⁷⁰ Cada estudante matriculado na Educação Básica da rede pública, recebe um livro didático de cada uma das disciplinas no núcleo comum, que será utilizado por ele ao longo do ano de recebimento dos livros, que ficam de posse do/a estudante, devendo ser devolvidos ao final de cada ano, sendo usados por outro/a aluno/ no ano posterior, sendo que até o ano de 2018, tiveram validade de três anos. A partir do Decreto Presidencial 9.099, de 18 de julho de 2017, essa vigência passou a ser de quatro anos.

⁷¹ Apesar da mudança na nomenclatura, a sigla do Programa Nacional do Livro e do Material Didático permaneceu PNLD.

Estado brasileiro adquira e distribua “[...] os chamados sistemas estruturados de ensino (ou sistemas apostilados, como usualmente se diz), numa associação estreita com os grandes grupos privados, conhecidos pelas práticas de mercantilização da educação” (CAIMI, 2018, p. 27), abrindo também para a distribuição dos materiais “[...] às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos” (BRASIL, 2017a), para além das escolas públicas.

A segunda alteração observada por Caimi (2018) foi com relação ao estabelecimento de uma exigência que os livros didáticos contemplem as proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁷² (BRASIL, 2017b) o que, para a autora, retira “[...] a prerrogativa de oferecer abordagens de diferentes matrizes do conhecimento, atrelando-o a um desenho curricular preestabelecido” (CAIMI, 2018, p. 27), o que inevitavelmente levará a uma homogeneização sem precedentes dos livros didáticos. Uma terceira alteração decorrente do Decreto nº 9.099/17 (BRASIL, 2017a) relaciona-se ao tempo de vigência de cada ciclo do PNLD que, passa de três para quatro anos, podendo ser estendido por até 6 anos, o que repercutirá diretamente nos contextos educacionais do país, já que para Caimi (2018, p. 28) “[...] com o aumento do prazo do ciclo de vigência daquele processo avaliativo, os estudantes terão livros mais defasados e desatualizados ao final dos 4 anos do ciclo”.

O Decreto supracitado ainda desvinculou a avaliação dos livros didáticos das instituições que produzem conhecimento, tirando o protagonismo das Universidades do processo. No Decreto 7.084/10 consta que “[...] para realizar a avaliação pedagógica, as instituições de educação superior públicas constituirão equipes formadas por professores do seu quadro funcional, professores convidados de outras instituições de ensino superior e professores da rede pública de ensino” (BRASIL, 2010, p. 6, Art. 14). Com a revogação desse Decreto, quem passa a constituir, em forma de edital, as regras para a avaliação pedagógica das obras, é o próprio Ministério da Educação, ficando estabelecido que “[...] para realizar a avaliação pedagógica, serão constituídas equipes de avaliação formadas por professores das redes públicas e privadas de ensino superior e da educação básica” (BRASIL, 2017a, p. 8).

Esse decreto, ao possibilitar a introdução de indicações políticas e a vinculação à rede confessional, de maneira articulada às proposições da BNCC, desvinculando a necessidade de

⁷² Teorizações relativas à BNCC fogem ao escopo da presente pesquisa. No entanto, consideramos importante localizar que, no que se refere às questões de gênero e sexualidade, todas as versões do documento foram marcadas por censuras e retrocessos no que se refere às questões que envolvem a diversidade e o respeito às diferenças. Esse movimento está fortemente atrelado à construção de uma retórica envolvendo a “ideologia de gênero”, que instalou o pânico moral mobilizado por grupos conservadores que, para Junqueira (2018, p. 449) “em nome da defesa da “família natural”, atacam políticas de igualdade de gênero e garantias de não discriminação e outros direitos fundamentais”.

formação acadêmica específica ao longo das etapas de avaliação das obras, limita as possibilidades de escolha do/a professor/a. Ao colocar fim a esse processo, abre-se espaço para que, ao não haver a avaliação acadêmica, instaurando-se indicações políticas, certamente poderão se abrir espaços para julgamentos morais baseados em anti-intelectualismo, anti-cientificismo e de recusa ao conhecimento que é produzido na academia.

No que se refere aos estudos relativos às abordagens de corpo, gênero e sexualidade no livro didático de Biologia, pesquisas anteriores (CORRÊA, L. M. C., 2017; PIRES, M. C. de O., 2017; SILVA, L. A.; 2018; FERREIRA, 2020) identificaram permanências e discontinuidades, com destaque aos aspectos biologicistas da abordagem, enfatizando os aspectos biomédicos, com centralidade dos binarismos, e pouco destaque aos aspectos sociais. No entanto, tais pesquisas enfatizam a importância do PNLD como programa de Estado, defendendo sua continuidade e investimentos em uma abordagem que contemple as interlocuções entre Biologia e cultura no que tange aos estudos de corpo, gênero e sexualidade. Consideramos ainda que as pesquisas que se ocupem das questões de corpo, gênero e sexualidade em interface com o livro didático de Biologia constituem-se como modos de resistência em tempos de recrudescimento do conservadorismo.

Diante do exposto, analisar os ensinamentos sobre os corpos intersexo e os vislumbres da intersexualidade nos livros de Biologia, selecionados pelas edições do PNLD de 2012, 2015 e 2018 (BRASIL, 2011, 2014, 2017c), é uma forma de compreender os entrelaçamentos entre a temática em questão e a Biologia escolar no tempo presente, considerando, a preocupação de que “determinados discursos podem se tornar únicos, operando como meio de dominação, favorecendo determinadas perspectivas e representando ou excluindo alguns grupos sociais de uma dada comunidade discursiva” (MARTINS, 2016, p. 130).

3 PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE AS NOÇÕES INTERSEEXO E INTERSEXUALIDADE: PISTAS PARA PENSAR A BIOLOGIA NA ESCOLA

Em levantamentos que realizamos sobre as noções *intersexo* e *intersexualidade*, procuramos pelos modos como elas têm sido apresentadas e discutidas em pesquisas que se relacionam, de algum modo, com o campo da Educação. Entendemos que estas noções são produzidas de forma articulada a muitos saberes, e entender como a rede de saberes é tecida assume grande significado para pensá-las na educação escolar, em particular no espaço da Biologia escolar. Para tanto, foram empreendidas buscas, em repositórios *online*, por textos publicados, em anais de eventos da área da Educação e da Educação em Ciências, em teses e dissertações e em periódicos científicos.

Para o levantamento dos trabalhos, elegemos fóruns específicos de divulgação da pesquisa em Educação e da pesquisa sobre o ensino de Biologia. Estamos nominando fóruns os eventos de associações científicas cujos/as associados/as são vinculados profissionalmente a instituições distintas, incluindo, no caso do Brasil, prioritariamente, as Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem cursos de graduação e programas de pós-graduação. Nesse sentido, tomamos três eventos em particular: (i) as Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd); (ii) o Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC), da Associação de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC); e, (iii) o Encontro Nacional de Ensino de Biologia (ENEBIO), da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio).

A ANPEd é uma entidade fundada em 1978, no Brasil, que congrega pesquisadoras/es e estudantes de programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação e que tem promovido, reuniões em nível nacional desde sua fundação, que passaram a ser bianuais desde o ano de 2013. As reuniões bianuais atualmente ocorrem em nível nacional e se alternam com as suas reuniões regionais – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Para o levantamento realizado por nós, consideramos os anais das reuniões Nacionais, tendo em vista que nelas se fazem presentes trabalhos de todo o território nacional.

A ABRAPEC, criada em 1997, reúne pesquisadores/as das áreas de Educação em Biologia, Física, Química e áreas correlatas, como a Matemática e tem organizado os ENPECs com a finalidade de socializar e fortalecer pesquisas e tratar de temas de interesse da associação. Já a SBEnBio, é uma associação que tem como finalidade “promover o desenvolvimento do ensino de biologia e da pesquisa em ensino de biologia entre profissionais deste campo de conhecimento” (SBEnBio, s.d.), cuja origem está atrelada ao Encontro Perspectivas do Ensino de Biologia (EPEB), organizado por docentes pesquisadores/as do ensino de Biologia de várias

regiões do país. O EPEB sempre foi sediado na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP) e o primeiro ano de sua realização foi 1984.

Em 1997, foi criada, em uma assembleia geral do EPEB, a SBenBio e esta organizou e realizou a primeira edição do ENEBIO em 2005. Este último evento é bianual e sua oitava edição, embora prevista para o ano de 2020, em razão da pandemia da COVID 19, foi realizada no formato *online*, de 25 a 29 de janeiro de 2021. Em função desse acontecimento, a busca foi realizada nos anais das sete primeiras edições.

Desse modo, foi efetivada a busca, nos anais de todas as edições dos eventos supracitados, disponíveis em bases de dados *online*. Fizemos uso da palavra-chave *intersex*⁷³, no processo de localização dos trabalhos nos anais das reuniões/encontros disponíveis em todas as edições dos eventos, desde suas primeiras edições até o mês de agosto de 2020. Com o uso da palavra-chave citada, não localizamos nenhum trabalho concluído ou em andamento que versasse sobre intersexualidade e/ou corpos intersexo no ensino ou em materiais e produções sobre a disciplina escolar Biologia.

A partir dessa primeira constatação, começamos a pensar sobre a noção de silenciamento, particularmente, naquilo que Foucault (2017) alerta sobre como devemos proceder:

não se deve fazer a divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam discursos (p. 30-31).

Os não ditos sobre corpo intersexo e intersexualidade nos referidos eventos implicariam em uma construção da Educação em Biologia, assentada nas noções da diferença sexual e do binarismo? O silêncio sobre o tema nos trabalhos publicados nos anais das reuniões/encontros nos instigou a buscar por outros formatos de publicações de pesquisas: em artigos científicos publicados em periódicos científicos, teses e dissertações. Assim, realizamos a ampliação das buscas para além do campo do ensino de Biologia e da Educação uma vez que nossa leitura sobre a intersexualidade já nos apontava que esta tem se efetivado em áreas como as das Ciências Humanas.

Desse modo, passamos a procurar por publicações disponibilizadas no repositório *online* de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

⁷³Os sufixos não foram utilizados na busca, objetivando-se maior abrangência na busca, podendo incluir os termos: intersexo, intersexual, intersexualidade, entre outros.

(CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁷⁴. Fizemos a busca por trabalhos inseridos nos referidos repositórios, tendo como marco final o mês de dezembro de 2021. Para o levantamento dos artigos científicos publicados, elegemos o portal de periódicos CAPES, e a base de dados *Educational Resources Information Center* (ERIC), sem recorte temporal, até o mês de fevereiro de 2022, a fim de pudéssemos considerar as pesquisas acerca da intersexualidade e educação no cenário internacional. Para além dessas duas plataformas de busca, fizemos uma varredura por todas as publicações de dois periódicos nacionais que estivessem vinculados aos estudos de gênero, em periódicos qualificados da área da Educação, e, periódicos de amplo reconhecimento por pesquisadores/as do campo em nosso país. Desse modo, elegemos o *Cadernos Pagu*⁷⁵ (CP) e a *Revista Estudos Feministas*⁷⁶ (EF).

No levantamento realizado, um primeiro aspecto que destacamos é o fato de que a produção acadêmica sobre intersexualidade no campo da Educação é incipiente em nível internacional, sendo praticamente inexistente em âmbito nacional. Com os resultados que alcançamos também constatamos que, no Brasil, o início da produção sobre intersexualidade data da primeira década do século XXI, cujas primeiras publicações localizam-se nos *Cadernos Pagu* e tem como autores/as Mauro Cabral e Gabriel Benzur (2005); Paula Sandrine Machado (2005); Nádia Peres Pino (2007); Jesús Carrillo (2007); Jorge Leite-Júnior (2009) e se amplia, quantitativamente, a partir do ano de 2012. Na Tabela 1 estão sistematizadas, por ano, desde a primeira publicação identificada, o número de artigos, teses e dissertações que localizamos.

Tabela 1 - Pesquisas sobre intersexualidade localizadas no presente levantamento

Ano	Categoria de Publicação			Total/Ano
	Artigo	Dissertação	Tese	
2003	1	0	0	1
2004	0	0	0	0
2005	2	0	0	2
2006	0	0	1	1
2007	3	1	0	4
2008	0	1	1	2
2009	1	0	0	1

⁷⁴O percurso do levantamento foi traçado conforme proposto por Gustavo Antonio Raimondi, Danilo Borges Paulino e Flávia do Bonsucesso Teixeira, disponível no texto - O que importa? As pesquisas Brasileiras no Campo da Saúde e as (In)visibilidades das Travestis e Transexuais. In: **Saúde e Transformação Social**, Florianópolis, v.7, n.3, 2016, p. 133-146.

⁷⁵ Qualis Capes A2 em Educação;

⁷⁶ Qualis Capes A1 em Educação;

2010	0	1	0	1
2011	2	0	0	2
2012	1	2	1	4
2013	0	0	0	0
2014	1	1	3	5
2015	1	4	1	6
2016	0	2	0	2
2017	1	2	1	4
2018	2	1	2	5
2019	1	0	3	4
2020	1	0	1	2
2021	1	0	0	2
Total/Categoria	18	15	14	47

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir do levantamento realizado.

A produção acadêmica que tem a intersexualidade como foco de pesquisa se amplia no Brasil ao mesmo tempo em que há evidências de uma mobilização do movimento ativista no país, configurando-se como importantes marcos no que se refere à visibilidade intersexo em âmbito nacional. Essas observações coincidem com o que evidenciam Vieira e colaboradoras (2021a, p. 6), quando informam que “[...] nos anos seguintes a resolução do CFM, além do campo estritamente médico, tivemos produções na área da psicologia e ciências sociais que foram responsáveis por lançar o debate sobre intersexualidade para a academia brasileira”. No que se refere à divulgação da temática para o público em geral, que pode ser vinculada ao crescimento da produção acadêmica no país, Costa (2018) informa que

[...] 2017 pode ser considerado um marco para a visibilidade de pessoas que se identificam como intersexo no Brasil. Ao longo desse ano, constatou-se o crescimento desse novo ator político, por meio das articulações ativistas de grupos virtuais de discussão e de apoio, páginas e comunidades também virtuais dedicadas ao tema com o objetivo de compartilhamento de informações, experiências, dúvidas. Outras produções abrangem canais no *youtube* e *blogs* coletivos e individuais (p. 19).

A ampliação da produção acadêmica sobre a intersexualidade coincide ainda com o crescimento das produções relativas aos estudos de corpo, gênero e sexualidade no contexto educacional, como aponta Vianna (2012) ao identificar o crescimento das investigações sobre a referida temática nos anos de 2007 e 2009: “[...] nesses últimos anos da década, a defesa e a introdução do gênero e da sexualidade nas políticas públicas de educação no Brasil passaram a despertar significativo interesse na produção acadêmica” (p. 128).

Procedemos ao levantamento que situamos nos parágrafos anteriores, com a dupla intenção de localizarmos as pesquisas sobre a intersexualidade e verificarmos possíveis interlocuções com o campo da Educação e com o ensino/disciplina escolar Biologia. Tal intenção tem relação com a compreensão de que as produções de pesquisas nos permitem pensar no que/e a partir do que já foi/tem sido produzido sobre o conhecimento acerca da intersexualidade e da produção da noção intersexo. E, este conhecimento pode servir de auxílio para a compreensão dos discursos produzidos e dos efeitos de verdade sobre a intersexualidade na contemporaneidade, que não apenas descrevem, mas conformam modos de vida. Diante do exposto, nas seções que 3.1 e 3.2, faremos uma espécie de breve resenha de cada uma das 47 publicações a que chegamos.

3.1 Levantamento na BDTD e na CAPES

A busca por teses e dissertações, a partir dos descritores “intersex AND educação AND livro didático”, tanto na base da BDTD quanto na base da CAPES, não gerou resultados⁷⁷. Diante do (não) resultado, fomos provocadas a redefinir os termos de busca. Cabe dizer que não encontrar resultado é distinto da ausência de saberes, produções sobre o campo da pesquisa. O não resultado nos provoca a pensar naquilo que ainda não consideramos no exercício da pesquisa, ao tempo em que nos aproxima mais desse campo. Assim, continuamos com o exercício de escavação pelas pesquisas que se aproximassem de nosso interesse.

Pensamos, realinhamos a busca. Passamos a utilizar os descritores “intersex*⁷⁸ AND educação”, e, nesse movimento, a BDTD gerou 8 resultados, enquanto a plataforma da CAPES gerou 5. Ao realizar a leitura dos títulos e dos resumos dos trabalhos, identificamos que a intersexualidade não era o objeto de estudo das pesquisas realizadas, embora o conceito fosse citado nos títulos e resumos. Dessa maneira, optamos por ampliar a busca, criando possibilidades de conexões entre estudos de outras áreas do conhecimento com as pesquisas no campo da Educação, em âmbito nacional. Nesse movimento, intencionamos obter a maior abrangência possível de pesquisas nacionais nesse campo de estudos, e, assim, adotamos o descritor “intersex*” por meio do qual obtivemos um total de 148 resultados (BDTD) e 140 resultados (CAPES). O procedimento realizado a seguir, foi o de adotarmos o primeiro critério de exclusão: desconsideramos todos os trabalhos que tivessem relação específica com aspectos estritamente biológicos da intersexualidade em espécies não humanas. Após esse processo de

⁷⁷ Essa busca foi realizada ao longo dos meses de maio e junho de 2020 e atualizada no mês de agosto de 2021.

⁷⁸ O asterisco [*] é um símbolo de truncamento, considerado o caracter coringa, sendo utilizado após o prefixo de uma palavra para recuperar derivações desta palavra, por exemplo: “intersexo”, “intersexualidade”, “intersexual”, entre outros. Importa salientar ainda que essa busca engloba os termos em língua inglesa.

filtragem, obtivemos um número de 55 trabalhos na BDTD e 15 que foram localizados exclusivamente no portal CAPES.

O segundo critério consistiu no estabelecimento da exigência de seleção de teses e dissertações que tivessem como foco a intersexualidade e/ou o corpo intersexo como uma das temáticas centrais no estudo, o que foi possível de ser evidenciado pela presença dos conceitos no título, resumo e/ou nas palavras-chave. Isso se deu pelo fato de a busca inicial ter sido feita considerando-se a presença dos termos em qualquer ponto da pesquisa e, em muitos casos, a palavra chave foi usada apenas como legenda da sigla LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais). Dessa maneira, o descritor apareceu em diversos contextos que não abordaram especificamente a temática intersexualidade. Considerando tais critérios, para a busca na BDTD, 27 trabalhos foram desconsiderados, tendo sido selecionadas 28 pesquisas para a próxima etapa da filtragem. Dentre as pesquisas encontradas pela busca no banco de teses e dissertações da CAPES, as 15 permaneceram sendo consideradas, de modo que nesse ponto da filtragem, os olhares se voltaram para um total de 43 pesquisas, entre teses e dissertações. No entanto, dentre tais pesquisas, 5 não tiveram a publicação autorizada pelos/as autores/as⁷⁹, ou foram produzidas em período anterior à plataforma Sucupira e não estão disponibilizadas *on line* (SILVA, A. W., 2019; GARBELOTTO, 2016; GOMIDE, 2013; PAULA, 2012; SILVEIRA, 1997). Dentre as pesquisas disponibilizadas pela referida plataforma de buscas, a dissertação de Oliveira Júnior (2013)⁸⁰ foi excluída por apresentar o termo *intersexual* apenas no contexto da descrição da sigla LGBT (no resumo) e, ao longo do texto, tece breves comentários relativos aos estados intersexuais, sem que esse seja o foco da pesquisa.

Após a definição dos trabalhos a serem analisados, foram lidos os resumos e palavras-chave das pesquisas selecionadas, tendo sido desconsideradas 5 delas, segundo os critérios

⁷⁹ SILVA, Angelita Wisnieski da. **Intersexualidade e as questões bioéticas na atenção à saúde**. 73 f. Mestrado em Bioética. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2019; GARBELOTTO, Filipe de Campos. **Intersexualidades**: processo de designação sexual como violação aos Direitos Humanos das pessoas Intersexuais. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016; GOMIDE, Mariana Merath. **Representações sociais de adolescentes e jovens intersexuais**. 88 f. Mestrado em Enfermagem. Universidade Federal de São Paulo, 2013; PAULA, Ana Amélia Oliveira Reis de. **Ambiguidade genital e a Escolha subjetiva do sexo**: uma investigação psicanalítica sobre a intersexualidade. 108 f. Mestrado em Psicologia. Universidade Federal de Minas Gerais, 2012; SILVEIRA, Graccho Guimarães. **Intersexo e seu Tratamento**: reflexões do ponto de vista Médico, Ético e Jurídico. 160 f. Mestrado em Sexologia. Universidade Gama Filho, 1997.

⁸⁰ OLIVEIRA JUNIOR, Isaias Batista de. **O/a diretor/a não viu, a pedagoga não ouviu e a professora não quer falar**: discursos docentes sobre diversidade sexual, homofobia e “kit gay”. 2013 261 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual De Maringá, 2013.

descritos a seguir. Duas dissertações de mestrado (GOMES, 2019⁸¹; COSENTINO, 2007⁸²), pois fazem uso do termo intersexual com referência à seleção sexual, em conformidade com as teorias darwinistas⁸³. Uma terceira dissertação (JARK, 2018⁸⁴) não foi adotada para análise detalhada, por não abordar questões específicas da intersexualidade, fazendo uso do termo especificamente no contexto da descrição da sigla LGBTI. A dissertação de mestrado de Stella⁸⁵ (2006), por se tratar de uma pesquisa de revisão de literatura referente a um estado intersexual específico, considerando-se exclusivamente os aspectos biológicos, também não se enquadraram no escopo do presente levantamento, assim como a tese de doutorado de Perez⁸⁶ (1999), refutada por ser uma pesquisa de estudo histológico de 24 crianças portadoras de ambiguidade genital. Três outras pesquisas vinculadas às Ciências da Saúde, sendo duas da clínica médica⁸⁷ e uma da fonoaudiologia⁸⁸ também não foram incluídas nas análises por fugirem ao escopo que delimitamos.

Nesse movimento, foi levantado vasto e rico material de análise, composto por 29 pesquisas, sendo 14 teses e 15 dissertações (Apêndice A) e, após as etapas de identificação e seleção, o passo seguinte foi o exercício de análise dos trabalhos. Nesse emaranhado de fios que constituem complexas teias discursivas emitidas por diversas áreas do conhecimento que se dedicam ao estudo das nuances que envolvem a intersexualidade, tais como o Direito, a Antropologia, a Sociologia, as Ciências da Saúde, fomos nos movimentando no sentido da

⁸¹GOMES, Rodrigo de Menezes. **Estratégias sexuais e escolha de parceiros em pessoas transgêneras**. 2019. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro de Biociências, Programa de Pós-graduação em Psicobiologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

⁸²COSENTINO, Leonardo Antonio Marui. **Nós versus eles, eles e elas: comparação intercultural e intersexual na detecção de coalizões e alianças**. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

⁸³“A seleção sexual pode assumir a forma de *seleção intersexual*, em que os membros de um sexo escolhem parceiros com base nas características do outro sexo, como sons de cortejo, ou *seleção intrasexual*, que envolve a competição entre os membros de um sexo por parceiros” (REECE, et al. p. 1146, grifos dos autores).

⁸⁴JARK, Renan Batista. **Orient(ações) do Sul na agenda LGBTI do conselho de direitos humanos da ONU: entre identidades, colonialidade e protagonismo do Brasil**. 2018. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

⁸⁵STELLA, Lenira Cristina. **Origem embrionária e aspectos clínicos do hermafroditismo verdadeiro quimera 46, XX/46,XY**. 2006. 54 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado em Ciências, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2006.

⁸⁶PEREZ, Eliana Gabas Stuchi. **Avaliação Funcional das células de Leydig e de Sertoli em 24 casos de ambiguidade genital com cariótipo 46, XY**. 1999. 115 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Clínica Médica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

⁸⁷BLEY, Adriano Morad. **Aspectos psicológicos de pacientes com Distúrbios da Diferenciação Sexual: uma abordagem qualitativa**. 2009. 135 f. Dissertação (Mestrado em Pediatria) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas, SP. 2009; TELLES-SILVEIRA, Mariana. **Hiperplasia adrenal congênita: quando o sexo precisa ser diagnosticado. Um estudo qualitativo com médicos, pacientes e familiares**. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em Endocrinologia Clínica) - Universidade Federal de São Paulo, USP. São Paulo, SP. 2009.

⁸⁸GALLI, Daniela Martins. **Olhar fonoaudiológico sobre as anomalias da diferenciação sexual: um estudo exploratório**. 2009. 125 f. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC. São Paulo, SP. 2009.

realização da aproximação teórica com um universo até aqui pouco conhecido para a autora desta tese.

Agrupamos os trabalhos, considerando as grandes áreas do conhecimento de acordo com a classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁸⁹, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Produção de teses e dissertações por áreas e subáreas do conhecimento envolvendo Intersexualidade

Grande área do conhecimento	Subáreas	Pesquisas selecionadas
Ciências humanas	Sociologia	SILVA, M. G. (2019) SILVA, R. L. de O. (2010)
	Antropologia	PIRES, B. G. (2015) MACHADO (2008)
	Outras	GUERRA (2019) ⁹⁰ AGRELI (2017) ⁹¹ SOUZA, C. A. B. (2017) ⁹²
	Psicologia	PAULA (2012) ACIOLY (2007) SANTOS, M. de M. R. (2006)
	Educação	SANTOS, T. E. de C. (2020) BRANCO (2018) CARVALHO (2018) ALVES (2016) SANTOS, F. F. (2015)
Ciências Sociais Aplicadas	Direito	PRETES (2019) ALBAN (2017) OLIVEIRA, C. L. (2016) SOUZA, A. S. L. (2015) BOMFIM (2015) CUNHA (2014) OLIVEIRA, A. C. G. A. (2012)
Ciências da Saúde	Saúde Coletiva	GUIMARÃES (2014) COSTA (2014) CANGUÇÚ-CAMPINHO (2012) CANGUÇÚ-CAMPINHO (2008) COSTA (2018) PAULINO (2015) LIMA (2014)
Total		29

⁸⁹As áreas do conhecimento podem ser definidas como conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construídos, reunidos segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas. O CNPq adota atualmente a classificação em 8 áreas distintas, disponíveis para consulta no seguinte endereço eletrônico: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/arvore-do-conhecimento>>. Acesso em 25 de junho de 2020.

⁹⁰Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

⁹¹Doutorado em Ciências, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.

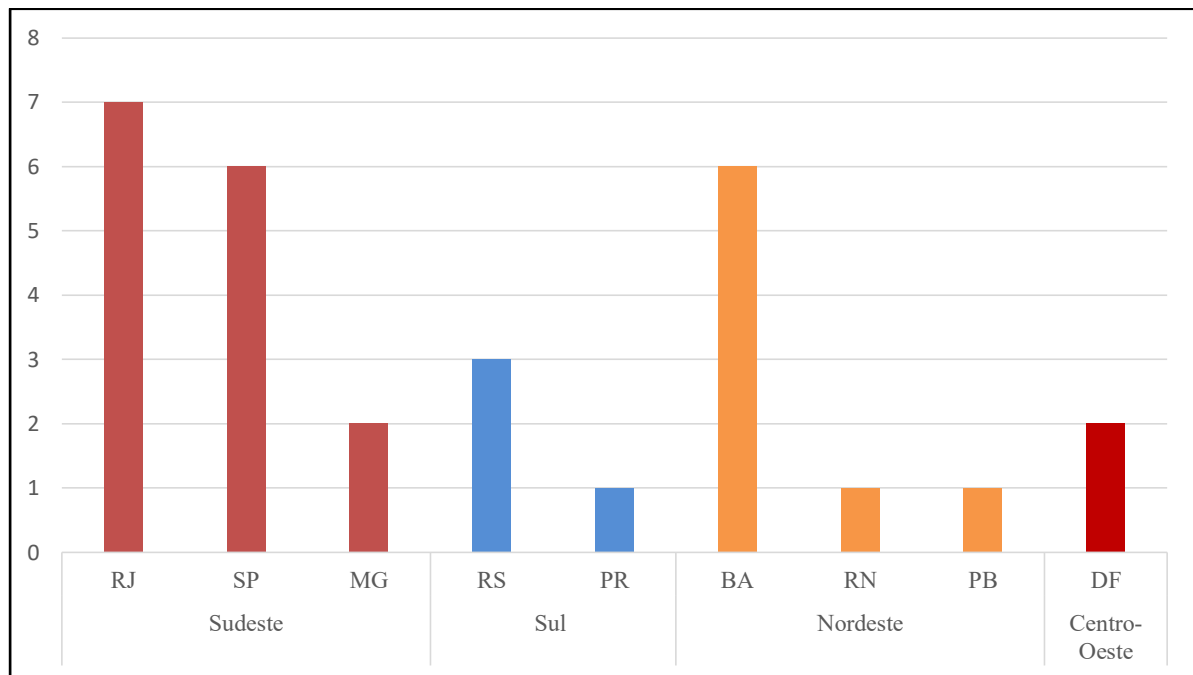
⁹²Doutorado em Ciências da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Ao colocar em foco as pesquisas em Ciências Humanas (Sociologia, Antropologia, Psicologia, Educação e outras) detectamos que é uníssona a crítica sobre a realização das cirurgias para adequação das genitálias de bebês à norma binária dos sexos. As autoras e autores analisam a construção discursiva da autoridade das Ciências Médicas, problematizando práticas ligadas ao campo da medicina que sejam baseadas em um modelo dicotômico que patologiza a intersexualidade. As teses e dissertações criticam a urgência em se definir um *verdadeiro* sexo, baseadas na relação heterossexual, a partir da ideia de que a ausência da norma binária interfere na subjetivação dos sujeitos intersexo. As referidas pesquisas estão assentadas em pressupostos foucaultianos, adotando referenciais teóricos alinhados aos estudos feministas e de gênero. Os/as pesquisadores/as dialogam com autores/as como Anne Fausto-Sterling, Judith Butler, Michel Foucault, Donna Haraway, Thomas Laqueur e Paul Preciado, entre outros/as, para fundamentar teoricamente suas discussões.

Quanto às regiões brasileiras, em que estão situados os programas de pós-graduação nos quais elas foram produzidas, identificamos quatro regiões, como expomos na Figura 4 que segue.

Figura 4 - Distribuição das teses e dissertações por Estado/Região do Brasil



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

A região de maior concentração das pesquisas é a Sudeste (15 - 8 dissertações e 7 teses), com destaque para o estado do Rio de Janeiro (7 - 5 dissertações e 2 teses), seguida da região

Nordeste (8 - 4 dissertações e 4 teses), com destaque para o estado da Bahia (6 - 3 dissertações e 3 teses). Nas regiões Sul e Centro-Oeste identificamos, respectivamente, 4 (2 dissertações e 2 teses) e 2 (1 dissertação e 1 tese) e nenhuma na região Norte.

Ao cotejarmos a autoria das teses, dissertações e artigos do nosso levantamento, identificamos que Anacely Guimarães Costa, Ana Karina Figueira Canguçu-Campinho, Andrea Santana Leone de Souza, Bárbara Gomes Pires, Paula Sandrine Machado e Shirley Acioly Monteiro de Lima compõem um grupo de pesquisadoras brasileiras que, nos últimos anos, têm contribuído para a consolidação dos estudos sobre a intersexualidade no país. Elas têm problematizado principalmente questões que permeiam práticas médicas e questões jurídicas, sob o olhar da Antropologia, da Psicologia, do Direito e das Ciências Sociais. A nosso ver, elas assumem posição de destaque no debate público nacional sobre a intersexualidade. No entanto, destacamos que as discussões relativas à intersexualidade no âmbito da Educação escolar e, sobretudo no que se refere ao ensino e/ou à disciplina escolar Biologia, não se fizeram presentes nas bases que utilizamos, o que evidencia uma lacuna e, também, justifica a nossa proposta de estudo. A seguir serão apresentadas as principais abordagens das pesquisas selecionadas.

Por meio da análise de documentos médicos, jurídicos e dados produzidos pelo DataSus, Mikelly Gomes da Silva (2019) buscou interpretar os discursos que produzem invisibilidade do corpo intersexo em sua tese *O que dá humanidade ao corpo? Desdobramentos do sexo-gênero para o reconhecimento da intersexualidade*. A pesquisadora aliou a análise documental à observação em hospitais localizados em Natal-RN, recorrendo ainda a entrevistas semiestruturada com profissionais da área de saúde, por meio da análise do conteúdo e estudo de caso com um jovem intersexo potiguar, propondo-se a localizar a intersexualidade no RN. Assentada nos estudos *queer*, dialogou com pesquisadores/as e ativistas intersexo como Mauro Cabral, Aníbal Guimarães e Paula Sandrine Machado, tecendo uma reflexão crítica e sociológica sobre a experiência intersexo. Segundo a pesquisadora, “ao atravessar diferentes domínios, a pesquisa visa provocar interlocuções com o desafio de pensar e problematizar o limite entre os saberes e dispositivos que regulam e enquadram a intersexualidade” (SILVA, M. G., 2019, p. 26). No decorrer de suas análises, a autora compreende as variações intersexuais “[...] como desestabilizadoras das normas sociais, da fixação do sexo-gênero nos padrões binários (feminino e masculino), da ficção do corpo determinado por ‘outros’ que só consideram humanos os corpos que respondem à inteligibilidade”. Em sua tese, defende a intersexualidade como “[...] um *continuum* corporal e como continuação de um corpo, mostra-a para além da binaridade ao propor novas formas de reconhecimento” (p. 219).

A proposta da dissertação *Entre a norma e a natureza: a construção da intersexualidade*, de Raquel Lima de Oliveira e Silva (2010), foi a de “analisar as formas como o intersexo é construído pelos documentos médicos” (p. 116), lançando mão da análise do discurso nesse empreendimento. A pesquisadora destacou que a herança das teorizações propostas por John Money, na década de 1970, estão presentes nos “manejos clínicos descritos na literatura médica brasileira” (p. 116), ressaltando a construção discursiva da autoridade das Ciências Médicas para lidar com a intersexualidade.

Na dissertação intitulada *Distinções do Desenvolvimento Sexual: percursos científicos e atravessamentos políticos em casos de intersexualidade*, Barbara Gomes Pires (2015) analisa gerenciamentos sociomédicos de alguns casos de intersexualidade, buscando relacionar práticas normalizadoras com a constituição de saberes sobre o sexo, o gênero e a sexualidade. A autora ressalta a existência de uma preocupação social e científica em corrigir corpos sexuados não hegemônicos com o surgimento e intensificação de diagnósticos, classificações, intervenções clínicas e cirúrgicas precoces em corpos de sujeitos intersexo. Evidencia que “as práticas de ‘normalização’ aparecem, segundo os registros biomédicos, como garantias de direito para as pessoas intersexuais” (p. 115), asseverando que esses saberes, práticas, assimilações e resistências estão assentados em “movimentos contínuos de veridicção sobre o corpo sexuado” (p. 10). Problematiza práticas biomédicas segundo moldes globalizados e baseadas em um modelo dicotômico de corpos sexuados. Na esteira desse pensamento, dialoga com Paul B. Preciado ao discutir o regime farmacopornográfico⁹³, em que a indústria farmacêutica aposta cada vez mais na fabricação tecnológica de corpos sexuados. Ao longo da pesquisa, a autora identifica, no que tange às pessoas intersexuais, “uma *necessidade* particular de reiteração de regimes de verdade segundo corpos humanos inteligíveis, funcionais e possíveis de serem socializados, sensibilizados e vividos” (p. 10) e propõe uma subversão à lógica patologizante utilizada para a compreensão da intersexualidade, bem como às normalizações impostas aos corpos.

Paula Sandrine Machado (2008), em sua tese intitulada *O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade*, “[...] busca analisar o gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade, bem como representações e as práticas sociais acionadas nas decisões envolvendo a designação do sexo em crianças intersexo” (p. 4). A pesquisadora desenvolve um estudo etnográfico em dois hospitais (um no Brasil e outro na França), propondo-se a

⁹³Conceito desenvolvido pelo autor na obra: PRECIADO, (Beatriz) Paul. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

compreender as perspectivas, prática e discursos de profissionais de saúde e também das famílias e jovens intersexo. Define como categoria “médico-diagnóstica” práticas que orientam as decisões tomadas tanto pelas famílias quanto pelos médicos, denunciando a patologização atribuída à intersexualidade, em ambos os contextos analisados. O estudo demonstra ainda que, nem sempre as famílias e as pessoas intersexo compartilham com os médicos a mesma perspectiva ou os mesmos critérios de classificação do sexo. Entre outras questões, no decorrer da trajetória de “correções” e “regulações” corporais denuncia-se a insuficiência de um modelo que prevê categorias sexuais dicotômicas.

Na conclusão de seu estudo, Machado (2008) chama atenção para a pertinência das críticas tecidas à prática médica normalizadora, mas destaca a seriedade com que tais profissionais executam suas atividades, considerando o nível de complexidade envolvido em tais decisões. Ao tecer interlocuções com o campo jurídico, a autora advoga pela aproximação entre direito e saúde nas decisões que envolvem a definição do sexo. Para além disso, propõe uma subversão à lógica patologizante utilizada para a compreensão da intersexualidade, bem como às normalizações impostas aos corpos, encerrando a tese reafirmando a necessidade de “lançar-se ao desafio de construir uma abordagem mais plural dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos enquanto direitos humanos e que não esteja restrita à noção de Saúde como locus de produções normativas sobre os corpos” (p. 243).

Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Sabrina de Barros Ferreira Guerra (2019), em sua tese *Transtornos do instinto sexual?: a medicina legal define a homossexualidade, lesbianidade, transgeneridade e intersexualidade* realizou análise de conteúdo de livros da área da sexologia forense, com o interesse de contextualizar historicamente obras do século XIX, em contraponto com o século XX, identificando que “discursos de exclusão, normalização e normatização de orientação sexual e identidade de gênero estão sendo (re)produzidos nos livros atuais.” (p. 12). Para além desse achado, ao longo do percurso investigativo de análise dos livros, a autora entrou em contato com os conceitos dos chamados transtornos ou distúrbios do instinto sexual, percebendo forte tendência à patologização da intersexualidade nas obras analisadas, frequentemente associando-a a aberrações ou monstruosidades. Além disso, são frequentes as indicações da urgência em se definir o *verdadeiro sexo* do indivíduo, com os argumentos centrados na viabilidade da relação sexual heteronormativa, quando

[...] informam da importância de se seguir alguns preceitos na análise da comprovação do —verdadeiro sexo, dentre elas a inspeção de toda a superfície do corpo para verificar qual o sexo predominante, examinar as partes externas para verificação de todas as aberturas, procurando as deformações que escondem o —verdadeiro sexo;

averiguar se há excreção periódica de sangue, que é quase suficiente para provar a predominância do sexo feminino (GUERRA, 2019, p. 121).

Assentada em pressupostos foucaultianos, a pesquisadora tece contundente crítica feminista à Ciência propondo-se a “[...] analisar e criticar esses livros de Medicina Legal, que são lidos por estudantes em formação na área da Medicina e do Direito” (GUERRA, 2019, p. 13), problematizando a patologização dos corpos que o saber médico considerou como fora das normas de sexo e gênero.

Com o objetivo de conhecer histórias de vida de estudantes universitários com diversas vivências sexuais, Milene Soares Agreli (2017) desenvolveu a tese *A inclusão da diversidade sexual na universidade*, com vistas a compreender a inclusão da diversidade sexual na universidade. Dentre as pessoas entrevistadas, a pesquisadora relata o contato com uma pessoa que se identificou como intersexual, tendo sido submetida a cirurgia para fechamento do canal vaginal, logo após o nascimento, permanecendo com a estrutura de um micropênis e filamentos de ovários. Agnes, que foi socializada como menino e passou a se identificar como mulher durante a adolescência, relata seu traumático processo de escolarização (da Educação Básica ao Ensino Superior) e assevera que “os primeiros anos escolares são os mais difíceis para estas estudantes, e, geralmente, o período com maior probabilidade de abandono escolar” (p. 158). No que se refere especificamente às dificuldades que Agnes encontrou no ambiente universitário, a autora propõe que haja

[...] urgente questionamento dos projetos políticos pedagógicos universitários em suas ideias, representações e práticas institucionalizadas, que irão definir e regular o que é lícito ou ilícito, a partir do envolvimento de diferentes autoridades, profissionais da educação e da sociedade em geral para a desconstrução das violências contra os sujeitos LGBTI (AGRELI, 2017, p. 159).

Conforme a pesquisadora, estigmas e sofrimentos permeiam as vidas das pessoas entrevistadas, destacando os desafios a serem enfrentados para uma efetiva educação inclusiva para a diversidade sexual. A pesquisadora conclui que são frequentes as indicações da urgência em se definir o *verdadeiro sexo* do indivíduo, com os argumentos centrados na viabilidade da relação sexual heteronormativa.

Carlos Antônio Braga Souza (2017) propõe reflexões sobre a intersexualidade diante da complexidade do sistema religioso brasileiro em sua tese intitulada *Cada nascimento de uma criança intersexual é um tapa na cara da sociedade: uma reflexão sobre religião e gênero na sociedade brasileira*. Suas problematizações passam por questões diversas que envolvem desde as sexualidades consideradas periféricas ao sistema patriarcal. O autor discute a luta por direitos políticos desses segmentos, bem como as resistências de setores conservadores no que se refere

às conquistas de mulheres e dos coletivos LGBTI. Para o pesquisador, “as religiões fornecem suporte a setores conservadores, que se organizam no cenário político institucional, interceptando avanços na área dos direitos humanos e na promulgação da laicidade do estado” (p. 6). No que tange aos direitos específicos das pessoas que não se enquadrem aos binarismos relativos ao sexo biológico, o autor defende a “interrupção imediata de cirurgias de ‘correção genital’ em crianças intersexuais” (p. 371).

Ao longo da pesquisa que resultou na dissertação *Ambiguidade genital e a escolha subjetiva do sexo: uma investigação psicanalítica sobre a intersexualidade*, Ana Amélia Oliveira Reis de Paula (2012) investigou se o fato de uma criança nascer sem a possibilidade de definir seu sexo no momento de seu nascimento, traria consequências para a sua identificação sexual. Com base em pressupostos aliados à psicanálise, a pesquisa não apresenta conclusões definitivas sobre o questionamento. As conclusões do estudo indicam para a necessidade da continuidade das pesquisas, em outras perspectivas.

A dissertação de Shirley Acioly (2007), *Intersexo e identidade: história de um corpo reconstruído*, trata-se de um estudo de Psicologia Social sobre a questão da identidade do intersexo. A pesquisadora levanta a hipótese de que “a luta das pessoas intersexo representa a tentativa de ultrapassar o estigma de uma carga biológica interpretada como problemática e estabelecer uma relação com o meio social que lhes seja mais favorável” (p. 46-47). Por meio do estudo de narrativa de história de vida de sujeitos diagnosticados com ambiguidade genital, a pesquisadora pretendeu compreender o processo de reconstrução social dos corpos, discutindo seus processos de subjetivação atravessados pela imposição em adequar seus corpos à norma binária. Assim como Paula (2012), Acioly (2007) defende que a norma binária interfere na subjetivação dos sujeitos intersexuais.

Moara de Medeiros Rocha Santos (2006), em sua tese, *Desenvolvimento da identidade de gênero em casos de intersexualidade: contribuições da psicologia*, teve como objetivo compreender a evolução da identidade de gênero em pessoas intersexuais, por meio da comparação de dois momentos da vida, a infância e a pré-adolescência. A autora defende o que chama de *modelo intermediário e de transição para o manejo clínico da intersexualidade*. Segundo esse modelo, deve-se “[...] priorizar a autonomia da pessoa dentro do escopo da categorização dicotômica masculino/feminino, homem/mulher, sem deixar de reconhecer que esta atitude restritiva apenas se justifica caso respeite, clara e explicitamente, a identidade da minoria que não se adequou a essa categorização” (SANTOS, M. de M. R., 2006, p. 199).

A pesquisadora questiona ainda as cirurgias genitais precoces estritamente cosméticas, tendo em vista os riscos de causarem disfunções sexuais futuras além dos problemas que podem

acontecer em decorrência dos pactos de segredo tão comumente estabelecidos entre os médicos e as famílias. Considera que o modelo de abordagem baseado em sigilo e cirurgia “ao qual poderia se atribuir o qualitativo ‘politicamente correto’ tem demonstrado a ingenuidade de se estabelecer padrões de conduta médica universais, sem considerar influências culturais e ideológicas” (p. 200). Como principal resposta ao seu questionamento inicial, a pesquisadora considera que “o sentimento de pertencimento a um gênero transcende a questão da aparência genital enquanto elemento para identificação sexual, demonstrando que a relação genitália-identidade sexual não é tão convergente quanto parece ser” (p. 197), tecendo críticas à realização de cirurgias cosméticas precoces em bebês e crianças intersexo.

As cinco pesquisas circunscritas no campo da Educação (SANTOS, T. E. de C., 2020; BRANCO, 2018; CARVALHO, 2018; ALVES, 2016; SANTOS, F. F., 2015) com abordagem sobre a temática em investigação abrangeram diferentes aspectos relativos à intersexualidade por meio de distintas abordagens. A tese intitulada *Educação de crianças e adolescentes intersexo*, de autoria de Thaís Emília de Campos dos Santos (2020) é atravessada pela experiência de uma mãe de bebê intersexo que produziu a pesquisa enquanto viveu a gestação, o parto, o primeiro ano de vida e a morte de seu filho, Jacoby. A autora propôs-se a “conceituar, contextualizar e levantar os apontamentos de pessoas Intersexo e seus conviventes, seus posicionamentos sobre ser Intersexo, suas demandas sobre educação geral e escolarização” (p. 8). Para tanto, desenvolveu um estudo de caso com abordagem quali-quantitativa, que envolveu entrevistas, pesquisa bibliográfica, análise de cartilhas/guias de orientação sobre as chamadas DDS. Além disso, foram levantados dados disponíveis de congressos, reportagens e documentos oficiais que abordassem a temática, com o levantamento de oito temas que direcionam as conclusões da pesquisa.

Diante do nascimento do filho, a pesquisadora destaca a urgência do debate sobre corpos intersexo no meio acadêmico, sobretudo no campo da Educação, tendo em vista a “[...] necessidade de bases teóricas para proteger bebês Intersexos da Medicina normatizadora, que utiliza, como, principal argumento para a violação dos corpos com estruturas de órgãos diversificados, a escola” (SANTOS, T. E. de C., 2020, p. 12). Diante disso, a pesquisadora relata seu empreendimento na busca por materiais e produções acadêmicas voltadas à educação de pessoas intersexo.

Fabiane Dionello Branco (2018), em sua dissertação intitulada *Corpos intersexo: borrando fronteiras da norma binária*, realizou um levantamento relativo à produção científica, na base de teses e dissertações da CAPES, sobre sujeitos hermafroditas, intersexuais e Anomalias da Diferenciação Sexual (ADS). Além disso, analisou as enunciações presentes

nessas teses e dissertações acerca dos sujeitos intersexo. A partir de tais análises, a pesquisadora verificou “o discurso biológico entrelaçado ao discurso médico, ao discurso de gênero inteligível e aos atributos sociais, observando que eles permeiam nossa sociedade e são controlados, perpassados por formas de poder e repressão” (BRANCO, 2018, p. 64). A pesquisadora considera que todas as enunciações produzidas nas teses e dissertações por ela analisadas conduzem a um mesmo ponto: “a normalização dos sujeitos em situação intersexo, de forma que todos/as sejam encaixados no padrão binário de ser homem ou mulher, não sendo possível viver sem estar inserido em uma dessas categorias do binômio” (BRANCO, 2018, p. 89).

Fabiana Aparecida de Carvalho (2018) dá materialidade à sua tese por meio do ensaio: *Os discursos biológicos na educação para os gêneros - as sexualidades- e as diferenças: aproximações e distanciamentos*. Propõe-se a “interpelar os efeitos produzidos nos conteúdos e nas formas como as sexualidades são apresentadas pelo conhecimento biológico e como esse se cruza junto aos dispositivos educacionais e pedagógicos” (p. 8). Imbuída de teorizações foucaultianas e das epistemologias feministas, a autora lança o questionamento: “seriam os espaços-tempos do ensino de ciências e da biologia realmente os favorecedores do estabelecimento da centralidade da *Educação para os gêneros - as sexualidades - e as diferenças* na escola?” e, especificamente no que se refere à intersexualidade, tece problematizações relativas às verdades instituídas sobre corpos pela Biologia ao longo dos séculos. É uma tese permeada pela Filosofia da Diferença, instigando as leitoras a irem além de si mesmas, fechando o texto com um convite: Que em tempos de captura dos desejos, controle biopolítico, retorno dos essencialismos e de ameaças à liberdade, a *Educação para os gêneros - as sexualidades - e as diferenças* possa ser um pouco de possível para que não nos sufoquemos... (p. 207).

Luísa de Lemos Alves (2016), na dissertação *Discursos sobre gêneros e sexualidades inscritos em corpos de livros didáticos de Ciências (1970 – 1999)*, analisou livros didáticos de Biologia publicados nas décadas de 1970, 1980 e 1990 com o objetivo de compreender como se configuram os discursos sobre sexualidades e gêneros nos currículos de Ciências, a partir de sua inscrição em corpos humanos. Apesar de não abordar a intersexualidade com centralidade em sua pesquisa, o estudo foi incluído no presente levantamento, uma vez que ao longo de seu texto, a autora evidencia a invisibilidade e o apagamento da intersexualidade nos textos didáticos e currículos de Biologia ao longo das três décadas estudadas por ela, ao identificar que “além de marcar papéis para cada gênero, o discurso biológico está relacionado também com a naturalização da divisão binária de sexos e gêneros e com a cisnormatividade,

desconsiderando a existência de pessoas intersexuais, transexuais e transgêneras” (p. 164-165). O total apagamento da intersexualidade também foi identificado pela pesquisadora nos levantamentos realizados por ela no campo da Educação, evidenciando que “outras ausências chamaram minha atenção nos trabalhos levantados, como as transexualidades e transgeneridades, assexualidades, bissexualidades e intersexualidades [...] as assexualidades e intersexualidades sequer são citadas em quaisquer dos trabalhos” (ALVES, 2016, p. 29).

Assentada em pressupostos teóricos pós-estruturalistas, Fernanda Figueredo dos Santos (2015), buscou analisar as limitações e potencialidades no desenvolvimento de uma ação educativa referente às questões de corpo, gênero e sexualidade na Educação de Jovens e Adultos, na dissertação intitulada *As abordagens sobre corpo, gênero e sexualidade na Educação de Jovens e Adultos em Jequié-BA*. A autora apresenta interessante recorte relativo à intersexualidade, dedicando uma de suas oficinas para a exibição do filme XXY⁹⁴ para iniciar as discussões específicas sobre a temática e relata o estranhamento das/os estudantes diante da atividade proposta, pois “rompeu com as idealizações e normatizações no próprio contexto do ensino de Ciências, o qual precisa ser repensado, pois tem produzido um modelo de corpo específico, com marcas e valores definidos” (p. 112). Diante da surpresa das/os alunas/os, a autora identificou a total ausência de abordagens anteriores sobre a intersexualidade ao longo do percurso escolar daqueles sujeitos, ressaltando que tal ausência “pode estar vinculada também ao desconhecimento da discussão sobre a diversidade de gênero e sexual por parte d@s professor@s, o que acaba exaltando ideais heteronormativos, reforçando de maneira muito sutil sexismos, discriminações e estereótipos” (p. 111).

Tendo em vista a grande influência do campo jurídico sobre os aspectos relativos à intersexualidade no tempo presente, consideramos no presente levantamento, as pesquisas desse campo de estudos, com o objetivo de compreender os principais impasses do tempo presente, o que nos possibilitará um olhar analítico mais abrangente sobre a temática em investigação. Assim, Érika Aparecida Pretes (2019), em sua tese de doutorado sob o título *Intersexualidade e direito ao próprio corpo: garantia à integridade corporal da criança intersexual e direito à autodeterminação na adolescência*, questiona como o protocolo de intervenção médica nos corpos intersexuais fundamenta-se numa incapacidade social de lidar com a diferença e não-binariedade de determinados corpos. Critica procedimentos cirúrgicos em pessoas intersexo menores de idade que visem a adequação estética do órgão genital a

⁹⁴“O filme XXY foi escolhido para iniciar o trabalho sobre intersexualidade por descrever de forma aberta e ousada a história de Alex (Inés Efron) que representa um indivíduo intersex e vivencia dúvidas e angústias quanto ao seu corpo e a sua sexualidade durante a adolescência” (p. 68).

padrões sociais. Defende ainda que somente a própria pessoa pode decidir sobre o momento da intervenção cirúrgica que tenha como fim a readequação sexual, salientando que em casos em que não haja riscos à saúde e à vida das pessoas, não se justificam intervenções médicas precoces.

É certo que a criança se encontra em desenvolvimento intelectual e psicológico, e por tal motivo não é capaz de tomar decisões tão complexas como as afetas à intervenções cirúrgicas e hormonais de readequação. No entanto, os representantes legais tampouco têm legitimidade para decidir sobre tamanha intervenção na integridade física e psicológica do sujeito intersex, tomando uma decisão de caráter irreversível, com efeitos duradouros e que poderia ser tomada pelo próprio sujeito quando este alcançar a maturidade necessária para tal ato de disposição do próprio corpo (PRETES, 2019, p. 196).

Sugere ainda a supressão do caractere “sexo” do Registro Civil o que, segundo ela, facilitaria o processo de registro das crianças intersexo, “visto que a Declaração de Nascido Vivo (DNV), cumpriria função de mapeamento dos nascimentos de pessoas do sexo feminino, masculino e não-determinado para fins de políticas sociais e de saúde pública” (PRETES, 2019, p. 197). A DNV é um documento que identifica o recém-nascido provisoriamente, emitido pelo/a médico/a responsável pelo parto, sendo exigência para que qualquer criança seja registrada civilmente em cartório. Nesse documento, existe um campo a ser preenchido, especificando o “sexo” do bebê, sendo que o não preenchimento desse campo em casos de genitália atípica, até a publicação da referida pesquisa, impossibilitava a realização do registro civil do recém-nascido, o que passou por alterações em agosto de 2021, que entraram em vigência em setembro do mesmo ano⁹⁵.

Na dissertação *A reificação nos discursos e práticas biomédicas em intersexos: a violação de direitos e a luta pela despatologização*, Carlos Eduardo de Oliveira Alban (2017) identifica na Medicina a materialização de uma política conservadora e moralizante, levantando a hipótese de que o discurso médico que alicerça o tratamento com o paciente intersexo “termina por objetificá-lo mediante estruturas de racionalidade pautadas em modelos reificados, o que traz obstáculos para que algumas de suas demandas éticas e jurídicas sejam alcançadas” (p. 10). O autor propôs-se a investigar em que medida tais tratamentos violam direitos dos intersexuais. No que se refere a tal aspecto, o pesquisador observa que entre as pessoas intersexo, “o processo de reificação adquire uma peculiar manifestação: a patologização, através de um discurso que legitima intervenções cirúrgicas em corpos sob o

⁹⁵ Conforme o Provimento n. 122/2021 da Corregedoria Nacional de Justiça, crianças que nascem sem o sexo definido como masculino ou feminino poderão ser registradas com o sexo “ignorado” na certidão de nascimento. A íntegra do documento está disponível em: https://infographya.com/files/PROVIMENTO_N%C2%BA_122_-_REGISTRO_E_AVERBAC%C3%A7%C3%A3O_EM_ASSENTO_DE_NASCIMENTO_COM_SEXO_IGNORADO.pdf. Acesso em: 23 de agosto de 2021.

argumento de se tratar de uma emergência ou urgência médica” (p. 137). Nesse contexto, teceu críticas à abordagem cirúrgica, corretiva e normalizadora de corpos, baseada em binarismos.

Carolina Lopes de Oliveira (2016), além de apresentar um estudo teórico sobre a intersexualidade, sugere que o Direito passe a fazer parte, de modo efetivo, das discussões relativas à intersexualidade, em sua dissertação de mestrado intitulada *‘Menin_s’: novas acepções para a consciência do eu a partir do direito à intersexualidade*. A autora defende que o Direito deve proteger os menores intersexo, alegando a existência de dispositivos no Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil, que podem embasar o impedimento de intervenções precoces em crianças, desde que lidos sob a ótica constitucional. Questiona o fato de que, ao exigir a indicação de um sexo para o registro civil, o Direito estaria impondo intervenções precoces. Sugere então que o Direito poderia se fazer presente para auxiliar o reconhecimento da intersexualidade como existência permitida, defendendo que a intersexualidade está conectada ao sentimento de pertencimento a uma identidade sexual, “identidade esta que deve ser constituída por um movimento do próprio indivíduo para que, formada, possa refletir na sexualidade que se expressa” (p.187).

A dissertação, *Os direitos da personalidade e a autonomia privada: a questão das crianças em situação de intersexo*, de Andréa Santana Leone de Souza (2015), apresenta a análise da observância do direito da personalidade e do princípio da autonomia privada de crianças em situação de intersexo. Para tanto, pesquisou decisões de tribunais e entrevistas com familiares. Dentre seus achados, ela destaca: dificuldades de acesso aos equipamentos e serviços de saúde em função da impossibilidade de registro civil e da insuficiência dos formulários que seguem a lógica binária (masculino e feminino); o preconceito vivenciado pelas crianças; ausência de informação para a família sobre a temática e o silenciamento da criança no processo de definição do sexo de criação, diante do poder familiar ou do conhecimento médico/científico. A pesquisadora defende a protelação dos procedimentos cirúrgicos de definição do sexo “visando permitir a vinculação da vontade da criança, uma vez que se trata de um dano irreparável, e por violar o direito ao próprio corpo, que como todo direito de personalidade, é um direito intransmissível” (p. 110-111).

Urbano Félix Pugliese do Bomfim (2015) defende a tese que as normas jurídicas brasileiras devem adaptar-se à constatação da existência de mais de dois sexos/gêneros na espécie humana, com o título *O Direito como instrumento protetor dos vulnerados na seara das sexualidades*. Entende que “os intersexuais continuam desprotegidos de atuação médico-cirúrgicas corretivas por ausência de uma aceitação da existência de a possibilidade de um terceiro sexo biológico no Brasil” (p. 276). Na esteira desse pensamento, o pesquisador

evidencia que “o Direito deve proteger os mais vulneráveis” (p. 14).

Identidade e redesignação de gênero: aspectos da personalidade, da família, e da responsabilidade civil é o título da tese de Leandro Reinaldo da Cunha (2014), por meio da qual o autor defende que o tratamento dispensado à identidade de gênero confere ao intersexual uma condição de marginalização, impedindo que este grupo social possa viver na plenitude a sua cidadania, atingindo frontalmente o princípio da dignidade da pessoa humana. Assevera ainda que “a leniência do estado em garantir o respeito ao ser humano com todas as suas características e idiossincrasias é uma grave omissão que não pode mais se perpetuar” (p. 11) e conclui que “só o reconhecimento da diversidade e o respeito ao ser humano farão com que a sociedade evolua e possa um dia vir a ser efetivamente reconhecida como sendo fraterna, pluralista e sem preconceitos, como preconiza a Constituição Federal” (p. 359).

Ana Carolina Gondim Albuquerque de Oliveira (2012) em sua dissertação intitulada *Corpos estranhos? reflexões sobre a interface entre a intersexualidade e os direitos humanos* parte do pressuposto de que a narrativa construída pela humanidade de que o sujeito de direito está no ser masculino ou feminino, desconsidera outras formas de corporalidade. A autora critica a realização de cirurgias que não estejam ligadas à manutenção da saúde, mas que tenham a finalidade de adequação da genitália externa de pessoas intersexo ao padrão binário, segundo ela “porque as cirurgias não são a garantia de que o sexo redesignado possa determinar o sexo social (gênero) e o sexo psicológico (desejo), ou seja, as cirurgias não garantem a performatividade dos corpos, tampouco sua inteligibilidade.” (OLIVEIRA, A. C. G. A., 2012, p. 127).

As quatro teses e três dissertações vinculadas ao Campo Jurídico (PRETES, 2019; ALBAN, 2017; OLIVEIRA, C. L., 2016; SOUZA, A. S. L., 2015; BOMFIM, 2015; CUNHA, 2014; OLIVEIRA, A. C. G. A., 2012) são unânimes com relação ao posicionamento de que cirurgias e terapias hormonais precoces em crianças intersexo, com a finalidade de enquadrar a pessoa ao padrão binário e heteronormativo de sexualidade, quando não relacionadas à manutenção da saúde, representam violação dos direitos da pessoa humana. Os achados das referidas pesquisas no que tange às chamadas cirurgias corretivas ou reparadoras vão ao encontro do pensamento de Maria Berenice Dias (2018)⁹⁶, ao defender que “ainda que

⁹⁶Primeira mulher a ingressar na magistratura e a se tornar Desembargadora no Estado do Rio Grande do Sul, já aposentada. Presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero do Conselho Federal da OAB; coordenou a elaboração do Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero. Organizadora do primeiro livro, no Brasil, de caráter multidisciplinar, que tem como escopo reivindicar o direito das pessoas intersexuais serem respeitadas do jeito que são. (DIAS, Maria Berenice (org.). **Intersexo: aspectos jurídicos, internacionais, trabalhistas, registrares, médicos, psicológicos, sociais, culturais**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018).

consideradas corretivas, são mutilantes, sem dar chance de a pessoa intersexo eleger uma, ou nenhuma, identidade de gênero” (p. 13). Em suas pesquisas, Pretes (2019) e Oliveira, C. L. (2016) defendem que as próprias pessoas intersexo tenham o direito de definirem como se identificam, o que também coaduna com o pensamento de Dias (2018), ao assegurar que a intervenção do Estado ao eleger, de forma coacta, a identidade sexual de alguém é uma afronta à dignidade e integridade pessoal, posto que, segundo a autora, “não é dado a ninguém o direito de definir o que a natureza não identificou” (DIAS, 2018, p. 27).

Outra temática recorrente entre as pesquisas vinculadas ao campo do Direito versa sobre a importância da supressão da designação do *sexo*⁹⁷ no registro civil (PRETES, 2019; OLIVEIRA, C. L., 2016), uma vez que tal exigência feriu o direito à cidadania das pessoas intersexo por muitos anos, burocratizando a emissão de documentos de identificação da pessoa. Isso dificulta o acesso a serviços como a adesão do recém-nascido aos planos de saúde, vacinação, dentre outros, considerando-se que, no Brasil, o registro de nascimento “é o único instrumento que permite a todo neonato iniciar a construção de sua identidade e consequente cidadania, e sua participação em um regime jurídico no qual direitos e deveres lhe serão reconhecidos desde então” (GUIMARÃES, 2014, p. 107⁹⁸). Com relação a tal temática, Daniel Borrillo reitera que “uma ordem jurídica democrática não pode continuar a funcionar na base da divisão binária dos gêneros e da injunção à heterossexualidade” (BORRILLO, 2010, p. 316).

Destacamos uma atualização procedida na legislação nacional com a publicação do Provimento nº 122 de 13 de agosto de 2021 da Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) (BRASIL, 2021), que entrou em vigência em todo o Brasil a partir de 12 de setembro do mesmo ano. O documento “dispõe sobre o assento de nascimento no Registro Civil das Pessoas Naturais nos casos em que o campo sexo da Declaração de Nascido Vivo (DNV) ou na Declaração de Óbito (DO) fetal tenha sido preenchido ‘ignorado’” (BRASIL, 2021, p. 44) e padroniza o procedimento no país, revogando os procedimentos até então vigentes nos estados de: São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Maranhão e Goiás, que haviam editado determinações sobre o assunto, mas exigiam a apresentação de laudos médicos para a definição do sexo.

⁹⁷Em 2019 foi realizado o primeiro registro de nascimento no Brasil constando como “sexo ignorado”, fato considerado como um avanço do campo jurídico no país. <https://noticias.r7.com/cidades/justica-do-rs-permite-registrar-bebe-com-sexo-ignorado-29062019>

⁹⁸GUIMARÃES, Anibal Ribeiro. **Identidade cirúrgica**: o melhor interesse da criança intersexo portadora de genitália ambígua. Uma perspectiva bioética. 2014. 154 f. Tese (Doutorado) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

A normativa possibilita o registro da criança com sexo ignorado, mantendo a necessidade de apresentação da DNV. No ato de registro, o Oficial deverá orientar a utilização de um prenome neutro, sendo facultada sua aceitação pelos pais do/a menor ou, em caso de maior de 12 anos (chamado registro tardio), o seu consentimento. Até a publicação do referido Provimento, caso não houvesse a definição do sexo da DNV, os Cartórios de Registro Civil não poderiam expedir, de imediato, a certidão de nascimento, sendo necessário que a família entrasse com um processo judicial para efetivar o registro da criança, o que burocratizava o processo e obrigava-a a ficar sem a certidão de nascimento e, conseqüentemente, sem a garantia de acesso a direitos fundamentais, tais como: planos de saúde, salário maternidade para a mãe, vagas em creches, acesso à vacinação, dentre outros⁹⁹. Esse Provimento foi obtido a partir de reivindicações do movimento intersexual e de ativistas, assentados na recente produção acadêmica, e, pode ser considerado um avanço no que tange à garantia de direitos das pessoas intersexo, já que desburocratiza o processo de registro civil, ainda que o documento não faça referência ao termo *intersexo*.

Quatro teses (COSTA, 2018; LIMA, 2014; GUIMARÃES, 2014; CANGUÇÚ-CAMPINHO, 2012) e três dissertações (PAULINO, 2015; COSTA, 2014; CANGUÇÚ-CAMPINHO, 2008) inscritas no campo da saúde coletiva, foram inseridas neste estudo, por considerarmos que elas apresentam olhares em articulação com as Ciências Humanas, e reportam-se às pressões e normas sociais e culturais que atuam quando uma criança intersexo nasce e ainda, ao longo de sua vida.

Anacely Guimarães Costa (2014, 2018) desenvolveu estudos relativos à intersexualidade tanto em sua dissertação do mestrado *Fé cega, faca amolada: reflexões acerca da assistência médico-cirúrgica à intersexualidade na cidade do Rio de Janeiro*, quanto em sua tese de doutoramento, *As (im)possibilidades do desenvolvimento: enquadres da intersexualidade no Brasil contemporâneo*. No mestrado, a pesquisadora realizou entrevistas com profissionais de saúde do Rio de Janeiro que prestam atendimento a pessoas intersexo e suas famílias, buscando refletir sobre as concepções de gênero e sexualidade envolvidas nas decisões relativas ao tratamento dessas pessoas, e de que modo tais concepções são usadas para justificar os procedimentos escolhidos, refletindo sobre os protocolos médicos adotados em

⁹⁹ A íntegra do documento está disponível em:

https://infography.com/files/PROVIMENTO_N%C2%BA_122_-_REGISTRO_E_AVERBAC%CC%A7A%CC%83O_EM_ASSENTAMENTO_DE_NASCIMENTO_COM_SEXO_IGNORADO.pdf. Acesso em: 23 de agosto de 2021.

casos de pessoas diagnosticadas como intersexo. Desse modo, buscou “[...] problematizar os discursos médico-científicos em torno da precocidade cirúrgica na intersexualidade” (p. 131).

Como parte da mesma pesquisa, realizou um levantamento de artigos médicos que relatavam cirurgias cosméticas em pessoas intersexo. Costa (2014) aponta que a intersexualidade representa a diferença da norma heterossexual, constituindo-se como um lembrete constante dos limites das convenções sobre as diferenças sexuais. Nesse sentido, a Medicina assume que esse tipo de identidade não consiste apenas numa questão médica, mas também em um problema social. A autora alerta que o segredo em torno das intervenções ‘terapêuticas’ na intersexualidade e da própria existência da identidade intersexo do jovem prejudica o reconhecimento de direitos e políticas públicas para essa população. Além disso, para a pesquisadora, esse segredo criaria obstáculos à produção de avaliações longitudinais de políticas e práticas em saúde, o que dificulta a organização política entre as pessoas intersexo no Brasil.

Dando continuidade às suas investigações, durante o doutorado, Costa (2018) realizou análise de material sobre intersexualidade divulgado pela mídia brasileira entre os anos de 2000-2017. Além disso, realizou observações em evento médico internacional e quatro entrevistas com médicos em serviço especializado e entrevista com seis ativistas intersexo brasileiros, a partir da hipótese de que “[...] para além de sua definição terminológica, intersexualidade e desenvolvimento (social, econômico, cultural, moral) entrelaçam-se e servem de meio de expressão recíproca em diferentes planos e narrativas” (p. 8). A pesquisadora aponta como principal resultado o desenho de um “[...] panorama de uma distribuição diferencial de visibilidades, sofrimentos e narrativas no âmbito da regulação de corpos e identidades não-conformes ao regime binário-sexual e de gênero.” (p. 8).

Ana Karina Figueira Canguçu-Campinho (2012, 2008) também se debruçou sobre a temática da intersexualidade tanto no mestrado (*Aspectos da construção da maternidade em mulheres com filhos intersexuais*) quanto no doutorado (*A construção dialógica da identidade em pessoas intersexuais: o X e o Y da questão*). A dissertação (CANGUÇU-CAMPINHO, 2008) é composta por dois artigos, sendo um de levantamento bibliográfico de artigos científicos das áreas de Medicina, Psicologia, Ciências Sociais e Direito/Ativismo político; e outro com entrevistas com mães de intersexo. No primeiro artigo, a pesquisadora conclui que na maioria dos artigos de todos os campos estudados, “[...] o conceito de intersexualidade aparece claramente atravessado pelo discurso médico. O saber da biomedicina atua diretamente na construção de significados sobre o corpo, gênero e sexualidade” (p. 34). Já no segundo artigo, a pesquisadora conclui que

a principal preocupação das mães se refere, em primeira instância, à saúde física da criança [...]. Em segunda instância, a conduta das mães visa a proteger sua prole dos estigmas sociais. Assim, é criado um pacto de segredo entre os familiares mais próximos. Evita-se a exposição do corpo da criança, em especial seu órgão genital, aos olhares sociais. Antes da definição do sexo social da criança, a família evita conversar com vizinhos e familiares mais distante sobre a situação de saúde e a identidade sexual da criança” (CANGUÇÚ-CAMPINHO, 2008, p. 34).

Com relação à sua tese, esta foi organizada em três artigos e se propôs a compreender “como os significados e práticas de cuidado em saúde participam da configuração da identidade em pessoas intersexuais, e como a pessoa intersexual experiencia e configura seu senso de identidade na interlocução com o outro” (CANGUÇÚ-CAMPINHO, 2012, p. 7). Segundo a autora, as práticas de saúde direcionadas às pessoas intersexo estão organizadas em torno de três dimensões de cuidado: (i) capacidade técnica; (ii) disposição afetiva; (iii) garantia de direitos, com destaque para a visão técnica. No entanto, percebeu a existência de “[...] movimentos no sentido de incorporar a dimensão afetiva e do direito nas práticas de atendimento às pessoas intersexuais e sua família” (p. 7). A pesquisadora enfoca ainda a grande proporção dada à medicalização das pessoas intersexo o que, em sua visão “[...] toma grandes proporções ao impactar não só nas rotinas de vida, na forma de criação dos filhos, nas relações sociais, na redução da privacidade corporal, mas na própria construção da identidade destas pessoas” (p. 7).

As questões éticas implicadas nos modos de tratamento das pessoas intersexo, sob o olhar da crítica feminista, em diálogo com o movimento intersexo dos Estados Unidos foram abordadas na dissertação de mestrado *Dualidade ou constelação? intersexualidade, feminismos e biomedicina: uma análise bioética*, por Marina Cortez Paulino (2015), a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental. Como conclusão de seu estudo, a pesquisadora propõe uma abordagem que considere a complexidade da intersexualidade como um fenômeno biomédico, no qual “[...] as concepções socioculturais, históricas, epistemológicas, biocientíficas, dos cuidados em saúde, da biomedicina e da bioética exercem influência na decifração coletivamente compartilhada de toda uma constelação de sinais, indícios, valores, representações simbólicas e pressupostos que orbitam o fenômeno” (p. 151). E defende o fortalecimento do princípio da autonomia do/a paciente, em detrimento de aspectos beneficentes identificados por ela.

A partir da etnografia do itinerário de pessoas intersexo em busca de novo Registro Geral de Identificação, Shirley Acioly Monteiro de Lima (2014), na tese intitulada *Intersexo e (in)visibilidade: cidadania e saúde na busca do registro geral de identificação (RG)*, relata a trajetória de duas pessoas intersexo (Bahia e Maruái), demonstrando que o saber acerca da

intersexualidade está restrito à esfera biomédica, sendo tais pessoas invisibilizadas ou vinculadas a diagnósticos patologizantes, o que dificulta que se desvinculem do hospital. A pesquisadora observa que a correção cirúrgica é colocada como prioridade, asseverando que

[...] ainda que se tente sair do hospital para discutir as condições intersexuais, há um retorno inevitável, pois os sistemas social e jurídico baseiam-se nas práticas médicas e seus ditames”. E conclui seu estudo afirmando que “enquanto a biomedicina se mantém especialista nas questões relativas ao status social e controla cientificamente a classificação de sexo e gênero, os juristas apresentam-se como guardiães da ordem social assegurando essas mesmas normas (LIMA, 2014, p. 92).

Anibal Ribeiro Guimarães (2014) propõe-se a investigar se as cirurgias genitais realizadas em recém-nascidos portadoras da chamada genitália ambígua e diagnosticadas como intersexo, atendem a seu melhor interesse, por meio da análise da Resolução nº 1.664 de 2003, emitida pelo Conselho Federal de Medicina, em sua tese intitulada *Identidade cirúrgica: o melhor interesse da criança intersexo portadora de genitália ambígua. Uma perspectiva bioética*. O pesquisador conclui, após análises minuciosas que “a afirmação de que as intervenções médico-cirúrgicas nos corpos das crianças diagnosticadas como intersexo atende, primordialmente, ao princípio do melhor interesse da criança parece falaciosa” (p. 138) e propõe um reexame da referida Resolução, que é o documento normativo adotado no Brasil.

As pesquisas vinculadas às Ciências da Saúde Coletiva convergem no entendimento que as informações sobre a intersexualidade são feitas em linguagem medicalizada, com a adoção de termos técnicos muitas vezes incompreensíveis às pessoas fora do meio médico, não sendo abrangentes o suficiente para o público em geral. Relatam ainda casos em que os pais são induzidos a tomarem decisões rápidas sobre o futuro de seus/suas filhos/as, sendo frequentemente aconselhados a não compartilhar informações sobre a condição de intersexo com seus/suas filhos/as ou com outros membros da família, estabelecendo-se um pacto de silêncio. Reiteram ainda que, mesmo que para a maioria das pessoas intersexo não haja nenhuma característica que coloque suas vidas e funcionamento do corpo em risco, é recorrente que os profissionais médicos muitas vezes querem *consertar* o corpo intersexo.

3.2 A busca em periódicos científicos

Na ocasião da realização do exame de qualificação da tese, foi sugerido, pela banca examinadora, o aprimoramento do levantamento de artigos científicos em outras bases de dados, incluindo bases de outros países e revisados por pares. Diante de tal observação,

refizemos a busca, sem recorte temporal, considerando dois portais de busca: portal de periódicos CAPES¹⁰⁰, e a base de dados *Educational Resources Information Center* (ERIC)¹⁰¹.

O portal de periódicos CAPES reúne publicações nacionais e internacionais de várias bases de dados, sendo uma das mais importantes fontes para pesquisas acadêmicas do país. No referido portal, utilizamos os seguintes descritores: *intersex*, “*biology textbook*”, *education*, e o operador booleano *AND*, considerando a ocorrência dos termos em quaisquer partes dos textos. O acesso ao portal foi realizado via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), provido tanto pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) quanto pelo IFGoiano, por meio de *login e senha*, pois em uma sou discente e na outra docente. Essa ferramenta permite acesso a uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza publicações de instituições internacionais e nacionais. Com o uso dos descritores em língua inglesa, localizamos 7 artigos (Quadro 3). Em um primeiro momento, lemos e traduzimos os títulos e resumos de todos os textos, e, assim identificamos um artigo em duplicidade (CA05 e CA07), de modo que o desconsideramos da nossa lista de trabalhos que passou de 7 para 6 artigos.

Entendendo que o campo da Educação não poderia ser desconsiderado, dado que é nele que atuamos, e, após pesquisa por repositórios dessa área, chegamos à base de dados *Educational Resources Information Center* (ERIC), patrocinada pelo Instituto de Ciências da Educação do Departamento de Educação dos Estados Unidos. Trata-se de um banco de dados de literatura educacional que apresenta dados datados de 1966, com atualizações mensais, fornecendo mais de 1,5 milhão de textos variados: artigos de periódicos, anais de congresso, teses, dissertações, entre outros materiais. Em nossa busca na plataforma ERIC lançamos mão dos mesmos descritores utilizados no portal de periódicos CAPES: *intersex AND “biology textbook” AND education*, também sem recorte temporal, do qual resultou em um único trabalho, como demonstramos no Quadro 3 que segue.

Quadro 3 - Artigos resultantes da busca no portal de periódicos CAPES e no portal ERIC

PORTAL DE PERIÓDICOS CAPES: <i>intersex AND “biology textbook” AND education</i>						
CÓD	TÍTULO EM INGLÊS	TÍTULO EM PORTUGUÊS	AUTORIA	PERIÓDICO	PAÍS	ANO
CA01	Solving the Jigsaw Puzzle	Resolvendo o quebra-cabeça	CADET, Peggy	Narrative inquiry in bioethics	EUA	2015

¹⁰⁰ www.periodicos.capes.gov.br

¹⁰¹ <https://eric.ed.gov/>

CA02	Gendered genetics: How reading about the genetic basis of sex differences in biology textbooks could affect beliefs associated with science gender disparities	Genética de gênero: como ler sobre a base genética das diferenças sexuais em livros didáticos de biologia pode afetar as crenças associadas às disparidades de gênero na ciência	DONOVAN, Brian M. STUHLSTAZ, Molly A.M. EDELSON, Daniel C. BRACEY, Zoë E. Buck.	Science education (Salem, Mass.)	EUA	2019
CA03	Twin Inc	Twin Inc	HERSHENOV, Rose DOROSKI, Derek	Theoretical medicine and bioethics	Holanda	2018
CA04	Thinking About 'Sex' in Education	Pensando em 'sexo' na educação	HIRD, Myra J.	Sex education	Reino Unido	2003
CA05	Who's Zoomin' Who? A Feminist, Queer Content Analysis of "Interdisciplinary" Human Sexuality Textbooks	Quem está dando zoom em quem? Uma análise de conteúdo feminista e queer de livros didáticos de sexualidade humana "interdisciplinares"	MYERSON, Marilyn CRAWLEY, Sara L ANSTEY, Erica Hesch KESSLER, Justine OKOPNY, Cara	<i>Hypatia: A Journal of Feminist Philosophy</i>	EUA	2007
CA06	Retro-Sex, Anti-Trans Legislation, and the Colonial/Modern Gender System	Legislação retro-sexo, anti-trans e o sistema de gênero colonial/moderno	DRAZ, Marie	Philosophia (Albany, N.Y.)	EUA	2021
CA07	Repetição do CA05					
PORTAL ERIC: intersex AND “biology textbook” AND education						

ER01	Beyond the Sex Binary: Toward the Inclusive Anatomical Sciences Education	Além do binário do sexo: em direção à educação inclusiva em ciências anatômicas	ŠTRKALJ, Goran; PATHER, Nalini	Anatomical Sciences Education	Austrália	2020
------	---	---	--------------------------------	-------------------------------	-----------	------

Fonte: Base de dados do Portal CAPES e da Plataforma ERIC. Elaborado pelas autoras.

Localizados os artigos (7) que selecionamos para a pesquisa, os lemos integralmente perguntando pelo entrelaçamento intersexualidade-Educação, sobretudo no tangente ao ensino de Biologia e aos livros didáticos. Durante as leituras dos artigos, nos atentamos para os seguintes aspectos: (i) como a autoria se referiu à intersexualidade; (ii) se a pesquisa foi desenvolvida no âmbito do ensino de Biologia; (iii) se o artigo resultou de pesquisas que se debruçaram sobre o livro didático de Biologia. Assim, pudemos verificar que os artigos identificados pelos códigos CA03 (HERSHENOV; DOROSKI, 2018), CA04 (HIRD, 2003) e CA06 (DRAZ, 2021), quadro 3, não abordam a intersexualidade, nem o ensino de Biologia, tampouco os livros didáticos. Por que os selecionamos? Porque consideramos a presença dos descritores em qualquer parte do texto, no momento da busca. Os outros 4 artigos - CA01 (CADET, 2015), CA02 (DONOVAN et al., 2019), CA05 (MYERSON et al., 2007) e ER01 (ŠTRKALJ; PATHER, 2020) – atendiam a algum dos critérios que estabelecemos. Quanto ao critério como a autoria se referiu à intersexualidade, o artigo CA01 (CADET, 2015) apresenta uma escrita autobiográfica - a intersexualidade é abordada sob a ótica de experiências pessoais; os artigos CA02 (DONOVAN et al., 2019), CA03 (HERSHENOV; DOROSKI, 2018), CA04 (HIRD, 2003), CA06 (DRAZ, 2021) fazem uso do conceito intersexo ou do conceito intersexualidade como exemplo de alguma situação específica, ou no contexto da sigla LGBTQUIA+¹⁰²; os artigos CA05 (MYERSON et al., 2007), ER01 (ŠTRKALJ; PATHER, 2020) analisam a abordagem dada por livros didáticos à intersexualidade.

Cadet (2015); Myerson et al. (2007); Štrkalj e Pather (2020) se debruçaram sobre o estudo da intersexualidade. Cadet (2015), pela via do relato autobiográfico, apresenta o relato de uma pessoa intersexo em seus primeiros anos de vida. São relatos que apresentam as idas constantes a consultórios médicos; a descrição das diversas sessões fotográficas a que foi submetido/a; a escuta das várias discussões entre vários especialistas (entre eles endocrinologistas e psiquiatras) sobre o planejamento de uma mastectomia realizada aos 13 anos de idade; o relato de que, apesar de seu sexo de criação até aquela idade ter sido o feminino,

¹⁰² Por não abordarem a intersexualidade, não serão comentados neste tópico da análise.

a aparência das genitálias masculinizadas possibilitou, conforme seu desejo, a escolha do sexo masculino.

Ao realizarem análise de conteúdo em livros didáticos destinados a um curso de sexualidade humana oferecido a estudantes de nível pós-médio estadunidense, Myerson et al. (2007) identificaram três pressupostos básicos que orientaram tais obras: dimorfismo sexual, hegemonia masculina branca e heteronormatividade. Para as autoras, a hegemonia das explicações biológicas ajuda a criar e sustentar elementos de heteronormatividade que são dados como certos, como o dimorfismo sexual. Dentre as temáticas analisadas, as autoras investigaram as abordagens relativas à intersexualidade e destacam no artigo que, dentre os livros analisados, com exceção de um, todos ignoram a intersexualidade como uma realidade biológica, e, adotam vocabulário marginalizante e limitado por categorias para defini-la como desordem ou desequilíbrio. Um dos textos didáticos analisados no estudo, de acordo com a compreensão das autoras, apresenta um avanço, pois advoga contra as cirurgias normalizadoras em bebês intersexo. No entanto, elas apontam que retrocessos também foram observados em outro livro analisado quando este afirma que a intersexualidade é um problema biológico.

Ainda que Myerson et al. (2007) tenham identificado nos livros analisados menções a variações do tamanho do pênis ou das mamas, levando a algum grau de compreensão de que nem todas as pessoas com corpo feminino são iguais, assim como nem todas as pessoas de corpo masculino também não são iguais, elas assinalam que não encontraram nenhuma discussão que faça referência à possibilidade de sobreposição de distribuição de características lidas como masculinas e femininas em um mesmo corpo. Foi a dicotomização entre elementos masculinos e femininos recorrentemente mencionada nas análises empreendidas pelas autoras. As pesquisadoras identificaram ainda que as discussões sobre a intersexualidade se fizeram presentes nos livros didáticos como uma questão de exibição de gênero e não como um fenômeno biológico. Este artigo tornou-se uma referência importante para nosso estudo uma vez que discute o modo como o livro didático produz a intersexualidade, tomada pelas autoras como um espectro de variações biológicas relativas às características sexuais.

Štrkalj e Pather (2020), na introdução do artigo, referem-se à intersexualidade como conceito do campo biomédico. Assentados em pesquisas recentes, evidenciam como a expressão do sexo é um espectro, não um binário. Em seguida, discorrem sobre a educação em ciências anatômicas. Os autores defendem que, nos distintos níveis de organização biológica, como genético e anatômico, as variações biológicas na espécie humana são produto de interações genéticas e ambientais mediados por processos de desenvolvimento. Ressaltam ainda que todos esses modos de variação são importantes para a medicina e, em consequência,

para o ensino das ciências médicas. Nesse sentido, debruçam-se sobre a abordagem relativa às variações do sexo em livros de anatomia destinados a cursos de medicina australianos, defendendo que os currículos de ciências anatômicas devem ser revistos, em função de novas compreensões sobre os conceitos de sexo e gênero que foram impulsionadas por avanços nas ciências biológicas, nas ciências sociais, nas humanidades e também no ativismo de vários grupos. Para eles, “[...] a abordagem não binária pode ter uma contribuição significativa para a formação de médicos competentes e responsáveis e para evitar práticas problemáticas, como cirurgias ‘normalizadoras’ não consensuais” sobretudo em crianças intersexo (ŠTRKALJ; PATHER, 2020, p. 5).

Os três artigos (CADET, 2015, MYERSON et al., 2007, ŠTRKALJ; PATHER, 2020) apresentam convergência no que se refere ao conceito de intersexualidade, considerando-o como um amplo espectro de variações biológicas (genéticas, anatômicas, gonadais, hormonais) relativas à caracterização orgânica de traços lidos como sexuais na cultura ocidentalizada moderna.

Passando ao critério que consideramos a sua inscrição no campo do ensino de Biologia, destacamos que dois artigos (HIRD, 2003 e DRAZ, 2021)¹⁰³; não se situam nesse campo; Cadet (2015) e Štrkalj e Pather (2020), mesmo focando no ensino de Biologia, se ocuparam do ensino de ciências da saúde, o que nos fez considerá-los, dada as aproximações com nossa pesquisa, e, Donovan et al. (2019) é resultante de pesquisa que teve como foco o ensino da neurobiologia, Hershenov e Doroski (2018), no ensino da genética; e Myerson et al. (2007) tomaram um curso de educação sexual no ensino superior.

Assim, identificamos que nenhum dos artigos constantes do levantamento foi resultante do desenvolvimento de pesquisas especificamente voltadas ao ensino de Biologia do nível médio/secundário. Entretanto, a leitura dos artigos produzidos por Štrkalj e Pather (2020), Donovan et al. (2019), Cadet (2015) e Myerson et al. (2007) nos trouxe importantes contribuições para o entendimento do como trataram as suas abordagens da intersexualidade no campo educacional e por apresentarem abordagens que nos aproximam do foco de nossa pesquisa. Hershenov; Doroski (2018), exploram os detalhes relativos ao desenvolvimento embrionário de um tipo específico de quimerismo, e citam a presença ou não dessa abordagem em livros didáticos. .

Em seu texto, Cadet (2015) relata que, aos 18 anos, foi com a leitura de livros didáticos para o curso de medicina, localizados em uma biblioteca por ela, encontrou o que jamais havia

¹⁰³ Por não apresentarem relação com o ensino de Biologia, estas pesquisas não serão detalhadas neste tópico da análise.

sido explicado pelos médicos que o/a examinaram – a sua condição. Nos livros, se deparou com suas fotografias ilustrando e textos com informações de que as pessoas com síndrome de insensibilidade androgênica poderiam viver como mulheres sexualmente ativas. Isso favoreceu a sua compreensão acerca da insistência, tanto das equipes, quanto de seu pais, em fazer dele uma mulher. Ainda que o artigo não estabeleça relação direta com o ensino de Biologia, o tomamos por ele, ao fazer referência ao impacto gerado pelas fotografias presentes nos livros didáticos de medicina, nos movimentou no sentido de referendar o que nosso grupo – GPECS – tem afirmado: o livro didático produz realidades, modos de pensar e viver; conforma modos de vida.

Štrkalj e Pather (2020), por sua vez, analisam questões curriculares do curso de medicina na Austrália. A relação que eles estabelecem com o ensino de Biologia está no argumento da necessidade de atualizações conceituais referentes a sexo e gênero nos cursos, especificamente no que se refere aos livros didáticos de ciências anatômicas. Tais mudanças, se efetivadas, defendem os autores, podem gerar impactos na formação de docentes de Biologia, uma vez que muitos cursos de licenciatura adotamos mesmos livros destinados a formação de futuros/as profissionais da área da saúde.

Os artigos resultantes das pesquisas desenvolvidas por Donovan et al., (2019) e por Myerson et al. (2007), ainda que não tenham sido voltados para o nível médio de ensino, investigaram questões que envolvem o ensino da intersexualidade em áreas específicas do conhecimento. Donovan et al. (2019), partem do princípio de que a crença de que homens e mulheres diferem em habilidades científicas em função de fatores genéticos contribui para as disparidades de gênero na formação em ciência, tecnologia, engenharia e matemática de maneira bastante complexa. Para validar tal argumento, realizaram um experimento de campo, envolvendo estudantes adolescentes, de modo a explorarem como o conteúdo do currículo de genética impactou sociocognitivamente as crenças delas sobre suas habilidade em ciências. O viés sociocognitivo é também conhecido como essencialismo neurogenético. A conclusão apontada no texto é a que prevalece a crença de que a capacidade científica é inata e mais prevalente em homens. Esta crença resulta em menor interesse futuro em carreiras relacionadas às áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática para meninas, mas não para meninos.

A partir das conclusões mencionadas no parágrafo anterior, os/as autores/as sugerem que aprender sobre as variações genéticas humanas no contexto do currículo de Biologia, não é um esforço socialmente neutro, podendo ter implicações sobre a escolha de carreiras a serem seguidas por meninas e por meninos. Ainda que não tenham se aprofundado em questões específicas sobre o livro didático, tampouco sobre a intersexualidade, ao discutirem sobre

questões relativas ao currículo de Biologia, ressaltam a relevância da realização de “[...] mais pesquisas que explorem como ensinar genética de uma forma mais socialmente responsável” (DONOVAN et al., 2019, p. 35), de modo a incluir configurações cromossômicas divergentes daquelas tomadas como normais pela ciência hegemônica.

Myerson et al. (2007) a partir da afirmação “E assim eles se casaram, ele enfiou sua masculinidade nela, e eles viveram felizes para sempre” (p. 92), problematizam a ideia de a penetração ser instada como atividade humana constitutiva, uma necessidade essencial para as definições de sexo e sexualidade humanas presentes em livros didáticos. Elas desenvolvem suas análises considerando os modos como são ensinadas questões que permeiam a sexualidade humana para estudantes de diversos cursos de graduação, e tecem críticas às características curriculares que mantêm traços sexistas e patriarcais.

No que tange ao terceiro e último eixo de leitura proposto por nós no presente levantamento de artigos - se o artigo resultou de pesquisas que se debruçaram sobre o livro didático de Biologia – identificamos aqueles em que o livro didático é apenas referido, em algum momento do texto, como é o caso de Cadet (2015), Donovan et al. (2019), Hershenov; Doroski (2018), Hird (2003), Draz (2021)¹⁰⁴, e, aqueles que realizaram análises de livros didáticos de Biologia ou de áreas correlatas, como é o caso de Myerson et al. (2007) e Štrkalj e Pather (2020).

Os artigos produzidos por Myerson et al. (2007) e Štrkalj e Pather (2020) empreenderam análises de livros didáticos, sendo que o primeiro se debruçou sobre livros destinados a um curso sobre sexualidade humana, de nível pós-médio, para estudantes estadunidenses. Ainda que as autoras tenham se dedicado a analisar as abordagens dadas por tais obras à intersexualidade, este não foi o único foco de atenção das autoras, que também observaram questões como o machismo e o sexismo na linguagem adotada nos livros que analisaram. Já Štrkalj e Pather (2020) tiveram como fonte de pesquisa livros didáticos de Anatomia destinados a cursos de medicina australianos, com recorte específico para a intersexualidade.

Myerson et al. (2007) afirmam ter realizado uma análise feminista e *queer* e apontam como conclusão que não encontraram nos livros didáticos uma perspectiva inclusiva na abordagem da sexualidade. Segundo as autoras, a pesquisa foi desenvolvida no sentido de “[...] criticar a falta de interdisciplinaridade no estudo sobre sexualidades e sugerir que os autores produzam livros didáticos menos heteronormativos, mais positivos para o sexo e amigos das mulheres” (MYERSON et al., 2007, p. 97). Após discorrerem sobre diversos aspectos ligados

¹⁰⁴ Por não apresentarem relação com o livro didático, estas pesquisas não serão detalhadas neste tópico da análise.

às questões da sexualidade presentes nos livros didáticos, as autoras encerram o artigo sugerindo como deveria ser estruturado um livro didático sobre sexualidade humana:

[...] incentivando os alunos a contemplar a interação da sociologia, filosofia, biologia e psicologia no conhecimento e na prática sexual, alinhado à pedagogia feminista no sentido de fornecer mais perguntas do que respostas, em vez da prática masculinizada padrão [...]” (MYERSON et al., 2007, p. 108, tradução livre da autora).

As autoras, na citação referida, apontam para o diálogo interdisciplinar, como possibilidade de os livros didáticos apresentarem modos de compreensão e leitura da complexidade da sexualidade humana. Um apontamento que produziria, segundo elas, a possibilidade de ruptura com as práticas heteronormativas e masculinizantes da sexualidade.

Apesar de Štrkalj e Pather (2020) defenderem que as atualizações conceituais referentes a sexo e gênero nos cursos de medicina não devem se restringir a mudanças nos livros didáticos adotados pelo referido curso, salientam que livros didáticos de anatomia usados nas escolas médicas australianas apresentam aderência quase completa ao sistema binário sexo/gênero. Na análise elas fazem referência a obras em língua inglesa de ampla distribuição em outros países que também são traduzidas para outros idiomas.

Por meio do levantamento de artigos nas duas plataformas de busca que elegemos em nossa pesquisa, não nos foi possível identificar investigações que tomaram os entrelaçamentos intersexualidade e livro didático de Biologia do Ensino Médio. Entretanto, consideramos que o nosso trabalho de investigação tem aproximações com aquela realizada por Myerson et al. (2007).

Embora não tenha nenhuma publicação que articule a discussão sobre intersexualidade e livros didáticos de Biologia, localizamos¹⁰⁵, por meio de indicações de leitura por especialistas dois periódicos nacionais: 1 - o Cadernos Pagu (CP) com publicações datadas de 2005, 2007, 2012, 2014, 2017, 2018; e, 2 - a Revista Estudos Feministas (EF). Com a ferramenta de buscas, nos sítios eletrônicos dos periódicos, por edição, inserimos os descritores “intersex”, “intersexo”; “intersexualidade”, e identificamos 15 artigos, destes 12 no CP e 03 na EF, conforme especificado no Quadro 4 que segue.

Quadro 4 - Seleção de artigos dos periódicos Cadernos Pagu e Revista Estudos Feministas sobre intersexualidade

Periódico	Vol./Ed.	Título	Autoria
CP	n.54/2018	Inscrições de “Diferença”: Corpo, Subjetividade e Experiência Intersexual em Espaços Hospitalares.	Bárbara Gomes Pires

¹⁰⁵ Refiro-me a Amiel Modesto Vieira e Bárbara Gomes Pires, com os quais pude partilhar de momentos de intenso aprendizado, em reuniões de estudo *on-line*, durante o segundo semestre de 2021.

	n.49/2017	(Des)encontros no hospital: itinerário terapêutico de uma experiência intersexo.	Shirley Acioly Monteiro de Lima, Paula Sandrine Machado, Pedro Paulo Gomes Pereira
	n.42/2014	(Des)fazer corpo, (re)fazer teoria: um balanço da produção acadêmica nas ciências humanas e sociais sobre intersexualidade e sua articulação com a produção latino-americana.	Paula Sandrine Machado
	n.33/2009 -	“ <i>Que nunca chegue o dia que irá nos separar</i> ”: notas sobre <i>epistémê</i> arcaica, hermafroditas, andróginos, mutilados e suas (des)continuidades modernas.	Jorge Leite Jr.
	n.28/2007 - Quereres	Entrevista com Beatriz Preciado	Jesús Carrillo
	n.28/2007 - Quereres	A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos	Nádia Perez Pino
	n.24/2005 - (Trans) formações	Cuando digo intersex: un diálogo introductorio a la intersexualidad	Mauro Cabral, Gabriel Benzur
	n.24/2005 - (Trans) formações	O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural	Paula Sandrine Machado
EF	Vol. 20 - n.2/2012	Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras	Jorge Leite Junior
	Vol.19 - n.1/2011	Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”	Beatriz Preciado
	Vol.19 - n.2/2011	Que se enteren. Cuerpo y sexualidad en el zoom social. Sobre XXY	Mariana Vieira Cherro

Fonte: Periódicos Cadernos Pagu e Revista Estudos Feministas. Elaborado pelas autoras.

De posse dos artigos, realizamos a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, com posterior leitura detalhada da íntegra de cada um deles. À medida que líamos, fomos marcando as possíveis conexões do pensamento dos/as autores/as com a Educação, uma vez que não encontramos artigos específicos sobre intersexualidade e educação escolar, tampouco em articulação com o ensino e/ou a disciplina escolar Biologia. Nesse movimento, consideramos 11 dos 15 artigos para nossa investigação. Há, dentre as publicações, artigos de natureza teórica - Machado (2005, 2014); Leite-Júnior (2009, 2012); Preciado (2011); Pino (2007 e empírica - (Pires,2018); Lima, Machado e Pereira (2017) e Cherro (2011), e entrevista Cabral e Benzur (2005); Carrillo (2007);

Os artigos apresentam distintas abordagens que se situam desde o campo da pesquisa qualitativa até campos pós-críticos ou pós-gênero, com muitas contribuições para o alargamento do nosso pensamento, no que tange ao esforço de uma produção em articulação com a educação e Biologia escolar. Desse modo, passaremos a apresentar uma síntese da nossa leitura do conjunto de artigos que indicamos anteriormente, no quadro 4.

No texto produzido por Machado (2014) há uma indicação de caminho teórico-político situada entre a crítica feminista e a intersexualidade a partir de teorizações de Donna Haraway. A pesquisadora problematiza os protocolos médicos e as cirurgias genitais não consentidas e, no que se refere aos estudos sobre a intersexualidade, conclui que estes “[...] demandam certamente uma perspectiva feminista comprometida com a desconstrução do binarismo sexual, da relação linear e dicotômica entre sexo e gênero e com a crítica a procedimentos que reiteram hierarquias sociais e corporais” (MACHADO, 2014, p. 154). Recupera a discussão sobre as representações corporais e práticas sociais relativas às crianças e jovens intersexo, em que ela coloca em paralelo tanto a perspectiva de profissionais médicos, quanto a de familiares e problematiza o olhar generificado sobre a anatomia e as visibilidades/invisibilidades do sexo. A autora reafirma o que já apontava em 2005: “[...] o sexo é tão construído na cultura quanto o gênero [...] as fronteiras entre o natural e o não-natural são facilmente borradas quando se trata de defini-las a partir do que é considerado dentro ou fora das normas sociais” (MACHADO, 2005, p. 249).

Em um artigo seminal sobre a intersexualidade no Brasil, intitulado *A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos*, Pino (2007) produz uma das primeiras publicações nesse campo no Brasil, defendendo a ideia de que na mesma época que a intersexualidade passou a se tornar uma temática com visibilidade, “[...] a teoria *queer* emergiu como uma corrente teórica que colocou em xeque as formas correntes de compreensão das identidades sociais” (p. 149). A partir dessa constatação, a autora discute as diferentes definições sobre as pessoas intersexo e o modo como a teoria *queer* contribuiu com as produções teóricas sobre o tema.

A publicação de Leite Júnior (2009) apresenta como a historicização da figura do hermafrodita foi fundamental para a consolidação do discurso médico, moral e espiritual relativos ao sexo e ao gênero na cultura ocidental, datado da Antiguidade até o século XVIII. Para o autor, “[...] com a mudança epistemológica que ocorre a partir do século XVI, o antigo hermafrodita, associado ao mundo mágico e religioso, perde seu lugar nas classificações modernas”, de modo que “[...] a partir do século XIX nasce uma nova entidade conceitual no Ocidente: o pseudo-hermafrodita da medicina” (p. 285). Segundo o autor, nesse momento, o

pseudo-hermafrodita deixa de ser visto/lido como uma maravilha e passa a ser visto/lido como *erro da natureza*. O autor amplia suas ideias em outra produção (LEITE JÚNIOR, 2012), na qual discute a passagem da figura do hermafrodita para a imagem de *monstro* e para a produção da patologização e/ou da criminalização sendo atirado/a à condição de *desviantes sexuais*. O pesquisador analisa a politização dos movimentos sociais na luta pela despatologização da intersexualidade, no início do século XXI, e problematiza a autoridade médica neste processo.

Já Preciado (2011) discute a intersexualidade no contexto da produção da categoria gênero proposta por John Money (1955) para situar a modificação cirúrgica e/ou hormonal da fisiologia das crianças intersexo. O estudioso realiza este movimento a fim de apresentar a formação dos movimentos e da teoria *queer*, que permite o deslocamento do foco da diferença sexual e para as multidões *queer*. Para ele, o que importa é “[...] uma multidão de corpos: corpos transgêneros, homens sem pênis, *gounis garous*, *ciborgues*, *femmes butchs*, bichas lesbianas... A “multidão sexual” aparece, assim, como o sujeito possível da política queer” (p. 11).

Na entrevista, que Paul Beatriz Preciado concede a Carrillo (2007), o filósofo fala sobre questões teóricas que envolvem o movimento *queer*. Para tanto, ele faz referência às cirurgias normalizadoras em crianças intersexo que tiveram o clitóris considerado grande demais, ressaltando que a prática, “[...] longe de ser um exemplo de barbárie exótica, passa a ser um dos dispositivos de uma rede de mecanismos de normalização e regulação do corpo em um contexto de globalização de gênero e sexualidade” (p. 404). Ao longo da entrevista, Preciado aciona o pensamento de teóricas feministas como Gloria Anzaldúa, Judith Butler e Gayatri Spivak, tecendo paralelos entre a teoria *queer* e os feminismos, em suas diversas vertentes.

Mauro Cabral, teórico e ativista intersexo, na entrevista que concede a Gabriel Benzur (2005), aborda questões que vão desde as disputas de nomenclatura que permeiam a intersexualidade, passando por terminologias médicas, até questões teóricas do campo da antropologia e das ciências sociais, tratando ainda da questão da identidade política intersexo. O entrevistado ressalta, por exemplo, a problemática que envolve a utilização do termo hermafrodita, chamando a atenção para o que, segundo ele, é o conceito chave ao se referir às pessoas intersexo: o da variação, que vai desde questões cromossômicas, passando por variações gonadais e/ou genitais, em um amplo espectro de corporalidades possíveis.

Lima, Machado e Pereira, no artigo que publicam em 2017, resultante de um estudo etnográfico realizado em ambiente hospitalar, descrevem o caso de uma pessoa intersexo, identificada com o nome de Bahia, que retoma o seu tratamento médico, interrompido aos 18 anos, com vistas a realização da genitoplastia. Bahia, no período que as autoras realizam a etnografia, estava com 23 anos de idade e informou-lhes que seu retorno ao hospital, para

tratamento e procedimento cirúrgico, tinha relação com sua intenção de alteração dos seus documentos civis. Ao realizar a genitoplastia masculinizante na idade adulta, para as autoras e o autor, Bahia apresenta uma história de resistência – ele se recusou a tomar hormônios femininos aos 12 anos, e, aos 18 negou-se a realizar a cirurgia masculinizante. O retorno ao tratamento, descrito no artigo, é marcado por experiências que o/a permitiram tomar a decisão sobre o seu corpo e a sua identidade de gênero.

Lima, Machado e Pereira (2017) descrevem diversas situações em que “[...] os profissionais de saúde, os funcionários do hospital com os quais Bahia interagia, tentavam, o tempo todo, eliminar a ‘ambiguidade’ que nele percebiam” (p. 23), ele “[...] abala os modelos preestabelecidos de resistência ou, pelo menos, apresenta outras possibilidades de pensá-los, mostrando que existem outras formas de lidar com a exclusão e com os processos de abjeção que se distanciam dos modelos de resistência heroica” (p. 27). As autoras concluem que a linguagem adotada nos ambientes hospitalares reforça a urgência de superar a abordagem da intersexualidade como problema, sendo urgentes a superação das intervenções com exclusiva finalidade de promoção da normalização dos corpos, assentando cada sujeito à definição de um único sexo e a uma das identidades binárias de gênero – ou homem ou mulher.

Pires, B.G. (2018) descreve o acompanhamento do caso de três pacientes intersexo em três hospitais públicos de alta complexidade, na cidade do Rio de Janeiro, na qual relata “as assunções da ‘diferença’ no que tange à experiência da intersexualidade [...] a partir da dinâmica ‘médico-paciente’ em espaços hospitalares” (p. 3). A autora discute como as ciências médicas atualizam suas técnicas a fim de assegurar as verdades relativas ao sexo, no caso de pessoas intersexo. Nesse contexto, discute o que chama de veridicção da intersexualidade, assentada em pressupostos foucaultianos. A principal conclusão da autora é que “[...] marcar quem pode ser ‘homem’ e quem pode ser ‘mulher’ ainda é, para muitas pessoas e em muitos lugares, uma necessidade compartilhada para a plena inserção na vida social” (p. 37).

Cherro (2011) realizou a análise do filme *XXY*, problematizando os conceitos gênero, corpo, sexualidade, identidade, a partir da introdução de outros, principalmente, o de estigma. A autora, assentada em pensadoras como Butler e Scott, conclui que o filme ilustrou a impossibilidade de os *não normais* viverem sem serem submetidos a múltiplas violências e se assumirem sem introjetar uma ideia social e transformá-la em um estigma para suas vidas.

Os artigos que identificamos inscrevem-se em campos acadêmicos de vertente crítica aos modelos diagnósticos do tratamento precoce. Em sua maioria, localizam-se no campo dos Estudos de Gênero e fazem usos das contribuições dos estudos de Michel Foucault para analisar e problematizar o modo como os discursos sobre a intersexualidade têm operado na constituição

de subjetividades no tempo presente. Os debates contemporâneos críticos, em torno do tema, buscam, conforme consta na apresentação do *e-book* publicado pela Associação Brasileira de Estudos de Homocultura (ABEH)¹⁰⁶,

[...] desconstruir a naturalização das questões intersexo, questionar a patologização e as intervenções biomédicas precoces, não consentidas e mutiladoras a que são submetidas as pessoas intersexo, assim como abordar a intersexualidade como um objeto de estudo e prática política múltiplo, situado e complexo, que envolve uma série de disputas em torno do corpo sexuado (IRINEU et al., 2021, p. 41).

As disputas em torno do corpo sexuado são evidenciadas nos artigos analisados, que mesmo tendo explorado a temática por diferentes abordagens, convergiram para a crítica à urgência contemporânea do enquadramento das variações anatômicas genitais em um padrão dicotômico e binário calcado na diferença sexual e na força exercida pelo discurso médico sobre essas existências. As discussões apontadas pelos artigos nos permitem pensar que há uma urgência da visibilidade e aproximação das situações vividas por pessoas com corpos marcados pela intersexualidade e a Biologia escolar, uma vez que nesta é exigida a necessária articulação entre saberes científicos e saberes cotidianos, sociais e culturais; entre formação e vida; entre conhecimentos escolares, científicos e direitos humanos.

Diante dessa polifonia de vozes e escritas que têm se debruçado sobre diversos aspectos relativos à intersexualidade, deparamo-nos com a ausência de discussões específicas sobre os ditos e não ditos da intersexualidade, do corpo intersexo no livro didático de Biologia, o que evidencia uma lacuna e ausência no campo da pesquisa em educação e da educação em Ciências - ensino de Biologia, no Brasil, o que justifica e coloca como urgência, a nosso ver, pesquisas como essa que desenvolvemos.

Entendemos, entretanto, que investigações realizadas em nosso país, no âmbito das Ciências Humanas e na interface destas com as Ciências da Saúde, sobre a intersexualidade, dão suporte para a problematização e criações acerca, não apenas, do livro didático, do ensino de Biologia, da educação em geral. Elas podem contribuir para conferirmos sentidos de humanidades múltiplas na abordagem dos corpos (SILVA, 2019), em geral, representados como massas inertes e desconectadas dos aspectos sociais, culturais e políticos. O que significa dizer que nosso pressuposto político-acadêmico é o de que a Biologia escolar e as produções que dela dispõem tem lugar no processo de consolidação e eliminação de formas preconceituosas e violentas sobre os corpos e organismos humanos e não humanos. Cabe-nos,

¹⁰⁶ O e-book apresenta todos os trabalhos completos apresentados no X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero. A citação consta quando os autores na apresentação fazem menção ao Simpósio temático Intersexualidades e o corpo sexuado em disputa: normatividades, intervenções e resistências.

portanto, pensar a Educação e a Biologia escolar de modo multirreferenciado e interconectado às diversas ciências e culturas.

4 TRAÇADO METODOLÓGICO

Nessa investigação, pretendemos problematizar os ensinamentos e saberes sobre corpo intersexo e intersexualidade presentes em livros didáticos de Biologia, bem como as possíveis resistências às redes de poder-saber que permeiam estes corpos. Para isso, assumimos como referência os Estudos Feministas e de Gênero articulados à teorização foucaultiana. Elegemos como fontes de informações as três coleções de livros didáticos de Biologia mais adotadas no Brasil – Manual do/a professor/a, aprovadas no PNLD 2012, 2015 e 2018¹⁰⁷ (Quadro 5).

A nossa compreensão de livro didático assenta-se na ideia de que este é, ao mesmo tempo, um documento, um dispositivo e uma produção cultural, sem o abandono da ideia de que ele também é uma mercadoria, um produto do mercado. Para tanto, consideramos acepções de autores e autoras dos campos críticos e pós-críticos da educação e das Ciências Humanas em geral (MIRANDA; DE LUCA, 2004; LE GOFF, 2013; SILVA; PARREIRA, 2013; GONÇALVES, 2017) entre outros/as.

4.1 Pressupostos teórico metodológicos

Cellard (2020), ao detalhar a pesquisa documental ressalta o papel do documento escrito como fonte preciosa nas pesquisas em Ciências Sociais, sendo insubstituível em qualquer reconstrução do passado relativamente distante ou recente. Salienta que todos os vestígios do passado que possam servir de testemunho, são tidos como fontes, de natureza variada (iconográfica, cinematográfica, objetos do cotidiano, elementos folclóricos, relatório de entrevista, anotações de observações). No entanto, o autor opta por considerar como documento “todo texto escrito, manuscrito ou impresso, registrado em papel [...] que [...] são exploradas – e não criadas – no contexto de um procedimento de pesquisa” (CELLARD, 2020, p. 297).

Em Jacques Le Goff (2013), a noção de documento dialoga com a ideia de monumento numa perspectiva bastante aproximada do pensamento do filósofo Michel Foucault. Le Goff, defende que a noção de documento deriva de construções sociais, ao longo da história, resultando de uma montagem, sendo testemunha de um tempo, num esforço das sociedades históricas para imprimir no futuro determinada imagem de si próprias.

Entendemos que a noção de documento do historiador pode, guardando as devidas ressalvas dos campos de conhecimentos, ser transposta para o campo da Educação, em particular, para dizermos do que e de como podemos pensar o livro didático. Neste movimento,

¹⁰⁷Onze é o número total de coleções diferentes que participou dos três editais. Nem todas estiveram presentes nas três edições do PNLD.

ao tomarmos o livro didático também como documento, o afirmamos como marcado por um tipo de conhecimento particular, o conhecimento escolar. Ele é, sem dúvida, um tipo de livro implicado com a perspectiva histórica – tanto a escolar quanto das áreas científicas de referências das disciplinas escolares. Desse modo, afirmamos que o livro didático de Biologia carrega os vestígios da produção do campo do conhecimento biológico, da cultura (inclusive a pedagógica e escolar), do tempo histórico e da sociedade de sua produção, por meio das diversas montagens e remontagens das quais ele resulta. Também carrega os vestígios do que foi e do que pode ser concebido, na escola, como testemunho histórico da produção científico-escolar. Um testemunho que alia o que foi e o que tem sido produzido e divulgado em nome das Ciências Biológicas.

Quanto à análise deste documento, Le Goff (2013) adverte-nos que “só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (p. 536). Essa pressuposição vai ao encontro do que foi proposto por Foucault (2008b), que considera que o documento não é uma matéria inerte, localizando o/a pesquisador/a como um arqueólogo do saber, que cava para além da superfície dos discursos, desmonta e reorganiza informações que ele carrega, na tentativa de decifrar as pistas, os vestígios nele deixados e/ou que o constituem. Neste sentido, sendo o documento uma produção humana historicamente e socialmente localizada, todo documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, de modo que analisá-lo como monumento passa também por mostrar em que medida ele pode ser instrumento de poder.

Assim, o livro didático é, na presente pesquisa, tomado como documento na acepção dos autores referidos no parágrafo anterior. Considerando outras pesquisas realizadas por nosso grupo de pesquisa, tomamos o livro didático de Biologia também como dispositivo (SILVA; PARREIRA, 2013). Adotados amplamente no contexto escolar, eles carregam em seu bojo um conjunto de saberes, ferramentas e normas que produzem a Biologia escolar.

Assim, nos dispusemos a empreender um modo de análise dos livros didáticos de Biologia que mostre o seu funcionamento. Desse modo, nos propusemos a um movimento de pesquisa em que nos apropriemos

dos territórios teóricos e com eles estabeleçamos interlocuções, ao mesmo tempo em que vamos reelaborando teorias. Tais movimentos implicam em pôr os conceitos a funcionar, estabelecendo ligações possíveis entre eles, encaixando aqueles que têm serventia para o problema (CORAZZA, 2002, p.119).

Em consonância com as perspectivas teóricas que nos orientam, buscamos maneiras de olhar para as informações acerca da intersexualidade e dos corpos intersexo nos livro didático de Biologia, histórica e politicamente localizadas.

4.2 Seleção das coleções

Na seção 2.4 deste texto, discorreremos sobre aspectos organizacionais e históricos do PNLD de forma mais detalhada. No entanto, faremos aqui uma breve contextualização relativa às etapas do processo, desde o lançamento do edital de inscrição e avaliação pedagógica dos livros didáticos até a sua utilização, por estudantes e docentes, na escola (Figura 5). Cabe informar que o processo que descreveremos a seguir refere-se ao que aconteceu nos editais do PNLD de 2012, 2015 e 2018.

Figura 5 - Fluxograma das etapas do PNLD



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir de informações disponíveis no site do FNDE, vinculado ao MEC, em: <https://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 05 de dezembro de 2021.

O lançamento e publicação do edital de inscrição e seleção de obras didáticas é uma ação de responsabilidade conjunta do Ministério da Educação (MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). No edital, são definidas as características das obras, especificações técnicas e pedagógicas e prazos do processo de submissão, avaliação, seleção e distribuição dos livros nas escolas. A inscrição das obras, por parte de autores/as e editoras, deve atender à legislação educacional, às orientações e critérios definidos pelo edital. A avaliação pedagógica, nas edições do PNLD investigadas nessa pesquisa, acontecia após o processo de submissão das obras e era conduzida por uma comissão técnica nomeada pelo MEC, formada por professores/as e especialistas que atuavam em universidades públicas e na

educação básica, com o objetivo de avaliação da qualidade e adequação pedagógica, em conformidade com os critérios expostos em cada edital do PNLD. Após a avaliação, as obras que não estivessem de acordo com os critérios previstos no edital, eram reprovadas, e, somente as aprovadas, seguiam para a etapa de escolha e distribuição nas escolas.

As coleções de livros didáticos de Biologia aprovadas pelos editais do PNLD nos anos de 2012, 2015 e 2018 estão especificadas no Quadro 5, sendo que sete delas se mantiveram em todas as três edições – C1; C2; C4; C5; C6; C7 e C8.

Quadro 5 - Coleções de livros didáticos de Biologia que foram aprovadas pelo PNLD 2012, 2015 e 2018

Coleção	Autoras/es	Editora	PNLD		
			2012	2015	2018
(C1) Bio	Sérgio Rosso Sônia Lopes	Saraiva	x	x	x
(C2) Biologia	César da Silva Júnior Sézar Sasson Nelson Caldini Júnior	Saraiva	x	x	x
(C3) Biologia	Antônio Pezzi Demétrio Gowdak Neide Simões de Mattos	FTD	x		
(C4) Biologia para a Nova Geração	Vívian L. Mendonça	Editora Nova Geração	x	x	x
(C5) Biologia	Gilberto Rodrigues Martho José Mariano Amabis	Moderna	x	x	x
(C6) Biologia Hoje	Fernando Gewandsnajder Sérgio de Vasconcellos Linhares Helena Pacca	Ática	x	x	x
(C7) Novas Bases da Biologia	Nélio Bizzo	Ática/Ibep	x	x	x
(C8) Ser Protagonista – Biologia	Diversos/as	Edições SM	x	x	x
(C9) Biologia Unidade e Diversidade	José Arnaldo Favaretto	Editora Saraiva		x	x
(C10) Conexões Com a Biologia	Rita Helena Bröckelmann	Editora Moderna		x	x
(C11) #Contato Biologia	Leandro Godoy Marcela Ogo	Quinteto			x

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas no Guia de Livros Didáticos de Biologia PNLD 2012, 2015 e 2018.

As obras aprovadas eram resenhadas pela comissão de avaliação e estas resenhas compunham os Guias do PNLD (BRASIL, 2011, 2014, 2017c). Estes Guias eram disponibilizados a docentes para auxiliar na etapa de escolha da obra a ser adotada na escola,

pela equipe de docentes. Os/as professores/as de cada disciplina escolar realizavam a escolha da coleção didática, entre o conjunto das obras aprovadas na etapa de avaliação do edital do PNLD, e encaminhavam à equipe gestora da sua escola a primeira e a segunda opção, para que a direção informasse, no sistema do FNDE, as indicações de cada grupo de disciplina.

Após a etapa da escolha da obra/coleção didática, o FNDE/MEC realizava a negociação com as editoras e a assinatura dos contratos, uma etapa centralizada no FNDE, a partir da definição da quantidade de obras a ser adquirida, com base no Censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A partir da assinatura dos contratos, as editoras iniciavam o processo de produção gráfica dos livros didáticos, que envolvia a impressão e o acabamento de todas as obras adquiridas, em conformidade ao que foi determinado pelo edital. Concluído esse processo, passava-se à etapa da distribuição das obras pelo FNDE, que era via agência dos Correios, para todas as escolas cujos estados realizavam a adesão ao PNLD. Desse modo, uma das obras, selecionadas pelos/as docentes, chegava a cada escola, que repassava a estudantes e professores/as. A coleção permanecia pelo período de três anos na escola, e o processo tinha um novo ciclo.

Após a distribuição dos livros didáticos, era possível a realização de consulta pública, via portal do FNDE¹⁰⁸, da planilha contendo o quantitativo total de livros distribuídos em todo o país, tanto o número de livros de estudante quanto o número de livros destinados ao/à docente (Manual do Professor). Como os dados referentes ao PNLD 2018 não estavam disponíveis até a data de produção dessa seção, tomamos os dados indicados por Carmo (2019)¹⁰⁹ e os dados disponíveis no portal do FNDE, para identificarmos as coleções mais distribuídas nas escolas públicas brasileiras de ensino médio, nos anos de 2012, 2015 e 2018 (Quadro 6).

Quadro 6 - Ordem de distribuição, das coleções de livros didáticos de Biologia aprovadas nos editais do PNLD 2012, 2015 e 2018, para escolas públicas brasileiras de Ensino Médio

Ordem de distribuição das Coleções	TÍTULO DA COLEÇÃO/AUTORES(AS)/EDITORA		
	2012	2015	2018
1º	Biologia/ Gilberto Rodrigues Martho; José Mariano Amabis/	Biologia Hoje/ Fernando Gewandsnajder;	Biologia Moderna / Gilberto Rodrigues Martho; José Mariano Amabis/

¹⁰⁸ Consulta disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos-anos-anteriores>.

¹⁰⁹ A pesquisadora solicitou os dados “[...] pelo portal do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), vinculado à Controladoria Geral da União (CGU), órgão do Governo Federal” (CARMO, 2019, p. 43), obtendo resposta em um prazo de 20 dias.

	Editora Moderna	Sérgio de Vasconcellos Linhares/ Editora Ática	Editora Moderna
2°	Bio/ Sérgio Rosso Sônia Lopes/ Editora Saraiva	Biologia em Contexto/ Gilberto Rodrigues Martho; José Mariano Amabis/ Editora Moderna	Biologia Hoje / Fernando Gewandsnajder; Sérgio de Vasconcellos Linhares; Helena Pacca/ Editora Ática
3°	Biologia Hoje/ Fernando Gewandsnajder; Sérgio de Vasconcellos Linhares/ Editora Ática	Biologia/ Vivian Lavander Mendonça/ Editora AJS	Bio/ Sérgio Rosso Sônia Lopes/ Editora Saraiva
4°	Biologia/ Antônio Pezzi Demétrio Gowdak Neide Simões de Mattos/ Editora FTD *	Bio/ Sérgio Rosso Sônia Lopes/ Saraiva	Conexões com a Biologia/ Eloci Peres Rios; Miguel Thompson/ Editora Moderna*
5°	Biologia/ César da Silva Júnior; Sézar Sasson; Nelson Caldini Júnior/ Editora Saraiva	Ser Protagonista/ Márcia Regina Takeuchi; Tereza Costa Osorio/ Editora SM**	Ser Protagonista/ Diversos/as autores/as/ Editora SM
6°	Ser Protagonista/ Diversos/as autores/as/ Editora SM	Biologia/ César da Silva Júnior Sezar Sasson Nelson Caldini Júnior/ Editora Saraiva	#Contato Biologia/ Leandro Godoy Marcela Ogo/ Editora Quinteto*
7°	Biologia para a nova geração/ V. Mendonça; J. Laurence/ Editora Nova Geração	Conexões Com a Biologia/ Rita Helena Bröckelmann/ Editora Moderna*	Biologia/ Caldini César Sezar/ Saraiva
8°	Novas Bases da Biologia/ Nélio Bizzo/Ática	Novas Bases Da Biologia/ Nélio Marco Vincenzo Bizzo/ Editora Ática	Biologia/ Vivian L. Mendonça/ AJS
9°	---	Biologia Unidade e Diversidade/ José Arnaldo Favaretto/ Editora Saraiva	Biologia - Unidade e Diversidade/ José Arnaldo Favaretto/ Ftd
10°	---	---	Integralis - Biologia: Novas Bases/ Nélio Bizzo/ Ibep

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações disponíveis no site do FNDE e na pesquisa de Carmo (2019).

*Coleções que não participaram dos três editais

A partir das informações que sistematizamos no quadro 6, verificamos que três coleções permaneceram entre as cinco mais adotadas no Brasil, nas edições do PNL D 2012, 2015 e 2018.

Ao consultarmos os dados estatísticos disponibilizados pelo portal do FNDE e por Carmo (2019), constatamos ainda que, nos três certames, a distribuição dessas três coleções somadas, equivale a mais de 50% das escolhas e distribuição de livros didáticos de Biologia no país, correspondendo à maioria dos livros que estão presentes nas escolas brasileiras¹¹⁰. Na subseção a seguir, descrevemos as coleções fontes deste estudo.

4.2.1 As coleções analisadas, endereçamento e a autoria

As coleções que constituem nossa fonte de pesquisa são as seguintes: *Biologia/Biologia em Contexto/ Biologia Moderna*, de autoria de Gilberto Rodrigues Martho e José Mariano Amabis, produzidas pela Editora Moderna; *Biologia Hoje*, de autoria de Fernando Gewandsnajder e Sérgio de Vasconcellos Linhares nas edições de 2012 e 2015 e coautoria de Helena Pacca na edição de 2018, pela Editora Ática; e a coleção *Bio*, produzida pela Editora Saraiva, com autoria de Sérgio Rosso e Sônia Lopes (Quadro 7).

No caso das três edições que selecionamos para nossa análise, elas são de caráter seriado, ou seja, cada coleção é organizada em três volumes, e, cada um deles é destinado a uma das séries do Ensino Médio (1ª, 2ª ou 3ª série). Os livros didáticos são distribuídos às escolas para o início do ano letivo seguinte às escolhas, ou seja, no PNLD 2012, chegaram às escolas para o início do ano letivo de 2013, do PNLD 2015, para o início do ano letivo de 2016 e, no caso do PNLD 2018, para o início do ano letivo de 2019. Como cada ciclo foi equivalente a três anos, entre os anos de 2013 e 2021 (9 anos letivos), as três coleções foram as mais adotadas pelas escolas de todo o país, e divulgaram modos específicos de aprender e de ensinar Biologia.

As coleções aprovadas em edital no ano de 2007 não foram incluídas na pesquisa, pois essa foi a única edição na qual foram distribuídos livros de volume único e nesse ano ainda não havia sido estruturado o PNLD¹¹¹. O edital do PNLD 2021 sofreu mudanças significativas em sua forma de organização, e, considerando, o prazo de qualificação e defesa da tese, não foi possível a inclusão dos livros didáticos do referido edital. De outra parte, os livros didáticos ainda não estavam disponíveis para a análise por parte de docentes e pesquisadores/as no momento das análises¹¹².

¹¹⁰ No PNLD 2012, a soma da tiragem das três coleções foi equivalente a 61,36% do total; na edição de 2015, a soma das três coleções correspondeu a 56,35% do total da tiragem de livros de Biologia. Já no PNLD 2018, a soma das três coleções foi igual a 55,73% do total dos livros de Biologia distribuídos nas escolas brasileiras (Carmo, 2019; FNDE).

¹¹¹ O detalhamento sobre as fases que antecederam o PNLD está organizado na Subseção 2.4 desse texto.

¹¹² As análises aqui apresentadas foram realizadas entre os meses de agosto de 2020 e maio de 2021. Os livros didáticos do PNLD 2021 começaram a ser distribuídos nas escolas a partir do mês de junho de 2021.

Para nós, os livros didáticos “não são objetivos ou factuais, mas produtos culturais que devem ser entendidos como o resultado complexo de interações mediadas por questões econômicas, sociais e culturais” (MACEDO, 2004, p. 106). Desse modo, os/as autores/as são vinculados/as a grupos editoriais que atendem a interesses mercadológicos, visto que tais editoras que “se consolidaram na década de 1970, beneficiadas notadamente pelo aumento do alunado da rede pública, em face dos investimentos do Estado na educação, visando à ampliação do acesso, no período ditatorial” (CASSIANO, 2013, p. 154). Além disso, no caso dos livros submetidos e aprovados pelo PNLD, as editoras atendem, em geral, aos critérios estabelecidos pelos editais, e produzem-nos de modo endereçado a pessoas que cursam e atuam como professoras e professores no ensino médio, em escolas públicas no Brasil.

Os livros que elegemos como fontes de nossa pesquisa foram endereçados a um grupo de pessoas que estavam na escola de nível médio, no primeiro quartil do século XXI, nomeadas nesse espaço-tempo como adolescentes. Eles também foram endereçados a professores/as de Biologia do século XXI. Macedo (2004, p. 108) ao falar dos modos de endereçamento das obras didáticas a um público específico, ressalta que se trata de um “[...] público que não pode ser claramente mapeado, mas que é imaginado e desejado pelo produtor”. Em vista disso, buscamos pelas pistas que nos permitiriam perceber que sujeito adolescente e que sujeito professor/a as obras desejaram, e que saberes sobre corpos intersexo e intersexualidade elas colocaram em funcionamento.

O modo de endereçamento de um livro didático, já é configurado em sua porta de entrada: as capas. Nelas, está inscrito aquilo que vai sendo carregado para o que, na cultura escolar, se identifica como próprio da disciplina ou área da Biologia, em nosso caso. Dessa maneira, os livros didáticos tomados para análise apresentam, como também livros de outros campos disciplinares, uma produção imagética que educa o olhar de professoras e professores, de alunas e alunos para o reconhecimento direto do que seja um livro didático de Biologia, de uma determinada série ou nível de ensino. Destacamos assim que o endereçamento é um ato também educativo, pedagógico, formativo, por meio do qual sujeitos, campos disciplinares e instituições são produzidas. Os livros que analisamos, serializados, são organizados por temas advindos dos campos dos conhecimentos biológicos que foram tornados ensináveis, e, lançam os/as leitores/as, por meio imagético, ao que pode ser reconhecido, no espaço escolar, como Biologia.

Na descrição de cada coleção, a seguir, apresentaremos as capas (Quadros 7, 9 e 11), dados das autoras/es e os títulos dos capítulos analisados de cada coleção (Quadros 8, 10 e 12). Para a seleção dos capítulos a serem analisados, realizamos a leitura atenta e minuciosa dos

temas *Reprodução dos animais e Genética* (neste último, especificamente, os capítulos sobre a determinação genética do sexo). A opção pela busca do corpo intersexo e da intersexualidade nestes temas se justifica pelo fato de que são neles que, historicamente, a Biologia escolar aponta para as explicações (verdades) sobre sexo-corpo-sexualidade-intersexualidade.

4.2.1.1 - A coleção Bio

A Coleção *Bio*, (LOPES; ROSSO, 2010 a,b,c,d; 2013, a,b,c, 2016, a,b,c¹¹³), publicada pela Editora Saraiva Educação, tem como autores Sônia Lopes e Sérgio Rosso e suas imagens de capa, em cada volume e edição estão dispostas no Quadro 7.

Quadro 7 - Capas dos livros didáticos que compõem a Coleção *Bio*

		PNLD/ANO		
		2012	2015	2018
Coleção Bio				
				

¹¹³ Como os livros didáticos são editados antes do ano de vigência do PNLD, quando fizermos referência a cada livro didático especificamente, nesta será indicada a data de edição do mesmo, o que não coincide com o ano de publicação dos editais do PNLD, a saber: 2012, 2015 e 2018. Dito de outro modo, os livros didáticos que participaram do edital de 2012 foram editados em 2010; os que participaram do edital de 2015, foram editados em 2013 e os que participaram do processo em 2018, foram editados em 2016.



Fonte: Capas dos livros didáticos selecionados para pesquisa. Elaboração da autora.

A coleção segue o mesmo padrão de apresentação das capas, nas três edições. Graficamente, o título da coleção é colocado em destaque, com letras em caixa alta, em tamanho maior em relação aos dados da autoria e da indicação da série/volume. Na edição de 2012, o título é posicionado no centro da capa e no canto superior esquerdo nas edições de 2015 e 2018. Além do título e dados de autoria e identificação, a capa é composta por uma imagem de fundo relacionada às temáticas abordadas em cada volume. Dos nove livros, sete colocam em foco nas fotografias espécimes do reino animal, não havendo figuras humanas em nenhuma delas.

A autora Sônia Godoy Bueno Carvalho Lopes é bacharela e licenciada em Ciências Biológicas, mestra em Oceanografia e doutorado em Zoologia pela Universidade de São Paulo. Além da autoria de livros didáticos para a educação básica e cursos superiores na área de licenciatura, atuou como professora e pesquisadora no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, em linhas de pesquisa nas seguintes áreas: Biologia Marinha, com moluscos bivalves, e em Ensino de Ciências e de Biologia. O autor Sérgio Rosso é graduado e mestre em Ciências Biológicas e doutor em Ciências (Zoologia), também pela Universidade de São Paulo. Atuou como docente no Departamento de Ecologia do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, onde ministrou disciplinas nas áreas de Ecologia, estatística, tratamento de dados em pesquisas biológicas e técnicas pedagógicas, em níveis de graduação e pós-graduação. A autora e o autor são aposentados da USP desde o ano de 2017¹¹⁴.

Nesta coleção, foram analisados de modo detalhado os capítulos que constam no Quadro 8, que abordam temáticas relacionadas à reprodução humana e determinação genética do sexo, conforme os critérios estabelecidos no decorrer da pesquisa.

¹¹⁴ As informações foram levantadas a partir da Plataforma Lattes, onde a autora e o autor declararam suas atividades profissionais e acadêmicas. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4508121998336607>; <http://lattes.cnpq.br/0771449515557257>. Acesso em: 24 fev. 2021.

Quadro 8 - Capítulos da Coleção *Bio* analisados

2012	Vol 1	Cap 12: Núcleo, divisões celulares e reprodução
	Vol 2	Cap 1: Reprodução humana Cap 2: Embriologia humana Cap 10: Outros mecanismos de herança
	Vol 3	----
2015	Vol 1	Cap 12: Núcleo, divisões celulares e reprodução
	Vol 2	Cap 1: Reprodução e desenvolvimento embrionário humano Cap 8: Outros mecanismos de herança
	Vol 3	-----
2018	Vol 1	Cap 12: Núcleo, divisões celulares e reprodução
	Vol 2	-----
	Vol 3	Cap 1: Reprodução e desenvolvimento embrionário humano Cap 8: Outros mecanismos de herança

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas nas coleções de livros didáticos de Biologia PNL D 2012, 2015, 2018.

A distribuição dos capítulos nos volumes da coleção passou por alterações, sobretudo no que se refere ao capítulo que trata sobre a reprodução humana, que esteve presente no volume 1 da edição de 2012 e no volume 3 nas edições de 2015 e 2018. O mesmo ocorreu com o capítulo intitulado Outros mecanismos de herança que, em 2012 e 2015 compôs o volume 2 e passou a compor o volume 2 na edição seguinte. O único capítulo que esteve no mesmo volume nas três edições foi o que trata sobre o núcleo celular. Mesmo que tenha havido alterações na ordem de distribuição dos capítulos, as temáticas abordadas pelos capítulos com o mesmo título mantiveram-se alteradas nas três edições, o que permitiu uma análise comparativa das mesmas.

4.2.1.2 – A coleção *Biologia Hoje*

A Coleção *Biologia Hoje* (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010, a,b,c; 2013, a; LINHARES; GEWANDSZNAJDER e PACCA, 2016, a,b,c) tem como autores Sérgio Linhares e Fernando Gewandsznajder nas edições de 2010 e 2013, com a participação de Helena Pacca na edição de 2016 e foi produzida pela Editora Ática (Quadro 9). Sérgio Linhares é licenciado em História Natural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e foi professor de Biologia Geral na Universidade do Brasil (atual UFRJ) e no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro¹¹⁵. Fernando Gewandsznajder é licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; mestre em Educação pela Fundação Getúlio Vargas e em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui Doutorado em Educação pela

¹¹⁵ Informações disponibilizadas nos livros didáticos de sua autoria, não tendo sido localizados maiores detalhes referentes à sua formação na Plataforma Lattes.

Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autor de livros didáticos de Biologia e Ciências e de livros de metodologia científica para o ensino superior. Helena Pacca é bacharel e licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo e mestranda em Ensino de Ciências na Pós-Graduação Interunidades da Universidade de São Paulo, com foco de pesquisa em Educação Ambiental e participa de projetos de consultoria ambiental, auxiliando na investigação de impactos ambientais¹¹⁶.

Quadro 9 - Capas dos livros didáticos que compõem a Coleção *Biologia Hoje*

		PNLD/ANO		
		2012	2015	2018
Coleção Biologia Hoje				
				
				

¹¹⁶ As informações foram levantadas a partir da Plataforma Lattes, onde o autor e a autora declararam suas atividades profissionais e acadêmicas. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5065019882649438>; <http://lattes.cnpq.br/1853020743499009>. Acesso em: 21 dez. 2021.

Fonte: Capas dos livros didáticos selecionados para pesquisa. Elaboração da autora.

Assim como a coleção *Bio*, a coleção *Biologia Hoje* também não trouxe figuras humanas em suas capas, trazendo representações variadas de animais não humanos, plantas, estruturas celulares e moleculares, sendo que uma das capas traz a ilustração de um embrião de mamífero, trazendo elementos relacionados à temática da reprodução para um lugar de centralidade na coleção. O título da coleção aparece sempre em posição de destaque, com maior ênfase na coleção de 2015, que traz as figuras ilustrativas em segundo plano. Nessa coleção, os nomes dos autores aparecem com letras bem menores em relação ao título da coleção. Os capítulos analisados de modo detalhado na coleção *Biologia Hoje* estão dispostos no Quadro 10.

Quadro 10 - Capítulos da Coleção *Biologia Hoje* analisados

2012	Vol 1	Cap 15: Alterações cromossômicas Cap 16: Reprodução
	Vol 2	---
	Vol 3	Cap 7: Sexo e herança genética
2015	Vol 1	Cap 15: Alterações cromossômicas Cap 16: Reprodução
	Vol 2	---
	Vol 3	Cap 7: Sexo e herança genética
2018	Vol 1	Cap 12: Reprodução
	Vol 2	---
	Vol 3	Cap 6: Sexo e herança genética

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas nas coleções de livros didáticos de Biologia PNLD 2012, 2015, 2018.

Nessa coleção, a distribuição dos capítulos em cada volume não foi alterada nas três edições analisadas. A única alteração que foi observada por nós, está relacionada a um capítulo intitulado *Alterações cromossômicas*, que está presente nas edições de 2012 e de 2015 e foi suprimido na edição de 2018.

4.2.1.3- A coleção *Biologia/Biologia em Contexto/Biologia Moderna*

A coleção de autoria de Gilberto Rodrigues Martho e José Mariano Amabis publicada pela Editora Moderna (AMABIS; MARTHO, 2010; 2013 a,b; 2016 a,b,c), sofreu alterações apenas no título, pois manteve a mesma organização das temáticas e capítulos em todas as edições: em 2010 foi intitulada *Biologia*; em 2013, *Biologia em Contexto*, e em 2016, *Biologia Moderna*, sem alteração no conteúdo das edições. As capas de todos os livros das coleções analisadas estão apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11 - Capas dos livros didáticos que compõem a Coleção *Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna*

	PNLD/ANO		
	2012	2015	2018
Coleção <i>Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna</i>			

Fonte: Capas dos livros didáticos selecionados para pesquisa. Elaboração da autora.

Gilberto Rodrigues Martho é licenciado e bacharel pelo Instituto de Biociências da USP, tendo experiência na área de Biologia Geral, com ênfase em Genética e Evolução. José Mariano Amabis possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo, mestrado e doutorado em Ciências Biológicas (Genética) pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Genética, com ênfase em Genética Animal¹¹⁷. Seguindo ao mesmo padrão das duas

¹¹⁷ As informações foram levantadas a partir da Plataforma Lattes, onde os autores declararam suas atividades profissionais e acadêmicas. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1407483929716584>; <http://lattes.cnpq.br/3403300887050933>. Acesso em: 21 dez. 2021.

outras coleções analisadas, não há seres humanos na composição das capas dos livros, fato que nos movimenta a pensar que a Biologia escolar produz uma noção de ser humano deslocado do que se convencionou chamar de natureza. Mais uma vez, animais não humanos e plantas ilustram as capas, que trazem o título da coleção em destaque, sendo que a edição de 2018 é a única, dentre as analisadas, em que não há alteração na imagem da capa nos três volumes. Os títulos dos capítulos analisados de forma detalhada estão contidos no Quadro 12.

Quadro 12 - Capítulos da Coleção *Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna* analisados

2012	Vol 1	Cap 7: Núcleo e cromossomos 7.3- Cromossomos humanos Cap 14: Reprodução humana Cap 15: Noções de embriologia animal Cap 16: Desenvolvimento embrionário de mamíferos
	Vol 2	----
	Vol 3	Cap 4: Genética relacionada ao sexo e ligação gênica
2015	Vol 1	Cap 12: Núcleo, cromossomos e divisão celular
	Vol 2	Cap 1: Tipos de reprodução, meiose e fecundação Cap 2: Desenvolvimento embrionário animal Cap 3: Reprodução humana Cap 6: Herança e sexo
	Vol 3	----
2018	Vol 1	Cap 6: Núcleo celular, mitose e síntese de proteínas Cap 9: Tipos de reprodução, meiose e fecundação Cap 10: Desenvolvimento embrionário animal Cap 11: Reprodução humana
	Vol 2	----
	Vol 3	Cap 3: Herança e sexo

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações obtidas nas coleções de livros didáticos de Biologia PNL D 2012, 2015, 2018.

Nessa coleção, assim como na coleção *Bio*, houve alteração na distribuição dos capítulos nos volumes, nas três coleções, com junção de alguns, numa evidente tendência de enxugamento de informações e ilustrações ao longo do tempo.

Em um primeiro movimento de leitura, nos deparamos com uma tendência de apagamento e invisibilidade de corpos não respondentes à norma binária estabelecida. No entanto, após um mergulho nessas produções, e a partir da perspectiva analítica que nos orienta, foi possível identificar que o livro didático de Biologia ensina sobre intersexualidade¹¹⁸, mesmo

¹¹⁸Nesse momento, salientamos que as pautas que envolvem a intersexualidade no Brasil passaram a ter maior visibilidade a partir de 2018, quando foi fundada a ABRAI (Associação Brasileira Intersexo), que tem como slogan “mudar as sociedades, não os corpos intersexo”. As edições analisadas foram editadas nos anos: 2010, 2013 e 2016, período em que as discussões sobre a intersexualidade no Brasil, impulsionadas pelo movimento ativista, ainda eram incipientes.

não adotando tal termo, considerando que “[...] as palavras se acompanham de silêncio e são elas mesmas atravessadas de silêncio” (ORLANDI, 2005, p. 83). E o faz, predominantemente a partir de uma noção assentada na heteronormatividade e no discurso biomédico binário de determinação do sexo. Desse modo, a intersexualidade não foi localizada como uma possibilidade de existência humana fora do campo da anormalidade.

4.2.2 Contexto de produção da pesquisa

Vinculada a um grupo de pesquisa que promove interlocuções entre Corpo, Gênero, Sexualidade e Educação, esta investigação se ocupa em “[...] descrever e problematizar processos por meio dos quais significados e saberes específicos são produzidos, no contexto de determinadas redes de poder, com certas consequências para determinados indivíduos e/ou grupos” (MEYER, 2014, p. 53) e se estruturou nas seguintes etapas não lineares nem hierarquizadas: (i) estabelecimento do contato da pesquisadora com o arcabouço teórico que sustenta a investigação; (ii) levantamento de informações sobre o tema em eventos científicos, artigos, teses e dissertações; (iii) seleção dos documentos de análise (coleções de livros didáticos de Biologia) e busca por esses materiais; (iv) definição do recorte de análise; (v) análises preliminares; (vi) análise detalhada.

O empreendimento de busca pelos livros didáticos para a análise foi realizado no mês de agosto de 2020, ainda durante a escalada dos casos de Covid-19 no estado de Goiás, Minas Gerais e em todo o Brasil. Nesse contexto, com aproximadamente 100 mil óbitos¹¹⁹ no país em decorrência das ações do vírus sobre o organismo humano, a fim de preservar as pesquisadoras e suas famílias, bem como os/as colaboradores/as da pesquisa do contato físico entre pessoas, foi realizado contato telefônico com diretores/as e bibliotecários/as de escolas públicas (estaduais e federal) de algumas das cidades na região da Estrada de Ferro¹²⁰. A primeira instituição contactada foi o Instituto Federal Goiano - Campus Urutaí, tendo a diretora de ensino, Prof.^a Dr.^a Érica Aparecida Vaz Rocha, concedido autorização para acesso ao depósito destinado aos livros didáticos e ao acervo da biblioteca da instituição. A partir dessa

¹¹⁹Informação disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/08/03/coronavirus-covid-19-casos-mortos-3-agosto.htm>. Acesso em: 02 mar. 2021.

¹²⁰As Regiões de Planejamento do Governo do Estado de Goiás, em número de 10 (dez), são integrantes da Lei do Plano Plurianual (PPA) 2004/2007. A Região da Estrada de Ferro é uma das 6 (seis) regiões que foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do Estado. Todos os municípios cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à Capital do Estado foram considerados pertencentes a uma mesma região de planejamento. Esses municípios são os seguintes: Anhanguera, Campo Alegre de Goiás, Catalão, Corumbaíba, Cristianópolis, Cumari, Davinópolis, Gameleira de Goiás, Goiandira, Ipameri, Leopoldo de Bulhões, Nova Aurora, Orizona, Ouvidor, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa-Quatro, Silvânia, Três Ranchos, Urutaí e Vianópolis. Fonte: <http://www.imb.go.gov.br/files/docs/mapas/regioes-de-planejamento/sudeste.jpg>. Acesso em: 24 out. 2020.

autorização, no dia 25 de agosto de 2020, a bibliotecária Bethânia Oliveira Silva abriu a biblioteca da instituição, bem como o depósito onde foram localizadas algumas obras. As seguintes escolas acionadas, apesar de não disporem de nenhum dos livros didáticos buscados em seus acervos, foram solícitas no atendimento e busca pelos materiais solicitados: Colégio Estadual Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, em Urutaí-GO; Colégio Estadual César Augusto Ceva, em Ipameri-GO; Colégio Estadual Rodrigo Rodrigues da Cunha, em Pires do Rio-GO e Ginásio Anchieta, em Silvânia-GO.

Após a primeira busca pelos livros, a coordenadora Ana Paula Favorito Machado, vinculada ao Colégio Estadual da Polícia Militar Professor Ivan Ferreira, na cidade de Pires do Rio-GO, localizou outras obras e as cedeu para a pesquisa, no dia 28 de agosto de 2020. Nessa mesma data, após contato prévio, a diretora do Instituto Auxiliadora, Irmã Hélia Inácia Monteiro e a diretora do Colégio Estadual Professor José Paschoal da Silva, Ednéia Marilda Sanches, ambas as escolas localizadas em Silvânia-GO, cederam mais alguns livros, também em caráter de doação¹²¹.

Desse modo, após terem sido reunidos todos os livros didáticos localizados, somados a alguns exemplares que faziam parte do acervo pessoal da pesquisadora, faltaram alguns volumes, sobretudo das edições que participaram do PNLD 2012, já que o tempo de armazenamento de obras em desuso pelas escolas, é limitado. Diante disso, em setembro de 2020, componentes do GPECS, residentes em Uberlândia-MG, se disponibilizaram a digitalizar os capítulos das edições não localizadas de maneira física e enviar por e-mail. Essa contribuição com a pesquisa foi feita por Alessandra Pavolin Pissolati Ferreira, Sandro Prado Santos e Lauana Araújo Silva. Importa descrever todo esse movimento de busca pelos livros em um momento histórico no qual as pesquisas no campo da Educação foram diretamente impactadas pela necessidade do distanciamento social em razão do contexto pandêmico que vivemos. Essa, como tantas outras pesquisas, teve seu percurso atravessado e modificado pelo contexto sanitário e político que nos encontramos.

Após o intenso empreendimento de busca pelos livros, que mobilizou diversas pessoas e instituições parceiras, sem as quais a pesquisa teria sido inviabilizada, fizemos um recorte para a análise de modo que, em cada uma das coleções, foram identificados e localizados os capítulos que abordassem os seguintes temas: *reprodução e embriologia do ser humano; determinação genética do sexo e aberrações/alterações cromossômicas*. Foi feita a leitura

¹²¹Nos três casos descritos nesse parágrafo, as listas dos livros foram passadas anteriormente por e-mail, as responsáveis pelas escolas fizeram a busca em seus depósitos e bibliotecas e, em encontros rápidos, com o uso de máscaras, os livros foram entregues à pesquisadora.

detalhada de todos esses capítulos, bem como das partes do manual do/a professor/a equivalentes a cada um deles, buscamos por todas as referências a corpos com características que abrangem as ambiguidades sexuais, tanto de forma textual, quanto imagética. O critério adotado para a identificação desses corpos foi baseado em produções vinculadas às ciências médicas, como Maciel-Guerra e Guerra-Júnior (2019). Essa escolha foi realizada tendo em vista que a Biologia escolar é produzida a partir dos diálogos e articulações entre conhecimentos e saberes das ciências de referência, incluindo-se aí a Biologia, os conhecimentos do campo pedagógico e dos campos das culturas, entre outros (SILVA, E. P. Q., 2010). Desse modo, buscar pelos termos médicos nos livros didáticos analisados, foi uma forma de localizar os saberes da intersexualidade nessas produções.

Para pensarmos o processo analítico, acionamos novamente a analogia do aquário, produzida por Paul Veyne (2011), baseadas na compreensão de que os/as autores/as produziram as obras dentro de seus aquários. Buscamos nos distanciar da mera crítica às obras, compreendendo que estas foram organizadas e produzidas atendendo às condições de possibilidades de seu tempo e do contexto ao qual os/as autores/as e outros agentes e agências estavam inseridos/as. No lugar das críticas, estamos buscando responder de que modo o livro didático de Biologia produz a noção do corpo intersexo e intersexualidade, por entendermos que a produção dos livros didáticos atende a determinadas urgências históricas, e que “[...] a originalidade da busca foucaultiana está em trabalhar a verdade no tempo” (VEYNE, 2011, p. 25).

No movimento analítico, mapeamos os vestígios dos saberes sobre os corpos intersexo e a intersexualidade, suas continuidades e descontinuidades nos livros didáticos de Biologia, relativos aos três editais do PNL D por nós estudados. No movimento realizado, a leitura repetida do material possibilitou-nos uma re-construção permanente pela via da imaginação e da intuição e do entrelaçamento com nossas referências. Este movimento envolveu a produção de quadros de sistematização, as montagens, (des)montagens e (re)montagens resultantes de nossa procura pelos ensinamentos sobre a intersexualidade e pelos corpos intersexo (seção 5) em livros didáticos de Biologia. Nele quisemos localizar os saberes que se repetem e foram rearranjados em novos modos de dizer e também os ensinamentos, que lemos como brechas, escapes, rupturas à trama de saber-poder da ordem hegemônica.

Produzimos e localizamos pistas com o suporte das nossas leituras e releituras de artigos, teses, dissertações e outras publicações, objetos que versam sobre a intersexualidade e os corpos intersexo. Com as muitas vozes e textos, procedemos o movimento de ir e vir na

leitura detalhada dos documentos que compõem o *corpus*¹²² da presente investigação. Desse modo, fomos, criativamente, tecendo a rede de saberes, dizeres e não-dizeres sobre a intersexualidade produzida pelo/no livro didático de Biologia e, com isso, fomos desenhando nosso próprio movimento analítico, sempre em articulação com o arcabouço teórico que elegemos, nem sempre fiéis a ele. Os achados da pesquisa estão descritos e detalhados na Seção 5.

¹²²Ao conjunto de trechos e imagens que foram selecionados dos livros didáticos de Biologia que fizeram parte da investigação, denomino *corpus*.

5 O QUE OS LIVROS DIDÁTICOS DE BIOLOGIA ENSINAM SOBRE CORPO INTERSEXO E INTERSEXUALIDADE?

Sou intersexo
Invisibilizado, mutilado, maltratado, padronizado.
Eu não sou hermafrodita.
 [...]

Consertam o que não era defeito.
Se o corpo é meu, cadê meus direitos?
Quero me amar.
Quero decidir.
Eu quero ser do jeito que eu nasci.
Eu existo, persisto, resisto.
Nos livros de biologia não existo.
Na faculdade de medicina, eu sou algum tipo de anomalia.
 (HARU, s/d, grifos nossos).

Dentre os temas curriculares e do conhecimento escolar, previstos para a educação básica, está o corpo humano. Ele é abordado, historicamente, nos livros didáticos de Biologia, e consta do rol de conteúdos obrigatórios a serem ensinados e aprendidos, como conteúdo formal da escola. Neste tema, informações sobre sexualidade, especificamente no caso do Ensino Médio, são apresentadas em capítulos referentes ao que, historicamente, na cultura e disciplinas escolares, Ciências e Biologia, tem sido enunciado como *sistema reprodutor*.

Pesquisas no campo da Educação, no Brasil, ancoradas no pensamento foucaultiano, a exemplo de Silva, E. P. Q. (2014, p. 28), elucidam que os textos didáticos da área das Ciências Naturais abordam o corpo humano como conteúdo obrigatório e nele, “[...] dentre outros ensinamentos, hábitos de saúde, os processos reprodutivos e sexuais alijados das experiências culturais e sociais dos diferentes grupos e segmentos de indivíduos que povoam a escola”. Essa ideia assinala para a associação da sexualidade “[...] com a reprodução, levando à convicção de que a educação sexual inclui apenas conteúdos afetos à biologia e à fisiologia do aparelho reprodutor, e, em consequência da negação do sexo como fonte de prazer” (SILVA; SANTOS, 2011, p. 4). Essa possibilidade de abordagem presente nos livros didáticos de Biologia, em geral, atrela a sexualidade “[...] aos sistemas genitais, universalizando os sujeitos como se eles compartilhassem os mesmos atributos biológicos independentemente de seus contextos históricos e culturais (SILVA; RIBEIRO, 2011, p. 523)”.

De tal modo, os textos dos livros didáticos ordenam e classificam, fundamentalmente, os corpos por meio da lógica binária de correspondência exata entre sexo e gênero, por meio da demarcação do corpo, igualmente binário - feminino e masculino. Tal ordenamento e classificação em livros didáticos, de acordo com Silva, E. P. Q. (2015), também estão presentes em muitos outros materiais pedagógicos e curriculares no ensino de Biologia. Nesse sentido, o

corpo intersexo é nomeado e classificado, no diálogo estabelecido entre discurso da ciência e discurso da escola, por certo regime de verdades¹²³, cujas ressonâncias são mobilizadas nas definições do que pode ser (do que é) o corpo intersexo. Essa nomeação e classificação está evidenciada pelo trecho do poema que abre a presente seção, de autoria de Haru, pessoa intersexo, que percebe a invisibilidade da intersexualidade nos livros de Biologia e denuncia as cirurgias genitais cosméticas.

Em nosso movimento analítico, buscamos problematizar os ensinamentos e os saberes sobre corpo intersexo e intersexualidade como possibilidade de fazer pesquisa; possibilidade de colocar sob suspeita nossas maneiras de pensar, de agir e de ser, a partir de inspirações da leitura de Foucault (2010b). Ao assumir esse entendimento, colocamos em suspeição os conhecimentos atrelados aos discursos escolares, médicos e biológicos que, em prol de ideias binárias, priorizam o padrão heteronormativo na construção das lições e ensinamentos presentes no livro didático.

Do nosso movimento de análise, elegemos os seguintes eixos no traçado do nosso diagrama: *5.1 - Modos de (não) dizer das condições de existência dos corpos intersexo e da intersexualidade*; *5.2 – A produção biomédica e escolar da intersexualidade e os/as agentes de sua veiculação*; *5.3 – O corpo intersexo na ordem do não (re)produtivo e da norma heterossexual*; *5.4 – A ausência/presença de referentes biológicos na determinação do sexo, do gênero e das emergências médicas* e *5.5 – A busca por tensionamentos sobre os saberes médicos da intersexualidade no livro didático de Biologia*, que estão dispostos a seguir.

5.1 Modos de (não) dizer das condições de existência dos corpos intersexo e da intersexualidade¹²⁴

Antes de adentrarmos nos ditos e não ditos dos livros, recuperamos a discussão que realizamos em seções anteriores desta tese, acerca daquilo que Foucault (2017, p. 99) aponta como “[...] uma série de estudos a respeito das relações históricas entre o poder e o discurso sobre o sexo”. O filósofo, na obra referida, aponta para as diversas instâncias, modos de constituição e funcionamento do *mecanismo de incitação ao sexo*; e demonstra como **saberes** sobre o sexo foram produzidos pelas Ciências Médicas e Psicológicas no Ocidente; indica o quanto a verdade do sexo foi produzida e evidenciada pela ciência sexual e, aliado à reprodução - finalidade para a qual, política e economicamente, ele fora estabelecido pelas sociedades burguesas e capitalistas. Foucault (2017) discute e expõe o que ele denomina de condições de

¹²³ O conceito de regime de verdade, conforme Foucault (2021) está apresentado na seção 1.2 deste texto.

¹²⁴ Parte deste eixo foi publicado em formato de artigo disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12837>.

possibilidade que permite a colagem da ideia de anormalidade a práticas como coito interrompido, homossexualidade, masturbação infantil e sexo anal. Na história da sexualidade traçada por Foucault, são delineados a produção da vontade de saber sobre o sexo, os discursos com efeitos de verdade, particularmente, os científicos e o dispositivo da sexualidade.

Com este último, o autor permite-nos pensar na intrincada relação entre o biológico e o histórico e o modo pelo qual a sociedade ocidental moderna codifica as verdades sobre o sexo, condenando as possibilidades de existências que fogem ao projeto de normalização da heterossexualidade e do sexo biológico centrado no binarismo macho e fêmea.

Acerca de outra obra de Foucault, André Duarte e Maria Rita de Assis César (2016, p. 963), afirmam que ele enxerga no relato de Herculine Barbin como “[...] uma experiência específica do corpo, das práticas sexuais, dos prazeres e de afetos, a qual seria própria a um lugar institucional de natureza pastoral, o internato para meninas”, de modo que, ao receber o diagnóstico para as dores que sentia (testículos não descidos na região pélvica), Herculine passou por uma série de suplícios, sendo impelida a assumir seu *verdadeiro sexo*.

Apropriando-se do mesmo filósofo, Louro (2020) indica que a emergência da necessidade de diagnóstico do sexo funciona por meio de um dispositivo de normatização dos corpos, “[...] para indicar-lhes limites de sanidade, legitimidade, moralidade ou coerência. Daí porque aqueles que escapam ou atravessam esses limites ficam marcados como corpos - e sujeitos - ilegítimos, imorais ou patológicos” (LOURO, 2020, p. 76). Baseando-se na argumentação de que a angústia de “viver num corpo errado” poderia gerar sofrimento tão intenso a ponto de levar a pessoa ao suicídio, o discurso médico-científico passou a defender, a partir da modernidade, intervenções precoces no sentido de normatizar o sexo, considerando as dicotomias macho e fêmea, em uma busca incessante de padronização dos corpos, via alinhamento sexo biológico, genitália e orientação sexual.

Tal construção assentada nas Ciências Médicas e com *status* de cientificidade, nomeia, esquadrinha e classifica corpos em sexuados. Assujeita-os às práticas de normatização e constitui uma rede discursiva de poder e verdades, historicamente e socialmente datada e localizada. As ciências médicas conformam, desse modo, o sexo biológico, o gênero, e possibilitam a fabricação de uma identidade possível a partir de um discurso que alinha o sexo (diferença sexual) ao gênero. Foucault (2021, p.54), apresenta a noção de verdade como “[...] um conjunto de procedimentos regulados para a população, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”.

A partir do exposto, afirmamos que: 1- nos apropriamos dos deslocamentos das proposições de Foucault para pensarmos a educação escolar como espaço produtor e

disseminador de saberes e efeitos de verdade sobre corpos, gêneros e sexualidades. Neste espaço as disciplinas escolares, em especial, a Biologia tem lugar privilegiado e nele o livro didático. A disciplina escolar e o livro didático, podem ser, como sugerem Silva e Parreira (2013), tomados como dispositivos; 2- procuramos pelos traços das redes de saber-poder que constituem os corpos intersexo e a intersexualidade traçados nos textos e imagens das três coleções de livros didáticos de Biologia, a fim de pensarmos nos ditos e não ditos sobre corpos intersexo e intersexualidade, e, neste movimento de escrutínio dos livros nos atentamos aos:

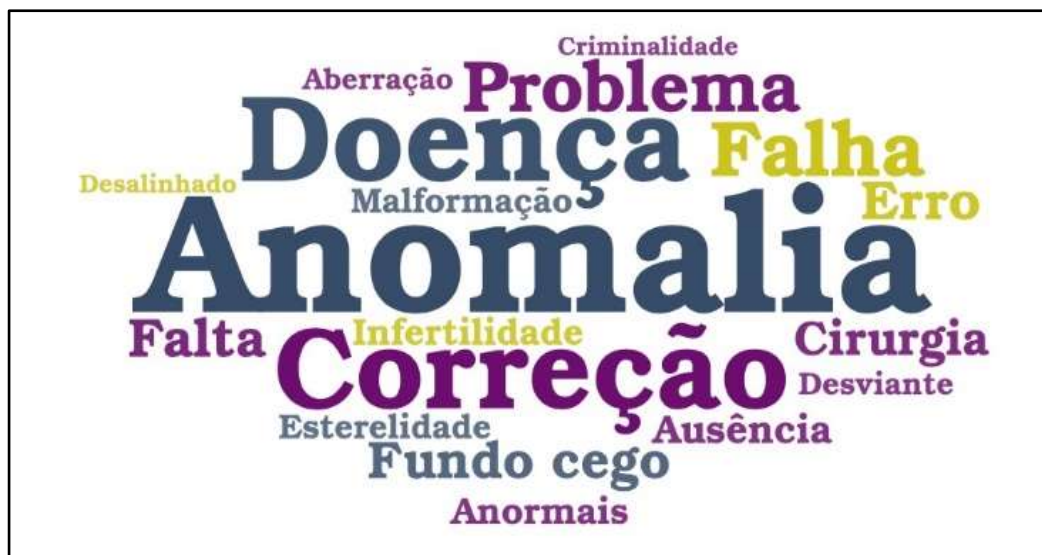
- vestígios das permanências e descontinuidades dos ensinamentos sobre corpos intersexo e intersexualidade;
- verdades produzidas e difundidas (ou não) sobre corpos intersexo e intersexualidade, e;
- pontos de constituição das possíveis redes de discursos sobre corpos intersexo e intersexualidade em todos os capítulos e unidades dos livros que abordam os conteúdos reprodução humana e determinação do sexo.

Destacamos que, no movimento analítico, consideramos as características biológicas que o discurso biomédico apresenta para a demarcação do denominado espectro das variações da intersexualidade. Seguimos as atuais classificações, conforme especificado por Maciel-Guerra e Guerra-Júnior (2019). Na leitura de todas as coleções de livros didáticos, nos deparamos com uma similaridade recorrente na abordagem da temática: a referência às denominadas síndromes de Turner e de Klinefelter. Ambas são apresentadas como anomalias, nunca como possibilidades viáveis da diversidade humana, tampouco são referidas como distúrbios (ou diferenças) do desenvolvimento sexual pelas Ciências Médicas - o que caracteriza, conforme a atual classificação médica, como casos de intersexualidade (MACIEL-GUERRA, GUERRA-JÚNIOR, 2019).

O manejo da nossa leitura dos textos dos volumes dos livros, particularmente, aqueles destinados aos capítulos e/ou unidades temáticas relativas à reprodução humana e determinação genética do sexo, nos permitiu criar, com uso de ferramentas computacionais, uma nuvem de palavras (Figura 6). Nos movimentamos nessa construção em razão de termos nos deparado com a marcação da repetição de palavras nos textos dos capítulos e/ou unidades, especificamente, em trechos referentes às variações do desenvolvimento sexual. Diante da repetição dos termos, passamos a listá-los e, de posse da lista, pensamos no quão significativa ela se tornava para o alcance do que intencionávamos: apresentar os ditos e não ditos da intersexualidade e dos corpos intersexo. Dessa maneira, a visualização gráfica dos termos, se tornava possível pelo recurso da formação de nuvens de palavras. Verificamos com elas a

constituição de um padrão de repetição bem similar em todas as coleções, como pode ser lido na Figura 6 que segue.

Figura 6 - Termos e palavras frequentemente usados pelos livros didáticos de Biologia para referência a corpos intersexo e a intersexualidade



Fonte: Elaboração da autora a partir das informações contidas nos livros didáticos, com a utilização das ferramentas disponíveis em: <https://wordart.com/create>.

Destacamos que os termos presentes na Figura 6, se repetem nas três coleções de livros didáticos analisadas. Eles integram a rede terminológica e conceitual do campo biomédico em referência a processos e estruturas como: *meiose*, *meiose I*, *meiose II*, *cromossomos*, *cromátides-irmãs*, *gametas*, *fecundação*, *zigoto*, *mutações cromossômicas numéricas*.

Os termos, em nossa análise, produzem a composição da noção do corpo com genitálias consideradas atípicas, como algo fora da norma e fortemente associado à noção de patologia. Desse modo, a adoção repetida de termos como os presentes na Figura 6, é parte de um tipo de fabricação de saber (médico e/ou escolar) que admite como possíveis para o organismo/corpo normal, apenas as configurações/conformações cromossômicas, gonadais, genitais e hormonais dicotômicas e binárias. Eles são utilizados para a composição em rede que articula sentidos adjetivos e substantivos a termos científicos.

Os referidos termos compõem o texto didático sem a necessária explicitação dos sentidos atribuídos, no campo da biomedicina, portanto, sem demarcação que deveria distanciá-los dos usos adjetivos no cotidiano - erro, fundo cego, malformação, anomalia; da condição substantiva depreciativa: desviante, criminalidade, problema, doença, anormais, desalinhado, aberração, anormais, falha, correção, infertilidade. A reiteração da cirurgia alinhada a outros demarca a ideia de aperfeiçoamento, a tratamento ou intervenções que visam a melhoria ou cura

de algum mal. Desse modo, não são apresentadas para estudantes e docentes, as referências sobre o modo como o conhecimento biomédico constrói/construiu a linguagem, uma vez que estes termos, nos contextos cotidianos, ao serem tomados em sentido adjetivo, se associam ou são associados a sentidos negativos ou pejorativos quando marcados no corpo.

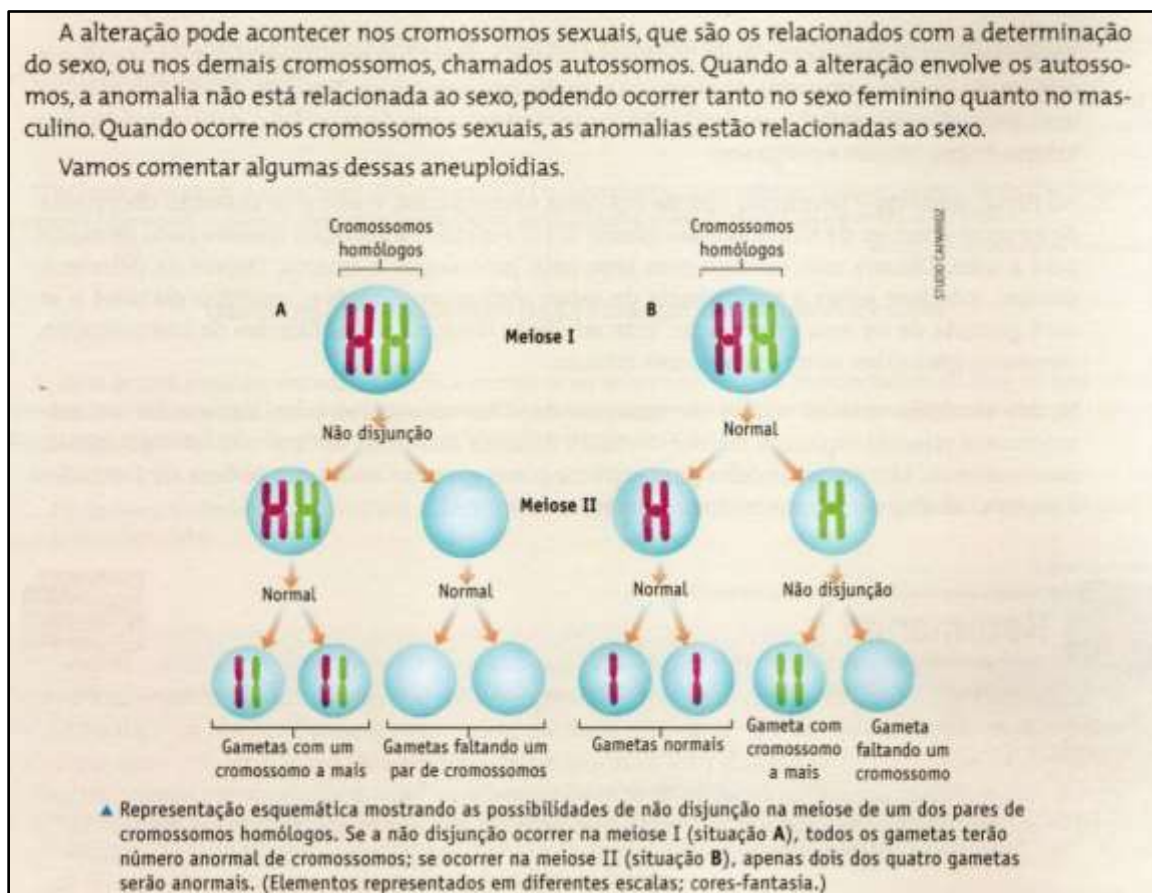
Este cuidado com a linguagem é próprio da educação e da educação em Biologia, pois como afirma Jorge Larrosa (2004, p. 168) “[...] se a negação do corpo mutila o humano, essa mutilação é também da linguagem. Porque assim como o homem, quando é inteiro, é corpo, também a linguagem quando é inteira é corpo”.

Defendemos que o livro didático de Biologia é uma das engrenagens da máquina de poder do Estado, que é a escola (CARVALHO; GALLO, 2017). A escola participa da maquinaria que produz sujeitos a partir de modelos e de lógicas binárias, excludentes, heterossexistas, capitalísticas, violentas. Lógicas que não admitem a multiplicidade e as diferenças.

No traçado do diagrama da produção do corpo intersexo e da intersexualidade nos livros didáticos de Biologia, partimos do argumento de que o poder não se produz em uma realidade passiva, mas no entre relações ele é movimentado pela articulação, movimentação e disseminação de modos de funcionamentos específicos, incluindo aqueles que são inseridos em livros didáticos. Nossos achados em um conjunto de imagens, textos escritos e atividades presentes nas coleções, assinalam-nos para rastros dos discursos tomados para a produção da Biologia escolar que reitera modos de pensar o sujeito humano. Nesse sentido, nos reportamos agora, ao que localizamos nos capítulos sobre *reprodução dos animais* e *determinação genética do sexo* nas três coleções que analisamos.

Elas, tanto na referência à determinação genética do sexo, quanto sobre as alterações cromossômicas na espécie humana, enfocam as síndromes de Turner e Klinefelter. A este respeito, verificamos que nas três edições do volume 1 da coleção *Bio*, no final do capítulo *Núcleo, divisões celulares e reprodução* é apresentado um *box*, na seção *Tema para discussão*, intitulado *Consequências da não disjunção dos cromossomos na meiose humana*. No citado *box*, estão referidas as síndromes de Turner e Klinefelter, por meio da representação esquemática que mostra as possibilidades de não disjunção na meiose de um dos pares de cromossomos homólogos. Tal representação é própria das ciências biomédicas e da Biologia escolar (Figura 7).

Figura 7 - Primeiro trecho do box *Tema para discussão*, coleção *Bio*



Fonte: Lopes e Rosso (2010a, p. 374; 2013a, p. 305; 2016a, p. 282).

Na Figura 7, lemos a explicação acerca da alteração que pode acontecer nos cromossomos sexuais, aqueles relacionados com a determinação do sexo. Atentemo-nos à ordem explicadora e ao uso dos termos *alteração*, *anomalia* e *aneuploidias* como equivalentes. Na legenda do esquema apresentado é também utilizado o termo *anormal(is)*. Estamos fazendo tais destaques para chamarmos a atenção do uso da linguagem científica, escolar e do cotidiano como importantes no processo de escolarização. Neste sentido, na sequência do esquema ilustrado na figura 7, estão indicadas outras síndromes - Down, Patau e Edwards - além das síndromes de Klinefelter e de Turner, conforme ilustrado na figura 8 a seguir.

Figura 8 - Segundo trecho do box *Tema para discussão*, coleção *Bio*

- **Síndrome de Down ou mongolismo** — as células dos indivíduos têm um cromossomo a mais no par 21 (trissomia do 21). Alguns dos sinais clínicos dessa síndrome são: cabeça pequena, com a face achatada; olhos com os cantos externos puxados para cima; boca pequena, mas língua de tamanho normal; dentição irregular; pescoço curto e largo; baixa estatura; dedos curtos; linha reta na palma da mão; coeficiente intelectual baixo. Cariótipo com 47 cromossomos.
- **Síndrome de Patau** — as células dos indivíduos têm um cromossomo a mais no par 13 (trissomia do 13). Alguns dos sinais clínicos dessa síndrome são: cabeça pequena; olhos afastados; orelhas deformadas; má-formação séria no coração e nos sistemas digestório, genital e urinário. Geralmente os portadores dessa síndrome sobrevivem até cerca de 3 anos de idade. Cariótipo com 47 cromossomos.
- **Síndrome de Edwards** — as células dos indivíduos têm um cromossomo a mais no par 18 (trissomia do 18). Alguns dos sinais clínicos dessa síndrome são: cabeça pequena e estreita; olhos afastados; boca e queixo pequenos; pés deformados; anomalias graves no coração, nos rins e no sistema genital. Geralmente os portadores sobrevivem até cerca de 1 ano de idade. Cariótipo com 47 cromossomos.
- **Síndrome de Klinefelter** — as células dos indivíduos têm dois cromossomos X e um Y e são todos do sexo masculino. Alguns dos sinais clínicos são: testículos pequenos; ausência de espermatozoides e, em alguns casos, mamas mais evidentes. Cariótipo: 47,XXY (o que indica que há 47 cromossomos no total, dentre eles 2 X e 1 Y).
- **Síndrome de Turner** — as células dos indivíduos têm apenas um cromossomo sexual: o X. São, portanto, mulheres. Alguns dos sinais clínicos dessa síndrome são: baixa estatura; ovários não funcionais; pescoço curto e largo; anomalias renais. Cariótipo: 45,XO (O = ausência de um cromossomo sexual).

Fonte: Lopes e Rosso (2010a, p. 374; 2013a, p. 305; 2016a, p. 282).

Não poderíamos deixar de assinalar para o fato de o livro indicar Síndrome de Down ou mongolismo. O termo mongolismo está aliado à herança do racismo, como afirma Uuganaa Ramsay (2014 s/p):

John Langdon Down [1860] começou a classificar os pacientes conhecidos como *idiotas*, e percebeu que o grupo tinha uma aparência similar. Citando um arredondamento do rosto, formato dos olhos e outras características físicas, escreveu: *Um grande número de idiotas congênitos são típicos mongóis* (grifos da autora).

Contemporâneos do cientista colocavam-no sob suspeita da prática racista, especialmente, naquelas registradas em sua obra intitulada *Observações da classificação étnica de idiotas*. Essa herança produziu uma série de ações violentas e preconceituosas contra os povos da Mongólia e contra pessoas com a condição de existência da Trissomia do 21 ou Síndrome de Down. O termo mongolismo conduz a outros termos como “mongolóide”, “idiota”, “retardado”, “doente”, o que resulta na manutenção da rede de violência/preconceitos/discriminações, o que nos faz defender que, a linguagem importa. Ela instaura e/ou elimina modos de existência.

Ainda com relação à coleção *Bio*, na seção *Colocando em foco*, há referência ao que a obra intitula como *anomalias cromossômicas relacionadas aos cromossomos X e Y*, com textos

e imagens que não foram alterados nas três edições da coleção, como esta que selecionamos e apresentamos nas figuras 9 e 10.

Figura 9 - Imagem e texto da seção *Colocando em foco* na coleção *Bio*

Anomalias cromossômicas relacionadas ao X e/ou ao Y na espécie humana

Observe o esquema ao lado, que mostra o cruzamento entre um indivíduo que sofreu meiose anormal, sem a disjunção dos cromossomos sexuais, e outro que sofreu meiose normal.

Os filhos resultantes terão cariótipo anormal. O zigoto **2AYO** não chegará a se formar.

- O indivíduo com cariótipo **2AXXX** será do sexo feminino, sendo chamado **superfêmea**; é fértil e raramente apresenta anormalidade.

O indivíduo portador do cariótipo **2AXXY** apresentará um conjunto de características anormais, denominado **síndrome de Klinefelter**: aspecto masculino, braços e pernas muito longos, pouco pelo no corpo, esterilidade.

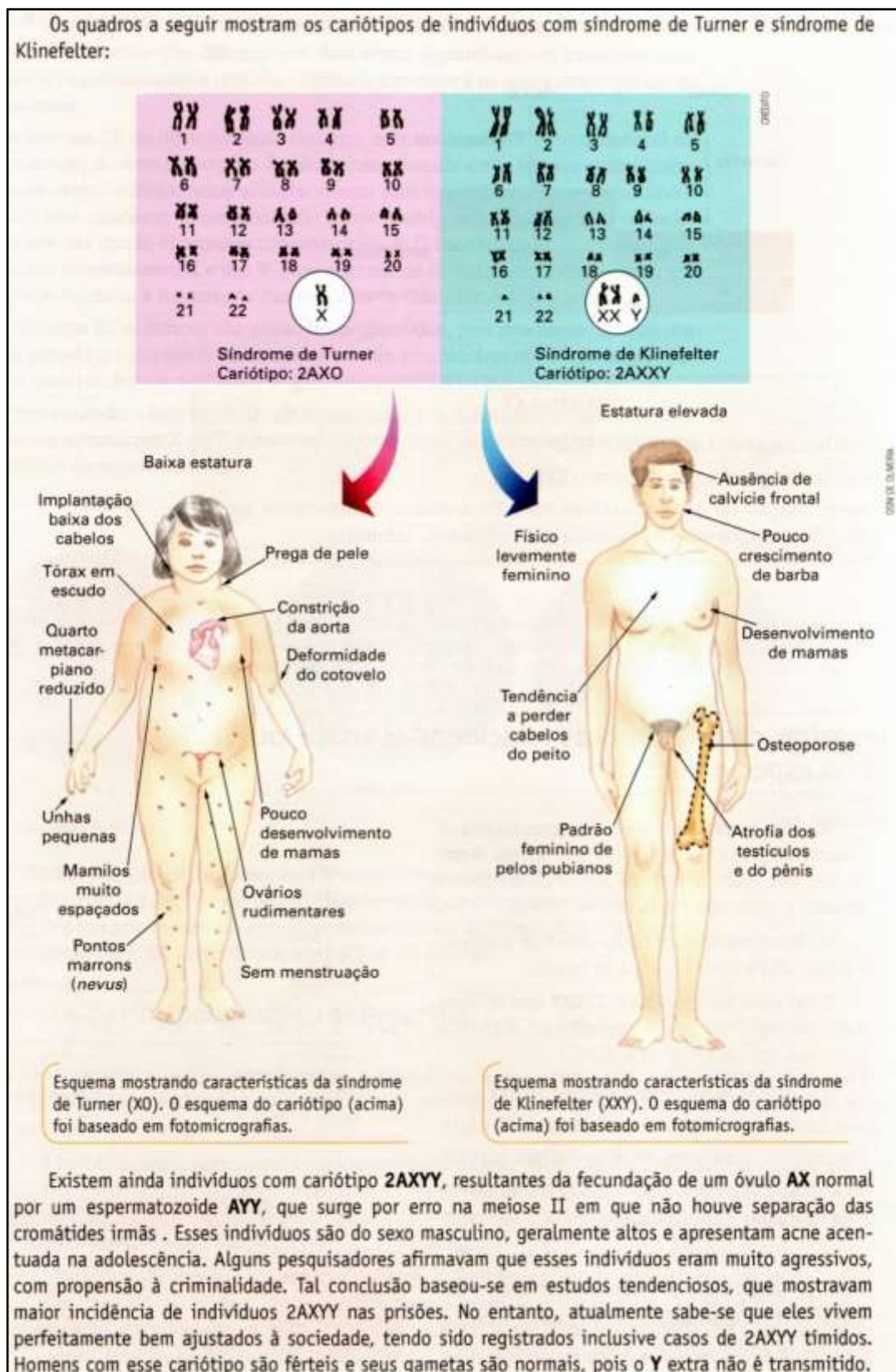
O cariótipo **2AXO** é responsável pela manifestação da **síndrome de Turner**, caracterizada pelos seguintes fenótipos: sexo feminino, baixa estatura, geralmente esterilidade, e, em alguns casos, pescoço muito curto e largo.

(Obs.: O indica ausência de cromossomo.)

Fonte: Lopes e Rosso (2010c, p. 363; 2013c, p. 234; 2016c, p. 196).

Da figura 10, destacamos as ilustrações dos cariótipos e corpos dos indivíduos, lendo da esquerda para a direita, com Síndrome de Turner e Síndrome de Klinefelter e texto explicativo localizado abaixo das mesmas. As ilustrações dos indivíduos configuram o que, nos processos de sociabilidade, reconhecemos como indivíduos do gênero feminino à esquerda e do gênero masculino à direita.

Figura 10 - Imagem e texto da seção *Colocando em foco*, coleção *Bio*



Fonte: Lopes e Rosso (2010c, p. 364; 2013c, p. 235; 2016c, p. 197).

A configuração imagética pelo binarismo de gênero e padrão normativo do sexo, se concretiza na ilustração (Figura 10). Abaixo das imagens lemos:

Existem ainda indivíduos com cariótipo **2AXYY**, resultantes da fecundação de um óvulo **AX** normal por um espermatozoide **AYY**, que surge por erro na meiose II que não houve separação das cromátides irmãs [...] Alguns pesquisadores afirmavam que esses indivíduos eram muito agressivos, com propensão à criminalidade. Tal conclusão baseou-se em estudos tendenciosos, que mostravam maior incidência de indivíduos **2AXYY** nas prisões. (LOPES; ROSSO, 2010c, p. 364; 2013c, p. 235; 2016c, p. 197).

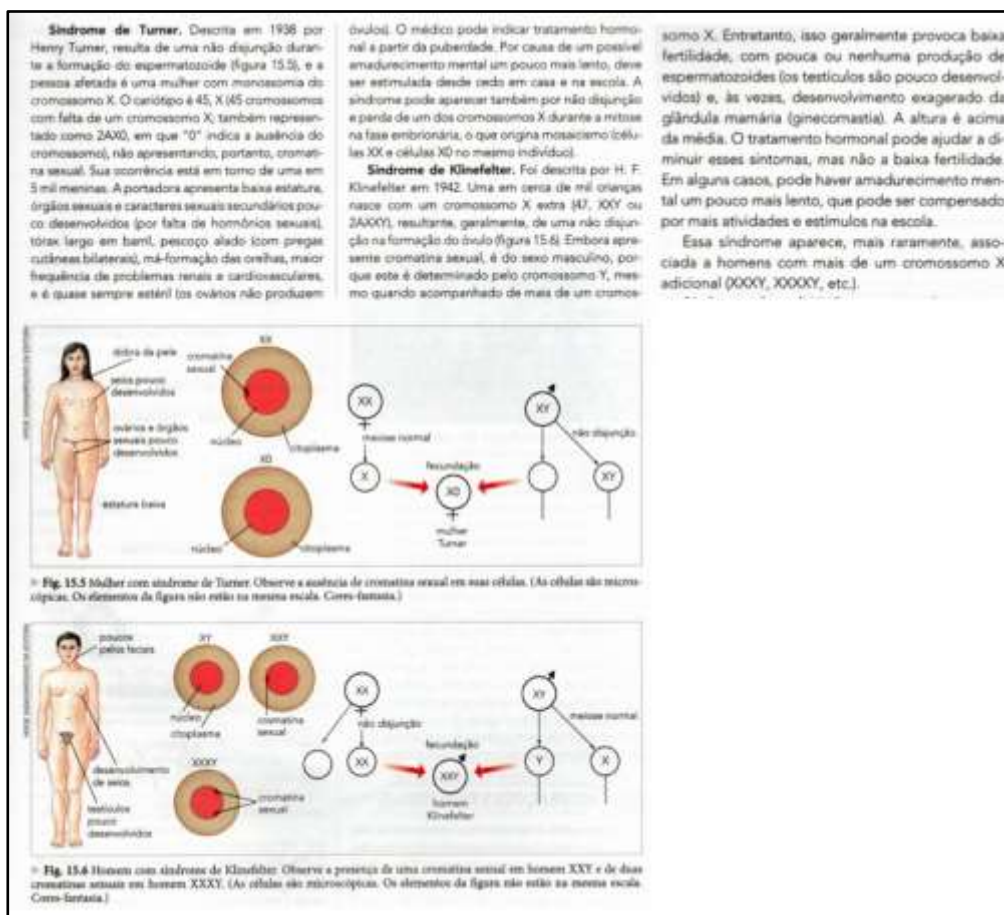
As informações não desenvolvidas permitem-nos muitas inferências, e, mais do que isso, a compreensão não adequada de associações que favorecem a processos discriminatórios e violentos na sociedade, em geral, e, na escola, em particular.

No texto do livro didático da coleção *Bio*, é estabelecida a referência a uma possível tendência à criminalidade em pessoas com duas cópias do cromossomo Y como parte de seus cariótipos. Ora, essa proposição reitera a produção histórica do alinhamento da violência, exclusivamente, com o gênero masculino; da violência como próprio da “natureza do homem”. Nesse sentido, assentadas no pensamento de Silva E. P. Q. (2014), observamos que o livro didático de Biologia, ao centrar-se nas síndromes, enquadra as pessoas com estas condições de existências em grupos de risco, abordando causas, sintomatologias e possíveis tratamentos. Por outro lado, observamos, numa leitura acurada, o quanto nos extratos de textos e imagens que tomamos acima, os livros repetem e reiteram moldes racistas e violentos em articulação com os saberes biomédicos.

No entanto, segundo a autora, a escola brasileira, articulada aos efeitos e lutas dos movimentos sociais, de ativistas e pesquisadores/as pode ser tomada “[...] como lugar de fazer pensar, produzir e gestar outras experiências de sexualidades, de gênero e de corpos que se contraponham aos modelos hegemônicos e ao apagamento das diferenças” (SILVA, E. P. Q., 2014, p. 43).

O volume 1, coleção *Biologia Hoje*, edições de 2010 e 2013, apresenta um capítulo intitulado *Alterações cromossômicas* que foi, na edição de 2016, deslocado para o volume 3, não mais na configuração de capítulo e sim como tópico de outro capítulo intitulado *Sexo e herança genética*. Observamos a movimentação quanto ao lugar do conteúdo abordado, entretanto, há manutenção de quase a total integralidade das informações relativas às síndromes de Klinefelter e Turner como ilustramos por meio das figuras 11 e 12.

Figura 11 - Alterações cromossômicas, volume 1, coleção *Biologia Hoje*



Fonte: Linhares e Gewandszajder (2010a, p. 233-234; 2013a, p. 173 -174). Remontagem da autora.

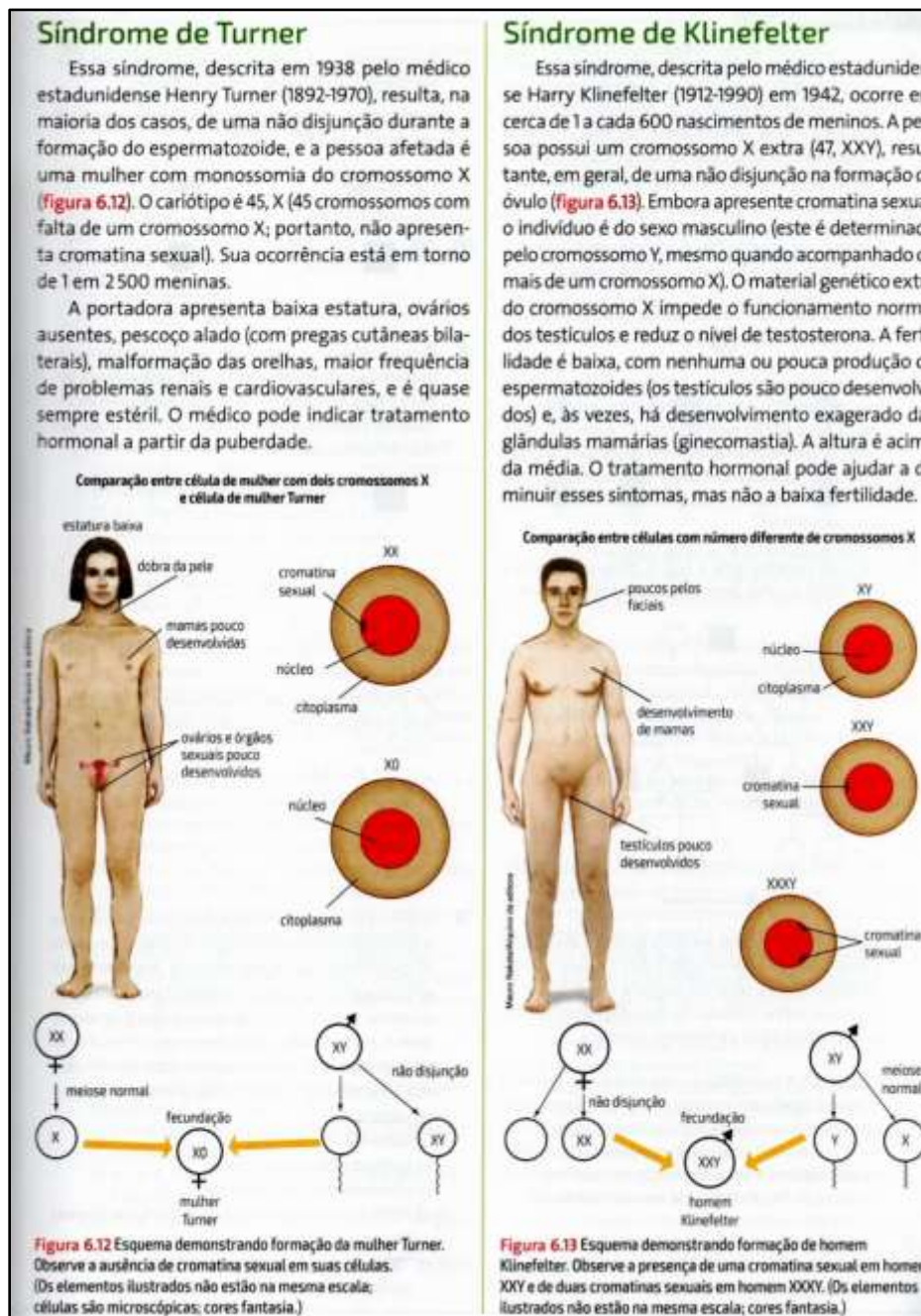
A figura 11 dispõe texto e imagens de modo a apresentar um fragmento com dados do ano e nome dos cientistas que descrevem as Síndromes, a sua ocorrência na população humana e nomeia, a partir das características biológicas, as pessoas que apresentam tais condições no feminino – a portadora, para o caso da Síndrome de Turner. Esta mulher apresenta, a partir do ensinamento do livro, baixa estatura, órgãos sexuais e características sexuais secundários pouco desenvolvidos (por falta de hormônios sexuais) “[...] má formação das orelhas, maior frequência de problemas renais e cardiovasculares e é quase sempre estéril” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER; PACCA, 2016c, p. 89). Na abordagem da Síndrome de Klinefelter, as mesmas informações são prestadas, contudo, o texto afirma que

[...] embora apresente cromatina sexual é do sexo masculino, porque este é determinado pelo cromossomo Y, mesmo quando acompanhado de mais de um cromossomo X. Essa síndrome aparece, mais raramente, associada a homens com mais de um cromossomo X adicional (XXXXY, XXXXY). (LINHARES; GEWANDSZNAJDER; PACCA, 2016c, p. 89).

Na figura 11, o organismo que ilustra a Síndrome de Turner, tem cabelos longos e contornos que, em nossa cultura, nos diz da representação de uma mulher, além do que, a

legenda da imagem assim afirma: *Mulher com Síndrome de Turner e Homem com Síndrome de Klinefelter.*

Figura 12 - Alterações cromossômicas, volume 3, coleção *Biologia Hoje*



Fonte: Linhares, Gewandsznajder e Pacca (2016c, p. 89).

Na figura 12, destacamos a alteração da linguagem nas referidas legendas – *Esquema demonstrando Mulher Turner e Esquema demonstrando Homem Klinefelter.* Não nos é possível afirmar o que provoca mais do que a atualização da linguagem, mas a sua adequação a modos não pejorativos, discriminatórios e preconceituosos com estes corpos e suas condições de

existência. Ensinar que, em razão de um conjunto de características anatômicas, hormonais, fisiológicas, genéticas, uma mulher ou homem é portador *de* ou mulher ou homem *com*, referenda a ideia de que tais síndromes ou condições de existências são da ordem das doenças, e, as pessoas que as manifestam são doentes. Estes ensinamentos, historicamente, no Ocidente, funcionaram como processos de exclusão destes corpos que foram/são ainda lançados fora da norma, portanto, apartados das capacidades de serem, fazerem, aprenderem. Nosso argumento ainda é sustentado pela ordenação ao tratamento, de caráter prescritivo-corretivo, postas nas imagens-textos. Dela trataremos em outra subseção neste texto.

Seguindo nosso cotejamento entre as imagens do volume 1 e as imagens do volume 3, reconhecemos que, apesar de se assemelharem, há modificações nas representações, apesar de, a nosso ver, ocorrer a manutenção da descrição das síndromes pela colagem das imagens aos gêneros masculino e feminino, portanto, binários.

Nosso cotejamento foi realizado com as demais coleções de nosso arquivo. Na coleção *Biologia/Biologia em Contexto/Biologia Moderna*, o volume 1 apresenta a mesma imagem e texto de leitura complementar intitulada *Alterações cromossômicas na espécie humana*, nas três edições. Esta imagem e texto integram capítulos que tratam das características do núcleo celular (na edição de 2010, o quadro está localizado no capítulo 7; na de 2013, no capítulo 12 enquanto que na edição de 2016, o texto complementar faz parte do capítulo 6, conforme descrito no quadro 12). Neles, as síndromes de Turner e Klinefelter são abordadas juntamente com a síndrome de Down, conforme reproduzido na Figura 13.

Figura 13 - Texto de leitura complementar, *Alterações cromossômicas na espécie humana, Biologia/Biologia em Contexto/Biologia Moderna*

The figure is a composite image with a green header 'Ciência e cidadania' and 'Alterações cromossômicas na espécie humana'. It contains several text blocks and diagrams:

- Text Block 1:** Discusses chromosomal alterations in various species, including trisomy 21 (Down syndrome) and structural changes like translocations.
- Text Block 2:** Describes Down syndrome as a numerical chromosomal alteration where chromosome 21 is present in three copies instead of two.
- Diagram 1:** Shows a normal male karyotype (46, XY) and a karyotype for Down syndrome (47, XXY), with the extra chromosome 21 circled in red.
- Text Block 3:** Discusses Turner syndrome (45, X) and Klinefelter syndrome (47, XXY) as examples of numerical chromosomal alterations.
- Diagram 2:** Shows a normal female karyotype (46, XX) and a karyotype for Turner syndrome (45, X) with one X chromosome circled in red, and a karyotype for Klinefelter syndrome (47, XXY) with an extra Y chromosome circled in red.
- Text Block 4:** Explains that Turner syndrome results from the loss of one sex chromosome, while Klinefelter syndrome results from the gain of an extra sex chromosome.
- Diagram 3:** Shows a normal male karyotype (46, XY) and a karyotype for Klinefelter syndrome (47, XXY) with the extra Y chromosome circled in red.
- Text Block 5:** Describes Turner syndrome as a condition where individuals have only one X chromosome, leading to characteristics like short stature and primary amenorrhea.
- Text Block 6:** Describes Klinefelter syndrome as a condition where individuals have two X chromosomes and one Y chromosome, leading to characteristics like tall stature and reduced fertility.

Fonte: Amabis e Martho (2010, p. 162-163; 2013a, p.254-255; 2016a, p. 109-110). Remontagem da autora.

Por fim, as informações que levantamos com a leitura e análise dos livros, apontam para o fato de que as lições e ensinamentos constantes dos livros acerca das síndromes de Klinefelter e de Turner são realizadas sem o apontamento para o fato de que estas são condições classificadas pelo saber biomédico, como parte do espectro da intersexualidade. Os livros apresentam tais condições, demarcando-as, com uso de uma seleção de determinados saberes biomédicos, excluindo ou não atualizando estes saberes pela produção de outros modos de dizer sobre estas condições. Elas ainda são apresentadas e inseridas em um quadro que mantém traços do racismo, do sexismo e binarismo de gênero. Os textos e imagens dos livros não explicitam (dizem) pela via do uso do termo, o conceito intersexualidade. Centrados na linguagem da síndrome, da doença e do estigma, ainda carregam a invisibilidade, pela linguagem, da intersexualidade e/ou do corpo intersexo, e, desse modo, reiteram tais condições como corpos/organismos anormais, doentes carentes de tratamento. Mas, quem ou quais instituições são encarregadas de cuidarem, diagnosticarem e tratarem estes corpos, estas síndromes, estas doenças?

5.2 A produção biomédica e escolar da intersexualidade e os/as agentes de sua veiculação

Jeffrey Jerome Cohen (2000)¹²⁵ se apropria do pensamento de Foucault para afirmar que cada cultura, em cada tempo, engendra seus próprios monstros, produzindo o que é tido/lido como sujeito normal. Esse engendramento se constitui a partir do que é apresentado como abjeção, aquele/a que foge ao padrão estabelecido como norma¹²⁶. A norma, é assim (re)produzida de modo contínuo e repetitivo, por meio de dispositivos diversos, e envolve uma complexa trama de saber-poder, uma vez que, segundo Lopes e Fabris (2016, p. 43), “[...] primeiro se define a norma e depois se identificam os sujeitos, sempre de forma dicotômica ou polarizada, como normais e anormais, sadios e doentes, deficientes e não deficientes [...]”.

Michel Foucault (2001), quando discute sobre a produção do chamado monstro humano, adverte: “[...] foi em torno dos hermafroditas que se elaborou, em todo caso que começou a se elaborar, a nova figura do monstro, que vai aparecer no fim do século XVIII e que vai funcionar no início do século XIX” (FOUCAULT, 2001, p. 83), conforme abordamos na seção 2.2 deste texto. Com essa advertência do filósofo, reiteramos que a intersexualidade, pelos saberes biomédicos, é marcada pelo processo de abjeção, na medida em que é associada à invisibilidade

¹²⁵ O ensaio de Jeffrey Jerome Cohen, *A cultura dos monstros: sete teses*, corresponde ao capítulo introdutório do livro por ele organizado, *Monster theory. Reading culture*, publicado em 1996. O referido ensaio foi traduzido para a língua portuguesa e incluído na obra *Pedagogia dos monstros: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*, organizada por Tomaz Tadeu da Silva e publicada pela editora Autêntica no ano 2000.

¹²⁶ O conceito de norma, como o tomamos neste texto, foi apresentado no início da introdução, na página 15.

e colocada no lugar da monstruosidade e da doença, de algo raro e incomum, devendo assim o corpo que a apresenta sofrer, por meio de intervenções do campo médico, correções que assegurem a sua normalização, considerando que dispositivos normalizadores, conforme Lopes e Fabris (2016), buscam colocar todos/as sob normas previamente estabelecidas e definidas como norma.

O saber biomédico que sustenta processos de governo dos corpos via verdades sobre o sexo, erigido na modernidade, centrará no dimorfismo sexual. Ele foi determinante para a fundamentação da ordem binária do gênero, que intenta, desde o século XVIII, apagar outras possibilidades sexuadas e generificadas. Para Gonçalves, Carvalho e Maio (2021, p. 249), esse apagamento da pluri existência “acentuou ainda mais o descarte, a objetificação, os estranhamentos, a ideia de monstruosidade e os projetos de limpeza” nas sociedades modernas.

Ao apresentar suas sete teses relativas à compreensão das culturas por meio dos monstros que elas produzem, Cohen (2000, p. 28) defende que eles “[...] devem ser analisados no interior da intrincada matriz de relações que os geram”. A partir dessa ideia, consideramos que o contexto de produção do livro didático de Biologia, orientado por políticas educacionais e uma ideia de mundo assentada na ciência positivista, entendemos que as escolhas relativas ao modo como a intersexualidade é produzida nesse contexto acata e acolhe nas lições e textos que organizam e distribuem discursos e verdades advindos da ciência e interesses estatais hegemônicos assentados no binarismo. Desse modo, a linguagem usada na elaboração do texto didático ocupa-se em marcar um lugar específico destinado aos corpos que escapam à fronteira binária do sexo: o lugar do apagamento de corpos que não atendam à máxima da Biologia relacionada à centralidade da capacidade reprodutiva. Para além disso, ao marcar o corpo com características sexuais atípicas como indesejável e monstruoso e, no mesmo parágrafo (Figuras 12 e 13), reiterar sua incapacidade reprodutiva, o livro didático de Biologia ensina que é desejável que essa reprodução de fato não aconteça, em função dos riscos de perpetuação do que nomeia como anomalia.

Nesse sentido, ao se referir às variações do desenvolvimento sexual denominadas como síndromes de Turner e Klinefelter, observamos a prescrição de intervenções do campo médico para o apagamento de características lidas como ambíguas, como nos excertos: “[...] o médico pode indicar tratamento hormonal a partir da puberdade [...]” e “[...] o tratamento hormonal pode ajudar a diminuir esses sintomas [...]” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010a, p. 233; 2013a, p. 173; LINHARES; GEWANDSZNAJDER; PACCA, 2016c, p. 89). Tais construções remetem à colocação dessas pessoas no lugar da doença, da enfermidade e que somente a medicina poderia intervir, trazendo a solução desejada.

Courtine (2008) explica a transição do monstro para o enfermo ocorrida no século XIX, quando houve uma ruptura na concepção de monstruosidade, fundamentada pela “invenção de uma teratologia científica, baseada nos progressos da embriogenia e da anatomia comparada” (COURTINE, 2008, p. 288). Esse entendimento alterou a concepção de monstruosidade como manifestação diabólica ou divina, de modo que o corpo monstruoso passou a ser analisado racionalmente, passando a ser objeto de estudo pela medicina e pela Biologia. Para Courtine (2008), essa passagem do monstro para o enfermo foca na reabilitação desse corpo, o que culminou com a criação de instituições e técnicas de normalização que favorecessem a reinserção desses corpos à sociedade.

No caso dos corpos intersexo, diversos estudos (ACIOLY, 2007; ALBAN, 2017; BRANCO, 2018; CABRAL, 2020; CANGUÇÚ-CAMPINHO, 2012; COSTA, 2008, 2014; GUIMARÃES, 2014; MACHADO, 2005a, b, 2006, 2008, 2014) evidenciaram que essa adequação é feita por meio de cirurgias genitais cosméticas e/ou hormonioterapia que, em muitos casos, são mutiladoras e causam muito sofrimento, já que tais procedimentos costumam ser feitos sem o consentimento de pacientes, por serem realizados nos primeiros meses de vida. Estes mesmos estudos reiteram que a grande maioria desses procedimentos não estão relacionados à manutenção da vida ou estabilidade da saúde das pessoas, atendendo unicamente ao interesse da conformação dos corpos ao modelo binário e heterossexual.

Macedo (2004) toma os livros didáticos, como produção interessada e endereçada, e afirma que estes tratam-se de “[...] objetos pedagógicos que visam a uma aproximação com o leitor, ao estabelecimento de uma relação, também ela corporificando estratégias de omissão e marginalização” (p. 107). Desse modo, a forma como são apresentadas as chamadas síndromes de Turner e Klinefelter não permite que esses casos sejam identificados dentro das possibilidades da intersexualidade e sim como desvios à norma instituída (o modelo dos dois sexos), com centralidade a uma suposta esterilidade e/ou infertilidade e atribuição à escola do papel de inserção dessas pessoas na norma.

A coleção *Biologia Hoje* também estabelece a associação entre configurações cromossômicas, gonadais e/ou hormonais relacionadas à determinação de características sexuais a questões comportamentais, o que pode ser observado por meio da análise detalhada das Figuras 11 e 12. Acerca da síndrome de Turner, além da informação sobre as características morfológicas e genéticas, da ocorrência, das características fenotípicas em razão dos órgãos, taxas hormonais e caracteres sexuais secundários indicados como “pouco desenvolvidos”, o extrato que apresentamos nas Figuras 11 e 12, aponta para “problemas renais e cardiovasculares”, e para a infertilidade da portadora.

Está presente nos textos e imagens referidas a informação de que, dado “*a possibilidade de um amadurecimento mental um pouco mais lento*”, o “*médico*” e não a instituição de saúde “*pode indicar tratamento hormonal a partir da puberdade*”. De modo distinto, informa-se que a instituição *escola*, não o/a professor/a, e “*em casa*” não a família, devem “*estimular desde cedo a portadora*”. Embora não esteja explicitado a que deve ser estimulado, fica no interdito que se trata de estímulos para que o desenvolvimento mental alcance ou fique próximo à média – a norma do que pode ser considerado como suficientemente ou bem desenvolvido. Há assim a demarcação do corpo atípico, aquele fora da norma estabelecido pela genética, endocrinologia, morfologia, anatomia e fisiologia. A descrição das síndromes das Figuras 11 e 12 também é utilizada por Amabis e Martho (2010; 2013 e 2016), como ilustra a Figura 13.

Expressões como: “*amadurecimento mental um pouco mais lento*” (Figura 11); “*atraso mental leve*”; “*retardo mental leve*” (Figura 13); “*muito agressivos, com propensão à criminalidade*”, esta última expressão, já referida por nós na subseção anterior, estão relacionadas com a produção de verdades da ciência e do campo moral. A produção de verdades em nossa época envolve processos de validação de conhecimentos produzidos em certas condições, permitindo definir o que conta como verdade em um determinado tempo e contexto, de modo que “descrever a ciência e a verdade que ela instaura significa que estamos colocando em xeque tanto esse regime de verdade quanto a própria noção de verdade” (MEYER, 2014, p. 56).

Ao colocar os corpos que apresentam configurações cromossômicas distintas daquelas instituídas como normais no lugar da anomalia, estabelecendo-se associações entre tais configurações e certas condições que são objeto de estudo da psiquiatria, o livro didático, pautado nos discursos e currículos oficiais, despotencializa o que ele cria como o outro. Nesse sentido, ao convocar o poder psiquiátrico (FOUCAULT, 1972), o texto didático lança mão de mais um instrumento de normalização. São as instituições (escola, hospital e hospício) cumprindo com o papel de colocar os corpos intersexo no interior da norma.

Ao se supor um alinhamento entre sexo, gênero e sexualidade, que sustenta a heteronormatividade, via reiteração compulsória da norma heterossexual, passa-se a supor que todas as pessoas devem obedecer a essa lógica. A partir dessa premissa, os sistemas de saúde e de educação, por exemplo, são pensados para atender às pessoas alinhadas a tal norma. Para Louro (2009, p. 90), os que fogem à norma “[...] poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados [...]; ou são relegados a um segundo plano [...]; quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos”. Nesse sentido, os livros didáticos de Biologia analisados atuam como dispositivo na produção da intersexualidade como sendo algo

fora da norma, patologizando-a, inclusive estabelecendo associações com o campo da psiquiatria.

Ainda que estejamos tomando a escola como uma instituição de sequestro (FOUCAULT, 1987), entendemos que o livro didático de Biologia, ao apresentar as configurações cromossômicas, genitais, gonadais e hormonais que diferem do padrão heteronormativo hegemônico, poderiam adotar o uso de uma linguagem inclusiva e não estigmatizante. Nesse sentido, a inserção de textos complementares que retratassem pessoas com as chamadas síndromes de Turner e Klinefelter desempenhando suas atividades cotidianas, não são ditas nos livros. Suas humanidades são destituídas dos seus corpos. Desse modo, as conformações biológicas, sindrômicas, criam modos de olhar para esses corpos, dentro do campo da monstruosidade, da aberração; no enquadramento da doença, da falta, da falha, do erro. Nesse momento, a outridade é distanciada da sua potência, como apresentado por Gonçalves, Carvalho e Maio (2021, p. 245), tratando-a “[...] como aquilo que contamina uma natureza pura, borra uma estética, desestabiliza uma ordem”. Portanto, dever passível de ajuste e correção.

5.3 O corpo intersexo na ordem do não (re)produtivo e da norma heterossexual

Em sua obra, Foucault detalha como, ao longo dos séculos XIX e XX, no Ocidente, o dispositivo da sexualidade passa a atuar como elemento organizador e definidor de verdades nos sujeitos, produzindo efeitos de normalização e patologização relativos ao corpo e ao sexo. Em suas análises, destacou que corpos e práticas eróticas foram esquadrihados com vistas ao estabelecimento da fronteira entre o normal e o patológico, fundindo os discursos médico, jurídico, psicológico e governamental na produção do sujeito.

Para ele, o dispositivo, define e faz funcionar efeitos de verdades por meio da produção e aplicação de procedimentos de normalização e de patologização sobre o sexo e as experiências do desejo e do prazer (FOUCAULT, 2017). Uma das verdades, que passa a ser hegemônica a partir do século XVIII, é a de que os atos sexuais não reprodutivos são uma ameaça à sociedade.

Acerca da ameaça a que se expõe à sociedade pelos atos sexuais com intenções explicitamente não reprodutivos, Taylor (2018, p. 66) elucida que “[...] indivíduos envolvidos em atos sexuais não reprodutivos e as mulheres desinteressadas por sexo procriador eram medicamente tratados por perversão, frigidez e disfunção sexual”. O autor assevera ainda que “[...] no nível biopolítico, atos sexuais não reprodutivos e a rejeição da sexualidade reprodutiva são questões que precisam ser gerenciadas” (TAYLOR, 2018, p. 66).

Essa ideia segue forte na contemporaneidade, e é apresentada nos livros didáticos que estudamos, quando estes se referem às características fenotípicas e genotípicas que caracterizam casos de intersexualidade, conforme pode ser observado no extrato de texto, presente nas figuras 11 e 12, constante da subseção anterior: “A portadora [...] é quase sempre estéril (os ovários não produzem óvulos)”;

“[...] baixa fertilidade, com pouca ou nenhuma produção de espermatozoides [...]. O tratamento hormonal pode ajudar a diminuir esses sintomas, mas não a baixa fertilidade.” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010a, p. 234; 2013a, p. 174, LINHARES; GEWANDSZNAJDER; PACCA, 2016c, p. 89).

A infertilidade também é marcada como característica central no excerto da Figura 13: “As principais características dessa síndrome são baixa estatura, problemas no desenvolvimento dos órgãos genitais, infertilidade” (AMABIS; MARTHO, 2010, p. 162-163; 2013a, p. 254-255; 2016a, p. 109-110).

No volume 1 da edição de 2016 da coleção *Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna*, no capítulo que aborda a reprodução humana, foi acrescentado um box intitulado *Amplie seus conhecimentos*. Um dos textos do box é *Homens e mulheres: compreender conceitos para vencer preconceitos e estereótipos*, que indica a síndrome da insensibilidade a andrógenos (uma das variações da conformação sexual dos seres humanos). No que se refere a este texto, destacamos e excerto a seguir:

As pessoas afetadas por essa síndrome, apesar de terem cariótipo 44A+XY, desenvolvem-se como mulheres, apresentando genitália externa tipicamente feminina e vagina, mas não têm útero nem ovários; os testículos alojam-se nos lábios vaginais ou no abdome. Apesar do fenótipo feminino e de poderem ser sexualmente ativas, **essas pessoas são estéreis**, condição que não pode ser revertida por tratamento hormonal (AMABIS; MARTHO, 2016a, p. 208-209, grifos nossos).

Nesse caso, é possível observar a relação direta que os autores fazem entre as pessoas que são sexualmente ativas e capazes ou não de se reproduzirem, em mais uma associação da prática sexual exclusivamente ligada à função da procriação. O texto ressalta ainda que a condição de esterilidade não pode ser revertida com tratamento hormonal.

As coleções analisadas alinham as pessoas com as condições Klinefelter e Turner à ordem do alinhamento sexo-gênero, portanto, a ideia de que é Klinefelter um homem com pouca ou nenhuma produção de espermatozoide, e, é Turner uma mulher com ovários que não produzem óvulos. Os livros remetem a ideia “ser homem” e “ser mulher” a partir da determinação do sexo. São ovários, óvulos, pênis, testosterona, espermatozoides estruturas e substâncias centrais no processo de demarcação do sexo-gênero e da capacidade reprodutiva.

Ainda que os livros didáticos de Biologia afirmarem que Klinefelter trata-se de corpos masculinos e Turner, de femininos, ao reiterar características como: “ovários e órgãos sexuais pouco desenvolvidos” e “testículos pouco desenvolvidos” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER; PACCA, 2016c, p. 89); “ausência de espermatozoides”, “ovários não funcionais” (LOPES; ROSSO, 2010c, p. 363; 2013c, p. 234; 2016c, p. 196); “problemas no desenvolvimento dos órgãos genitais” (AMABIS; MARTHO, 2010, p.163; 2013a, p.255; 2016a, p.110), ensinam que são corpos incompletos e que, de algum modo, não são capazes de desempenhar as funções atribuídas a homens e mulheres completos. Enquanto ensina que existem pessoas que são incompletas, o livro didático de Biologia opera na produção de exclusões daqueles/as que estão fora da norma, como já escrevemos em outro lugar.

O livro didático de Biologia, tomado como dispositivo, coloca em circulação e funcionamento discursos hegemônicos advindos do campo médico. E o faz, à medida que apresenta sugestões de intervenções cirúrgicas que sejam capazes de produzir o alinhamento sexo-gênero-genitália, como no caso do box intitulado *Hermafroditismo na espécie humana*, coleção *Biologia Hoje*, que encerra o capítulo que versa sobre a reprodução e desenvolvimento embrionário em animais, volume 1, (Figura 14). Ao final do texto do box referido, há a seguinte questão:

Uma menina que nasceu com útero perfeito, mas com tecidos de testículos e sem ovários, foi submetida a uma cirurgia para retirada do tecido do testículo e passou a tomar os hormônios femininos que normalmente são produzidos pelos ovários. Ela poderá engravidar e ter um filho de forma natural? E ter sangramentos periódicos como os da menstruação? Justifique sua resposta. (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010a, p. 269).

O texto complementar exposto na Figuras 14, que foi repetido nas três edições da coleção *Biologia Hoje*, reitera o quanto é central o papel reprodutivo atribuído ao ato sexual na espécie humana. Além disso, o texto didático ensina que pessoas biologicamente não férteis são, de alguma forma, inadequadas à vida plena, assunto que será discutido mais detidamente ao longo das análises, ainda nesta tese.

Figura 14 - Box-*Aplique seus conhecimentos*, coleção *Biologia Hoje* (2010)

**APLIQUE
seus conhecimentos**

ATENÇÃO
 Não escreva
 no livro.
 Responda
 sempre no
 caderno.

Leia o texto abaixo e responda à questão.

Hermafroditismo na espécie humana

Indivíduos hermafroditas são muito raros na espécie humana. Apresentam testículos e ovários separados ou uma gônada mista (ovoteste).

No pseudo-hermafroditismo, o indivíduo apresenta gônadas de um sexo, mas órgãos genitais ambíguos ou do sexo oposto. No pseudo-hermafroditismo feminino, a suprarrenal do embrião feminino produz hormônios masculinos, talvez por causas genéticas. O indivíduo passa a apresentar ovários e órgãos genitais ambíguos. Há, por exemplo, desenvolvimento maior do clitóris, que pode ser confundido com um pênis. No caso masculino, o indivíduo possui testículos dentro do abdome e uma vagina fechada no fundo, não apresentando útero nem ovário. O problema pode ser genético, provocando falhas nos receptores das células que respondem aos hormônios sexuais.

Em certos casos, cirurgias ou tratamentos hormonais podem corrigir as malformações dos órgãos genitais.

Uma menina que nasceu com útero perfeito, mas com tecidos de testículos e sem ovários, foi submetida a uma cirurgia para retirada do tecido do testículo e passou a tomar os hormônios femininos que normalmente são produzidos pelos ovários. Ela poderá engravidar e ter um filho de forma natural? E ter sangramentos periódicos como os da menstruação? Justifique sua resposta.

Fonte: Linhares e Gewandsznajder (2010a, p. 269).

Sobre a pergunta proposta ao final do texto complementar, o Manual do Professor, apresenta a seguinte resposta: “Ela não poderá engravidar de forma natural, pois, como não possui ovários, não ovulará. Poderá menstruar desde que as pílulas sejam tomadas de modo semelhante às oscilações dos hormônios do ciclo menstrual” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010b, p. 65). Cabe informar que a pergunta final foi suprimida, assim como os comentários sobre a (im)possibilidade de gravidez, nas edições seguintes da coleção.

Isso evidencia que, ainda que a centralidade do papel reprodutivo da mulher continue sendo reiterada no livro didático, ao longo do tempo, tensões na escolha do que é dito (ou não) nesse texto são evidenciadas por meio de descontinuidades como a observada nesse caso, o que indica que a apresentação da complexidade do sexo de um corpo no âmbito da Biologia escolar “[...] passa, invariavelmente, por decisões e embates sociais, políticos e da materialização

efetiva de experiências produtoras de formas de pensamento que favoreçam a ruptura com os modos hegemônicos de narrar o sexo, o gênero e o corpo” (SILVA, E. P. Q., 2015, p. 208). Pela experiência da orientadora desta tese com os processos de avaliação de obras didáticas de Biologia submetidas ao PNLD – 2012 e 2015, há possibilidades de que tal alteração tenha sido provocada por questionamento da comissão de avaliação pedagógica das obras.

A resposta indicada para o/a professor/a lança o/a profissional na seara da gravidez natural, ou seja, aquela resultante de uma relação heterossexual, e, a menstruação (como exigência?), certamente para assegurar que este corpo seja o de uma mulher. Cabe salientar que a resposta presente no Manual do Professor (livro destinado ao/a Professor/a) foi excluída das edições seguintes.

O texto do box supracitado consta no livro do/a estudante na edição de 2013, encerrando o mesmo capítulo, mas sem o parágrafo com o questionamento final e, portanto, sem a resposta a ele constante do Manual do Professor da edição anterior. Na edição seguinte (2016), o texto presente no box foi deslocado para o Manual do Professor, com a inclusão de sugestões de leituras do campo biomédico (Figura 15). As mesmas referências de leitura complementar da edição de 2013, estão presentes exclusivamente no Manual do Professor na edição de 2016, e, na edição de 2010 não localizamos nenhuma sugestão de leitura complementar sobre o tema.

Figura 15 - Texto que compõe orientações referentes ao capítulo que trata sobre a reprodução, do Manual do Professor, na coleção *Biologia Hoje*

<p style="text-align: center;">Hermafroditismo na espécie humana</p> <p>Indivíduos hermafroditas são muito raros na espécie humana.</p> <p>Apresentam testículos e ovários separados ou uma gônada mista (ovoteste). No pseudo-hermafroditismo, o indivíduo apresenta gônadas de um sexo, mas órgãos genitais ambíguos ou do sexo oposto. No pseudo-hermafroditismo feminino, a glândula suprarrenal do embrião feminino produz hormônios masculinos, talvez por causas genéticas. O indivíduo passa a apresentar ovários e órgãos genitais ambíguos. Há, por exemplo, desenvolvimento maior do clitóris, que pode ser confundido com um pênis. No caso masculino, o indivíduo possui testículos dentro do abdome e uma vagina fechada no fundo, não apresentando útero nem ovário.</p> <p>O problema pode ser genético, provocando falhas nos receptores das células que respondem aos hormônios sexuais. Em certos casos, cirurgias ou tratamentos hormonais podem corrigir as malformações dos órgãos genitais.</p>	<p>Para saber mais sobre o tema, podem ser consultados os livros e o site a seguir:</p> <p>MACIEL-GUERRA, A. T.; GUERRA JR., G. (Org.). <i>Menino ou menina?. Os distúrbios da diferenciação sexual</i>. 2. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2010.</p> <p>SADLER, T. W. <i>Langman: Embriologia médica</i>. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.</p> <p><www.projetodiretrizes.org.br/5_volume/22-Hermafrodi.pdf> (acesso em: 25 mar. 2016).</p>
---	--

Há uma passagem do texto *Hermafroditismo na espécie humana*, em que fica evidenciada a não admissão da ambiguidade genital como uma possibilidade de existência referidos pelas Figuras 14 e 15: “Há, por exemplo, desenvolvimento maior do clitóris, que pode ser confundido com um pênis. No caso masculino, o indivíduo possui testículos dentro do abdome e uma vagina fechada no fundo, não apresentando útero nem ovário” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010a, p. 269, 2013a, p. 189; LINHARES; GEWANDSZNAJDER; PACCA, 2016b, p. 342). Nesse trecho, é possível observar ainda a reiteração da ideia de que, em um mesmo corpo não podem coexistir estruturas como testículo e vagina. Desse modo, o recurso adotado no texto é a indicação de intervenções médicas para a correção do corpo e, neste caso, para o alinhamento das referidas estruturas anatômicas à norma binária de sexo-gênero: “Em certos casos, cirurgias ou tratamentos hormonais podem corrigir as malformações dos órgãos genitais” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010a, p. 269; 2013a, p. 189, LINHARES; GEWANDSZNAJDER; PACCA, 2016b, p. 342).

No tocante a demarcação do que pode ser um corpo de homem ou um corpo de mulher, Machado (2005a) explica que existem alguns fatores que são levados em conta pelas equipes do campo da saúde, quando pensam em fazer uma menina que, segundo a autora, em ordem de prioridade, correspondem: “[...] à capacidade reprodutiva [...] e à possibilidade de reconstrução anatômica de uma vagina que possibilite, para a mulher, mais tarde, relações sexuais prazerosas [...] e que possa ser penetrada por um pênis” (MACHADO, 2005a, p. 76). Em outra obra, a autora (MACHADO, 2005b) afirma que um dos critérios para a escolha da anatomia das genitálias é a capacidade penetrativa. Nessa perspectiva Pino (2007, p.157) reitera que no jargão médico “é mais fácil cavar um buraco do que construir um poste”. Desse modo, a decisão pela escolha da determinação da genitália feminina é revelada pela quantidade superior de cirurgias para construção de vulvas e vaginas quando comparadas àquelas para construção de pênis (KRAUS, 2008).

Segundo essa lógica, um clitóris grande demais deve ser reduzido, a fim de que não seja confundido com um pênis, já que a função do clitóris não seria a de penetração. A antropóloga explica ainda que as normas adotadas para a definição de meninos são mais complexas, levando em consideração os seguintes fatores, também por ordem de prioridade:

o tamanho e a capacidade erétil do pênis, a possibilidade de sentir prazer (o que é associado à ejaculação) e de penetrar adequadamente uma vagina, a capacidade reprodutiva e, o que é bem significativo em termos de representação de masculinidade, a capacidade de “urinar em pé” e não como uma menina (MACHADO, 2005a, p. 76).

Desse modo, autora assinala para o que vai interessar na demarcação da ideia homem – isso envolve, além das estruturas biomédicas, a representação sociocultural da masculinidade. Assim, as prescrições de procedimentos cirúrgicos e hormonioterapia, presentes no texto do box da coleção *Biologia Hoje*, estão alinhadas ao pensamento hegemônico produzido (e praticado) pela medicina.

Nas três coleções analisadas, ao referirem-se à Klinefelter, evidenciam de modo reiterado características de corpos representados em nossa cultura como de homens, tais como: testículos pequenos e ausência de espermatozoides. Sem dúvida que, ao tomarmos os estudos de gênero e os estudos das masculinidades, encontramos suportes teóricos que nos permitem problematizar os ensinamentos (ditos e não ditos) do livro didático sobre a intersexualidade e os modos de produção/reiteração do ser homem.

Reawyn Connell, socióloga transexual de origem australiana, por exemplo, é conhecida pelos/as estudiosos/as de gênero, por sua produção em torno dos estudos das masculinidades, sobretudo pelo desenvolvimento do conceito de masculinidade hegemônica. Tem sido um consenso no campo dos estudos de gênero a utilização do termo no plural, “masculinidades”, considerando-se que

a masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero [...]. Falar de posição dos homens significa enfatizar que a masculinidade tem a ver com relações sociais e também se refere a corpos – uma vez que homens significa pessoas adultas com corpos masculinos (CONNELL, 2005, p. 188).

Em consonância com esse pensamento, a masculinidade

[...] não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 250).

Desse modo, conforme afirmamos em outro estudo, defendemos que “as noções de masculinidade e feminilidade são invenções históricas que variam de acordo com os contextos sociais e culturais, podendo ser diversas também dentro de um mesmo grupo de pares” (SIQUEIRA-SILVA; SILVA, 2019, p. 30). É possível identificar, por meio da leitura dos textos, tanto destinados aos/às estudantes, quanto naqueles destinados aos/às professores/as, que a ideia da existência de uma diferença inata entre as naturezas masculinas e femininas segue poderosa, instaurando-se pelo processo heteronormativo. Essa força, produzida numa perspectiva normativa está assentada na produção vinculada ao campo científico e se alastra nas diversas instâncias sociais, de modo que na escola, o livro didático de Biologia, também se ocupa dessa tarefa, tendo em vista que a hegemonia das explicações biológicas ajuda a criar e

a sustentar elementos da heteronormatividade que os/as estudantes tomam como explicações únicas.

Para Louro (2009), o processo heteronormativo é muito visível em sua ação sobre os sujeitos masculinos, podendo estar associado à homofobia, uma vez que, pela lógica dicotômica, o processo de masculinização implica na negação de práticas e/ou características referidas ao feminino. Para a pesquisadora, “[...] essa negação se expressa, muitas vezes, por uma intensa rejeição ou repulsa de práticas e marcas femininas (o que caracterizaria, no limite, a misoginia). É preciso afastar ou negar qualquer vestígio de desejo que não corresponda à norma sancionada” (LOURO, 2009, p. 91-92).

O mesmo ocorre quando olhamos para a produção da mulher e/ou da feminilidade. No que se refere ao procedimento de afirmar a mulher a partir de um conjunto de características biológicas, Fausto-Sterling (2001), levanta os seguintes questionamentos:

[...] por que deveríamos nos importar se uma “mulher” (definida como tendo seios, vagina, útero, ovários e menstruação) tiver um “clitóris” suficientemente grande para penetrar a vagina de outra mulher? Por que importar-nos se existirem indivíduos cujo “equipamento biológico natural” lhes permita fazer sexo “naturalmente” tanto com homens quanto com mulheres? Por que amputar ou esconder cirurgicamente aquela “ofensiva haste” encontrada num clitóris particularmente grande? (p. 27).

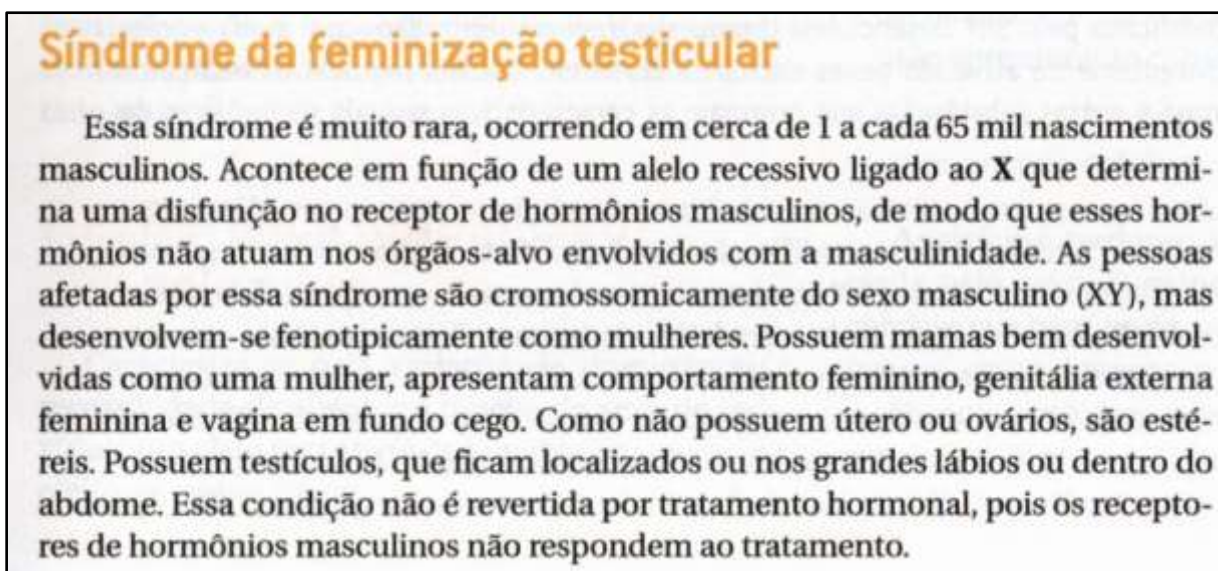
Em seguida, a pesquisadora responde que, para que as divisões de gênero sejam mantidas, “[...] precisamos controlar aqueles corpos que são tão refratários que chegam a apagar as fronteiras. Como os intersexuais literalmente corporificam os dois sexos, contribuem para enfraquecer as afirmações sobre diferenças sexuais” (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 27). Nesse caso, é posta em cena uma imposição de adequação do corpo ao dimorfismo sexual para a preservação de uma coerência ditada por convenções sociais, sendo possível observar que o corpo e a experiência intersexo são cerceados em níveis extremos, por meio da indicação de hormonioterapia e/ou correções cirúrgicas cosméticas em busca da normalização das diferenças sexuais em busca de identidades binarizadas, já que para Fausto-Sterling (2000b), as técnicas cirúrgicas que normalizam as genitálias ajudam a manter o sistema binário de gênero.

No que se refere às cirurgias para a construção de canal vaginal em crianças intersexo, Bento (2006, p. 41) afirma que elas não se limitam à produção de um órgão, mas destinam-se “[...] sobretudo à prescrição das práticas sexuais, uma vez que se define como vagina o orifício que pode receber um pênis”. A autora ressalta ainda que a suposição de uma estrutura naturalmente dimórfica, que considere exclusivamente a heterossexualidade como prática, desconsidera a possibilidade de que algumas dessas meninas sejam lésbicas e quisessem reivindicar outros usos para seus órgãos.

Na primeira linha do texto *Hermafroditismo na espécie humana*, do box da coleção *Biologia Hoje*, está afirmado que “indivíduos hermafroditas são muito raros na espécie humana” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010a, p. 269; 2013a, p. 189, LINHARES; GEWANDSZNAJDER; PACCA, 2016b, p. 342). Dessa maneira, a intersexualidade é posicionada no lugar do exótico, da excentricidade e da anormalidade. Ao cruzarmos essa afirmação com o dado disponibilizado por Fausto-Sterling (2000a) de que 1,7% da população mundial pode ser considerada intersexo, questionamos a raridade indicada pelo livro analisado naquilo que ele nomeia como hermafrodita. Desse modo, é possível contestar a afirmação de que os casos são muito raros na espécie humana. Ao intitular o texto como *Hermafroditismo na espécie humana* e adotar uma linguagem que se refere a casos masculinos e femininos, o livro didático coloca a produção do gênero no centro da discussão, não rompendo com os ideais do corpo dimórfico, da heterossexualidade compulsória e do sexo reprodutivo.

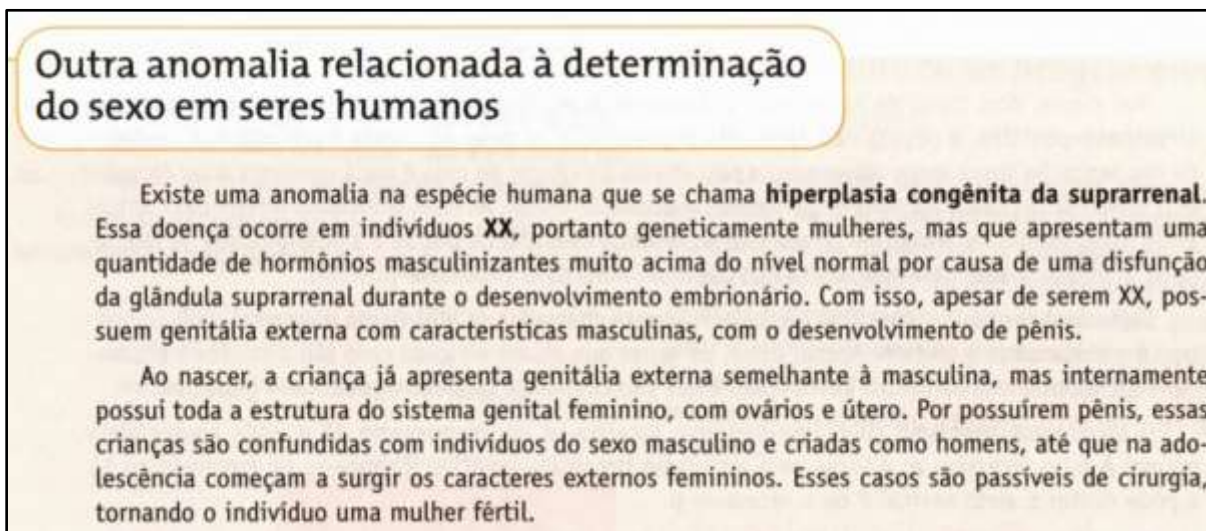
Nas três edições da coleção *Bio* analisadas, o texto do/a aluno/a faz referência a duas condições que se enquadram no espectro da intersexualidade: a síndrome da feminização testicular (Figura 16) e a hiperplasia congênita suprarrenal (Figura 17), caracterizando ambos os casos como patologias e fazendo referência a tratamentos para o enquadramento às normas binárias e heterossexuais, com centralidade à impossibilidade reprodutiva.

Figura 16 - Síndrome da feminização testicular, livro do/a aluno/a, coleção *Bio* (2010, 2013 e 2016)



Fonte: Lopes e Rosso (2010c, p. 369; 2013c, p. 241; 2016c, p. 203).

Figura 17 - Outra anomalia relacionada à determinação do sexo em seres humanos, coleção *Bio*, livro do/a aluno/a (2010, 2013 e 2016)



Fonte: Lopes e Rosso (2010c, p. 370; 2013c, p. 241; 2016c, p. 203).

Ao colocar as duas possibilidades de variação corporal (*síndrome da feminização testicular* e *hiperplasia congênita da suprarrenal*) no lugar da anomalia, a partir da ideia do alinhamento entre sexo-gênero-genitália, o sexo reprodutivo ganha centralidade no texto, permeando os saberes sobre a intersexualidade e reiterando a matriz heterossexual. O conceito de matriz heterossexual desenvolvido por Judith Butler corresponde a uma “grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gênero e desejos são naturalizados” (BUTLER, 2020, p. 258), de modo a haver a associação entre configuração cromossômica, genital e hormonal a aspectos como masculinidade e feminilidade.

Os dois textos, Figuras 16 e 17, apontam para: a intersexualidade como raridade e como anomalia; a masculinidade como algo inato e ligado a configurações cromossômicas e hormonais; a associação do desenvolvimento de mamas unicamente com características femininas; a esterilidade como problema e a prescrição de cirurgias e hormonioterapia para a normalização dos corpos.

Com os textos referidos, o livro opera na estruturação de modos de pensar, dando corpo a estratégias de poder, assegurando o controle de corpos e populações via disciplina escolar. Essa é uma teia que nos mostra o quanto “[...] as grandes editoras de livros didáticos direcionam suas ações tanto para as escolas, quanto para o Estado, porque nas primeiras os livros são adotados, e quanto ao Estado, é a instância que delibera e implementa as políticas públicas em educação” (CASSIANO, 2013, p. 157).

Ao se valer de uma linguagem pautada em verdades únicas sobre o conhecimento, por meio de narrativas que desconsideram as variações biológicas da configuração sexual, o livro

didático coloca em funcionamento projetos formativos e educacionais que atendem ao modelo dos dois sexos e do binarismo de gênero, que é o modo hegemônico de conhecimento e das normas de conduta e explicação das identidades sexuais e de gênero consideradas válidas e aceitas. A manutenção da heterossexualidade como norma depende da ideia de uma natureza masculina e outra feminina fixas, opostas e complementares, ideia que foi (e continua sendo) amplamente produzida e difundida pelas ciências biomédicas e (re)produzida por livros didáticos de Biologia “numa busca incessante por gênero determinado pela genitalização dos corpos” (SILVA, M. G., 2021b).

Desse modo, ao ter contato com o texto didático, o/a estudante, já imerso/a na produção cultural predominante da sexualidade encontrará, de modo reiterado, as ideias dominantes de dualismo, hegemonia masculina e heteronormatividade. Tais ideais essencialistas e deterministas têm sido categoricamente criticadas por estudiosas feministas e de gênero que, a partir da década de 1970, passaram a produzir conhecimento relativo à construção social da sexualidade (Gayle Rubin, Jeffery Weeks), sobre performatividade de gênero (Judith Butler) e questionar o fundacionalismo biológico (Linda Nicholson).

O saber médico, a partir do século XIX, passou a recolher informações acerca do corpo feminino, associando algumas características anatômicas à maior probabilidade de ser mãe, reiterando ainda uma possível inexistência de desejo sexual, que deveria ser canalizada para o desejo de ser mãe, que estaria na essência feminina (RAGO, 2002). A mulher como sujeito reprodutor, determinado biologicamente, tem implicações sociais bastante complexas na cultura ocidental. Por meio dessa vinculação, a mulher na sociedade, foi encerrada no espaço privado, indicado como o lugar mais seguro para a garantia de uma função nobre: a da manutenção da espécie humana por meio da garantia de novos descendentes. Desse modo, “[...] a reprodução, como principal atividade da mulher, funcionou como estratégia de controle de sua atuação social e a Ciência contou com diferentes mecanismos para sustentar esse controle” (MACEDO, 2007, p. 53). Esse modelo colocado em funcionamento que, por séculos restringiu (e continua restringindo) o acesso de mulheres ao mundo do trabalho e da escolarização, foi sustentado pela produção científica e continua sendo colocado em funcionamento por meio de vários dispositivos de controle, dentre os quais o livro didático de Biologia.

5.4 A ausência/presença de referentes biológicos na determinação do sexo, do gênero e das emergências médicas

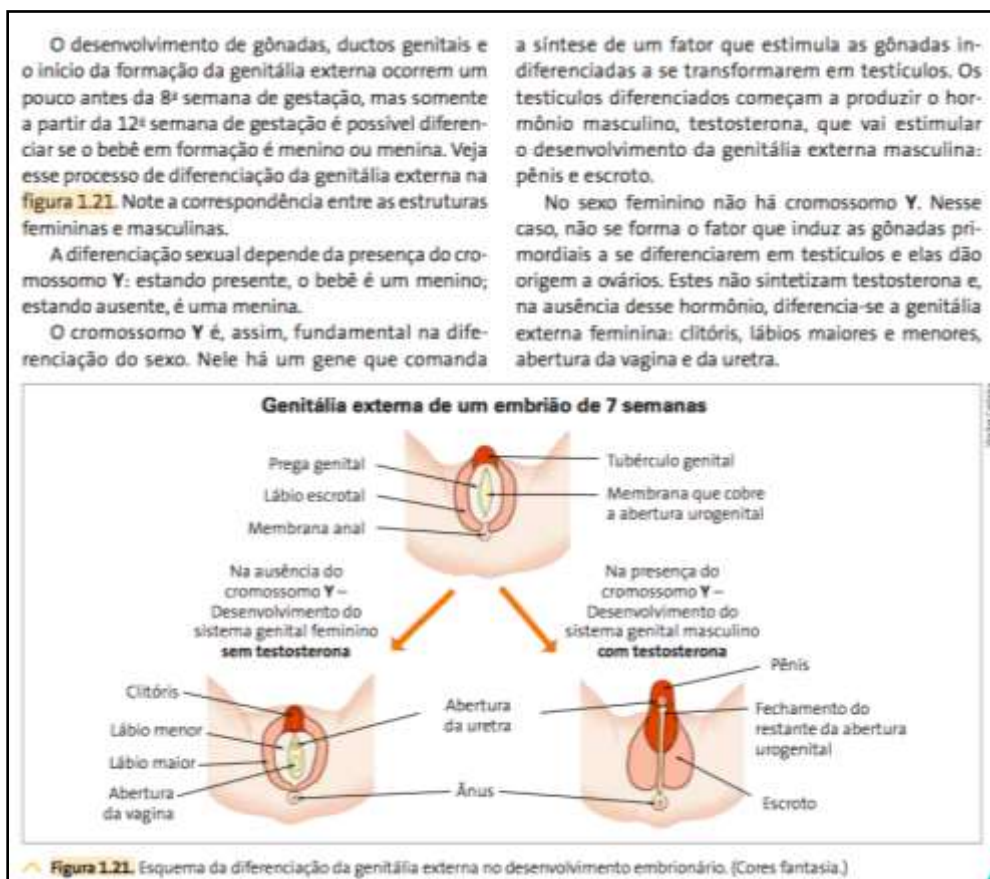
Nos capítulos dos livros analisados, é constantemente reiterada a vinculação da constituição biológica à construção do corpo-mulher, evidenciando uma posição essencialista

heteronormativa, de modo desarticulado das multiplicidades de corpos, “[...] buscando, como o fazem a ciência e alguns/as de seus/as profissionais, o manejo da sexualidade; perseguindo a manutenção do normal, do binarismo de gênero e da divisão sexual, macho ou fêmea, homem ou mulher” (SILVA, 2015, p. 204).

Nas três edições da coleção *Bio*, a produção do feminino, do corpo-mulher está relacionada à ideia da presença ou ausência de determinados marcadores biológicos atrelados à construção socio-histórica-política do gênero e da sexualidade. Passaremos a seguir, a apresentar os marcadores que reconhecemos na análise dos livros:

A ausência, atrelada à ideia da falta é assinalada, por exemplo, na página do volume 3 (Figura 18), da coleção quando é afirmado que “[...] a diferenciação sexual depende da presença do cromossomo Y: estando presente, o bebê é um menino; estando ausente, é uma menina”; “no sexo feminino, não há cromossomo Y”; “na ausência do cromossomo Y – Desenvolvimento do sistema genital feminino **sem testosterona**” (LOPES; ROSSO, 2010c, p. 52-53; 2013c, p. 33-34; 2016c, p. 29, grifos da/o autor/a). Ao referir-se a embriões em estágio inicial de desenvolvimento como meninos ou meninas, o livro didático produz uma invocação performativa e instala em torno desses corpos um conjunto de expectativas e suposições, a partir das quais estrutura-se certa ideia de gênero. Essas suposições buscam antecipar o que seria mais apropriado para esse corpo, antes mesmo do nascimento, uma vez que só é possível a construção de sujeitos sociais a partir de uma construção de gênero (BUTLER, 2020).

Figura 18 - Desenvolvimento embrionário da genitália humana, coleção *Bio*



Fonte: Lopes e Rosso (2010c, p. 52-53; 2013c, p. 33-34; 2016c, p. 29).

As ilustrações do esquema presente na Figura 18 se sustentam nas teorias propostas por John Money e defendidas por Maciel-Guerra e Guerra-Júnior (2019) na contracapa da obra *Menino ou menina? os distúrbios da diferenciação do sexo*. A autora e o autor apresentam o livro a partir da afirmação que atribuem à pediatra Roberta Pagon: “Menino ou menina? Quando não se pode responder a essa pergunta sem pensar duas vezes, trata-se de uma emergência médica” (MACIEL-GUERRA; GUERRA-JÚNIOR, 2019, s.p.). Nesses casos, em que essa pergunta que organiza o mundo ocidental moderno não pode ser respondida, passam-se a ser realizados diversos exames destinados a se desvelar a natureza das possíveis variações na determinação do sexo e do gênero, na obstinada busca pela descoberta do *verdadeiro sexo* da criança.

A Psicóloga social americana, Suzanne Kessler no livro *The Medical Construction of Gender: Case Management of Intersexed Infants*, datado de 1990, detalha um roteiro seguido por profissionais do campo da medicina, apresentado aos pais entre o nascimento e a descoberta do *verdadeiro sexo*. Segundo ela, em um primeiro momento, os médicos explicam aos pais o desenvolvimento fetal considerado normal e os eventos biológicos envolvidos no nascimento

de uma criança com genitais *ambíguos*. Ela assevera que há uma insistência na reiteração de que todos os embriões se desenvolvem da mesma maneira durante as primeiras seis semanas de gestação, com potencialidade para o desenvolvimento de ambas as genitálias; que as equipes médicas também apontam que a genitália masculina e a feminina se diferenciam da mesma estrutura original, de modo que o clitóris e a glândula são anatomicamente análogos; que, tais analogias anatômicas revelarão aos pais que o que eles vêem como um pênis pequeno seria, na verdade, um clitóris grande, a ser reduzido cirurgicamente; ou ainda que um clitóris grande seria, na realidade, um pênis pequeno a ser aumentado, também cirurgicamente, a depender do resultado do teste do cariótipo.

De outra parte, Cynthia Kraus e colaboradores (2008) defendem que o modelo de determinação do sexo explicado aos pais é fundamentalmente androcêntrico e que o sexo feminino apresenta-se como a tendência básica no desenvolvimento embrionário, desde que esteja ausente o gene que induz a formação dos testículos, ou que haja mau funcionamento na produção dos chamados hormônios masculinos. Segundo os/as autores/as “esse modelo que define o gênero feminino como o sexo base ocorrendo por padrão reforça a velha ideia que as fêmeas seriam menores do que os machos e que seria mais fácil construir uma vagina” (KRAUS et al., 2008, p. 7, tradução livre da autora¹²⁷).

A reiteração da ideia do corpo da mulher como lugar da falta ou de falhas no funcionamento orgânico também está presente nas coleções *Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna*, quando esta afirma que “[...] a presença de gene SRY normal leva à condição masculina, enquanto sua ausência ou falhas em seu funcionamento levam à condição feminina” (AMABIS; MARTHO, 2016a, p. 208).

Dessa maneira, para as coleções referidas, presença ou ausência/falhas de gene SRY é o demarcador utilizado para o que é nominado condição masculina e condição feminina. A nosso ver, é a genética a fonte produtora do saber que, pelo livro, configura-se naquilo que pode ser reconhecido como alinhamento sexo-gênero. No processo de leitura atenta aos ditos e não ditos das coleções, não há dúvidas de que a explícita referência à ambiguidade, desse modo ao que não é passível de determinação do sexo e, por conseguinte, na lógica operadora do gênero, estão as lições sobre as síndromes de Turner e Klinefelter. Na coleção *Biologia Hoje*, em texto relativo à síndrome de Klinefelter, na edição de 2016, localizamos a substituição do termo *seios* pelo termo *mamas* nas legendas das imagens que apresentamos nas Figuras 11 e 12 desta tese.

¹²⁷ O original apresenta-se da seguinte forma: “Ce modèle qui définit le sexe femelle comme le sexe de base survenant par défaut vient renforcer l’idée ancienne que les femmes seraient de moindres mâles et qu’il serait plus facile de construire un vagin.” (KRAUS, et al., 2008, p. 7).

Retomando os apontamentos que já realizamos sobre o papel da linguagem e a produção de sentidos pelo texto didático, entendemos que tal substituição não aconteceu de modo desinteressado, tampouco neutro. Sem dúvida, ela é marcada pelo discurso científico e este tem lugar fundante nas construções das ideias de gênero produzidas e distribuídas em livros didáticos de Biologia. Desse modo, defendemos que o movimento de substituição do termo *seios* por *mamas* é uma forma de alinhamento do saber escolar ao saber biológico/científico, que categoriza grupos animais de acordo com a presença ou não das glândulas mamárias. Londa Schiebinger (1993), em um capítulo do livro intitulado *Why Mammals are Called Mammals*¹²⁸, apresenta argumentos relacionados às motivações culturais e políticas que influenciaram as escolhas feitas por Carl von Lineu ao propor a nomeação do grupo de animais por ele designado como Mamíferos, em substituição ao termo *quadrúpedes* utilizado anteriormente. Para a pesquisadora, a escolha pelo termo que remete à produção de leite pelas mamas teria sido um equívoco, já que, segundo ela, a lactação é apenas uma das seis características exclusivamente mamíferas, e o rótulo mamífero é aplicado a alguns animais que não têm mamilos, como por exemplo, o ornitorrinco. A partir desse argumento, a pesquisadora discute os motivos pelos quais o termo ganhou ampla aceitação no meio científico, para depois popularizar-se.

Schiebinger (1993), com base em uma variedade de imagens do seio ao longo da história, demonstra que a mama tem sido utilizada em diferentes momentos para defender a conexão das mulheres com os animais, com a terra ou com o divino. O peito desempenhou um papel particularmente importante na teoria política do século XVIII, como um símbolo do papel essencialmente físico da mulher. A cientista defende então como tal classificação biológica enfatiza a função feminina da lactação como a ponte entre o humano e o animal. A análise de Schiebinger (1993) evidencia as redes de saber-poder entremeadas ao sistema de nomenclatura zoológica de Lineu, revelando sua cumplicidade com a hierarquia de gênero reinante na Europa do século XVIII. Para isso, ela relata o engajamento do naturalista em campanhas racistas de aleitamento materno. Tais ideias seguem poderosas na organização da Biologia escolar, assentada em bases lineanas.

Assim, ao substituir o termo *seios* pelo termo *mamas* ao referir-se às pessoas com síndrome de Klinefelter, o livro didático de Biologia reforça a ideia de que as mamas desenvolvidas caracterizam a mulher, estando em desalinho com o que se espera de corpos masculinos. Logo, a presença de mamas desenvolvidas em um corpo masculino enquadra-se como um desvio à norma, e esta é uma afirmação que encontramos nos livros didáticos que

¹²⁸ Neste texto, estamos considerando a tradução do referido capítulo da seguinte maneira: *Por que os mamíferos são chamados de mamíferos*.

analisamos. As edições de 2010 e de 2013 da coleção *Biologia Hoje* apresentam em legendas de imagens, Figuras 11 e 12, os termos “*seios pouco desenvolvidos*” ao se referirem às pessoas com Turner e “*desenvolvimento de seios*” para o caso das pessoas com Klinefelter. Na edição de 2016 da mesma coleção, estas expressões estão assim grafadas “*mamas pouco desenvolvidas*” e “*desenvolvimento de mamas*”. Com o conhecimento que temos sobre o processo de avaliação de obras didáticas submetidas ao PNLB, como foi o caso destas sob nossa análise, sem dúvida que essa alteração pode ter sido resultado de avaliação/pareceres produzida pela comissão de avaliadores/as, equipes de profissionais especializados nas diversas áreas das Ciências Biológicas, ao fato de que o termo *mamas* reitera a função reprodutiva e de alimentação de descendentes, tão fortemente ligadas a uma pretensa natureza feminina, e à produção hegemônica do campo, fortemente consolidada ao longo de mais de dois séculos.

Essa vinculação da ideia de uma *natureza feminina*, que supostamente conferiria às pessoas com útero e mamas uma maior habilidade com as tarefas de cuidado, é também uma construção historicamente localizada, conforme detalha Elisabeth Badinter (1985). A estudiosa, ao remontar os esforços empreendidos pela medicina dos séculos XVIII e XIX e pela psiquiatria do século XX, aponta para o modo como foi produzido o convencimento às mulheres de amamentarem os bebês. Badinter refere-se a um movimento ocorrido na Europa, sobretudo na França onde, a partir da segunda metade do século XVIII foi construída a noção de família fundada no amor materno. Tal movimento foi assentado, segundo ela, em argumentos erigidos a partir do discurso econômico que passa a considerar o valor mercantil, em um período histórico em que diminuir os índices de mortalidade infantil significava garantir maior (e mais numerosa) força de trabalho nas fábricas.

Convencer, por meio de argumentos médicos e científicos, as pessoas portadoras de útero e mamas lactíferas a dedicarem as suas vidas aos cuidados com a prole, foi uma estratégia de poder-saber sobre os corpos das mulheres. Estas passaram a ser responsabilizadas, via discursos do estado, da medicina, da escola e da sociedade em geral, pelo bem estar das famílias, em troca de um suposto amor materno, inato a seus corpos. Além disso, pessoas com útero e mamas lactíferas que se recusassem a gerar bebês, amamentá-los e exercer as tarefas de cuidado, passaram a ser vistas e ditas como doentes e/ou loucas, necessitando ser submetidas a intervenções médicas e/ou das ciências *psi*, a fim de que pudessem ser tratadas e enquadradas às demandas esperadas (BADINTER, 1985).

A localização da construção histórica que foi erigida a partir de argumentos científicos em torno da amamentação foi um recurso que nos favoreceu a afirmar que há intencionalidades que extrapolam a cena escolar e da suposta neutralidade da ciência no uso de termos “*mamas*

pouco desenvolvidas” ou “desenvolvimento de mamas”. Estes participam de modo direto ou indireto da construção da ideia homem normal e/ou mulher normal que o livro didático de Biologia mobiliza. A demarcação da mulher (de verdade) também é realizada pela ideia da atribuição da menstruação como parâmetro de normalidade. Na edição de 2010, coleção *Biologia Hoje* (Figura 18), há o referendo da presença de um útero que menstrua na constituição do ser mulher. Esta é uma condição evidenciada para ser e dizer mulher, o que coloca corpos - mesmo aqueles com outras marcas socialmente ligadas ao feminino - fora da norma, ignorando as relações entre Biologia e cultura e reiterando a ideia da Biologia e da norma biomédica como destino. Essa evidência à falta de menstruação como um problema para o ser mulher foi localizada na coleção *Bio* (figura 10), quando em uma das legendas da imagem da pessoa Turner foi inserida a seguinte descrição para o útero: “sem menstruação” (LOPES; ROSSO, 2010c, p. 364; 2013c, p. 235; 2016c, p. 197).

Zalocco (2019), ao discutir sobre menstruação, aponta como um dos requisitos para a constituição do ser mulher é uma forma de posicioná-la no lugar da abjeção, uma vez que esta tem sido regulada e silenciada historicamente, sobretudo nas culturas ocidentalizadas. A autora assevera que a influência do conhecimento biomédico na constituição de materiais educativos e pedagógicos tem contribuído para a associação da menstruação a uma alta carga simbólica negativa, vinculada ao medo, vergonha e opressão dos corpos que menstruam.

No que se refere ao tema da menstruação, tradicionalmente vinculado ao currículo de Biologia, Marín e Cassiani (2021) desenvolveram uma proposta didática por meio da qual refletem sobre a possibilidade de abordagem deste fenômeno biológico em sala de aula, sob a perspectiva de justiça social e das relações de poder, extrapolando os aspectos médico-higienistas, o que provoca outros modos de pensar a menstruação. Para o autor e a autora, o ensino da referida temática “[...] pode representar uma potência, enquanto esse ensino aconteça de maneira crítica e para além do ensino de nomes de hormônios e glândulas do sistema endócrino, embora consideramos que aprender esses nomes também é muito importante” (MARÍN; CASSIANI, 2021, p. 100).

A referida proposta nos convida a pensar outros modos de ensinar e aprender sobre a menstruação no âmbito da educação em Biologia e se articula com o nosso tema de interesse na medida em que entendemos que a menstruação não deve ser considerada como um requisito para o ser mulher, considerando as várias configurações de mulheres que, por motivos diversos, não menstruam: as mulheres trans e intersexo, as mulheres hysterectomizadas, as que escolhem interromper os ciclos menstruais, as que passaram pela menopausa, dentre tantas outras possibilidades. A partir desse entendimento, questionamos: de que mulher o livro didático de

Biologia fala? E constatamos que, conforme a mulher do livro didático é aquela que é capaz de gerar descendentes, que engravida, tem seios desenvolvidos, tem cromossomos XX, e, se não os tem, deve realizar tratamento ou procedimentos cirúrgicos para adequação e correção. O ser mulher é apartado das questões sociais, culturais, de saber-poder e, conseqüentemente, políticas.

No capítulo intitulado *Outros mecanismos de herança* da coleção *Bio*, volume 2 (2010 e 2013) e no volume 3 (2016), são evidenciadas as anomalias cromossômicas relacionadas aos cromossomos X e Y na espécie humana, com textos e imagens que se repetem nas três edições da coleção. Um dos trechos desse capítulo afirma que

No sistema XY de determinação do sexo, o cromossomo Y é fundamental na determinação do sexo masculino. Se estiver presente e não houver outras interferências, como analisaremos adiante, o sexo será masculino. O sexo feminino é definido pela ausência do cromossomo Y: nos fenótipos normais há dois cromossomos sexuais iguais, chamados cromossomos X. O indivíduo do sexo masculino possui um cromossomo X e um Y. Esse sistema de determinação do sexo ocorre na espécie humana e na maioria das espécies de mamíferos e inseto (LOPES; ROSSO, 2010c, p. 362; 2013c, p. 233; 2016c, p. 195).

Destacamos o modo como a referência ao sexo é apresentada na primeira linha da citação que acabamos de indicar: “No sistema XY [...], o cromossomo Y é **fundamental** na determinação do sexo masculino” Já na demarcação do sexo feminino afirma-se: O sexo feminino é definido pela **ausência** do cromossomo Y. Fundamental e ausência opera com funções distintas na língua/linguagem: enquanto o primeiro tem função adjetiva o segundo tem função substantiva. Seguindo a citação, ainda em referência ao sexo feminino, está informado que “[...] nos fenótipos **normais** há dois cromossomos sexuais iguais, chamados cromossomos X. O indivíduo do sexo masculino **possui** um cromossomo X e um Y”. Novamente, a relação estabelecida para os fenótipos do sexo feminino, da mulher, aponta-se para a função adjetiva – fenótipos normais e para um verbo quando o texto se reporta ao indivíduo do sexo masculino – ele *possui*.

Dito de outro modo, a produção da ideia mulher nos livros didáticos é marcada pela falta de algum componente biomédico, seja ele um cromossomo, um hormônio ou um órgão. Essa ideia remonta ao século XVIII, quando se passou a construir discursivamente a ideia de dois sexos, é o que nos afirma Laqueur (2001). Extraímos alguns recortes dos livros didáticos que abordam a determinação do sexo feminino de modo que dão margem para a explicação do alinhamento sexo biológico-hormônios-cromossomos-mulher.

Nesse momento, acionamos a noção de biopolítica de Foucault (2017, p. 150) definida como “uma série de intervenções e controles reguladores”, que passou a atuar sobre a população

a partir de meados do século XVIII a partir de instituições como a família, a escola e a medicina, regulando a sexualidade, a saúde e os costumes, definindo o que poderia ou não ser aceito e normalizado. Como nos informa o filósofo, a partir do século XVIII o poder passou por uma série de transformações identificadas em dois polos principais: as disciplinas, que envolvem o controle sobre o corpo dos indivíduos e a biopolítica, o domínio sobre os processos biológicos da população. A biopolítica investe sobre a vida, sobre o corpo vivo, colocando-o a serviço da reprodução e da produtividade de corpos, que se querem úteis para o capitalismo. A escola (e o livro didático de Biologia) integram uma rede que reitera e alimenta essa ideia de corpos úteis, produtivos e reprodutivos como ideais, fazendo funcionar a biopolítica descrita por Foucault.

No volume 1 da coleção *Biologia Hoje*, seção intitulada *Alterações nos cromossomos sexuais*, há um texto acompanhado por imagem de microscopia óptica na edição de 2010, Figura 19 a seguir, no qual é apresentada informações sobre as síndromes de Turner e Klinefelter.

Figura 19 - Trecho do capítulo intitulado *Alterações cromossômicas*, presente no volume 1 da coleção *Biologia Hoje*, nas edições de 2010 e 2013



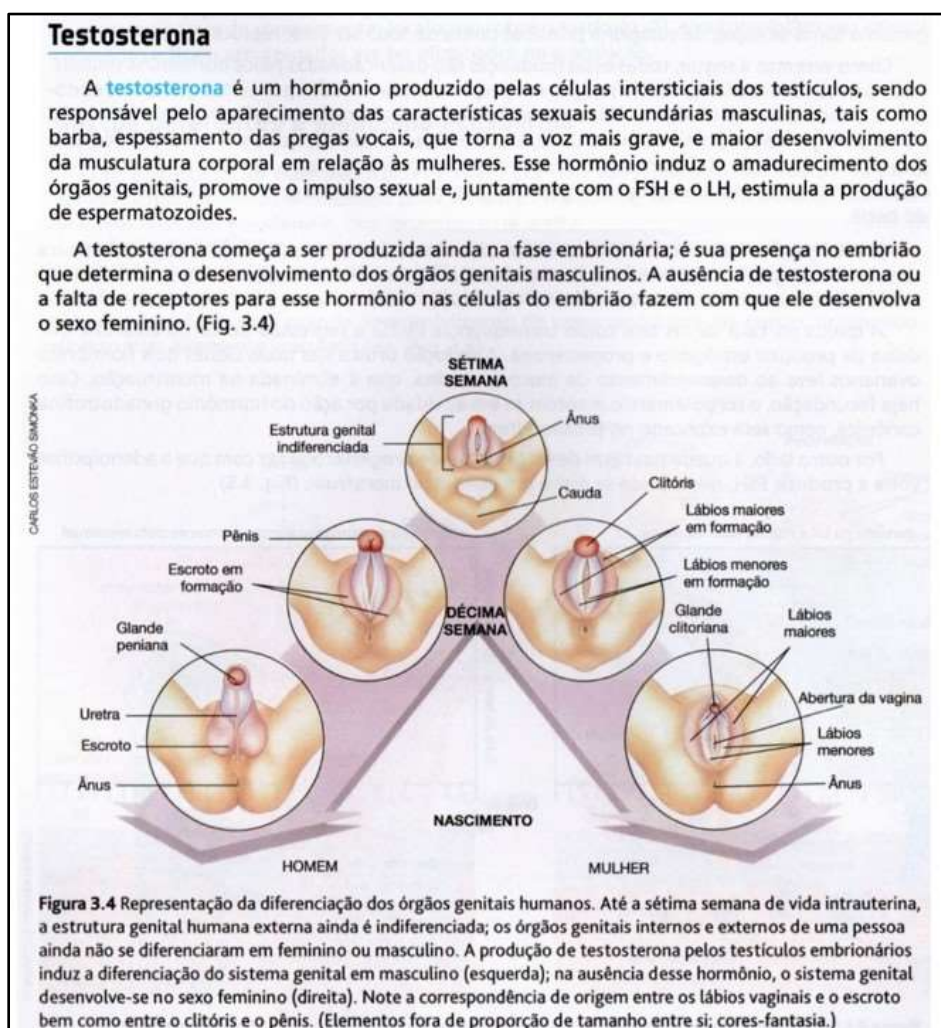
Da Figura 19, destacamos o excerto a seguir, no que se refere à centralidade do papel dos cromossomos e hormônios responsáveis pela diferenciação sexual.

Em muitas espécies, inclusive na espécie humana, há um par de cromossomos responsáveis pela diferença entre os dois sexos: os cromossomos sexuais. [...]. Essa diferença acarreta a formação de glândulas masculinas ou femininas e a consequente produção de hormônios sexuais diferentes em cada sexo (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010a, p. 232; 2013a, p. 172).

O texto e a imagem que compõem a Figura 19, além de reiterarem a centralidade de cromossomos e hormônios na determinação do sexo, associa a presença da cromatina sexual à identificação do que nomeia como anomalias do desenvolvimento sexual.

Na coleção *Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna*, o capítulo a sobre a reprodução humana, o volume 2 apresenta uma seção que aborda a ação da testosterona na diferenciação das genitálias de fetos (Figura 20).

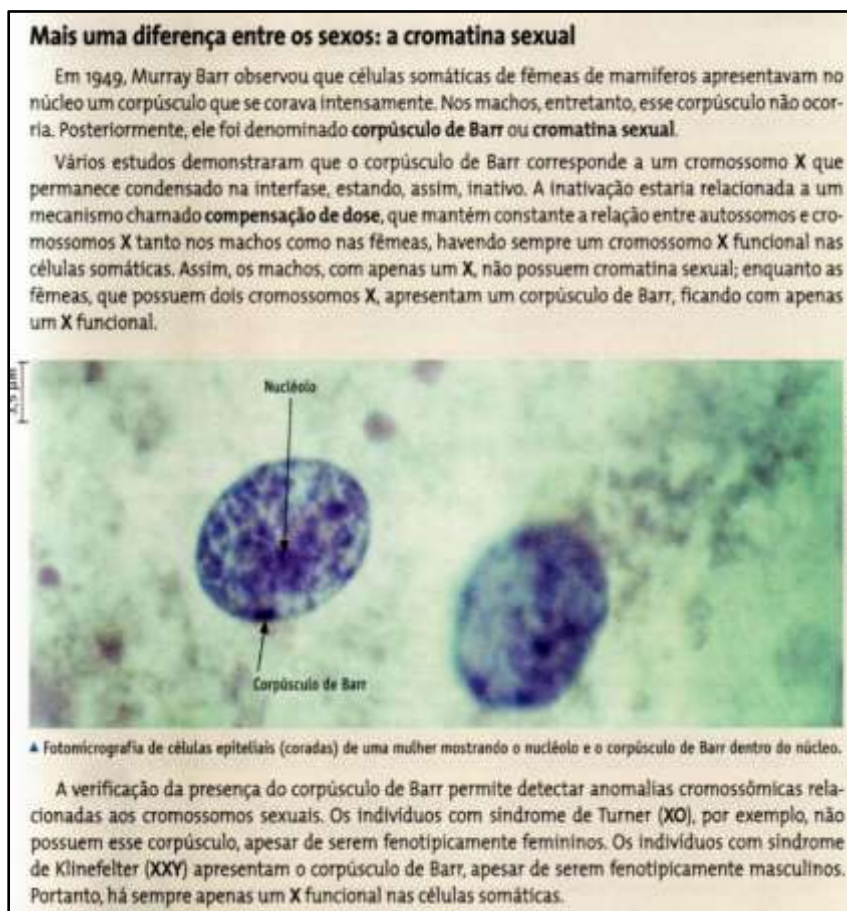
Figura 20 - Seção que aborda a ação da testosterona na diferenciação das genitálias de fetos Na coleção *Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna*



O texto e a imagem não fazem referência direta a variações nas genitálias, mas ressaltam o fato de que a ausência de receptores da testosterona induz a formação de genitália feminina, mesmo na presença da testosterona. Isso significa que, para além da presença do hormônio, existem outros fatores que atuam na conformação anatômica e fisiológica das genitálias.

A coleção *Bio* também apresenta a mesma perspectiva, ao afirmar que “os testículos diferenciados começam a produzir o hormônio masculino, testosterona, que vai estimular o desenvolvimento da genitália externa masculina: pênis e escroto” (LOPES; ROSSO, 2010c, p. 52-53; 2013c, p. 33-34; 2016c, p. 29, grifos da/o autor/a); “[...] o cromossomo Y é fundamental na determinação do sexo masculino” (LOPES; ROSSO, 2010c, p. 362; 2013c, p. 233; 2016c, p. 195). Ainda na coleção *Bio*, no capítulo intitulado *Outros mecanismos de herança*, presente nas três edições, há uma proposta de leitura complementar intitulada *Mais uma diferença entre os sexos: a cromatina sexual*, que, inicialmente, ao evidenciar a estrutura da cromatina sexual, menciona as síndromes de Turner e Klinefelter (Figura 21) e condiciona o “ser macho” e “ser fêmea” à ausência ou presença da cromatina sexual. No manual do/a professor, esse texto é comentado na edição de 2010 (Figura 22) e o comentário foi suprimido nas edições seguintes.

Figura 21 - Leitura complementar presente nas três edições da coleção *Bio*



Fonte: Lopes e Rosso (2010c, p. 376; 2013c, p. 243; 2016c, p. 203).

Figura 22 - Comentário presente no manual do/a professor relativo ao texto da Figura 21

Orientações e sugestões de respostas das atividades

Tema para discussão p. 376

O **Tema para discussão** aborda certas anomalias relacionadas ao sexo em seres humanos, nas quais indivíduos com genótipo **XX** são fenotipicamente homens e indivíduos com genótipo **XY** são fenotipicamente mulheres.

Na questão proposta, pretendemos que o aluno se recorde de que o corpúsculo de Barr corresponde a um dos cromossomos **X** que permanece condensado na interfase e que isso se relaciona ao mecanismo de compensação de dose: apenas um **X** permanece funcional nas células somáticas.

Assim, mulheres geneticamente normais **XX** possuem um corpúsculo de Barr em todas as suas células somáticas, enquanto homens geneticamente normais **XY** não possuem corpúsculo de Barr, pois não podem ter seu único cromossomo **X** condensado, caso contrário, os genes a ele relacionados estariam inativados.

Nas situações aqui discutidas, a análise do corpúsculo de Barr pode trazer indícios de anomalias:

- se uma pessoa é geneticamente **XY**, o que normalmente indica que ela é do sexo masculino, porém apresenta fenótipo feminino, isso significa que ela não pode ter o corpúsculo de Barr em suas células, inativando seu único cromossomo **X**;
- por outro lado, se uma pessoa é geneticamente **XX** (portanto, normalmente do sexo feminino), mas manifesta um fenótipo masculino, pode apresentar o corpúsculo de Barr, ou seja, um de seus genes **X** pode estar inativo.

Fonte: Lopes e Rosso (2010d, p. 60).

Ao serem desvinculadas das estruturas sociais, as diferenças entre homens e mulheres passam a compor justificativas sobre a noção de que a mulher seria o outro do homem, como alguém que falta algo, no caso, um cromossomo **Y** ou a testosterona. Nos livros didáticos de Biologia analisados, é recorrente a ideia de que fetos são indiferenciados até que o cromossomo **Y** oriente a formação de características masculinas. No entanto, estudos mais recentes contestam a ideia de que a Biologia é destino no que se refere à definições simplistas que possam ser aplicadas ao sexo e ao gênero, como defende Fausto-Sterling (2018)

[...] agora sabemos que, em vez de se desenvolverem na direção de um único gene, os testículos ou ovários embrionários fetais o fazem de acordo com redes genéticas opostas, uma das quais suprime o desenvolvimento masculino enquanto estimula a

diferenciação feminina e a outra faz o oposto. Portanto, o que é importante não é a presença ou ausência de um gene específico, mas o equilíbrio de poder entre redes genéticas que trabalham juntas ou em uma sequência específica. Isso mina a possibilidade de usar um simples teste genético para determinar o sexo verdadeiro (FAUSTO-STERLING, 2018, s/p).

Desse modo, é possível identificar que as noções de sexo e gênero produzidas pelo livro didático de Biologia são intrincadas com as relações de saber-poder que permeiam a produção científica, que foi (e segue sendo) marcadamente masculina, produzida por homens, para atender a seus interesses e demandas. Assim, pensamos com Preciado (2020) no sentido que

o paradigma da diferença sexual vigente na medicina e no direito ocidentais desde o século XVI entrou em crise a partir da segunda metade do século XX, com o desenvolvimento da análise cromossômica e do mapeamento genético. Hoje sabemos que uma em cada 1500 crianças nasce com órgãos genitais que não podem ser considerados nem masculinos nem femininos. Esses bebês têm o direito de ser meninos sem pênis, meninas sem útero, a não ser nem meninas nem meninos, a ser meninas autodeterminadas e felizes (PRECIADO, 2020, p. 115).

Preciado, na citação supra referida, apresenta como o próprio campo da Genética coloca em xeque o paradigma da diferença sexual. O dado de que “[...] uma em cada 1500 crianças nasce com órgãos genitais que não podem ser considerados nem masculinos nem femininos” (PRECIADO, 2020, p. 115) impede que qualquer produção que sirva de referência para a formação de professoras e professores e de estudantes indique, de modo genérico, que indivíduos intersexo sejam considerados como casos raros.

Aliamo-nos, portanto, a ideia da produção de uma Biologia escolar que considere as diferenças corporais como parte da diversidade biológica, como faz Roughgarden (2004), que descreve a grande diversidade de gêneros e sexualidades. Para a autora, “essa diversidade revela [...] a importância biológica da expressão de gêneros e de sexualidade, que vão muito além do tradicional binômio macho-fêmea” (ROUGHGARDEN, 2004, p. 6). A partir desse entendimento, passamos a ver a Biologia escolar como um território capaz de produzir

[...] tecituras de corpos possíveis com as quais podemos aprender e ensinar a... minar o determinismo e o essencialismo biológico... produzir variações... insurgir uma educação em biologia como inacabamento... ... promover escapes ao instituído, ao defeito, ao erro, à anomalia, à aberração, à dicotomia pênis/vagina... ... re-existir ao prescrito... criar aberturas na educação em biologia... abrir direções inesperadas e... e... e... imprevisíveis... (SIQUEIRA SILVA et al., 2021, p. 56).

Destacamos que o livro didático cumpre com uma função de exposição de termos científicos e demarca a configuração da determinação sexual a partir de eventos biológicos. No entanto, para Machado (2008), as decisões tomadas em relação aos corpos intersexo são perpassadas por aspectos socioculturais, reiterando que “as estruturas físicas e órgãos parecem receber um olhar generificado, ou seja, o reconhecimento das diferenças entre os dois – e apenas os dois – sexos é marcado por certas atribuições sociais e culturais relacionadas ao gênero” (p.

145). Desse modo, ao demarcar a determinação sexual exclusivamente sob o prisma biológico, o livro didático atua de forma a (re)produzir um saber que não é neutro e que tem relações com o tipo de conhecimento que faz parte das agendas acadêmicas, com quem produz esse conhecimento, a quem ele será ensinado e que sujeitos ele intenciona produzir.

A partir dos livros didáticos de Biologia sobre os quais nos debruçamos, observamos modos de funcionamento de uma política sobre a vida, em consonância com a perspectiva de Foucault (2017) que toma de assalto os corpos que borram as fronteiras. De forma geral, foi possível identificar que a centralidade da abordagem relativa à intersexualidade está majoritariamente relacionada à ideia da impossibilidade de reprodução, com ênfase a um modelo tipicamente masculino e que marca a Biologia como a base dos comportamentos humanos. Desse modo, afirmamos com Souza; Santos e Silva (2021, p. 18) que a Biologia “[...] abrange um conjunto de racionalidades, saberes, relações e condições de possibilidades que colocam em funcionamento distintos discursos, práticas e relações de poder-saber” e percebemos que vidas são passíveis de serem geridas desconsiderando-se as multiplicidades humanas. Diante do exposto, há espaço para as brechas e escapes às tramas das redes de saber-poder sobre o corpo intersexo e a intersexualidade na Biologia escolar?

A partir da premissa foucaultiana que afirma que uma coisa é resistir ao poder, outra é dele escapar, buscamos por movimentos de fuga ao saber hegemônico nos livros didáticos de Biologia. Se a resistência não é o outro do poder, não estando fora dele, mas fazendo parte de uma intrincada trama de saberes, como num campo de força (FOUCAULT, 2017), produzir brechas ao saber hegemônico é também uma forma de resistência ao dispositivo pedagógico. Durante a imersão no movimento de análise dos livros didáticos de Biologia, ao mesmo tempo em que mergulhávamos nas leituras sobre as quais a pesquisa se assenta, passamos a desconfiar de premissas estáticas e imutáveis no que se refere aos corpos, gêneros e sexualidades no encontro com a Biologia escolar.

Nesse sentido, o encontro com o pensamento e a produção de Santos e Martins (2020) mobilizou-nos a pensar uma Educação em Biologia que possa produzir “[...] possibilidades de pensar outros arranjos nas linguagens dominantes, para assim ampliar os espaços de fissuras e provisoriamente de corpos, gêneros e sexualidades” (SOUZA; SANTOS; SILVA, 2021, p. 126). Ao buscarmos pelos ditos e não ditos sobre a intersexualidade e o corpo intersexo nos livros didáticos de Biologia, mergulhadas entre os ensinamentos que produzem corpos, gêneros e sexualidades, em alguns momentos, suspeitamos que pudessem haver escapes ao saber hegemônico. A partir dessa desconfiança, passamos a analisar os recortes dos livros didáticos

em foco, pensando sobre a possibilidade da produção de resistências, de alguma brecha, algum escape possível às premissas que encontramos até aqui.

5.5 A busca por tensionamentos sobre os saberes médicos da intersexualidade no livro didático de Biologia

Nesse exercício analítico, perguntamos: o livro didático de Biologia, em algum momento, escapa dos binarismos ao produzir a noção de intersexualidade e de corpo intersexo? Há espaço para algo diferente das prescrições médicas, da infertilidade, da anormalidade, da abjeção? Se a própria Biologia, enquanto ciência de referência, tem produzido conhecimento suficiente para que a multiplicidade de configurações anatômicas, cromossômicas, hormonais da determinação sexual sejam retiradas do campo da anormalidade (ROUGHGARDEN, 2004), essa produção está presente no livro didático? A partir desses questionamentos, buscamos por possíveis tensionamentos que a Biologia escolar pode produzir, no que se refere à circulação de conhecimento sobre a intersexualidade e os corpos intersexo nos livros didáticos de Biologia.

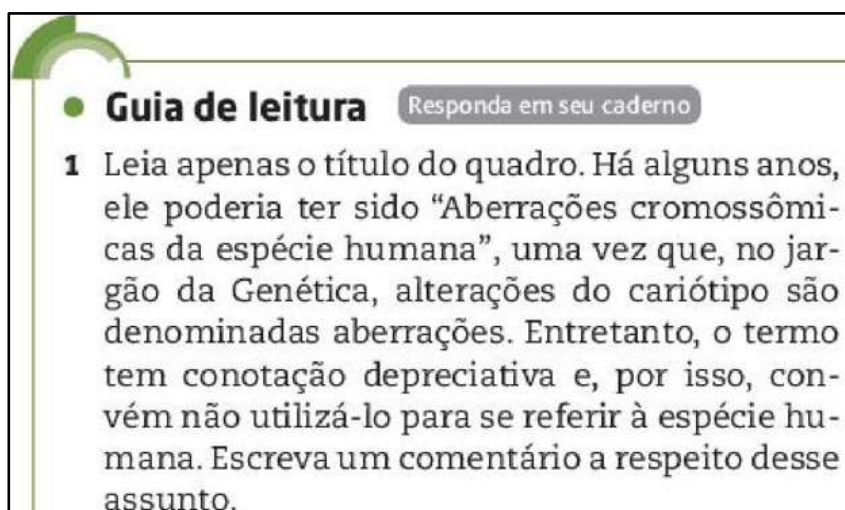
Na afirmação de um texto complementar presente apenas no volume 3 da edição de 2010, na coleção *Biologia Hoje*, afirma-se: “Sabe-se, porém, que há indivíduos do sexo masculino com o genótipo XX [...]. Também existem mulheres XY [...]” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010c, p. 106-107). Em uma primeira leitura, perguntamo-nos se, ao assumir a existência de pessoas do sexo masculino com configuração cromossômica XX e pessoas do sexo feminino com o genótipo XY, o livro didático de Biologia não estaria admitindo e, quem sabe, produzindo uma fissura na noção de que cromossomos XX produzem mulheres e XY, homens. Isso poderia ser uma ruptura quando consideramos o encontrado em todos os outros textos?

Ao nos determos no texto a que nos reportamos, percebemos que o contexto de produção da afirmação que nos chamou a atenção, está em alinhamento com a produção do que já descrevemos e analisamos em outras seções desta tese. Começamos pelo título que anuncia a excentricidade, ao fazer uso de um termo em desuso, considerado pejorativo pela produção e movimento social datados do século XX: *Hermafroditismo na espécie humana*. Ao longo do desenvolvimento da escrita, a autoria marca a centralidade de cromossomos e hormônios na determinação sexual e, ainda que admita a existência de “indivíduos do sexo masculino com genótipo XX”, destaca a centralidade do cromossomo Y na produção do corpo-homem, e, ao reiterar que em um dos cromossomos X existe um fragmento do cromossomo Y - “justamente o segmento onde está o gene SRY” (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 2010c, p. 106-107). Com isso, desfaz-se a possibilidade de efetiva ruptura, e, o livro didático volta a afirmar que,

para que se produza um homem, o cromossomo Y é indispensável. Para além disso, o que o texto produz, são as mesmas ideias já descritas e analisadas em outros pontos deste texto: marca a anormalidade, a incapacidade reprodutiva, a suposta raridade e é encerrado com a prescrição da realização de cirurgias e tratamentos hormonais para “correção” das genitálias.

No volume 1 das três edições analisadas da coleção *Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna*, o capítulo que aborda aspectos estruturais e funcionais do núcleo celular, na seção *Ciência e cidadania*, atividade intitulada *Guia de Leitura* (Figura 23), está destacado a expressão “aberrações cromossômicas” com a sugestão de que esta não seja utilizada quando em referência à espécie humana em razão de sua conotação depreciativa. Destacamos que o título do texto que acompanha a referida atividade é: *Alterações cromossômicas na espécie humana*.

Figura 23 - Guia de leitura da seção Ciência e cidadania presente no volume 1 das três edições da coleção *Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna*



Fonte: Amabis e Martho (2010, p. 162-163; 2013a, p.254-255; 2016a, p. 109-110).

O texto do guia de leitura reproduzido na Figura 23, indica que há alguns anos o título poderia ser, no jargão da genética, *Aberrações cromossômicas*. Na atividade, o texto indica que o termo *aberrações* tem conotação *depreciativa*, e aponta que *convém* não o utilizar em menção à espécie humana. No texto, não é contextualizado o que provoca o campo da Genética a substituição do termo *aberrações* pelo termo *alterações* como também não é demarcado o que realmente configura o caráter depreciativo, a nosso ver, o caráter racista e preconceituoso. Nesse sentido, consideramos que a menção feita pelo livro didático não é suficiente para a ruptura com a produção da intersexualidade e do corpo intersexo em desalinho com a norma binária de sexo e de gênero.

Os manuais do/a professor/a da edição de 2016 (volume 1) da coleção *Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna*, ao indicar sugestões didáticas e tecer comentários relativos ao capítulo intitulado *Tipos de reprodução, meiose e fecundação*, comentando a seção *Ciência e cidadania* intitulada *Alterações cromossômicas na espécie humana*, afirmam:

Atualmente, com a educação especializada e projetos de inclusão social, pessoas com essas características podem expressar todo o seu potencial para a vida. Recomendamos que se discutam essas questões com os alunos, levando-os a refletir sobre a importância de projetos de inclusão social. Se julgar oportuno, proponha algum trabalho de pesquisa a respeito (AMABIS; MARTHO, 2016b, p. 271).

Em casos em que são abordadas outras possibilidades de configurações cromossômicas, hormonais e genitais, para além do par binário, no manual do/a professor/a, há abertura de espaços para que docentes levem para as salas de aulas e a escola discussões que provoquem fissuras no saber biomédico que reitera e impõe um único modo de ver e pensar a intersexualidade e o corpo intersexo. No entanto, cabe ressaltar que a presença de textos complementares no manual do/a professor/a não é garantia de que tais temáticas serão abordadas em sala de aula. Também vale ressaltar que uma recomendação simplificada, sem apresentação de aportes teóricos e dos movimentos sociais, por exemplo, não é suficiente para o aprofundamento e alteração dos padrões clássicos da abordagem da condição de existência intersexual.

Nessa mesma direção, no volume 1 da coleção *Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna*, edição de 2016, há um texto ocupando duas páginas inteiras do livro do/a aluno/a, na seção intitulada *Amplie seus conhecimentos*, que reproduzimos na íntegra, via Figuras 24 e 25.

Figura 24 - Seção *Amplie seus conhecimentos*, volume, coleção *Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna* (2016)

C
Amplie seus conhecimentos

Homens e mulheres: compreender conceitos para vencer preconceitos e estereótipos

Determinação do sexo biológico na espécie humana

Nos seres humanos, como em muitas outras espécies, há diferenças marcantes entre indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino. O conjunto dessas diferenças é chamado de dimorfismo sexual. O sexo biológico pode ser diferenciado pelo tipo de genitália, pelos tipos de cromossomos no núcleo das células e pelos hormônios no sangue do indivíduo.

Ao nascer, a diferença externa mais notável que distingue crianças do sexo masculino e do sexo feminino é o tipo de genitália externa – presença de pênis e bolsa escrotal nos meninos, e de pudendo feminino (ou vulva) nas meninas. Internamente, meninos têm como gônadas – órgãos produtores de gametas – os testículos, localizados na bolsa escrotal, além de outros órgãos genitais internos como epidídimos, ductos deferentes, próstata etc., enquanto meninas têm como gônadas os ovários, além de outros órgãos genitais internos como os ovidutos, o útero e a vagina (reexamine os esquemas dos sistemas genitais apresentados no capítulo).

Ao longo do desenvolvimento e principalmente após a puberdade, as diferenças físicas entre os sexos se acentuam e surgem as chamadas características sexuais secundárias. Entre elas podem-se destacar a distribuição da gordura corporal, que torna os corpos femininos geralmente mais arredondados que os masculinos, a quantidade da massa muscular e óssea, geralmente maior nos homens, a presença de mamas desenvolvidas nas mulheres, a quantidade e a distribuição dos pelos corporais, sem falar no timbre da voz, geralmente mais grave nas pessoas do sexo masculino.

Em nossa espécie, o sexo biológico é, primariamente, determinado no momento da fecundação, quando ocorre a união de um espermatozoide, que contém os cromossomos e genes paternos, e um óvulo, que contém cromossomos e genes maternos. A fecundação de um óvulo por um espermatozoide portador de cromossomo X originará um indivíduo com características típicas do sexo feminino, que apresenta em suas células um par de cromossomos sexuais do tipo X, além de 22 pares de cromossomos equivalentes aos do sexo masculino (autossomos). Por isso, costuma-se representar a fórmula cromossômica feminina como 44A + XX. Por outro lado, a fecundação de um óvulo por um espermatozoide portador de cromossomo Y originará um indivíduo do sexo masculino. Nos homens, além dos 22 pares de autossomos, há um cromossomo do tipo X equi-

valente ao feminino e um cromossomo Y. Assim, a fórmula cromossômica masculina é 44A + XY.

A determinação do sexo na espécie humana, como em outros mamíferos, deve-se à presença de um gene localizado no braço curto do cromossomo Y, denominado SRY (do inglês, *sex regulation on the Y*). O produto desse gene, atuando sobre as células da gônada ainda indiferenciada do embrião, faz com que ela se desenvolva em testículo. A ausência do produto desse gene, como ocorre em embriões XX, faz com que a gônada embrionária se diferencie em ovário. São conhecidos casos de cromossomos Y em que o gene SRY, devido a uma mutação, foi perdido ou se tornou não funcional. Nesse caso, a gônada indiferenciada do embrião XY desenvolve-se em ovário e a pessoa manifesta o sexo feminino, apesar de ser cromossomicamente XY. Resumindo, a presença do gene SRY normal leva à condição masculina, enquanto sua ausência ou falhas em seu funcionamento levam à condição feminina.

De que maneira a diferenciação das gônadas em testículos resulta em uma pessoa do sexo masculino? Na gônada masculina em desenvolvimento por ação do gene SRY, são ativados os genes responsáveis pela síntese da testosterona, hormônio que leva ao desenvolvimento das características sexuais secundárias masculinas.

A testosterona produzida nos testículos é liberada na corrente sanguínea do embrião, atuando sobre determinadas células corporais, genericamente denominadas células-alvo do hormônio. Em adolescentes, as células-alvo da testosterona são desde células cerebrais até células musculares, cartilaginosas, epidérmicas etc., responsáveis pelas características sexuais secundárias masculinas.

No citoplasma das células-alvo, a testosterona une-se a uma proteína denominada AR (do inglês, *androgen receptor*, receptor de andrógeno), a qual é produzida por um gene localizado no cromossomo X (gene AR). O complexo formado pela proteína AR unida à testosterona penetra no núcleo das células-alvo e ativa genes masculinizantes.

A proteína AR é, portanto, crucial na determinação do sexo masculino. Se o gene que codifica essa proteína for perdido ou sofrer uma mutação que o inative, a testosterona não atuará e não haverá efeito masculinizante no corpo do indivíduo. Uma mutação rara ligada ao cromossomo X, que ocorre em 1 a cada 65 mil nascimentos de pessoas XY, é responsável pela chamada “síndrome da insensibilidade a andrógenos”. As pessoas afetadas por essa síndrome, apesar de terem cariótipo 44A + XY, desenvolvem-se como mulheres,

208

Fonte: Amabis e Martho (2016a, p. 208).

Figura 25 - Seção *Amplie seus conhecimentos*, volume, coleção *Biologia/ Biologia em Contexto/ Biologia Moderna* (2016) (continuação)

apresentando genitália externa tipicamente feminina e vagina, mas não têm útero nem ovários; os testículos alojam-se nos lábios vaginais ou no abdome. Apesar do fenótipo feminino e de poderem ser sexualmente ativas, essas pessoas são estéreis, condição que não pode ser revertida por tratamento hormonal.

Diferenças além do sexo biológico

Além das diferenças entre homens e mulheres quanto às características sexuais primárias (genitália) e secundárias, há também diferenças quanto a aspectos cognitivos e emocionais. Embora diversas pesquisas venham apontando diferenças cerebrais e comportamentais entre os sexos, uma das grandes dificuldades nesse campo do conhecimento reside na influência que a educação e os aspectos sociais exercem sobre as pessoas.

Nos dias atuais, em que há maior liberdade de expressão e maior aceitação de minorias sociais, discute-se a possibilidade de identificar as pessoas, em vez de pelo sexo biológico, pelo gênero, definido como a identidade de uma pessoa não apenas em função de seus órgãos genitais, mas também de sua estrutura psicológica, de seu comportamento na sociedade e de seu autorreconhecimento.

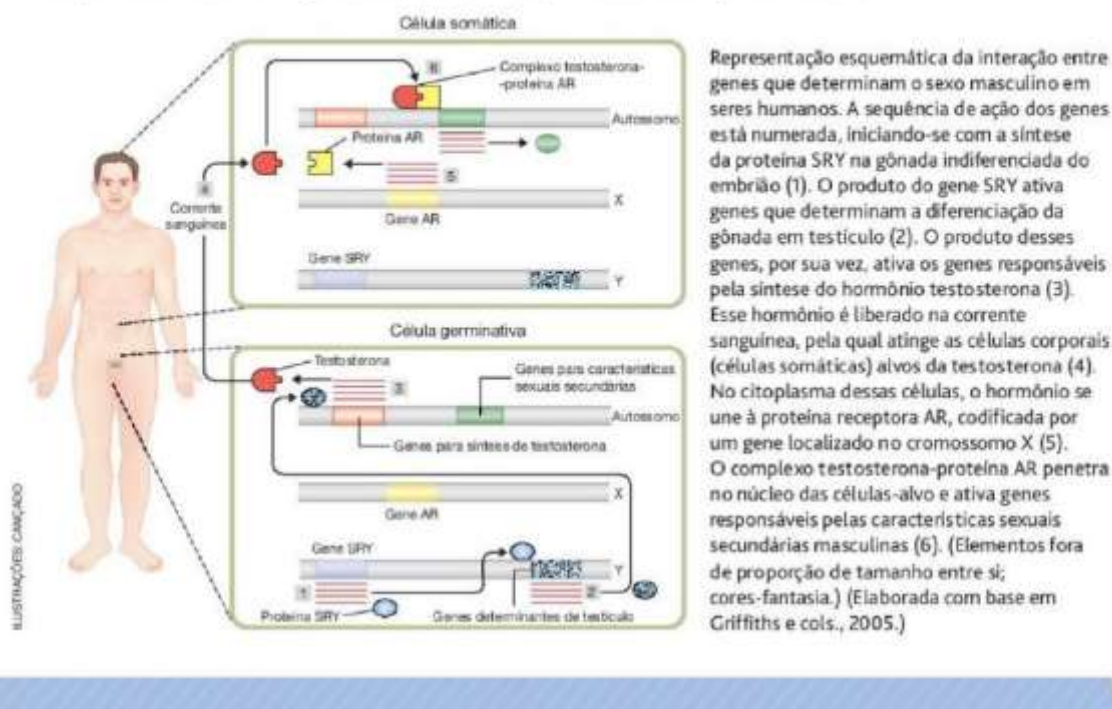
Usualmente os principais gêneros são o masculino e o feminino; porém, há casos em que o sexo biológico determinado geneticamente não corresponde à identidade de gênero que o indivíduo tem de si mesmo (transgêneros).

Além do sexo biológico e da identidade de gênero, também há a orientação sexual do indivíduo,

que envolve a atratividade sexual-afetiva. Por exemplo, quando essa atração ocorre entre pessoas de sexos diferentes, ela é chamada de heterossexualidade ou, mais amplamente, heteroafetividade; quando ocorre entre pessoas de mesmo sexo, é denominada homossexualidade ou homoafetividade.

Ainda hoje, em diversas situações, as diferenças inerentes entre homens e mulheres têm sido utilizadas em detrimento do sexo feminino, levando a diversos tipos de preconceito de gênero. Por exemplo, o fato de homens serem, em média, fisicamente mais fortes que as mulheres tem levado à construção do estereótipo da mulher como o "sexo frágil", o que é estendido a muitas esferas da vida social. Em algumas sociedades, essas diferenças são ainda mais marcantes; nelas, as mulheres não podem votar, mostrar o rosto e dirigir automóveis, entre tantos outros aspectos discriminatórios. Pesquisas mostram que praticamente no mundo todo ainda há discriminação de gênero na área do trabalho. É comum que as mulheres recebam salários menores que os dos homens, mesmo ocupando cargos semelhantes aos deles.

A tendência é que as diferenças entre homens e mulheres sejam vistas não como superiores ou inferiores, mas como complementares. É importante que as eventuais diferenças possam se somar no exercício da cidadania. Independentemente do sexo biológico, do gênero e da orientação sexual, cada pessoa faz parte da sociedade e a participação de todos é fundamental para a construção de uma realidade mais justa, equilibrada e sem preconceitos.



O texto aborda inicialmente os aspectos biológicos (cromossômicos, hormonais, genitais) da determinação do sexo e afirma sobre as características sexuais secundárias: “[...] entre elas podem se destacar a distribuição da gordura corporal, que torna os corpos femininos **geralmente** mais arredondados que os masculinos, a quantidade de massa muscular e óssea **geralmente** maior nos homens [...]” (AMABIS; MARTHO, 2016a, p. 208, grifos nossos).

Ao discorrer sobre a função do gene SRY, é possível identificar a tentativa de uso de uma linguagem mais inclusiva em trechos como: “[...] em diversas situações, as diferenças inerentes entre homens e mulheres têm sido utilizadas em detrimento do sexo feminino, levando a diversos tipos de preconceito de gênero” e “[...] a tendência é que as diferenças entre homens e mulheres sejam vistas não como superiores ou inferiores, mas como **complementares**” (AMABIS; MARTHO, 2016a, p. 208, grifo nosso).

Ainda que o fragmento destacado no parágrafo possa parecer ensaiar um movimento no sentido de admitir que as diferenças entre homens e mulheres produzidas pela Biologia tenha efeitos negativos, o texto do livro volta à norma ao afirmar que tais diferenças são complementares. Para uma análise mais detida no que tange ao uso do termo *complementares* no texto didático, ao referir-se ao masculino e feminino, acionamos a noção de metafísica da substância, que é estabelecida quando a materialidade corpórea é tomada como ponto de partida inquestionável para a diferença sexual (BUTLER, 2020). Nesse sentido, a filósofa, não recusando a materialidade dos corpos, busca compreender como essa materialidade passou a ser imposta como algo irreduzível por meio de discursos e práticas específicas e denuncia a metafísica da substância justamente em função dos efeitos de violência e de exclusão que podem ser dela decorrentes.

Consideramos que os tensionamentos produzidos pelo e no livro didático de Biologia no que se refere aos corpos intersexo e à intersexualidade são inexistentes. O que observamos foi que os livros didáticos, aparentemente inócuos, continuam a prescrever modos de existência em consonância com a sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1987), ao invés de fornecer uma descrição da ampla gama de variações biológicas que possibilitam a existência de corpos intersexo. O sistema de conhecimento heteronormativo permanece mais prescritivo do que descritivo, de modo que o livro didático de Biologia segue invisibilizando a intersexualidade como possibilidade de existência fora da patologização e prescrevendo intervenções médicas que sejam capazes de os colocar na norma hegemônica.

6 CONSIDERAÇÕES ÚTLIMAS... LONGE DE UM FINAL

O livro didático diz algumas coisas e silencia sobre outras, o que nos permite pensar a partir dos ditos e dos não ditos, uma vez que “entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move” (ORLANDI, 2005, p. 83). Ao dizer, por exemplo, do sexo e do gênero a partir da lógica binária ou de modo a superá-la, o livro mobiliza saberes e poderes que instalam modos de ser, de viver, de sentir e de pensar as relações entre humanos e não humanos, as relações e efeitos sobre os corpos e os modos de existência. O que (não) está dito carrega e integra uma malha de produção de sentidos que aloca e desloca vidas e modos de viver. Como sugere Orlandi, o silêncio é também instaurador de modos de agir e de pensar. Quisemos, ao nos debruçarmos sobre as três coleções que elegemos em nossa pesquisa, perseguir estes ditos e não ditos; seguir as pistas dos sons, dos ruídos, e também dos silêncios; do que provocava ecos e do que os eliminavam.

Os sons, ruídos e ecos dos processos de fabricação estão presentes nas linhas, textos, imagens (ilustrações, esquemas, fotografias da ciência e outras, quadros, tabelas, dados estatísticos, descrições anatômicas, etc.) e atividades que compõem o livro didático, e, por conseguinte, uma das peças-chave da educação escolar. A linguagem, sem dúvida, é uma tecnologia que tem centralidade nestes processos, e ela carrega os mecanismos que geram sons, ruídos, silêncios.

Nos livros didáticos analisados, identificamos interações, aproximações, composições como aquela do anatomista Tardieu (1982) ao se referir ao caso de Herculine Barbin, que toma a intersexualidade como erro da natureza, e a ciência como empreendimento que estabelece o caminho do entendimento e da correção desse erro, com vistas à sua superação e à produção do *verdadeiro sexo*. Ao relatar o caso de Barbin, o anatomista refere-se à paciente como “[...] o exemplo mais cruel, e a mais dolorosa das consequências fatais, que pode ocasionar um erro cometido desde o nascimento” (TARDIEU, 1982, p. 113). Na perspectiva do anatomista, os avanços das ciências médicas na produção de conhecimento e de tecnologias do erro da natureza asseguram as medidas de correção do sexo das pessoas e, em consequência, também do gênero.

A descrição, justificativa e explicação do que leva e caracteriza o erro, a falha, a aberração ou alteração anátomo-endócrino-gênica responsáveis pela manifestação do que se evoca como corpo sindrômico/doente/anormal/divergente/abjeto, o corpo não ajustável à medida e à fôrma - sexo feminino ou sexo masculino; corpo de mulher ou corpo de homem, estão fartamente presentes nas imagens e textos dos livros que analisamos. Neles, contudo,

embora presentes, estão invisibilizadas a possibilidade de marcação da diferença e da potência de vida que carregam sistemas ambíguos. A ambiguidade é testemunhada pelo modelo biomédico-educativo que intenta transformar o outro no mesmo, considerando aquilo que Carlos Skliar assevera no livro datado de 2003, publicado pela editora DP&A - *Pedagogia (Improvável) da Diferença. E se o Outro não estivesse aí?*

O que encontramos, a partir dos achados de nossa investigação, foi a (re)produção do saber biomédico, impregnado de valores morais e marcas culturais que marcam o tempo-espaço de produção dos livros didáticos. Tal afirmação é feita a partir do entendimento de que o livro didático é a materialização de um tipo particular e singular de conhecimento: o conhecimento escolar. Ele é um amalgamado, produzido a partir da articulação e usos de diversos saberes, dentre eles o saber médico. No entanto, não é apenas o saber médico que compõe o livro didático de Biologia, já que modos de vida são convocados e materializados pelo e no livro didático.

As marcas da heterossexualidade compulsória e do feminino como falta, tão presentes nas coleções analisadas, por exemplo, não são construções estritamente do campo médico, elas são cuidadosamente construídas na produção da intersexualidade pelo livro didático de Biologia, o que nos qualifica a defender sua constituição como um dispositivo que é colocado em funcionamento. Discursos normativos que atribuem certas funcionalidades dos corpos, dos sexos, das sexualidades, dos gêneros, enfim, de modos de existência e de vida, são elementos do diagrama – das criações imagético-textuais das quais resultam as conformações e configurações da intersexualidade e dos corpos intersexo nos livros didáticos de Biologia na escola.

Assim, toda uma linguagem médico-escolar que reitera o dimorfismo sexual, a verdade e os efeitos dos hormônios, da genética, do ideal reprodutivo, da fecundidade e, por conseguinte, da menstruação, são operados pela linguagem didática - uma tecnologia de instalação de modos de ser e viver. Os livros didáticos ignoram as abordagens atuais, inclusive do campo biomédico e das produções da pesquisa em educação que prima pela política da diferença, relativas à intersexualidade como uma realidade biológica. Há ainda traços nas obras analisadas de linguagem que limitam as variações da determinação sexual como desordem ou desequilíbrio; como algo do campo do anormal e do patológico.

Os livros didáticos analisados, na produção do conhecimento escolar que veiculam, apresentam destaque especial para o uso da linguagem biomédica que marca a condição da intersexualidade e do corpo intersexo no campo do patológico. Em geral, o toma e expõe como resultante de erro ou falha da natureza – das interações gênicas, do desenvolvimento

embrionário marcado por interações gênicas-hormonais anormais. Outro aspecto que os livros fortemente sustentam diz respeito à prática médica, a prática da correção médica, via tratamento que favoreça a “superção dos sintomas”, linguagem que coloca a intersexualidade no campo da doença/da patologia. Contudo, mesmo que vinculado à prática médica e ao reconhecimento dos fatores e características biomédicas, as recomendações quanto aos procedimentos a serem adotados pelas pessoas com tais diagnósticos e suas famílias, as informações, os conhecimentos atividades da Biologia escolar produzidos pelos livros ainda passam ao largo da nomenclatura/linguagem médica mais atual - de fins do século XX para cá, como, por exemplo, a apresentação da denominação Distúrbio do Desenvolvimento Sexual (DDS). Não dizemos isso para reclamar a sua inclusão em um dos principais textos escolares e curriculares – livros didáticos, mas para apontar para a escolha interessada pelo silêncio destes livros no tocante à atualização terminológica do próprio campo de saberes que parece-nos sustentá-los.

De outra parte, se aliado ao campo da prática médica, nada surpreendente que estes textos apontem para processos informativos e educativos cuja centralidade esteja na determinação de condutas de estudantes, docentes e familiares que visem a busca de serviços médicos, de tratamentos como hormonioterapia, a fim de que se possa “superar os sintomas”, corrigir a ambiguidade, alcance do verdadeiro sexo. É incipiente a apresentação da condição da intersexualidade no debate político da produção da sexualidade e do gênero fora do campo exclusivamente biomédico. A problematização e o atravessamento da produção objetiva/subjectiva/política sobre os corpos e as vidas diante da apresentação e nascimento de humanos/as DDS, os impactos vividos pela comunidade a que pertence este/a humano/a, inclusive por ele/a mesmo, em razão dos modelos e expectativas hegemônicas resultantes do empreendimento médico-científico-estatal-familiar-escolar e outros que os tornam abjetos. Se de um lado, o empreendimento médico, *psi*, escolar é convocado, dado o reconhecimento do que produzem e de suas tarefas profissionais, é atribuída a ordem explicadora, a ordem do diagnóstico, de dizer sobre a (suposta) verdade do sexo, do outro, não menos importante, este empreendimento pode, se assume posicionamento científico, educativo, político e social, também contrariar a esta ordem explicadora e a ordem de dizer de apenas uma (suposta) verdade do sexo, e, por conseguinte do gênero.

Nesta última perspectiva, ao consideramos nossa defesa de ser a escola e a Biologia escolar lugares de recusa e de resistência às ordens impostas, aquelas que criam monstros, abjeções, doentes e doenças, defendemos que elas podem, ao abordarem a intersexualidade e os corpos intersexo, tomarem em suas dinâmicas complexas; como parte e resultante de teias de produção de saberes-poderes politicamente interessados no que diz respeito aos dispositivos

e tecnologias das sexualidades, dos corpos e dos gêneros. Destas teias participam múltiplos agentes e agências – profissionais da saúde, da educação, agentes públicos, privados, instituições formativas de pesquisa, estado, escola. Delas resultam vários e plurais agenciamentos provocando movimentações e deslocamentos entre e na interação com pessoas intersexo, suas famílias. Desse conglomerado de teias discursivas, enunciativas, de saber-poder sociabilidades, culturas são gestadas, mantidas e/ou superadas. Há neste tecido poroso, fluído a mobilização de modos de vida e de pensar o corpo normal, anormal, abjeto, doente, monstruoso, fluído e suas confluências com as ordens socio-políticas-econômicas-culturais-ético-morais que nos tornam mais ou nos violentam e eliminam. Como educadoras, biólogas, pesquisadoras da educação em Biologia, concluímos que o debate sobre as (inter)sexualidades está intimamente atrelado ao modo como as sociedades capitalistas contemporâneas lançam mão da constituição biomédica para demarcação dos projetos sociais, políticos e econômicos.

Butler (2018, p. 218) avalia que a “materialidade do sexo é demarcada no discurso”, uma vez que, para ela, a linguagem é utilizada de modo a produzir gêneros inteligíveis: homem/mulher. Por confundir os limites do sistema binário, corpos intersexo são reposicionadas, por meio da linguagem, na binaridade, na busca incessante por não se quebrar a continuidade entre sexo-gênero-desejo. Em nossas análises, constatamos como o gênero produz efeitos sobre o corpo sexuado, na medida em que consideramos a materialidade dos corpos como efeito de uma intrincada rede de saberes e de poderes, que vai costurando a ideia de que o gênero reflete o sexo, e é a marca de gênero que atribui existência significável aos corpos. Nesse sentido, a partir das teorizações feministas e de gênero, nos foi possível pensar e ver como o livro didático de Biologia se configura como dispositivo de funcionamento do sistema binário, na medida em que cultiva como única possibilidade as existências de corpos em sexos diferentes, opostos e com reiterações de disposições heterossexuais.

Os livros didáticos que analisamos produzem textos assentados no paradigma de diferenciação sexual, especificamente na diferenciação das genitálias, a partir da atuação dos cromossomos X e Y e de hormônios adjetivados como sexuais, em especial a testosterona. Observamos a centralidade atribuída aos cromossomos e hormônios na determinação do sexo de um indivíduo, e passamos a analisar tal concepção apoiadas no pensamento de Fausto-Sterling (2001, p. 15), ao assumir que “o sexo de um corpo é simplesmente complexo demais [...] rotular alguém homem ou mulher é uma decisão social”. Com a autora, consideramos que o conhecimento científico pode ser utilizado “[...] para nos ajudar a tomar uma decisão, mas só nossas crenças sobre o gênero – e não a ciência – podem definir nosso sexo. Além disso, nossas crenças sobre o gênero também afetam o tipo de conhecimento que os cientistas produzem

sobre o sexo [...]” (FAUSTO-STERLING, 2001, p. 15). A partir desse olhar, seguimos com nossas análises

Ao nos apropriarmos da noção de livro didático como dispositivo, ficou evidenciado em nossa análise que os ensinamentos sobre o corpo intersexo e a intersexualidade presentes nas coleções analisadas se apoiam no que podemos reconhecer como marcas do saber biomédico que sustentam os padrões de normalidade descolados dos termos intersexo e intersexualidade como reivindicam os estudos e estudiosos/as, ativistas de diversos campos (MACHADO, 2008; CANGUÇÚ-CAMPINHO, 2012).

Sustentadas pelas matrizes teóricas que nos orientaram e pelos achados nos livros didáticos, entendemos que tais livros são parte de uma produção de políticas, orientadas por modos de existência que, no tecido socio, político, cultural hegemônicos, no Brasil, mas não apenas aqui, são considerados mais válidos do que outros¹²⁹. Logo, faz parte de um processo de materialização de políticas de sociedade, de educação e de ideia de ser humano, participando da determinação de quais seres humanos deverão se manter vivos/as, e quais deverão ser retirados/subtraídos das organizações sociais, culturais, educativas.

Desse modo, ao ignorar e/ou patologizar a intersexualidade, não assumindo esta, explicitamente, como uma forma possível de existência humana, o livro didático de Biologia participa de mecanismos e processos de exclusão e invisibilização dessas condições de existência. Localizamos, desse modo, a produção de um mecanismo integrado de invisibilização/apagamento/silenciamento em relação aos corpos que desobedecem ao padrão binário da configuração/conformação biológica do dimorfismo do sexo. As três coleções que analisamos circunscrevem a intersexualidade em certa lógica biomédica, de modo que chegamos ao que Canguçu-Campinho (2012, p. 134) também conclui: “as diferenças orgânicas ou relativas à peculiaridade desta experiência são quase sempre ressaltadas como limitações e quase nunca como potencialidades” não havendo espaço para a compreensão da intersexualidade sob o prisma da experiência das pessoas com tais possibilidades de existência.

Desse modo, ao apontar para as diferenças do desenvolvimento sexual como doença, os livros didáticos prescrevem a necessidade de intervenções médicas com a finalidade de conformação ao binarismo sexual e de reforço da heterossexualidade, cujo padrão reprodutivo é atrelado a penetração vaginal. À luz de Foucault (2021, p. 144), concluimos que a produção

¹²⁹ Estamos dizendo dos corpos marcados pela não ambiguidade sexo-gênica-hormonal, pela classe média, alta, pelo padrão étnico-racial branco; pelo binarismo de gênero; pela heterossexualidade; pelo eixo sul-sudeste, no caso brasileiro, ou eixo norte, no caso do Ocidente; pela condição de moradia de grandes centros urbanos; pela idade e geração de jovens e adultos; pela escolarização; pertencimento profissional das áreas consideradas nobres – ciências biomédicas, engenharias, tecnologias, entre outras.

da intersexualidade, nos livros analisados, é acompanhada por um investimento biopolítico que gerencia vidas por meio da prescrição da medicalização e do disciplinamento de corpos. Para o autor o controle da sociedade sobre os indivíduos “[...] começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política”, e, nos atrevemos a acrescentar que a educação escolar e seus materiais são também estratégias bio-políticas.

As (im)possibilidades reprodutivas e a patologização dos corpos intersexo e da intersexualidade aparecem, de forma central nos ensinamentos veiculados pelos livros didáticos. O sexo dicotômico, entendido como natural, colado ao discurso científico, é apresentado como um conjunto necessário de certas características biológicas que levam à capacidade reprodutiva, impelindo o/a leitor/a ordem compulsória do sexo/gênero/desejo. Nessa relação, as coleções analisadas reiteram a ideia do sexo, como dado da natureza, e, portanto, pré-discursivo, anterior à cultura. A este respeito, entendemos com Butler (2020, p. 25), que “talvez o próprio construto chamado ‘sexo’ seja tão culturalmente construído quanto o gênero”. Essa construção do sexo, no caso das pessoas intersexo, torna-se evidente na medida em que são prescritas, pelo livro didático, cirurgias e hormonioterapia com a finalidade de conformar órgãos genitais ao padrão dicotômico binário e, somente a partir disso, produzir o gênero. As coleções, sem dúvida, fazem cortes, recortes, selecionam textos, saberes. Elas organizam e apresentam proposições e formulações atinentes a modos de ver e pensar a intersexualidade atrelado a processos culturais, políticos e educativos que reiteram a reprodução de saberes e de relações de poder assimétricas; que atendem e dispõem a Biologia escolar como *locus* de reverberação de políticas de identidade. Políticas que eliminam o/a outro/a ou o/a outrem diferente de mim, do mesmo.

Ao apresentarem e veicularem certos discursos, verdades e ensinamentos acerca do ser mulher e do ser homem, o livro didático de Biologia instaura entendimentos que carregam significados para além da categoria biológica fêmea e macho. Ao marcarem que certos corpos, apesar de femininos, não poderão menstruar, ou permanecerão com aspecto infantil, esses textos reiteram a centralidade do papel reprodutivo vinculado ao corpo da mulher, enfatizando o dimorfismo sexual e deixando de incluir pessoas com configurações cromossômicas diversas como mulheres. De modo igual, ao determinar que homem é o indivíduo XY, desconsidera outras conformações sobre ser homem na cultura, na sociedade, em outros lugares que terminam conflitando com esta determinação de certos campos de saber da ciência biomédica ou das ciências da saúde que se alia a outros campos de saberes e políticos que tem muito interesse neste tipo de determinação/conformação. Registramos que o conhecimento escolar é

um tipo de conhecimento particular, forjado na íntima inter-relação com saberes produzidos por vários campos culturais, científicos e sociais, mas, que, sobretudo, se aliam a configurações societárias na produção do tipo de humano e não humano que respondam aos projetos de poder em disputa na contemporaneidade. Assim, a escola, bem como os livros a ela destinados (e/ou por elas produzidos), se ocupam da apresentação do diálogo com os diversos e plurais campos de saberes e conhecimentos, com os mais diversificados interesses, e, assim, conformam ou produzem recusas às ordens explicadoras que produzem efeitos sobre as vidas e os/as viventes. Diante disso, com Silva e Parreira (2013, p. 13), (re)afirmamos a necessidade de, na educação em Biologia, criar “[...] pontos de fuga e formas de escaparmos de lições que apagam e eliminam vidas e corpos” (SILVA; PARREIRA, 2013, p. 13).

Contudo, a partir das análises que produzimos, defendemos a tese de que é possível a produção de fraturas, a ruptura com engrenagens nos espaços que ocupamos como professoras de Biologia. Trazer outros modos de olhar e outras máquinas com as quais nós possamos enfrentar e destruir um projeto de morte que assola vidas tidas como anormais, que são colocados fora dos padrões, ensinando Biologia para o combate às “bio-lógicas excludentes” (MARÍN; CASSIANI, 2020) é um exercício possível no campo da educação escolar. Diante disso, afirmamos que corpos, gêneros e sexualidades outras são possíveis quando nos aventuramos a dizer que somos capazes de pensar de outro modo.

Diante do que fomos encontrando, a partir do movimento da pesquisa, nos perguntamos: o que pode o corpo intersexo no encontro com a Biologia escolar? Respondemos que a Biologia enquanto disciplina escolar, pode ser tomada como um território de produção de verdades sobre o sexo reiterando os binarismos; pode constituir-se como um aparato que produz vidas e mortes, organizando e fazendo circular a vida como a conhecemos; ou, pode participar e produzir processos transgressivos, de recusa a norma e ordens impostas.

Dessa forma, defendemos uma Educação em Biologia que refuta a eliminação de corpos que não se enquadrem à norma estatística, que considere a vida em toda a sua diversidade e potência. Acreditamos na Educação em Biologia livre do determinismo que nos aprisiona em redes discursivas e que eliminam a diferença. Existem corpos médios, mas existem corpos possíveis, que foram (e são) considerados monstruosos, corpos de outras experiências, com os quais podemos aprender e ensinar. Consideramos, com Grosz (2000), que

outras formas de conhecimento, outros modos de saber que não os que atualmente prevalecem, terão de ser criados. O que significa, entre outras coisas, não apenas a contestação da dominação do corpo em termos biológicos, mas também a contestação dos termos da própria biologia, em repensar a biologia, de modo que ela seja capaz de ver o corpo em outros termos que os que desenvolveu até agora (p. 80).

Apostamos que a Biologia, enquanto disciplina escolar, apresenta potencialidades para outras configurações discursivas acerca da ideia de sexo e de gênero, que busque a superação do pensamento que cria a noção de normalidade e estabelece uma relação de poder que institui uma normalidade desconectada dos direitos sociais, civis, da família, da escola, e destinada a instituições que normalizam. No entanto, entendemos que

ao dissolver categorias de oposição não podemos simplesmente ignorá-las, jurando nunca mais falar em seus termos. Isto não é historicamente possível, nem mesmo desejável, já que deve-se lidar com essas categorias, de modo a superá-las. Mas termos novos e perspectivas conceituais diferentes devem também ser criados, para possibilitar falar do corpo fora dos pares binários ou de seus excessos (GROSZ, 2000, p. 85-86).

Buscamos por uma Biologia escolar e por produções de livros didáticos que sejam potentes no sentido da produção de uma concepção de humanos/as na qual tornar-se alguém não esteja definido/a pela presença de uma genitália alinhada a um determinado tipo de comportamento sexual e identidade de gênero. Por uma Biologia do desassossego, uma Biologia potente, que inquiete, que faça explosões, microrrevoluções e tire as diferenças humanas dos compêndios normatizadores e excludentes médico-educativos, escolares e não escolares. E com essas afirmações que estamos, a partir desta tese, na produção de um material educativo para o ensino de Biologia.

No que se refere às noções normativas de gênero e diferença sexual, com Preciado (2020, p. 116), defendemos e passamos às últimas linhas da escrita desta tese, afirmando que “precisamos de um novo modelo de inteligibilidade [...] mais aberta e menos hierárquica”. Entendemos que a partir do exercício constante da desconfiança de verdades produzidas a partir de um único modo de ver, será possível a produção de outras Biologias e *inter*-sexualidades, que potencializem os currículos oficiais.

Essa pesquisa não encontra aqui um fim. Ela está momentaneamente interrompida pelas limitações de tempo que o processo de doutoramento nos impõe. Como proposta de continuidade, intentamos produzir um livro paradidático, a partir das limitações e possibilidades que encontramos nas análises dos livros didáticos aqui empreendidas, mas sobretudo, pelo que este doutoramento e as análises dos livros têm favorecido à nossa imaginação. Pensamos em uma obra paradidática pautada nos diálogos complexos e transdisciplinares já produzidos sobre a intersexualidade, voltada para o público adolescente. Nossa aposta é que ele possa, sobretudo, nos permitir um rasgo na membrana densa que encobre a condição intersexo pela Biologia escolar.

Chegamos aqui prenhe de vida. Esperançosas.

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Shirley. **Intersexo e identidade: história de um corpo reconstruído**. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. São Paulo, SP, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17233>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? *In*: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- AGRELI, Milene Soares. **A inclusão da diversidade sexual na universidade**. 2017. 179 f. Tese (Doutorado em Ciências) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, USP. Ribeirão Preto, SP, 2017. DOI 10.11606/T.59.2018.tde-23032018-103830. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59142/tde-23032018-103830/pt-br.php>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- ALBAN, Carlos Eduardo de Oliveira. **A reificação nos discursos e práticas biomédicas em intersexos: a violação de direitos e a luta pela despatologização**. 2017. 148 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. São Leopoldo, MG, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/7632>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Diz Positivo: entre o castor e a aranha. *In*: FERNANDES JÚNIOR, Antônio; SOUSA, Kátia Menezes. **Dispositivos de poder em Foucault: práticas e discursos na atualidade**. Catalão: Editora Letras do Cerrado, 2017. p. 7-11.
- ALVES, Luísa de Lemos. **Discursos sobre gêneros e sexualidades inscritos em corpos de livros didáticos de Ciências (1970 – 1999)**. 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/disserta%C3%A7%C3%B5es2016/Dluisaalves.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia**. São Paulo: Moderna, 2010. v. 1.
- AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia em Contexto**. 1. ed. . São Paulo: Moderna, 2013a. v. 1.
- AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia em Contexto**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2013b. v. 2.
- AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia Moderna**. São Paulo: Moderna, 2016a. v. 1.
- AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. Suplemento para o professor. *In*: AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia Moderna**. São Paulo: Moderna, 2016b. v. 1. p. 241-296.
- AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia Moderna**. São Paulo: Moderna, 2016c. v. 3.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Walternsir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARBIN, Adélaïde Herculine. Minhas memórias. *In*: FOUCAULT, M. (org.). **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. p. 13-105.

BASTOS, Felipe. Eu fico meio sem saber como eu vou falar isso assim, do nada: currículo, diversidade sexual e ensino de Biologia. *In*: TEIXEIRA, Pedro Pinheiro; OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de; QUEIROZ, Glória Regina Pessoa Campello (org.). **Conteúdos cordiais**: biologia humanizada para uma escola sem mordança. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2019.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. Apresentação. *In*: LEITE-JÚNIOR, Jorge (org.). **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011a.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-569, 2011b. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016> . Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200016> . Acesso em: 13 jul. 2021.

BOMFIM, Urbano Félix Pugliese do. **O Direito como instrumento protetor dos vulnerados na seara das sexualidades**. 2015. 331 f. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17762>. Acesso em: 26 ago. 2020.

BORGES, Maria Luiza Amorim; CAMARGO, Tatiana de Souza. Mapeamento de trabalhos publicados nos Anais do ENPEC: a diversidade da temática de gênero e sexualidade e seu amplo potencial de transformação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – ENPEC, 12, 2019. Natal. **Anais [...]**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte: ENPEC, 2019. Disponível em: http://abrapecnet.org.br/enpec/xii-enpec/anais/lista_area_10_1.htm. Acesso em: 15 set. 2020.

BORRILLO, Daniel. O sexo e o Direito: a lógica binária dos gêneros e a matriz heterossexual da Lei. **Meritum**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 289-321, 2010. DOI: 10.46560/meritum.v5i2.1092. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/meritum/article/view/1092>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRANCO, Fabiane Dionello. **Corpos intersexo**: borrando fronteiras da norma binária. 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2018. Disponível em: <https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/0000012239.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938**. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Brasília: Câmara dos Deputados, 1938. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945.** Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. (Publicação Original - DOU- Seção 1 - 28/12/1945, p. 19208). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 35, de 11 de março de 1970.** Brasília: MEC, 1970. Disponível em: <http://www.labtime.ufg.br/modulos/materiais-didaticos/legislacoesPublicacoes/Portaria-35-de-11-de-marco-de-1970.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985.** (Publicação Original - DOU- Seção 1 - 20/8/1985, p. 12178). Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. p.17-41 e 285-335 (Orientação Sexual). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010.** Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7084.htm. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2012: biologia – guia de livros didáticos – Ensino Médio.** Brasília, DF: MEC/SEB/FNDE, 2011. 76 p. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dio>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2015: biologia – guia de livros didáticos – Ensino Médio** Brasília, DF: MEC/SEB/FNDE, 2014. 80p. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/5940-guia-pnld-2015>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2018.** Brasília, DF: MEC/SEB/FNDE, 2015. Disponível em: file:///C:/Users/Luciana/AppData/Local/Temp/Edital_PNLD_2018_ENSINO_MEDIO_consolidado_3_Alteracao.pdf. Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017.** 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm. Acesso em: 15 maio 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução CNE/CP nº 02, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular –

BNCC. Brasília, DF: MEC/CNE/CP, 2017b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: biologia – guia de livros didáticos – Ensino Médio**. Brasília, DF: MEC/SEB/FNDE, 2017c. 92 p. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld/item/11148-guia-pnld-2018>. Acesso em: 15 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 356, de 11 de março de 2020**. Brasília, DF: MS, 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>. Acesso em: 23 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) 2021**. Brasília, DF: MEC/SEB/FNDE, 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2021/EDITAL_PNLD_2021_CONSOLIDADO_13_RETIFICACAO_07.04.2021.pdf. Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. Corregedoria Nacional de Justiça. **Provimento nº 122, de 13 de agosto de 2021**. Brasília, DF: CNJ, 2021. Disponível em: https://infography.com/files/PROVIMENTO_N%C2%BA_122_-_REGISTRO_E_AVERBAC%CC%A7A%CC%83O_EM_ASSENTO_DE_NASCIMENTO_COM_SEXO_IGNORADO.pdf. Acesso em: 13 set. 2021.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of sex**. Nova York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge, 2004.

BUTLER, Judith. El género es extramoral. [Entrevista cedida a] BIRULÉS, Fina. **Las Dissidentes: colectivo artístico**. [S.l.], 2012. Disponível em: <https://lasdissidentes.com/2012/06/10/entrevista-con-judith-butler-el-genero-es-extramoral/>. Acesso em: 04 out. 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p.193-219.

BUTLER, Judith. **Corpos que Importam: os limites discursivos do sexo**. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CABRAL, Mauro. La diversidad corporal no es una patologia. Entrevista concedida a DIGÓN, Virginia, **Jornal La Voz del Interior**, de 10 de novembro, 2020. Disponível em: <https://www.lavoz.com.ar/ciudadanos/mauro-cabral-grinspan-activista-intersexual-diversidad-corporal-no-es-una->

patologia/?fbclid=IwAR0XH71HU4OoZDNpzSNMZjMDMMf9isLsNhVozUCd3wflAIye3hkHkglV9I. Acesso em: 29 abr. 2021.

CABRAL, Mauro. Pensar la intersexualidad, hoy. *In*: MAFIA, Diana (org.). **Sexualidades migrantes**: género y transgénero. Buenos Aires: Feminaria, 2003, p. 117-126. Disponível em: https://www.flacsoandes.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1246657539.pensar_la_intersexualidad_0.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.

CABRAL, Mauro; BENZUR, Gabriel. Cuando digo intersex. Un diálogo introductorio a la intersexualidad. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 283-304, 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644695>. Acesso em: 1 set. 2021.

CADET, Peggy. Solving the Jigsaw Puzzle. **Narrative Inquiry in Bioethics**, v. 5, n. 2, 2015, p. 1-4. DOI: <https://doi.org/10.1353/nib.2015.0043>. Disponível em: <https://muse-jhu-edu.ez369.periodicos.capes.gov.br/article/589226>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CAIMI, Flávia Eloisa. Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 21-40, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i14.465>. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/465>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CANGUÇÚ-CAMPINHO, Ana Karina Figueira. **Aspectos da construção da maternidade em mulheres com filhos intersexuais**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, BA, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10307>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CANGUÇÚ-CAMPINHO, Ana Karina Figueira. **A construção dialógica da identidade em pessoas intersexuais**: o X e o Y da questão. 2012. 204 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, BA, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6776>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CANGUÇÚ-CAMPINHO, Ana Karina Figueira; BASTOS, Ana Cecília de Sousa Bittencourt; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. O discurso biomédico e o da construção social na pesquisa sobre intersexualidade. **Physis - Revista da Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1145-1164, 2009. DOI: 10.1590/S0103-73312009000400013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v19n4/v19n4a13.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CANGUÇÚ-CAMPINHO, Ana Karina; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira **Dignidade da criança em situação de intersexo**: orientações para a família. Salvador: UFBA/UCSAL, 2014. 56p. Disponível em: <https://intersexualidade.files.wordpress.com/2014/10/versc3a3o-blog-intersexualidade.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CARMO, Karlla Vieira do. **A Evolução nos livros didáticos de Biologia frente ao PNLD 2018**: aproximações e distanciamentos. 2019. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.933>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27403/3/Aevolucaonos.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 375-405, jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644810>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Sílvio Donizetti de Oliveira. Defender a escola do dispositivo pedagógico: o lugar do experimentum scholae na busca de outro equipamento coletivo. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v. 19, n. 4, p. 622-641, 2017. DOI: 10.20396/etd.v19i4.8648756. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8648756>. Acesso em: 1 set. 2021.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Os discursos biológicos na educação para os gêneros - as sexualidades - e as diferenças**: aproximações e distanciamentos. 2018. 223 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática) – Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência e a Matemática. Universidade Estadual de Maringá, UEM. Maringá, PR, 2018.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI**: a entrada do capital espanhol na educação nacional. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111, 2001. DOI: 10.1590/S0102-01882001000200005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v21n41/a05v2141.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro (org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2020. p. 295-316.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. O que são as diretrizes de gênero e diversidade sexual? *In*: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares de gênero e diversidade sexual da Secretaria de Estado de Educação do Paraná**. Curitiba: SEED, 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/dce_diversidade.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

CHERRO, Mariana Viera. Que se enteren: cuerpo y sexualidad en el zoom social. Sobre XXY. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 351-369, ago. 2011. DOI: 10.1590/S0104-026X2011000200003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a03.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CHESNET, Hippolyte. Questão de identidade; vício e conformação dos órgãos genitais externos; hipospadias; erro sobre o sexo. *In*: FOUCAULT, Michel (org.). **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. 1. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1982. p. 115-118.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/GNrkgPgQnmdcxwKQ4VDTgNQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 mai. 2021.

COHEN, Jeffrey Jerome. A cultura dos monstros: sete teses. *In*: COHEN, Jeffrey Jerome. **Pedagogia dos monstros**: os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000

COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos. **Revista cult**: Dossiê-ditadura heteronormativa, São Paulo, n. 202, ano 18, p. 22-25, jun. 2015.

CONNELL, Raewyn. Políticas da masculinidade. **Educação e Realidade**, v. 2, n. 20. p. 185-206, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CONNELL, Reawyn W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 241-282, jan./ abr. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014> . Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 20 mar. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). **Resolução nº 1.664/2003**. 2003. Disponível em:

https://sistemas.cfm.org.br/normas/arquivos/resolucoes/BR/2003/1664_2003.pdf. Acesso em: 27 dez. 2020.

CORAZZA, Sandra. Labirintos de pesquisa: diante dos ferrolhos. *In*: COSTA, Marisa Vorraber (org.) **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 105-132.

CORRÊA, Lourdes Maria Campos. **AIDS nos livros didáticos de Biologia**: PNLEM 2007, PNLD 2012 e 2015. 2017.196 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia, MG, 2017. DOI: 10.14393/ufu.te.2017.103. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20977>. Acesso em: 19 fev. 2020.

CORRÊA, Mariza. Não se nasce homem. *In*: ENCONTROS DA ARRÁBIDA: encontro Masculinidades/Feminilidades. Setúbal, Portugal: Universidade Nova de Lisboa, 2004a. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/942_926_naosenascehomem.pdf f. Acesso em: 17 set. 2021.

CORRÊA, Mariza. Fantasias corporais. *In*: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Filomena; CARRARA, Sérgio (org.). **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004b. p. 173-222.

COSTA, Anacely Guimarães. **Fé cega, faca amolada**: reflexões acerca da assistência médico-cirúrgica à intersexualidade na cidade do Rio de Janeiro. 2014. 141f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_3bae921ed3e7dadf8d605672810ae416. Acesso em: 10 jul. 2020.

COSTA, Anacely Guimarães. **As (im)possibilidades do desenvolvimento**: enquadres da intersexualidade no Brasil contemporâneo. 2018. 262 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-909424>. Acesso em: 10 jul. 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. O corpo anormal: história e antropologia culturais da deformidade. *In*: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História do corpo**: as mutações do olhar: o século XX. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 253-340. v. 3.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. **Identidade e redesignação de gênero**: aspectos da personalidade, da família, e da responsabilidade civil. 2014. 515 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/6655>. Acesso em: 10 jul. 2020.

DELEUZE, Gilles. Que és un dispositivo? **Michel Foucault, filósofo**. Tradução de: Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990. Disponível em: https://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo. Acesso em: 18 mar. 2021.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DIAS, Maria Berenice. **Intersexo**: aspectos jurídicos, internacionais, trabalhistas, registrares, médicos, psicológicos, sociais, culturais. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

DONOVAN, Brian M.; STUHLSTAZ, Molly A.M.; EDELSON, Daniel C.; BRACEY, Zoë E. Buck. Gendered Genetics: How reading about the genetic basis of sex differences in biology textbooks could affect beliefs associated with science gender disparities. **BSCS Science Learning**. 2019, p. 1-47. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/sce.21502>. Acesso em: 22 mar. 2022.

DREGER, Alice Domurat. **Hermaphrodites and the medical invention of sex**. London: Harvard University Press, 2000.

DUARTE, André; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Inútil resistir ao dispositivo da sexualidade? Foucault e Butler sobre corpos e prazeres. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 28, n. 45, p. 949-967, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/aurora/article/view/1980-5934.28.045.DS11/73>. Acesso em: 13 jan. 2022.

FAUSTO-STERLING, Anne. Os cinco sexos: porque macho e fêmea não são o bastante. Livremente traduzido por Alice Gabriel. Originalmente o texto aparece em **The Sciences**, March/April, 1993. Disponível em: https://www.academia.edu/38458731/_tradu%C3%A7%C3%A3o_Os_Cinco_Sexos_Anne_Fausto_Sterling. Acesso em: 16 out. 2021.

FAUSTO-STERLING, Anne. The Five Sexes, Revisited. **The Sciences**, [s.l.], v. 40, n. 4, p. 18-23, 2000a. Disponível em: http://www2.kobe-u.ac.jp/~alexroni/IPD%202015%20readings/IPD%202015_4/FAUSTO_STERLING-2000-The_Sciences%205%20sexes%20revisited.pdf. Acesso em: 10 jul. 2020.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Sexing the body**: gender politics and the construction of sexuality. New York: Basic Books, 2000b.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 9-79, 2001. DOI: 10.1590/S0104-83332002000100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a02.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FAUSTO-STERLING, Anne. **Cuerpos sexuados**: la política de género y la construcción de la sexualidad. Tradução de: Ambrosio García Leal. Barcelona: Editorial Melusina, 2006.

FAUSTO-STERLING, Anne. Por qué el sexo no se limita a ser mujer u hombre. **The New York Times**, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/es/2018/10/30/espanol/opinion/sexo-no-es-binario.html>. Acesso em: 17 jul. 2020.

FERREIRA, Alessandra Pavolin Pissolati. **As mulheres da ciência**: uma análise dos livros didáticos de Biologia aprovados no PNL D 2012, 2015 e 2018. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia, MG, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/30354>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FOUCAULT, M. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FOUCAULT, Michel (org.). **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Tradução de Irley Franco. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. Aula de 25 de fevereiro de 1976. *In*: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France. Tradução: M. E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. v. 4.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V-Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia, a história. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos II**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, Michel. Polêmica, política e problematizações. *In*: FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos V: ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de: Roberto Machado. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução nº 38, de 15 de outubro de 2003**. Brasília: MEC/CD/FNDE, 2003b. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4256-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-38,-de-15-de-outubro-de-2003>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FURLANI, Jimena. **O bicho vai pegar!:** um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13259>. Acesso em 15 mar. 2021.

GALLO, Sílvio Donizetti de Oliveira. Repensar a Educação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 79-97, 2004. <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25420>. Acesso em 12 jul. 2019.

GALLO, Sílvio. Pensar a escola com Foucault: além da sombra da vigilância *In*: CARVALHO, Alexandre Filordi; GALLO, Sílvio (org.). **Repensar a educação: 40 anos após Vigiar e Punir**. São Paulo: Livraria da Física, 2015. p. 427-449.

GARCIA, Maria Manuela Alves. **Pedagogias críticas e subjetivação: uma perspectiva foucaultiana**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GONÇALVES, Cleberson Diego; CARVALHO, Fabiana Aparecida de; MAIO, Eliane Rose. Culturas, artes e bio-logias: pulverizar os pensares colonizados e marcar outros possíveis para as corpos, os gêneros e as sexualidades que não se dobram. *In*: ACCORSI, Fernanda Amorim; BALISCEI, João Paulo; TAKARA, Samilo (org.). **Como pode uma pedagogia viver fora da escola?: estudos sobre pedagogias culturais**. Londrina: Syntagma Editores, 2021. p. 237-260. Disponível em: <http://www.syntagmaeditores.com.br/Livraria/Book?id=2087>. Acesso em: 29 jan. 2021.

GONÇALVES, Paulo Celso Costa. **Políticas públicas de livro didático: elementos para compreensão da agenda de políticas públicas em educação no Brasil**. 2017. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/19891/1/PoliticPublicasLivro.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 14, p. 45-86, 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635340>. Acesso em: 18 fev. 2021.

GUERRA, Sabrina de Barros Ferreira. **Transtornos do instinto sexual?** a medicina legal define a homossexualidade, lesbianidade, transgeneridade e intersexualidade. 2019. 230 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, UFBA. Salvador, BA, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/28834>. Acesso em: 18 jun. 2020.

GUIMARÃES, Anibal Ribeiro. **Identidade cirúrgica:** o melhor interesse da criança intersexo portadora de genitália ambígua. Uma perspectiva bioética. 2014. 154 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25692>. Acesso em: 18 jun. 2020.

GUIMARÃES, Anibal Ribeiro; BARBOZA, Heloísa Helena. Designação sexual em crianças intersexo: uma breve análise dos casos de “genitália ambígua”. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 10, p. 2177-2186, out, 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/28903/2/Designa%C3%A7%C3%A3o%20sexual%20em%20crian%C3%A7as%20intersexo.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2021.

HARAWAY, Donna. Raça: doadores universais em uma cultura vampira. In: LESSA, Patrícia; GALINDO, Dolores (Orgs.). **Relações multiespécies em rede:** feminismos, animalismos e veganismo. Maringá: EDUEM, 2017. p. 47-94.

HARPER, Catherine. **Intersex**. New York: Oxford International Publishers Ltd., 2007.

HARU. **Corpo transitivo:** assexualidade, representatividade, resistência, empoderamento, socialização, intersexualidade &+. Belém-PA, s/d, p. 18-19. Disponível em: https://issuu.com/corpotransitivo/docs/fanzine_2. Acesso em: 29 julh. 2020.

HERSHENOV, Rose; DOROSKI, Derek. Twin Inc. **Theoretical Medicine and Bioethics**, 2018. n 39, p. 301-319. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11017-018-9461-0>. Disponível em: Acesso em: https://link-springer-com.ez369.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/s11017-018-9461-0_22 mar. 2022.

HERNANDÉZ, Violeta Guanche. Intersexualidad y Prácticas Científicas: Ciência o Ficción? **RIPS. Revista de Investigaciones Políticas y sociológicas**, Santiago de Compostela, v. 8, n. 1, p. 89-102, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/380/38011446008.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2020.

IRINEU, Bruna Andrade; LOPES, Moisés Alessandro; ROCON, Pablo Cardozo; SILVA, Marcos Aurélio da; NASCIMENTO, Marcio Alessandro Neman do; DUARTE, Marco José; JESUS, Daniel Marcelo de; JESUS, Jaqueline Gomes de; RODRIGUES, Gabriel de Oliveira (Orgs.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero:** saberes plurais e resistências. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

JARDIM, Laine Ramos; ALMEIDA, Amanda Lima de. A produção acadêmica acerca das temáticas de gênero e sexualidade na formação de professor de ciências, biologia e pedagogia nos últimos dez anos (2008 -2018). In: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em

Ciências – ENPEC. 12. 2019. Natal. **Anais [...]**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2019. Disponível em: http://abrapecnet.org.br/enpec/xii-enpec/anais/busca_1.htm?query=A+produ%E7%E3o+acad%EAmica+acerca+das+tem%E1ticas+de+g%EAnero+e+sexualidade+na+forma%E7%E3o+de+professor+de+ci%EAncias%2C+biologia+e+pedagogia+nos+%FAltimos+dez+anos. Acesso em: 12 jun. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. **Revista Educação On-line**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 64-83, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20040/20040.PDF>. Acesso em 26 abr. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2021.

KESSLER, Suzanne J. The Medical Construction of Gender: Case Management of Intersex Infants. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, [s.l.], v. 16, n.1, p. 3-26, 1990. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3174605>. Acesso em: 11 abr. 2022.

KRAUS, Cynthia; PERRIN, Céline; REY, Séverine; GOSSELIN, Lucie; GUILLOT, Vincent. Démédicaliser les corps, politiser les identités: convergences des luttes féministes et intersexes. **Nouvelles Questions Féministes (NQF)**, [s.l.], v. 27, n. 1, 2008, p. 4-15. DOI 10.3917/nqf.271.0004. Disponível em: https://www.cairn.info/load_pdf.php?ID_ARTICLE=NQF_271_0004&download=1_. Acesso em: 11 abr. 22.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero, dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 2001.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEE, Peter A. *et al.* Global Disorders of Sex Development Update since 2006: Perceptions, Approach and Care. **Hormone Research Paediatrics**, [s.l.], v. 85, n. 3, p. 158-180, jan. 2016. DOI: 10.1159 / 000442975. Disponível em: <https://www.karger.com/Article/Pdf/442975>. Acesso em: 06 mar. 2021.

LEITE JUNIOR, Jorge. “Que nunca chegue o dia que irá nos separar”: notas sobre epistêmê arcaica, hermafroditas, andróginos, mutilados e suas (des)continuidades modernas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 285-312, dez. 2009. DOI: 10.1590/S0104-83332009000200011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n33/11.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LEITE JUNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2011.

LEITE JUNIOR, Jorge. Transitar para onde? monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, ago. 2012. DOI: 10.1590/S0104-026X2012000200016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a16.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

LIMA, Shirley Acioly Monteiro de. **Intersexo e (in)visibilidade**: cidadania e saúde na busca do registro geral de identificação (RG). 2014. 114 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/47090>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LIMA, Shirley Acioly Monteiro de; MACHADO, Paula Sandrine; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. (Des)encontros no hospital: itinerário terapêutico de uma experiência intersexo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 49, e174916, 2017. DOI: 10.1590/18094449201700490016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n49/1809-4449-cpa-18094449201700490016.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Biologia Hoje**. São Paulo: Ática, 2010a. v. 1.

LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando. Manual do professor. *In*: LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Biologia Hoje**. São Paulo: Ática, 2010b. v. 1. p. 1-72.

LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Biologia Hoje**. São Paulo: Ática, 2010c. v. 3.

LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Biologia Hoje**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2013a. v. 1.

LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando; PACCA, Helena. **Biologia Hoje**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2016a. v. 1.

LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando; PACCA, Helena. Manual do professor. *In*: LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando; PACCA, Helena. **Biologia Hoje**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2016b. v. 1. p. 289-376.

LINHARES, Sérgio; GEWANDSZNAJDER, Fernando; PACCA, Helena. **Biologia Hoje**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2016c. v. 3.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Hellen. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **BIO**. 1.ed. São Paulo: Saraiva, 2010a. v. 1.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. Manual do professor. *In*: LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **BIO**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010b. v. 1. p. 1-112.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **BIO**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010c. v. 2.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. Manual do professor. *In*: LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **BIO**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010d. v. 2. p. 1-80.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **BIO**. 2.ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2013a.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. Manual do professor. *In*: LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **BIO**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013b. v. 1. p. 1-128.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **BIO**. 3.ed. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2013c.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **BIO**. 3.ed. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2016a.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. Manual do professor. *In*: LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **BIO**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2016b. v. 1. p. 289-384.

LOPES, Sônia; ROSSO, Sérgio. **BIO**. v. 3. São Paulo: Saraiva, 2016c.

LOURO, Guacira Lopes. Pensar a sexualidade na contemporaneidade. *In*: PARANA. Secretaria de Estado da Educação. **Sexualidade** Curitiba: SEED –PR, 2009. 216p.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o normal, o diferente e o excêntrico. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 43-53.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MAÇÃO, Izabel Rizzi; ALVIM, Davis Moreira; RODRIGUES, Alexandro. Sexos incertos: ambiguidade e diferença na autobiografia de Herculine Barbin. **Revista Periódicus**, [s.l.], v. 1, n. 16, p. 21–50, 2021. Disponível em: [//periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/42974](http://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/42974). Acesso em: 18 ago. 2021.

MACEDO, Elizabeth. A imagem da ciência: folheando um livro didático. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 103-129, 2004. DOI: 10.1590/S0101-73302004000100007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v25n86/v25n86a07.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2021.

MACEDO, Elisabeth. Um Discurso Sobre Gênero nos Currículos de Ciências. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 45-58, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227045004.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2021.

MACIEL-GUERRA, Andreia Trevas; GUERRA-JÚNIOR, Gil. **Menino ou menina?**: os distúrbios da diferenciação do sexo. Curitiba: Appris, 2019.

MACHADO, Paula Sandrine. “Quimeras” da ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 67-80, 2005a. DOI: 10.1590/S0102-69092005000300005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a05v2059.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MACHADO, Paula Sandrine. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p. 249-281, jun. 2005b. DOI: 10.1590/S0104-83332005000100012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a12.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MACHADO, Paula Sandrine. No fio da navalha: reflexões em torno da interface entre intersexualidade, (bio)ética e direitos humanos. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; HEILBORN, Maria Luiza; MACHADO, Lia Zanotta (org.). **Antropologia e direitos humanos 4**. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 15-56. Disponível em:

http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/35_00142229.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

MACHADO, Paula Sandrine. **O sexo dos anjos**: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade. 2008. 266 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRS, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14947>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MACHADO, Paula Sandrine. (Des)fazer corpo, (re)fazer teoria: um balanço da produção acadêmica nas ciências humanas e sociais sobre intersexualidade e sua articulação com a produção latino-americana. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 141-158, jun. 2014. DOI: 10.1590/0104-8333201400420141. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n42/0104-8333-cpa-42-00141.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MACIEL-GUERRA, Andréa Trevas; GUERRA-JÚNIOR, Gil. **Menino ou menina?**: os distúrbios da diferenciação do sexo. Curitiba: Appris, 2019.

MADI FILHO, José Maurício Ismael. **Animais taxidermizados como materiais de ensino em fins do século XIX e começo do século XX**. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tedeantiga.pucsp.br/handle/handle/104071>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MANCHESTER, Nick. On being native and intersex. *In*: VILORIA, Hida; NIETO, Maria. **The spectrum of sex: The Science of Male, Female, and Intersex**. London, Philadelphia: Jessica Kingsley Publishers., 2020. p. 32-40.

MARÍN, Yonier Alexander Orozco; CASSIANI, Suzani. Outras respostas para uma velha pergunta: por que e para que ensinar biologia? **Perspectivas Educativas**, [s.l.], v. 10, n 1, p. 17-46, 2020. Disponível em: <http://revistas.ut.edu.co/index.php/perspectivasedu/article/view/2288/1810>. Acesso em: 30 jun. 2021.

MARÍN, Yoner Alexander Orozco; CASSIANI, Suzani. Como seria o mundo se os homens cisgêneros também menstruassem? Outras abordagens sobre a menstruação no ensino de ciências e biologia. **Bagoas - Estudos gays**: gêneros e sexualidades, v. 14, n. 22, 2021. p. 93-122. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/22807>. Acesso em: 8 maio. 2022.

MARTINS, Isabel. Analisando livros didáticos na perspectiva dos Estudos do Discurso: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa. **Pro-Posições**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 117–136, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643659> . Acesso em: 15 jun. 2021.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 49-63.

MIRANDA, Sonia Regina; DE LUCA, Tania Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000200006>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/t8rJqjBQ8f4bwPyV47zd8Dr/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MISKOLCI, Richard. Abjeção e desejo: afinidades e tensões entre a teoria queer e a obra de Michel Foucault. *In*: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (org.). **Para uma vida não fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 325-338.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. 82 p.

MONEY, John. **Hermafroditism, gender and precocity in hyper-adrenocorticism: psychologic findings**. Department of Psychiatry. Baltimore: The Hopkins University School of Medicine, 1955. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/14378807/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MONEY, John; EHRHARDT, Anke. **Man and woman, boy and girl: the differentiation and dimorphism of gender identity from conception to maturity**. New York: New American Library, 1972. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/p6c882nw/items?canvas=20&langCode=eng>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MYERSON, Marilyn; CRAWLEY, Sara L.; ANSTEY, Erica Hesch; KESSLER, Justine; OKOPNY, Cara. Who's Zoomin' Who? A Feminist, Queer Content Analysis of Interdisciplinary Human Sexuality Textbooks. **Hypatia**, [s.l.], v. 22, n.1, 2007. p. 92-113. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/hypatia/article/abs/whos-zoomin-who-a-feminist-queer-content-analysis-of-interdisciplinary-human-sexuality-textbooks/2AEB2D9FE9CCCB953FD1CC2D0BDAB0C6>. Acesso em: 22 mar. 2022.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/%x>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917>. Acesso em: 24 out. 2019.

O'CONNELL, Hellen E.; HUTSON, John M.; ANDERSON, Colin R.; PLENTER, Robert J. Anatomical relationship between urethra and clitoris. **AUA Journals: the journals of urology**, [s.l.], v. 159, n. 6, p. 1892-1897, jun. 1998. DOI: 10.1016/S0022-5347(01)63188-4. Disponível em: <https://www.auajournals.org/doi/pdf/10.1016/S0022-5347%2801%2963188-4>. Acesso em: 08 mar. 2021.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim Albuquerque de. **Corpos estranhos?** reflexões sobre a interface entre a intersexualidade e os direitos humanos. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa, 2012. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/noticias_desc.jsf?lc=pt_BR&id=1891¬icia=16172584. Acesso em: 24 out. 2019.

OLIVEIRA, Carolina Lopes de. **Menin_s: novas acepções para a consciência do eu a partir do direito à intersexualidade**. 2016. 211 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/33822/33822.PDF>. Acesso em: 24 out. 2019.

OLIVEIRA, Manoel Rufino David de; GONÇALVES, Alisson Costa. Corpos que desafiam as normas: narrativas da Defensoria Pública sobre intersexualidade. **Revista Periódicus**,

[s.l.], v. 1, n. 16, p. 106–129, 2021. Disponível em:
[//periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/42824](http://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/42824). Acesso em: 18 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa – COVID-19** (doença causada pelo novo coronavírus). [S.l.]: OPAS, 2020. Disponível em:
<https://www.paho.org/pt/covid19#historico>. Acesso em: 21 out. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: São Paulo: Pontes, 2005.

PAULA, Ana Amélia Oliveira Reis de. **Ambiguidade genital e a escolha subjetiva do sexo: uma investigação psicanalítica sobre a intersexualidade**. 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós- Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2012. Disponível em:
http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_bf445ccd4d743aed7d6f19bd76e821de. Acesso em: 21 out. 2020.

PAULINO, Marina Cortez. **Dualidade ou constelação?** intersexualidade, feminismos e biomedicina: uma análise bioética. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) - Programa de Pós- Graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em:
https://www.academia.edu/26163055/Dualidade_ou_Constela%C3%A7%C3%A3o_Intersexualidade_Feminismos_e_Biomedicina_uma_an%C3%A1lise_bio%C3%A9tica. Acesso em: 21 jun. 2020.

PEREIRA, Júnia Sales. O PNLD em perspectiva. [Entrevista cedida a] OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. **Revista História Hoje**, São Paulo, v. 7, n. 14, p. 158-171, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i14.464>. Disponível em:
<https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/464> . Acesso em: 21 jun. 2021.

PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 149-174, jun. 2007. DOI: 10.1590/S0104-83332007000100008.

PIRES, Barbara Gomes. **Distinções do desenvolvimento sexual: percursos científicos e atravessamentos políticos em casos de intersexualidade**. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Rio de Janeiro, RJ, 2015. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2326752. Acesso em: 21 jun. 2020.

PIRES, Barbara Gomes. As inscrições da “diferença”: corpo, subjetividade e experiência intersexual em espaços hospitalares. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 54, p. e185410, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201800540010>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cpa/a/hG53j5PDYKsCgRdkngDhypf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PIRES, Mayara Cristina de Oliveira. **Corpos, gêneros e sexualidades nos objetos educacionais digitais de livros didáticos de biologia PNLD/2015**. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal

de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2017. Disponível em:
<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21379>. Acesso em: 21 fev. 2020.

PRADO FILHO, Kleber. A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder. **Revista de Ciências Humanas**, [s.l.], v. 51, p. 311-327, 2017. DOI 10.5007/2178-4582.2017v51n2p311 . Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2017v51n2p311/35699>. Acesso em: 13 abr. 2019.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. Disponível em:
<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/diversidade-sexual-e-homofobia-no-brasil/>. Acesso em: 15 fev. 2020.

PRECIADO, Beatriz. **Testo Yonqui**. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, abr. 2011. DOI: 10.1590/S0104-026X2011000100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a02v19n1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto contrassexual**. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Um apartamento em Urano**: crônicas da travessia. Tradução de Eliana Aguiar. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PRETES, Érika Aparecida. **Intersexualidade e direito ao próprio corpo**: garantia à integridade corporal da criança intersexual e direito à autodeterminação na adolescência. 2019. 220 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programam de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG. Belo Horizonte, MG, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32041>. Acesso em: 15 jun. 2020.

RAGO, Margareth. Os mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do amor venéreo. **Projeto História**, São Paulo, v. 21, p. 181-195, 2002. Disponível em:
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10587>. Acesso em: 16 abr. 2021.

RAGO, Margareth. Dizer sim à existência. p. 253-267. In: RAGO, Margareth; VEIGANETO, Alfredo (org.). **Para uma vida não-fascista**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

RAMSAY, Uuganaa. **Racismo**: Por que mongol se tornou um termo pejorativo, como sinônimo de Síndrome de Down., 2014. Portal: Viverdown.com.br. Disponível em:
<https://viverdown.com.br/racismo-por-que-mongol-se-tornou-um-termo-pejorativo-como-sinonimo-de-sindrome-de-down/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

RANDJELOVIC, Kristian. **Intersex research study Albania, Bosnia and Herzegovina, the Former Yugoslav Republic of Macedonia and Serbia 2017**. Albania: United States Agency for International Development, 2018. Disponível em: <https://www.lgbti-era.org/one-stop-shop/intersex-research-study-albania-bih-macedonia-serbia-2017>. Acesso em: 14 out. 2021.

REECE, Jane B.; WASSERMAN, Steven A.; URRY, Lisa A.; CAIN, Michael L.; MINORSKY, Peter V., JACKSON, Robert B. **Biologia de Campbell**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

ROUGHGARDEN, Joan. **Evolução do gênero e da sexualidade**. Tradução de: Maria Edna Tenório Nunes. Londrina: Editora Planta, 2004.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a Economia Política do sexo. Tradução de: Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>. Acesso em: 15 out. 2019.

SANTOS, Fernanda Figueredo dos. **As abordagens sobre corpo, gênero e sexualidade na Educação de Jovens e Adultos em Jequié-BA**. 2015. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores) – Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, BA, 2015. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgecfp/wp-content/uploads/2017/03/zFernanda-Figueredo-dos-Santos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTOS, Letícia Maria dos; SOUZA, Dianne Cassiano de; MASSI, Luciana; AGOSTINI, Gabriela. Abordagens teóricas nas pesquisas sobre gênero em educação em ciências: em busca da especificidade da área. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – ENPEC, 12. 2019. Natal. **Anais [...]**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: http://abrapecnet.org.br/enpec/xii-enpec/anais/busca_1.htm?query=Abordagens+te%F3ricas+nas+pesquisas+sobre+g%EAnero+em+educa%EE7%E3o+em+ci%EAncias. Acesso em: 12 out. 2020.

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha. **Desenvolvimento da identidade de gênero em casos de intersexualidade**: contribuições da psicologia. 2006. 257 f. Tese (Doutorado em Psicologia do Desenvolvimento Humano no Contexto Sócio-Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, UnB. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/6315>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SANTOS, Sandro Prado. Experiências de pessoas trans: um problema de saúde para o Ensino de Biologia? *In*: FERREIRA, Márcia Serra; CHAVES, Sílvia Nogueira; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de; GASTAL, Maria Luiza de Araújo; BASTOS, Sandra Nazaré Dias (org.). **Vidas que ensinam o ensino da vida**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020. p. 243-258.

SANTOS, Sandro Prado; MARTINS, Matheus Moura. Entre encontros e ensino de biologia e gêneros e sexualidades: sopros e insurgências de uma biologia menor. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 141-152, 2020. DOI: 10.46667/renbio.v13i1.314. Disponível em: <http://sbenbio.journals.com.br/index.php/sbenbio/article/view/314>. Acesso em: 16 nov. 2021.

SANTOS, Sandro Prado; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Linhas e territórios e biologias menores: elementos de uma cartografia. *In*: SOUZA, Elaine de Jesus; SANTOS, Claudiene; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz (org.). **Interculturalidade e transdisciplinaridade**: o que a biologia tem a ver com isso?. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021, p. 123-138.

SANTOS, Thaís Emília de Campos dos. **Educação de crianças e adolescentes intersexo**. 2020. 182 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em educação,

Universidade Estadual Paulista, UNESP, Marília, SP. 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193215> . Acesso em: 24 mai. 2021.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 2, p. 5-22, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 18 jul. 2019.

SCHIAVON, Amanda de Almeida; FAVERO, Sofia; MACHADO, Paula Sandrine. A ciência que vigia o berço: diferentes leituras de saúde frente a crianças trans e crianças intersexo. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [s.l.], v. 03, n. 09, 2020. DOI: 10.31560/2595-3206.2020.9.10553. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10553>. Acesso em: 11 abr. 22.

SCHIEBINGER, Londa. **Nature's Body: Gender in the Making of Modern Science**. Boston, Beacon Press, 1993.

SHON, Anne-Marie. O corpo sexuado. *In*: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História do corpo: as mutações do olhar: o século XX**. Tradução e Revisão de: Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 109-154.

SILVA, Benícia Oliveira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Sexualidade na sala de aula: tecendo aprendizagens a partir de um artefato pedagógico. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 521-533, 2011. DOI 10.1590/S0104-026X2011000200014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000200014>. Acesso em: 12 jul. 2020.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. **A invenção do corpo e seus abalos: diálogos com ensino de Biologia**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia, MG, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13614>. Acesso em: 19 mai. 2018.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Sexualidade, gênero e corpo no contexto de políticas de educação no Brasil. **Exedra: revista científica**, [s.l.], n.1, p. 26-45, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6499901>. Acesso em: 19 maio 2018.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Territórios das ciências e biologia como potência transgressora à ordem dos gêneros. *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; TEIXEIRA, Filomena (org.). **Atravessamentos de gênero, corpos, sexualidades: linguagens, apelos, desejos, possibilidades e desafios**. Rio Grande: Editora da FURG, 2015. p. 197-218. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/6561>. Acesso em: 19 maio 2018.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Outras experimentações de corpos, gêneros e sexualidades em Ciências e Biologia. *In*: NORONHA, Claudianny Amorim; SÁ JÚNIOR, Lucrécio Araújo de (org.). **Escola, ensino e linguagens**. Natal: EDUFRN, 2017. p. 251-272.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; PARREIRA, Fátima Lúcia Dezopa. Dizeres sobre sexualidade e cultura: o que dizem os livros didáticos de Biologia? *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 5.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 2. 2013. Canoas. **Anais** [...]. Canoas: Universidade Luterana do Brasil - Campus Canoas, 2013.

SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz; PARREIRA, Fátima Lúcia Dezopa. Sexualidade e gênero: ausência do tema na formação docente? *In*: FERRARI, Anderson; SILVA, Kelly da; SOUZA, Marcos Lopes (org.). **Tecer e entretecer a vida**: sexualidades, gênero e diferenças na formação docente. Belo Horizonte, 2017. p. 143-158. Disponível em: <http://educmg.uemg.br/component/k2/item/100-tecer-e-entretecer-a-vida-sexualidades-genero-e-diferencas-na-formacao-docente>. Acesso em: 19 mai. 2018.

SILVA, Lauana Araújo. **Mulheres negras e suas representações nas coleções de livros didáticos de biologia aprovados pelo PNLD 2015**. 2018. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Uberlândia, MG, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24159>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SILVA, Liza Manuela Martins e; SANTOS, Sandro Prado. Sexualidade e formação docente: representações de futuros professores/as de ciências e Biologia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – ENPEC, 8. 2011. Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em: http://abrapecnet.org.br/atas_enpec/viii/enpec/resumos/R0835-1.html. Acesso em: 15 maio 2019.

SILVA, Mikelly Gomes da. **O que dá humanidade ao corpo?** desdobramentos do sexo-gênero para o reconhecimento da intersexualidade. 228 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, RN. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/31527> . Acesso em: 24 maio 2021.

SILVA, Mikelly Gomes da. Reflexões sobre a intersexualidade a partir do diálogo com Judith Butler. *In*: PRATA FILHO, Ricardo; CASTRO, Thais de Bakker (org.). **Lendo Judith Butler**: apropriações teóricas e políticas interdisciplinares. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021a. p. 46-61.

SILVA, Mikelly Gomes da. Por que eu tenho que vir ao médico para ele ver minha genitália? As descobertas de um jovem potiguar. **Revista Periódicus**, [s.l.], v. 1, n. 16, p. 163–189, 2021b. Disponível em: [//periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/43133](http://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/43133). Acesso em: 18 ago. 2021.

SILVA, Patrícia Borges da. **Quem é ela**. *In*: TECRUZI, A. *et al.* **Antologia Trans**: 30 poetas trans, travestis e não-binários. São Paulo: Invisíveis Produções, 2017. Disponível em: https://issuu.com/invisiveisproducoes/docs/antologia_trans. Acesso em: 19 set. 2020.

SILVA, Raquel Lima de Oliveira e. **Entre a norma e a natureza**: a construção da intersexualidade. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, UnB. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8521>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida; SANTOS, Claudiene; DA SILVA, Laíne Lopes; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Segredos e ‘verdades’ acerca da condição intersexual em Grey’s Anatomy. **Revista Periódicus**, [s.l.], v. 1, n. 16, p. 74–105, 2021. Disponível em: [//periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/43016](http://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/43016). Acesso em: 18 ago. 2021.

SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida; SANTOS, Sandro Prado; MARTINS, Matheus Moura; FERREIRA, Alessandra Pavolin Pissolati; SILVA, Fabricio Aparecido Gomes da. O

que pode a intersexualidade como Educação em Biologia? *In*: LOURENÇO, Keyme Gomes Lourenço; CUNHA JUNIOR, Ezequias (org.). **Variações em apropria**: ocupação, filosofia, arte. Uberlândia-MG: Pró-reitoria de Extensão e Cultura, Pró-reitoria de Assistência Estudantil, Diretoria de Cultura da Universidade Federal de Uberlândia, 2021. p. 52-59.

SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Masculinidades no contexto escolar: como a temática é abordada em artigos publicados em dossiês de periódicos nacionais. **Diversidade e Educação**, [s.l.], v. 7, n. 2, p. 20–44, 2020. DOI 10.14295/de.v7i2.9630. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/9630>. Acesso em: 8 fev. 2021.

SIQUEIRA SILVA, Luciana Aparecida; PINHEIRO DE QUEIROZ SILVA, Elenita. Diálogos entre intersexualidade e o ensino de biologia. **Diversidade e educação**, [s.l.], v. 9, n. Especial, p. 576–599, 2021. DOI: 10.14295/de.v9iEspecial.12837. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12837>. Acesso em: 6 jul. 2021.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA, Andréa Santana Leone de. **Os direitos da personalidade e a autonomia privada**: a questão das crianças em situação de intersexo. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós- Graduação em Direito, Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, BA. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17467>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SOUZA, Carlos Antônio Braga. **Cada nascimento de uma criança intersexual é um tapa na cara da sociedade**: uma reflexão sobre religião e gênero na sociedade brasileira. 2017. 381 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20604>. Acesso em: 15 fev. 2020.

SOUZA, Elaine de Jesus; DORNELLES, Priscila Gomes; MEYER, Dagmar. Corpos que desassossegam o currículo de Biologia: (des)classificações acerca de sexualidade e gênero. **Revista E-Curriculum**, [s.l.], v. 19, p. 278-300, 2021. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2021v19i1p278-300>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/44664>. Acesso em: 12 jul. 2021.

SOUZA, Elaine de Jesus; SANTOS, Claudiene; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz. Apresentação. *In*: SOUZA, Elaine de Jesus; SANTOS, Claudiene; SILVA, Elenita Pinheiro de Queiroz (org.). **Interculturalidade e transdisciplinaridade**: o que a biologia tem a ver com isso?. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 19-20.

STOLLER, Robert. **Sex and gender**: the development of masculinity and femininity. New York: Science House: 1968.

ŠTRKALJ, Goran; PATHER, Nalini. Beyond the Sex Binary: Toward the Inclusive **Anatomical Sciences Education**, [s.l.], v. 14, p. 513-518, 2021. DOI: 10.1002/ase.2002. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?q=biology+AND+textbook+AND+intersex+AND+education&id=EJ1301830>. Acesso em: 22 mar. 2022.

TARDIEU, A. Relatórios. *In*: FOUCAULT, M. (org.). **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. p. 113-114.

TAYLOR, Chloë. **Michel Foucault**: conceitos fundamentais. Tradução de: Fábio Creder. Petrópolis: Vozes, 2018.

VEYNE, Paul. **Foucault**: seu pensamento, sua pessoa. Tradução de: Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-143, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000200009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/rW3yDdWmBRDBH89DvFTRbxG/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 12 maio 2020.

VIEIRA, Amiel; GUIMARÃES COSTA, Anacely; GOMES PIRES, Bárbara; CORTEZ, Marina. Intersexualidade: desafios de gênero. **Revista Periódicus**, [s.l.], v. 1, n. 16, p. 01–20, 2021a. Disponível em: [//periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/45725](http://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/45725). Acesso em: 18 ago. 2021.

ZALLOCCO, Ornela. Lo cuir de la menstruación en las aulas. **Revista de Educación**, [s.l.], v. 10, n. 8, p. 233-250, 2019. Disponível em: https://fh.mdp.edu.ar/revistas/index.php/r_educ/article/view/3758/3699. Acesso em: 06 maio 2022.

APÊNDICE A - Teses e Dissertações tomadas no levantamento BDTD e Capes

TRABALHOS ENCONTRADOS NA BDTD*

Cód	Ano	Tipo/Instituição	Título	Autor/a	Palavras-chave	Campo de estudo
1	2020	Tese/ Universidade Estadual Paulista - UNESP	Educação de crianças e adolescentes intersexo	SANTOS, Thais Emilia de Campos dos	Intersexo; educação e neutralidade de gênero; construção da identidade; autonomia e autodeterminação.	Programa de Pós-Graduação em Educação
2	2019	Tese/Universidade Federal do Rio Grande do Norte	O que dá humanidade ao corpo? desdobramentos do sexo-gênero para o reconhecimento da intersexualidade	SILVA, Mikelly Gomes da	Intersexo; heteronormatividade; diferença sexual; invisibilidade; reconhecimento.	Doutorado em Ciências Sociais
3	2019	Tese/Universidade Federal de Minas Gerais	Intersexualidade e direito ao próprio corpo: garantia à integridade corporal da criança intersexual e direito à autodeterminação na adolescência	PRETES, Érika Aparecida.	Autodeterminação; direito ao próprio corpo; intersexualidade; gênero; sexo.	Faculdade de Direito
4	2019	Tese/Universidade Federal da Bahia,	“Transtornos do instinto sexual?": a medicina legal define a homossexualidade, lesbianidade, transgeneridade e intersexualidade	GUERRA, Sabrina de Barros Ferreira.	Medicina legal; homossexualidade; lesbianidade; transgeneridade; intersexualidade; violências.	Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
5	2017	Tese/Universidade de São Paulo	A inclusão da diversidade sexual na universidade	AGRELI, Milene Soares.	Diversidade sexual; diversidade de gênero; educação; fenomenologia.	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

6 2017	Dissertação/Univer- sidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS)	A reificação nos discursos e práticas biomédicas em intersexos: a violação de direitos e a luta pela despatologização	ALBAN, Carlos Eduardo de Oliveira.	Intersexo; discurso biomédico; reificação; reconhecimento; patologização.	Programa de Pós-graduação em Direito
7 2017	Tese/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Cada nascimento de uma criança intersexual é um tapa na cara da sociedade: uma reflexão sobre religião e gênero na sociedade brasileira	SOUZA, Carlos Antônio Braga.	Gênero; Intersexualidade; Linguagem; Religião; Teoria Queer.	Doutorado em Ciências da Religião
8 2016	Dissertação/PUC Rio	“Menin_s”: novas acepções para a consciência do eu a partir do direito à intersexualidade	OLIVEIRA, Carolina Lopes de	Intersexualidade; infância; teoria winnicottiana; identidade; dignidade da pessoa humana; pluralidade existencial.	Programa de Pós- Graduação em Direito
9 2015	Dissertação/Univer- sidade Federal da Bahia	Os direitos da personalidade e a autonomia privada: a questão das crianças em situação de intersexo	SOUZA, Andréa Santana Leone de	Direitos humanos; direitos da criança; direitos da personalidade; direito à identidade; autonomia; Intersexo.	Programa de Pós-graduação em Direito
10 2015	Tese/Universidade Federal da Bahia	O Direito como instrumento protetor dos vulnerados na seara das sexualidades	BOMFIM, Urbano Félix Pugliese do	Direitos de personalidade; pós- humanidade; sexualidades humanas; transexualidade; vulnerabilidade.	Programa de Pós-graduação em Direito

11	2014	Tese/Fundação Oswaldo Cruz	Identidade cirúrgica: o melhor interesse da criança intersexo portadora de genitália ambígua. Uma perspectiva bioética	GUIMARÃES , Anibal Ribeiro	Genitália ambígua; intersexo; intersexualidade; anomalias da diferenciação sexual; hermafroditismos; ética; bioética; recém-nascido; anormalidades urogenitais; transtornos da diferenciação sexual; cirurgias genitais; infância; mutilação genital.	Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca
12	2014	Tese/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Identidade e redesignação de gênero: aspectos da personalidade, da família, e da responsabilidade civil	CUNHA, Leandro Reinaldo da.	Identidade de gênero; dignidade da pessoa humana; direitos da personalidade; sexualidade.	Doutorado em Direito
13	2014	Dissertação/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Fé cega, faca amolada: reflexões acerca da assistência médico-cirúrgica à intersexualidade na cidade do rio de janeiro	COSTA, Anacely Guimarães	Intersexualidade; gênero; sexualidade.	Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva
14	2012	Tese/ Universidade Federal da Bahia	A construção dialógica da identidade em pessoas intersexuais: o X e o Y da questão	CANGUÇÚ- CAMPINHO, Ana Karina Figueira	Intersexo; intersexualidade; identidade; <i>self</i> dialógico; integralidade.	Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
15	2012	Dissertação/ Universidade Federal da Paraíba	Corpos estranhos? reflexões sobre a interface entre a intersexualidade e os direitos humanos	OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim Albuquerque de	Direitos humanos; intersexualidade; corpo; gênero; bioética.	Programa de Pós-graduação em Ciências Jurídicas

16	2012	Dissertação/ Universidade Federal de Minas Gerais	Ambiguidade genital e a escolha subjativa do sexo: uma investigação psicanalítica sobre a intersexualidade	PAULA, Ana Amélia Oliveira Reis de	Hermafroditismo; intersexualidade; identidade sexual; sexualidade; sexuação; Psicanálise; Freud, Sigmund; Lacan, Jacques.	Programa de Pós-graduação em Psicologia
17	2010	Dissertação/ Universidade de Brasília	Entre a norma e a natureza: a construção da intersexualidade	SILVA, Raquel Lima de Oliveira e	Não consta.	Programa de Pós-graduação em Sociologia
18	2008	Dissertação/ Universidade Federal da Bahia	Aspectos da construção da maternidade em mulheres com filhos intersexuais	CANGUÇÚ- CAMPINHO, Ana Karina Figueira	Intersexualidade; discurso biomédico; gênero; corpo.	Mestrado em Saúde Comunitária
19	2008	Tese/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul	O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade	MACHADO, Paula Sandrine	Intersexualidade; decisões médicas; antropologia da ciência; bioética; direitos humanos.	Pós-Graduação em Antropologia Social
20	2007	Dissertação/ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Intersexo e identidade: história de um corpo reconstruído,	ACIOLY, Shirley	Intersexo; ambiguidade genital; identidade; corpo; história de vida.	Mestrado em Psicologia Social
21	2006	Tese/Universidade de Brasília	Desenvolvimento da Identidade de gênero em casos de intersexualidade: contribuições da psicologia	SANTOS, Moara de Medeiros Rocha	Intersexualidade; hermafroditismo; desenvolvimento; identidade de gênero; papel de gênero.	Instituto de Psicologia








TRABALHOS ENCONTRADOS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES CAPES

Cód	Ano	Tipo/Instituição	Título	Autor/a	Palavras-chave	Campo de estudo
------------	------------	-------------------------	---------------	----------------	-----------------------	------------------------

22	2018	Dissertação/Univer- sidade Federal do Rio Grande	Corpos intersexo: borrando fronteiras da norma binária	BRANCO, Fabiane Dionello	Hermafroditismo; intersexualidade; Anomalias da Diferenciação Sexual – ADS.	Programa de Pós-Graduação em Ciências Educação
23	2018	Tese/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro	As (im)possibilidades do desenvolvimento: enquadres da intersexualidade no Brasil contemporâneo	COSTA, Anacely Guimarães	Intersexualidade; marcadores sociais da diferença; política LGBTI; Brasil.	Programa de Pós- Graduação em Saúde Coletiva
24	2018	Tese/ Universidade Estadual de Maringá	Os discursos biológicos na educação para os gêneros – as sexualidades – e as diferenças: aproximações e distanciamentos	CARVALHO, Fabiana Aparecida de	Biopolítica; Dispositivo; Educação para os gêneros – as sexualidades – e as diferenças; Ensino de Biologia.	Educação para a Ciência e a Matemática
25	2016	Dissertação/ Universidade Federal do Rio de Janeiro	Discursos sobre gêneros e sexualidades inscritos em corpos de livros didáticos de Ciências (1970- 1999)	ALVES, Luísa de Lemos	História do currículo; discurso; disciplina escolar ciências; livros didáticos; gêneros; sexualidades; corpos humanos.	Faculdade de Educação
26	2015	Dissertação/Unive- rsidade Federal do Rio de Janeiro	Distinções do Desenvolvimento Sexual: percursos científicos e atravessamentos políticos em casos de intersexualidade	PIRES, Barbara Gomes	Distúrbios do Desenvolvimento Sexual; humanidade; biomedicalização; gerenciamento sociomédico; veridicção.	Mestrado em Antropologia Social
27	2015	Dissertação /Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	As abordagens sobre corpo, gênero e sexualidade na Educação de Jovens e Adultos em Jequié-BA	SANTOS, Fernanda Figueredo dos	Gênero; diversidade sexual; educação de jovens e adultos; ensino de Ciências; pesquisa- intervenção.	Pós-graduação Em Educação Científica e Formação de Professores

28	2015	Dissertação /Universidade Federal do Rio de Janeiro	Dualidade ou constelação? intersexualidade, feminismos e biomedicina: uma análise bioética	PAULINO, Marina Cortez	Bioética; intersexualidade; gênero; teoria feminista; beneficência; autonomia.	Programa de Pós-graduação em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva
29	2014	Tese/Universidade e Federal de São Paulo	Intersexo e (in)visibilidade: cidadania e saúde na busca do registro geral de identificação (RG)	LIMA, Shirley Acioly Monteiro de	Intersexo; cidadania; documentos de identificação; saúde; gênero; sexualidade.	Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva

*Legenda de cores:

	Ciências Humanas - Sociologia
	Ciências Humanas – Antropologia
	Ciências Humanas – Outras
	Ciências Humanas – Psicologia
	Ciências Humanas - Educação
	Ciências Sociais Aplicadas – Direito
	Ciências da Saúde – Saúde Coletiva